

Michelle Roxo de Oliveira

**PROFISSÃO JORNALISTA: UM ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS,
IDENTIDADE PROFISSIONAL E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA NOTÍCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Área de Concentração: Comunicação Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – *campus* de Bauru, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Comunicação, sob a orientação do Prof. Dr. Cláudio Bertolli Filho.

Bauru
2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Michelle Roxo de Oliveira

**PROFISSÃO JORNALISTA: UM ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS,
IDENTIDADE PROFISSIONAL E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA NOTÍCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Área de Concentração: Comunicação Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – *campus* de Bauru, para obtenção do Título de Mestre em Comunicação.

Banca Examinadora:

Presidente: Prof. Dr. Cláudio Bertolli Filho
Instituição: Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Titular: Prof^a. Dr. Marialva Carlos Barbosa
Instituição: Universidade Federal Fluminense

Titular: Prof^a. Dr. Maria Teresa Miceli Kerbauy
Instituição: Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Bauru, novembro de 2005.

Para Dayse e Marco Antônio

AGRADECIMENTOS

Aos sujeitos da pesquisa, pelo convívio e aprendizado;
Ao meu orientador, por me levar a lugares que eu não conhecia;
À minha família, pela tentativa de compreensão e estímulo;
E finalmente a Amelie, companheira das difíceis horas.

OLIVEIRA, Michelle Roxo. **Profissão jornalista: um estudo sobre representações sociais, identidade profissional e as condições de produção da notícia.** 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Unesp. Bauru, novembro, 2005.

RESUMO

Focada no universo de jornalistas de veículo impresso diário, desenvolve-se a partir do pólo simbólico, que remete às representações sociais e à identidade jornalística; ao pólo estrutura-material, que remete a aspectos das condições objetivas de produção da notícia. Mapeia as representações sociais dominantes, circundadas por uma esfera idealizada, construídas em torno da atividade e dos agentes do campo a partir da emergência do chamado jornalismo informativo e do processo de profissionalização da atividade. Observa como esse sistema simbólico é motivador de envolvimento para os profissionais, conferindo sentido a suas ações. Descreve aspectos das condições objetivas de produção da notícia que incidem sobre o fazer prático dos jornalistas, como a influência do *habitus* profissional, as rotinas produtivas, a cultura noticiosa, os constrangimentos organizacionais e o relacionamento com as fontes de informação. Analisa como algumas representações sociais corroboradas pelos agentes do campo são tensionadas na realidade objetiva das condições de produção da notícia. A estratégia de investigação empírica, que utiliza técnicas qualitativas como a entrevista em profundidade e observação participante, consiste em estudo de caso realizado com repórteres de um jornal do Interior do Estado de São Paulo. Estabelece relações entre os pressupostos formulados durante a investigação teórica e os dados coletados em campo, desenvolvendo reflexões sobre o tema. A fundamentação teórica tem base, principalmente, em autores que se propõem ao estudo da sociologia do jornalismo, das teorias da notícia e do jornalismo, das representações sociais, e do comportamento dos grupos e indivíduos em espaços sociais, como as organizações.

Palavras-chave: *jornalistas; representações sociais; identidade profissional; condições produtivas.*

OLIVEIRA, Michelle Roxo. **Profession journalist: a study on social representations, professional identity and the conditions of production of the news.** 2005. Essay (Masters in Communication). Program of post-graduation in Communication. College of Architecture, Arts and Communication. Unesp. Bauru, November, 2005.

SUMMARY

Based in the universe of vehicle journalists daily printed matter, is developed from the symbolic polar region, that it sends to the social representations and to the journalistic identity; to the polar region structure-material, that sends the aspects of the objective conditions of producing the news. Represents the social representations dominant, surrounded for an idealized sphere, constructed around the activity and of the agents of the field from the emergency of the call informative journalism and the process of professionalization of the activity. It observes as this symbolic system is motivador of involvement for the professionals, giving direction to its actions. It describes aspects of the objective conditions of producing the news that happen on the practice of the journalists, as the productive influence of the professional place, routines, the news culture, the organization constraints and the relationship with the information sources. It analyzes as some social representations corroborated by the agents of the field are pressured in the objective reality of the conditions of production of the notice. The strategy of empirical inquiry, that uses qualitative techniques as the interview in depth and participant comment, consists of study of case carried through with reporters of a periodical of the countryside of the State of São Paulo. It establishes relations between the estimated ones formulated during the theoretical inquiry and the data collected in field, developing reflections on the subject. The theoretical recital has base, mainly, in authors who consider to the study of the sociology of the journalism, of the theories of the notice and the journalism, the social representations, and the behavior of the groups and individuals in social spaces, as the organizations.

Keywords: *journalists; social representations; professional identity; productive conditions.*

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	004
RESUMO	005
ABSTRACT	006
INTRODUÇÃO	009
1. REPRESENTAÇÕES, VALORES E A CONFIGURAÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL	016
1.1 Uma profissão repleta de imagens	019
1.2.A configuração de representações a partir da emergência do jornalismo informativo	023
1.3 O interesse pelo desinteresse	032
1.4 A representação de servidor do público	036
1.5 Os cães de guarda da sociedade	038
1.6 A objetividade e imparcialidade como regras de ouro	041
1.7 A representação do herói e aventureiro	045
1.8 Devorando livros e dialogando com a arte	050
1.9 Mais do que uma simples atividade	052
1.10 Atualizando a identidade profissional	055
1.11 Uma profissão acima de qualquer suspeita	057
2. AS CONDIÇÕES DA PRÁTICA PROFISSIONAL E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DA NOTÍCIA	060
2.1 No interior da fábrica de notícias: a construção social da realidade	063
2.2 Sob o signo da velocidade	068
2.3 Comprimindo o <i>deadline</i> e aumentando a incerteza	072
2.4 Quando a redação assume ares de burocracia	075
2.5 De olho no sistema de recompensas e sanções	076
2.6 Jornalismo e fontes institucionais: uma relação de dependência	081
2.7 Uniformizando os conteúdos	087
2.8 Na dinâmica do mercado	088
3. A PESQUISA DE CAMPO: ASPECTOS E DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO EMPÍRICO-METODOLÓGICA	092
3.1 Entrevistas em profundidade	095
3.2 A observação-participante	097
3.3 Método de análise	100
3.4 A aventura da pesquisa empírica: vantagens e dificuldades encontradas	101

4. O PÓLO SIMBÓLICO: COM A PALAVRA, OS SUJEITOS	104
4.1 O interesse pelo “outro” e o reforço do contorno missionário	105
4.2 Fiscalizando as incorreções do sistema	111
4.3 Entre outras imagens....	115
4.4 A defesa de valores da teoria do espelho	121
4.5 No garimpo de valores da cultura profissional	126
4.6 Sobre o olhar da sociedade: imagens elaboradas em torno da identidade atribuída	128
4.7 O sistema simbólico como motivador de envolvimento	133
4.7.1 O prazer pela reportagem	140
4.8 A exploração simbólica no ambiente profissional	143
4.9 Tempo de trabalho: o desejo de previsibilidade e controle	146
4.10 A escolha pelo jornalismo	150
5. NO COMPASSO DO <i>DEADLINE</i>, A EXPERIÊNCIA CONCRETA	
VIVENCIADA NO ESPAÇO DA REDAÇÃO	152
5.1 A influência do <i>habitus</i> profissional no processo produtivo	163
5.2 Sob a égide do interesse público, a dificuldade de identificação dos valores-notícia	170
5.3 A pressão das normas da casa e a autonomia relativa no contexto produtivo	173
5.4 Buscando a informação em lugares já conhecidos	181
5.5 Monitorando a produção de outros veículos	194
5.6 O relacionamento com os pares	196
CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	212
ANEXO	219

INTRODUÇÃO

Ao longo do processo de expansão comercial do jornalismo informativo nas sociedades ocidentais e da profissionalização da atividade, várias representações sociais, circundadas por uma esfera idealizada, foram sendo configuradas em torno da identidade profissional do jornalista. A partir desse pólo simbólico historicamente constituído, que exhibe concepções, crenças e valores¹ do grupo, os jornalistas buscaram dar sentido e legitimidade às suas ações no conjunto social, definindo orientações de conduta e aspectos sobre o papel e a importância de seu trabalho na sociedade.

Os jornalistas, como outros grupos sociais, elaboram representações de si mesmos e de sua atividade profissional. As representações são sempre múltiplas e diversas, assim como a identidade é uma construção social dinâmica. No entanto, no universo jornalístico, é possível identificar, a partir do discurso dos sujeitos, elementos identitários consensuais que corroboram a força da tradição do pólo simbólico historicamente constituído. Inseridos no mesmo campo², esses agentes partilham quadros de referências comuns (BOURDIEU, 1997), entre os quais se encontram classificações e concepções dominantes construídas em torno do ideal profissional, que aparecem reiteradamente em livros sobre jornalismo, códigos deontológicos e nos discursos dos próprios agentes, como as representações do jornalista como intermediário entre o público e o real, servidor do público e da verdade, cão de guarda dos poderes instituídos, agente missionário e aventureiro, defensor de valores como a liberdade, pluralidade e independência.

O sistema simbólico, que remete ao universo das representações sociais, como afirma Aktouf (2001, p.79), deve estar ancorado na experiência concreta e nas práticas sociais dos atores. Contudo, ao observarmos as condições de produção da notícia e os mecanismos que incidem diretamente sobre a atividade jornalística, observamos que, em certa medida, algumas representações sociais dominantes no campo são tensionadas ou relativizadas na experiência concreta do fazer jornalístico. Tratando a elaboração das representações como uma forma de discurso (JODELET, 1984, apud SÁ, 1996), partimos do pressuposto de que os jornalistas endossam, no plano verbal, concepções idealizadas

¹ - Os valores sociais de um grupo profissional, como aponta TRAQUINA (2004a, p.48), “são suas crenças básicas e fundamentais, as premissas inquestionáveis sobre as quais assenta sua própria existência. Primeiro entre estes valores está o mérito essencial do serviço que o grupo profissional estende à comunidade”.

² - Utilizamos a noção de campo tal qual definida por Bourdieu (1997, p.55) como um espaço social estruturado por posições sociais, “um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global”. Esse espaço é também um campo de forças, concorrência, cooperação, dominação e lutas simbólicas.

sobre a profissão que, em alguns aspectos, transfiguram a realidade objetiva das condições de produção da notícia, levando os agentes do campo a conviverem com um discurso alimentado por contradições e ambigüidades.

Focado no universo de jornalistas de veículo impresso diário, o movimento de reflexão proposto por essa pesquisa tem inevitavelmente um viés desmistificador³, porque vai de encontro a representações legitimadas no campo e faz emergir processos, mecanismos de controle, estruturas que condicionam as ações dos atores dentro do contexto produtivo e que, em geral, são ocultados ou pouco discutidos no espaço das redações. Com isso, não queremos diminuir a importância social do jornalismo. Muito pelo contrário, acreditamos que a atividade é socialmente relevante e exige alto grau de responsabilidade de seus agentes. Isso porque o jornalismo opera diariamente uma construção social da realidade, dando significação e visibilidade a acontecimentos e idéias, agendando temas para a sociedade, mediando o espaço público simbólico representado pelos jornais (SOUZA, 2002).

Ao tensionar algumas representações sociais corroboradas no universo jornalístico, que propõem modelos ideais de conduta aos atores, esta pesquisa justifica-se ao lançar um olhar de reflexão sobre o campo, entendendo a necessidade de realizar um movimento de melhor compreensão sobre o fazer prático desses agentes. O olhar esclarecido sobre o jornalismo é um passo importante para discutir a natureza complexa da atividade e sua importância social. Contudo, se por um lado esta pesquisa realiza esse percurso desmistificador, por outro, caminha na tentativa de entender a importância da construção dessas representações sociais, que trazem lucros simbólicos para os agentes, permitindo que eles elaborem uma identidade profissional gratificante, além de conferir sentido e orientação às suas atividades e ações.

Com base numa proposta qualitativa⁴, os objetivos principais que nortearam o desenvolvimento da pesquisa, da exploração teórica à investigação empírica, foram: mapear as representações sociais sobre a profissão, as auto-representações e os valores mais fortemente presentes no discurso dos agentes do campo, que dão contorno à identidade profissional; analisar os ganhos simbólicos trazidos por essas representações sociais aos jornalistas e o grau de vinculação estabelecido com a atividade a partir desse

³ - Como diria Bourdieu (2004), esse é um trabalho de desvendamento, desencantamento.

⁴ - Segundo Peruzzo (2003), por não utilizar instrumentos mensuráveis, a pesquisa qualitativa exige do pesquisador capacidade para, no trabalho de campo, coletar, compreender e interpretar o fenômeno investigado. O objetivo é construir um conhecimento sobre o fenômeno, que os dados quantitativos, estatísticos ou mensuráveis não conseguem captar.

pólo simbólico; descrever aspectos das atividades práticas dos agentes e das condições objetivas de produção da notícia; observar se as representações sociais construídas discursivamente pelo grupo são tensionadas no contexto de produção da notícia – isto é, se há transfiguração da realidade operacional a partir da imagem que seus membros constroem sobre si mesmos e sobre a atividade.

O percurso da investigação vai das considerações gerais produzidas sobre o assunto para o universo demarcado de um grupo de profissionais. Para o levantamento de dados, inicialmente partimos de uma pesquisa bibliográfica exploratória, tentando realizar um apanhado de trabalhos já realizados, literaturas relevantes e modelos teóricos de referência para a investigação proposta (MARCONI e LAKATOS, 1999, p. 27), com o objetivo de articulá-los e avançar nas discussões sobre o tema. Incluímos nesse esforço a consulta a livros, pesquisas, teses, artigos, matérias jornalísticas, entre outros.

A nossa estratégia de investigação empírica consistiu em uma perspectiva de estudo de caso com 17 repórteres que compõem a redação de um jornal impresso diário, de porte médio e circulação regional, localizado no Interior do Estado de São Paulo⁵. No campo das ciências sociais, o estudo de caso é uma modalidade de análise bastante utilizada para o estudo de organizações ou comunidades e “supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno adequadamente a partir da exploração intensa de um único caso” (BECKER, 1999, p.117).

Ao realizar a pesquisa de campo junto a esse grupo, utilizamos técnicas qualitativas de coleta de dados como entrevista semi-estruturada e observação-participante. Nesse último caso, buscamos contribuições da abordagem etnográfica⁶, cujo princípio é entender e descrever a dinâmica dos sujeitos, suas atividades práticas e cotidianas, a partir da imersão do pesquisador no ambiente natural de ocorrência do fenômeno, sem a pretensão de atingir resultados ou amostragens estatísticas (COULON, 1995).

Ao pressupor a interação e participação com o grupo investigado, a observação-participante permite que o pesquisador vivencie a mesma realidade dos colaboradores, tentando trabalhar dentro do sistema de referência dos sujeitos e participar de suas atividades.

⁵ - Optamos por preservar a identidade da empresa e dos sujeitos da pesquisa, com o objetivo de não colocar o grupo em condição de constrangimento e extrema exposição.

⁶ - A etnografia está preocupada em descrever os membros de um grupo e as atividades estruturantes que constroem os fatos sociais, procurando “essa estruturação nas expressões e nos gestos dos participantes” (COULON, 1995. p.86).

Há dois tipos de observação-participante possíveis, segundo Marconi e Lakatos (1999): a natural, quando o pesquisador pertence ao mesmo grupo que será estudado, e artificial, quando entra em contato com a realidade desse grupo exclusivamente a fim de realizar a pesquisa. No caso do estudo em questão, encaixamo-nos no primeiro caso, já que também fazíamos parte do grupo pesquisado e trabalhávamos na mesma empresa na qual ele se inscreve⁷.

No campo jornalístico, outros estudos já apresentaram autores na condição de trabalhador/pesquisador⁸. Apesar das fragilidades em relação à postura de distanciamento, acreditamos que o observador, enquanto participante do grupo pesquisado em caráter integral, também tem algumas vantagens: a familiaridade com o grupo pesquisado, o domínio da linguagem desse grupo, o deslocamento livre no interior do local de pesquisa, a confiança e a possibilidade de mergulhar em algumas particularidades e nuances que não estariam expostas, sem restrições, ao “pesquisador estrangeiro”. Portanto, consideramos essa possibilidade, fazendo uso das palavras de Ribeiro (2001, p.15), “uma oportunidade única de observação participante”, levando em conta as condições de investigação do objeto, o limite de tempo, limitações econômicas, que não permitiriam uma inserção dessa natureza por parte da pesquisadora em outras redações.

Também a experiência da pesquisadora como jornalista de veículo impresso diário trouxe algumas contribuições para as discussões desta pesquisa. Foi essa vivência no ambiente da redação, aliás, que nos despertou o interesse particular pelo tema e nos permitiu construir um conhecimento sobre o fenômeno, fazendo uso também da experiência concreta adquirida no universo demarcado de um jornal impresso.

A partir dos resultados colhidos junto ao grupo investigado descrevemos, analisamos e interpretamos os dados. O objetivo foi estabelecer relações entre o conhecimento articulado durante a exploração teórica e empírica, desenvolvendo proposições mais gerais sobre o tema. “Todo estudo de caso permite que nós façamos generalizações a respeito das relações entre os vários fenômenos estudados” (BECKER,

⁷ - Ao final da dissertação, a pesquisadora foi desligada da empresa.

⁸ - A título de exemplo, podemos citar a tese de doutorado de Jorge Cláudio Ribeiro. O autor utilizou sua experiência como jornalista de dois grandes jornais (*O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo*) para analisar o campo jornalístico. A tese foi publicada em livro com o título *Sempre Alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico*. 3. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2001. Outro exemplo é a tese de livre-docência de Carlos Eduardo Lins da Silva, que descreve como foi o processo de reformulação das relações de produção no jornal *Folha de São Paulo*, no momento da implantação do “*Projeto Folha*”, que teve na figura de Lins da Silva um dos idealizadores e participantes desse processo. O trabalho deu origem ao livro *Mil Dias – os bastidores da revolução em um grande jornal*. 1.º ed. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.

1999, p. 129). A vantagem do estudo de caso reside justamente na possibilidade de obter um conhecimento mais aprofundado sobre determinado fenômeno (LINS DA SILVA, 1991, p. 37).

Ao todo, cinco capítulos compõem a pesquisa. No primeiro, a proposta foi mapear as representações sociais sobre o jornalismo e sobre os jornalistas mais fortemente presentes nos discursos dos agentes do campo, muitas das quais foram sendo configuradas a partir do desenvolvimento do chamado jornalismo informativo e durante o processo de profissionalização da atividade. Nesse movimento, consultamos códigos deontológicos, manuais de redação, livros e discursos de jornalistas prestigiados dentro do campo, como Clóvis Rossi, Ricardo Kotscho, entre outros. Já no primeiro capítulo, tentamos iniciar um movimento de tensionamento dessas representações, apoiados, sobretudo, em teóricos como Bourdieu e Barros Filho. Também no primeiro capítulo observamos que algumas das representações legitimadas no campo, ancoradas numa aparência de virtude e desinteresse, trazem lucros simbólicos para os jornalistas, conferindo uma aura particular, um *status* diferenciado aos profissionais da imprensa no conjunto social. Analisamos, ainda, como os jornalistas estabelecem um grau de dedicação e envolvimento intenso para com a profissão, apoiados nesse sistema simbólico, criando cenário favorável para a exploração tácita dentro das redações.

No segundo capítulo, o movimento de tensionamento das representações sociais dominantes sustentadas dentro do campo ganha maior contorno, quando analisamos as condições de produção da notícia. Discutimos processos, mecanismos de pressão e o *modus operandi* que estruturam as ações dos agentes e levam as notícias a serem como são. Entre os aspectos ressaltados estão as rotinas produtivas, subordinadas ao signo da velocidade e às pressões das horas de fechamento, os constrangimentos organizacionais, os valores da cultura profissional, os critérios de noticiabilidade, a relação dos jornalistas com seus pares e com as fontes. Destacamos, sobretudo, a existência de um saber prático, um senso prático que Bourdieu (2004) vai dar o nome de *habitus* e que leva os jornalistas, em geral, a buscarem as informações nos mesmos canais de recolha e a produzir as notícias a partir de formatos já conhecidos. Apesar de uma autonomia relativa, vemos que a atividade jornalística é condicionada e repetitiva, fato que aponta para uma socialização intensa no espaço da redação.

Dedicamos o terceiro capítulo à descrição da construção empírico-metodológica do estudo de caso, realizada a partir de uma abordagem qualitativa. Detalhamos aspectos

do encaminhamento da pesquisa empírica, como as escolhas e delimitações realizadas pela pesquisadora; as características da organização e do grupo investigado; as estratégias realizadas durante o processo de coleta de dados em campo; o desenvolvimento do contato com o sujeitos durante as entrevistas em profundidade e a abordagem etnográfica. Também nesse capítulo descrevemos o método de análise dos dados coletados em campo.

Com o objetivo de seguir o corpo de reflexões e a divisão para fim de análise desenvolvida durante a exploração teórica, no quarto capítulo, a pesquisa empírica centrou-se no pólo simbólico. Sobretudo a partir dos dados coletados durante as entrevistas em profundidade, construímos um conhecimento sobre a identidade profissional desses agentes, a partir do sistema de representações compartilhado pelo grupo investigado. Não estivemos atentos apenas aos elementos comuns, mas também à diversidade das falas, que deram origem a um complexo mosaico discursivo. Observamos, ainda, como o sistema simbólico, no qual a atividade está ancorada, confere sentido às ações dos sujeitos, levando-os a estabelecer envolvimento significativo com a atividade, apesar das insatisfações vivenciadas no ambiente da organização e até mesmo na vida privada (quando relacionadas à profissão).

O quinto capítulo foi dedicado a aspectos das condições objetivas de produção dos sujeitos da pesquisa. A partir dos dados coletados durante as entrevistas e observação participante, descrevemos e analisamos o fazer prático dos agentes do campo no sistema estrutural e material no qual estão inseridos, atentando para os mecanismos que incidem sobre a produção noticiosa - discutidos na exploração teórica - como a rotina de produção, o *habitus* profissional, a cultura noticiosa, os constrangimentos organizacionais, a relação com as fontes, o relacionamento dos sujeitos da pesquisa com os pares, com a chefia e com os veículos concorrentes.

A fundamentação teórica deste estudo tem base principalmente em autores que se propõem ao estudo da sociologia do jornalismo e das teorias da notícia e do jornalismo. Destacamos as contribuições do sociólogo francês Pierre Bourdieu, além dos teóricos portugueses Nelson Traquina e Jorge Pedro Souza e do brasileiro Clóvis de Barros Filho. Do primeiro, além das importantes discussões já realizadas em torno do jornalismo, apropriamo-nos de alguns conceitos-chave, como a noção de campo e *habitus*. Além disso, utilizamos os princípios da economia das trocas simbólicas, desenvolvidos por Bourdieu, com o objetivo de demonstrar que a aparência de virtude exaltada no universo jornalístico traz lucros simbólicos para seus agentes.

No que se refere aos autores portugueses, aproveitamo-los, sobretudo, pelos esforços em reunir as principais teorias do jornalismo e da notícia, como a abordagem construcionista, organizacional, teoria da ação pessoal ou *gatekeeper*, entre outras. Essas teorias, que tentam explicar por que as notícias são como são, conseguem analisar o processo produtivo jornalístico em suas várias particularidades, oferecendo ferramentas para desmistificar alguns valores e representações recorrentes no campo. De Traquina, também emprestamos importantes contribuições de seus estudos sobre a comunidade jornalística, enquanto grupo social que partilha, além de saberes especializados, um conjunto de crenças, valores e imagens sobre seu papel social. Também apropriamo-nos de considerações do autor no esforço de analisar o jornalismo sob a ótica da sociologia das profissões. De Barros Filho, utilizamos as reflexões do autor sobre ética no campo da comunicação, a partir da crítica ao paradigma da objetividade. O teórico também se torna estratégico para esse trabalho quando aplica o conceito de *habitus* profissional ao campo jornalístico, com base na obra de Bourdieu. No desenvolvimento do corpo teórico, cabe também destacar a contribuição de teóricos da psicologia social que se dedicam ao estudo e conceituação da teoria das representações sociais, como Moscovici, e de autores que estudam o comportamento dos grupos e indivíduos no universo das organizações a partir de uma abordagem antropológica, como Jean-François Chanlat.

Longe de pretender esgotar as discussões sobre o tema, essa pesquisa nos permitiu construir um conhecimento sobre o fazer prático dos agentes do campo jornalístico e sobre aspectos de sua identidade profissional. Com isso, esperamos contribuir para o avanço das reflexões no campo acadêmico e no espaço das redações.

1. REPRESENTAÇÕES, VALORES E A CONFIGURAÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

A constituição de um sistema simbólico, que remete ao universo das representações sociais, é um fenômeno condicionado de acordo com o contexto cultural e histórico (SÁ, 2002). No campo jornalístico, muitas das representações construídas sobre a atividade e seus atores - as quais serão mapeadas no desenvolvimento desta pesquisa - começaram a ser configuradas, segundo Traquina (2004b), durante o desenvolvimento da imprensa enquanto atividade comercial e do nascimento de um novo modelo de jornalismo no século XIX, o chamado “jornalismo informativo”. A partir desse modelo e do processo de profissionalização da atividade, o jornalista se reveste de uma série de valores e representações sobre seu ideal profissional, que dão sentido e orientam o seu papel na sociedade, permitindo a elaboração de uma identidade gratificante.

É por meio das representações sociais que os indivíduos conferem significação às suas ações e ao mundo social que os cercam, constituindo imagens, concepções e idéias a partir de classificações positivas ou negativas, as quais circulam por meio de crenças e valores compartilhados.

O conceito de representação social, aliás, é complexo, de difícil captura ou aceitação consensual. Recorrendo à base teórica da psicologia social, tentamos defini-lo, inicialmente, tal qual Moscovici:

Por representações sociais, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (1981, apud SÁ, 2002, p.31).

Como forma de conhecimento socialmente construído e compartilhado pelos grupos (JODELET, 1984, apud SÁ, 1999), as representações sociais permitem que os indivíduos se comuniquem na vida cotidiana, recriem o mundo social que os cerca, estruturando suas visões e concepções. Além de permitir compreender o mundo social a partir de quadros de referência (função cognitiva), também é função das representações sociais prescrever e orientar comportamentos e práticas, justificar condutas e tomadas de posição e fazer reconhecer a identidade de um grupo, definindo sua especificidade

(ABRIC, 1994a, apud SÁ, 2002, p.44). Esse último aspecto, a função identitária das representações, parece-nos particularmente importante para as discussões sobre a construção da identidade profissional jornalística, já que:

As representações têm também por função situar os indivíduos e os grupos no campo social (permitindo) a elaboração de uma identidade social e pessoal gratificante, ou seja, compatível com sistemas de normas e de valores social e historicamente determinados (ABRIC, 1994a, apud SÁ, 2002, p.44).

Quando se fala em representações sociais, a identidade torna-se, de fato, um conceito central. Isso porque as representações estabelecem relações de identificação, constroem auto-imagens e exibem a maneira dos agentes sociais estarem no mundo (LOSNAK, 2004). A identidade de um grupo determina suas representações e também é produto delas.

Entendida como um processo de construção social, a identidade corresponde à definição social de um grupo (CUCHE, 1999, p.177), definição esta que “permite situá-lo no conjunto social” por meio de uma relação de alteridade. Em outras palavras, a identidade sempre existe em relação a uma outra; é ao mesmo tempo um processo de inclusão (identifica os membros de um grupo sob determinado ponto de vista) e exclusão (distingue-o de outros grupos sociais). Nesse sentido, a construção da identidade profissional, no campo jornalístico, implica em definir “como ser jornalista e estar na profissão” (TRAQUINA, 2004a, p.42), permitindo que o grupo se localize socialmente, diferenciando-se, por sua vez, de outros grupos profissionais.

É preciso reconhecer que todos os grupos empenham energia buscando a valorização social de sua identidade e a imposição das representações que fazem de si mesmo, investindo “nas lutas de classificação todo o seu ser social” (BOURDIEU, 1980b, apud CUCHE, 1999, p.190). Ou seja, há nas representações, especialmente nas auto-representações, um movimento estratégico de lutas simbólicas em busca da construção de uma identidade gratificante, que traga aos indivíduos reconhecimento social. Nessa perspectiva, podemos considerar que, de forma geral, os jornalistas constroem seu discurso identitário estabelecendo um sentido de vinculação com a profissão a partir de representações positivas, apoiadas no compromisso com um nobre mandato. Buscando um lugar diferenciado no conjunto social, os agentes do campo reivindicam o *status* de

um trabalho que seria dono de uma aura particular, “não como os outros” (BOURDIEU, 1997, p.53).

Assim como as representações que a determinam e que também são produto dela, a identidade de um grupo não é um fenômeno estático. Como resultado de constantes afirmações, está sempre sendo desafiada a se construir (MEIHY, 2002, p.73). Contudo, no campo jornalístico, ao tentarmos apreender aspectos compartilhados da identidade representativa dos profissionais, podemos observar, nos discursos dos agentes, elementos identitários consensuais, ancorados no pólo simbólico historicamente constituído a partir do desenvolvimento do jornalismo informativo. Por meio de experiências e elementos ao mesmo tempo antigos e novos, a atualização de uma identidade e das representações sociais que a configuram também é um modo de sua reprodução. Isto é, embora haja o acréscimo de novos elementos identitários, esse processo ocorre sob a força da tradição, o que nos permite observar a continuidade, permanência e certa estabilidade nas representações centrais construídas em torno da definição social do “ser jornalista”.

Essas representações circulam não apenas no campo profissional, mas também no universo social mais amplo no qual os jornalistas estão inseridos. No entanto, o contato com esse sistema simbólico é reforçado a partir do processo de socialização dos sujeitos no campo jornalístico - que tem início, via de regra, nos cursos universitários -, marcando o indivíduo ao fornecer-lhe uma identidade sociocultural (CHANLAT, 1996a).

A referência às representações como definindo a identidade de um grupo vai por outro lado desempenhar um papel importante no controle social exercido pela coletividade sobre cada um de seus membros, em particular no processo de socialização (ABRIC, 1994a, apud SÁ, 2002, p.44).

Para além das diferenças de posição e opinião, como afirma Bourdieu (1997), será preciso notar que os jornalistas compartilham um conjunto de pressupostos e crenças, entre os quais se encontram valores e representações sobre a profissão. Junto às regras do fazer prático e às condutas aceitas pelo campo profissional, o jornalista assimila, durante sua trajetória social, as concepções centrais construídas sobre a profissão e o que se convencionou chamar de “bom jornalismo”. Esses agentes desenvolvem esquemas de

ação, percepção e classificação do mundo “decorrentes de socializações semelhantes” (BARROS FILHO, 2003b, p.134) e partilham quadros de referência comuns⁹.

1.1 Uma profissão repleta de imagens

“Toda a profissão é sobrecarregada de imagens, mas talvez outra não seja tão rodeada de mitos como a do jornalismo”. A frase do teórico português Nelson Traquina (2003, p. 65) sintetiza como a atividade jornalística, no mundo ocidental, tem sido objeto de representações sociais, sobretudo, na maneira como os jornalistas definem sua função, seu ideal profissional e a importância do jornalismo na sociedade.

Influenciadas por postulados iluministas e positivistas¹⁰, algumas dessas representações, que propõem modelos ideais de conduta, levam a crer que o profissional da imprensa, ao fazer uso de critérios objetivos e racionais, seria capaz de revelar cotidianamente a verdade dos fatos, sem a prevalência de interesses de qualquer ordem, além do esclarecimento do público (MORETZSOHN, 2002). Assim, o jornalista é concebido como um mediador imparcial, que atua acima dos conflitos, e a imprensa como um espelho, que reflete a realidade dos fatos.

No exercício de seu papel, o jornalista também é classificado como espécie de representante da sociedade, porta-voz da opinião pública, servidor do público, o que o levaria a ter um constante compromisso com o “outro”. Ou seja, nessa imagem - que destaca o alto grau de responsabilidade social da profissão e resvala numa aura missionária - o público seria absolutamente priorizado em detrimento dos interesses particulares dos agentes do campo. Em última instância, imbuído de sua missão, o jornalista seria desinteressado de outros ganhos que não estivessem relacionados ao seu compromisso com a verdade e o interesse geral.

Por influência do modelo norte-americano, a imagem do jornalista e do jornalismo no Brasil, assim como em outras democracias ocidentais, também está sedimentada na crença de um contrapoder. Nessa perspectiva, os agentes são representados como cães de guarda (*watchdog journalism*) dos poderes instituídos (Legislativo, Executivo e

⁹ - Traquina (2004a) define os jornalistas como uma tribo, ou seja, como uma comunidade interpretativa, que partilha quadros de referência comuns, maneiras próprias de ver o mundo e interpretar a realidade.

¹⁰ - Os iluministas, no século XVIII, tinham o propósito de “levar às luzes a todos os homens”, a partir do questionamento e da razão. Na política, os iluministas vão se posicionar contra o absolutismo e a favor das idéias liberais. O positivismo de Auguste Comte, que se desenvolve no século XIX, crê na idéia de que somente a observação objetiva e precisa dos fatos pode levar ao conhecimento da realidade e ao progresso da humanidade (ARANHA e MARTINS, 1986).

Judiciário), que devem fiscalizar os eventuais abusos por parte dos governantes e fornecer aos cidadãos informações relevantes para o exercício de seus direitos democráticos. Como cão de guarda, o profissional da imprensa teria “uma espécie de “missão cívica” (“heróica”) a desempenhar” (SOUZA, 2002, p. 87).

A mitologia jornalística coloca os membros desta comunidade profissional no papel de servidores do público que procura saber o que aconteceu, no papel de “cães de guarda” que protegem os cidadãos contra os abusos do poder, no papel de “Quarto Poder” que vigia os outros poderes, actuando do a quem doer, no papel mesmo de herói do sistema democrático (Ungaro, 1992), tão bem projectado e, por diversas formas, no imaginário coletivo no espaço público democrático, e sobretudo em diversos filmes em que a magia do cinema oferece uma constelação de símbolos e representações da mitologia jornalística (TRAQUINA, 2004a, p.87).

Apoiado nos valores de uma imprensa livre e independente, o jornal, na visão ocidental, funcionaria também, teoricamente, “como uma espécie de *ágora*, ou seja, como uma espécie de espaço público onde se ouviriam e, por vezes, onde se digladiariam as diferentes correntes de opinião” (SOUZA, 2002, p.33). Nesse espaço plural, o jornalista é classificado como mediador responsável por garantir no conteúdo do noticiário, de forma equilibrada, a manifestação dos mais diferentes grupos sociais, na defesa dos valores democráticos.

Essas são algumas das representações¹¹ configuradas em torno do jornalismo e do jornalista nas sociedades ocidentais democráticas, cujos valores aparecem mais fortemente entre códigos deontológicos, manuais de redação e livros sobre o jornalismo, ou no discurso dos próprios atores (repórteres, editores, diretores, empresas).

Em um movimento mais informal, outras imagens foram sendo reforçadas em torno do jornalista, entre elas a do repórter como um agente aventureiro - o “herói” protagonista de uma profissão que diz diariamente não à rotina e às condutas burocratizadas. Nesse sentido, ser jornalista seria o convite para uma grande aventura, fato que exigiria dos sujeitos considerável dose de coragem no exercício profissional¹².

¹¹ - Muito importante nos parece perceber que algumas representações assumem um carácter conflitante. Por exemplo: como é possível o jornalista apenas refletir a realidade, de forma objetiva e imparcial, e ao mesmo tempo ser crítico em relação a ela? Como pode ser mero canal de transmissão e “cão de guarda” dos poderes?

¹² - Podemos recorrer, entre tantos exemplos, à figura do repórter norte-americano John Reed, que, no início do século XX, assume a representação de um repórter tipicamente aventureiro e revolucionário: acompanha a revolução civil mexicana, os conflitos nas trincheiras nos Bálcãs, e tem sua biografia marcada,

Chama atenção também, em alguns discursos de atores do campo, a defesa da representação do jornalista como um intelectual, membro de uma “elite pensante”, com capacidade de visão acima da média para “identificar os fatos”, ou ainda a concepção romântica do jornalista como um profissional que dialoga com a arte e o ofício de escritor; bem como do repórter dotado de talento vocacional, que teria “o jornalismo na alma” e “a reportagem correndo nas veias”¹³.

As representações construídas em torno da profissão, que foram conferindo contorno à identidade profissional do grupo, não foram apenas reivindicadas pelos jornalistas como também socialmente atribuídas, já que “a identidade é sempre a resultante da identificação imposta pelos outros e da que o grupo ou o indivíduo afirma por si mesmo” (CUCHE, 1999, p.196). Portanto, a construção da identidade profissional também reflete as expectativas da sociedade sobre a imprensa e seus agentes. A credibilidade e legitimidade desses enunciados dependem da sanção da própria sociedade. Ou seja, além da força da tradição alimentada pelo próprio campo, a continuidade e permanência dessas imagens são possíveis porque os jornalistas estão inseridos em um conjunto social, no qual essas classificações, em maior ou menor medida, são reconhecidas.

Uma das representações sobre a atividade mais reconhecidas socialmente, por exemplo, é a de que o jornalista é o ator que tem a missão de informar o público a partir da verdade dos fatos.

Como sublinha Ruellan (1997:155), existe um reconhecimento colectivo das responsabilidades específicas que os jornalistas têm no “espaço público”, responsabilidades julgadas essenciais ao funcionamento de todo o sistema democrático, responsabilidades que constituem elementos importantes de toda uma cultura profissional, responsabilidades que estão associadas a toda uma mitologia que foi construída ao longo dos últimos séculos (TRAQUINA, 2004a, p.59 e 60).

sobretudo, por cobrir a revolução bolchevique na Rússia, em 1917. Foi modelo de repórter para uma geração de jornalistas americanos e de outros países. A cobertura de Reed sobre a Revolução Russa deu origem ao livro *Dez Dias que Abalaram o Mundo*, onde o jornalista narra, no formato de uma grande reportagem, os acontecimentos que antecederam e sucederam a revolução bolchevique. A biografia de Reed foi para as telas, em 1981, no filme *Reds*. Além de aventureiro, Reed assume a representação de um jornalista militante. Um de seus projetos era constituir um estado socialista nos EUA. Foi preso diversas vezes em sua trajetória de repórter e morreu jovem, aos 33 anos.

¹³ - A representação do talento vocacional ou do trabalho artístico não faz parte das classificações que ganharam expressão a partir da profissionalização da atividade. Ao contrário, seus valores chegam a se contrapor à defesa da exigência de formação profissional.

Embora reconhecendo a importância da atribuição, por parte da sociedade, dos papéis que devem ser desempenhados pelos agentes do campo jornalístico, podemos considerar, recorrendo à perspectiva de Souza (2002, p.85), que as representações que o público constrói do jornalismo resultam, sobretudo, “da imagem do jornalismo construída pelos públicos a partir dos próprios discursos jornalísticos (o que os media dizem de si e uns dos outros) e dos estereótipos projectados pela ficção popular”.

É preciso notar que a sociedade cobra dos jornalistas papéis virtuosos, o que não quer dizer que conceba a atividade somente com “bons olhos”. Pelo contrário, a imprensa muitas vezes é classificada como uma instituição poderosa, que invade e ameaça a privacidade das pessoas, explora assuntos de maneira sensacionalista, manipula informações de forma dolosa, omite ou inventa informações, favorece grupos sociais, corrompe-se frente ao poder, etc. Ou seja, há também todo um conjunto de representações de valor negativo construídas em torno do jornalismo na sociedade e reiteradas inclusive pela ficção, em obras cinematográficas¹⁴.

As representações negativas, quando ganham ressonância na sociedade, podem abalar a credibilidade dos jornais e dos profissionais. Daí novamente a necessidade de os jornalistas estarem constantemente reafirmando e justificando a importância do seu trabalho na sociedade. Os próprios agentes costumam atirar a primeira pedra nos jornalistas ou veículos que extrapolam explicitamente as orientações de conduta legitimadas dentro do campo, incompatíveis com a versão idealizada que o grupo pretende dar de si mesmo¹⁵.

Apesar de a realidade objetiva de suas práticas tensionarem algumas dessas imagens, como veremos em profundidade nas discussões do próximo capítulo, podemos considerar que, em seu discurso identitário (na maneira como se definem) e na definição de seu papel social, muitos jornalistas continuam a endossar discursivamente

¹⁴ - Considerando os objetivos desta pesquisa, que se apóia nas representações construídas pelos próprios agentes do campo sobre si mesmos e sobre a atividade, não caberá maior aprofundamento sobre as representações criadas pelo público ou pela ficção sobre os jornalistas e o jornalismo. Ressalta-se, entretanto, que este certamente é um campo rico para estudos. É interessante notar, por exemplo, que o cinema *hollywoodiano* em alguns filmes constrói imagens maniqueístas sobre o jornalista. É o profissional independente, investigativo, que serve à sociedade, como em *O Homem que matou Liberty Valance* (1962), *Deadline U.S.A* (1952), *Todos os homens do presidente* (1976), ou é o agente inescrupuloso, que passa por cima de princípios éticos para conseguir uma boa notícia, como em *A montanha dos sete abutres* (1951) e *The Front Page* (1974).

¹⁵ - O caso da repórter Janet Cooke, do *Washington Post*, é exemplar. Ela inventou uma matéria sobre um garoto de oito anos viciado em heroína e conquistou o Prêmio *Pulitzer*. A criação foi descoberta e Cooke teve que devolver o prêmio. Foi punida pelo jornal sendo despedida e até hoje é apontada como exemplo de mau jornalismo pelos próprios pares.

classificações sobre si mesmos e sobre a atividade, circundadas por uma esfera ideal. Se, por um lado, essas representações funcionam como um modelo de conduta para os agentes, por outro, em alguns aspectos, aparecem como uma forma de transfiguração verbal das condições objetivas de produção da notícia.

Será preciso reconhecer, contudo, que “a noção de que uma representação apresenta uma concepção idealizada da situação é, sem dúvida, muito comum”; configura-se como uma tendência de mostrar ao outro uma impressão melhor ou idealizada de nós mesmos, dando expressão a valores ideais, reconhecidos socialmente (GOFFMAN, 1975, p.40). Ou seja, assim como outros grupos profissionais, o jornalismo produz uma “ideologia profissional, uma representação mais ou menos idealista e mítica de si mesma” (BOURDIEU, 1996, apud TRAQUINA, 2004a, p.17), em conformidade com os valores reconhecidos no campo¹⁶.

A representação (mental) que o grupo se faz de si mesmo só pode se perpetuar no e pelo trabalho incessante de representação (teatral) pelo qual os agentes produzem e reproduzem, na e pela ficção, a aparência ao menos de conformidade à verdade ideal do grupo, a seu ideal de verdade (BOURDIEU, 2004, p.18).

1.2 A configuração de representações a partir da emergência do jornalismo informativo

A configuração de muitas representações e valores, hoje aceitos pelo campo jornalístico, ganhou expressão a partir do processo de profissionalização da atividade, durante o desenvolvimento do capitalismo e do crescimento da mídia enquanto indústria nos séculos XIX e XX. Apoiado no paradigma da informação com base nos fatos, um novo modelo de jornalismo é estabelecido nesse período, a partir do qual os agentes elaboram uma série de concepções sobre seu papel social e orientações de conduta.

Ganha destaque nesse contexto de expansão do campo jornalístico moderno, segundo Traquina (2004a), o desenvolvimento de dois pólos dominantes em torno da atividade: o pólo econômico – em que a comercialização das notícias torna-se uma mercadoria e o jornalismo um negócio lucrativo, e o pólo ideológico – que identifica a

¹⁶ - Apesar de todas as profissões produzirem uma “representação mais ou menos idealista e mítica de si mesma”, é razoável afirmar que esse impulso é mais alimentado em torno de algumas atividades, cujos objetivos são considerados “socialmente elevados”. Esse nos parece ser o caso do jornalismo.

imprensa como um serviço público e as informações jornalísticas de fundamental importância para sociedade.

Embora o jornalismo já fosse uma atividade conhecida no século XVIII, os jornais eram utilizados, sobretudo, como instrumentos de causas político-partidárias e tinham como base informações opinativas. Essa é a fase da imprensa de opinião, caracterizada pela “produção artesanal, tiragens reduzidas, estilo polêmico e manifestação de idéias” (SODRÉ, 2002, p.19)¹⁷. Foi a partir da expansão do jornalismo como negócio, que a informação com base nos fatos (notícias), e não mais o texto opinativo e político-partidário torna-se a principal vitrine do jornalismo ocidental, que agora se define como um serviço para a sociedade, apoiado em uma série de valores como a busca da verdade, a independência e imparcialidade. A partir dessa mudança, configura-se aquilo que passamos a chamar de jornalismo informativo e que hoje, como aponta Genro Filho (1987), é tradicionalmente visto como modelo do próprio jornalismo, o “jornalismo por excelência”¹⁸.

Esse modelo de imprensa comercial, organizado com bases industriais e mercadológicas (SODRÉ, 2002), desenvolveu-se, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX, quando os jornais – com características empresariais bem definidas – experimentam grande expansão de suas tiragens. O crescimento das vendas e, principalmente, as receitas publicitárias provenientes dos anunciantes vão financiar os custos dos jornais, que caminham em direção à independência econômica. Nos EUA, por exemplo, os jornais, que até 1830 prestavam serviços a partidos políticos, passam a vender a notícia a um público e “vender o seu público a anunciantes interessados em aumentar a venda de seus próprios produtos” (LINS DA SILVA, 1991, p.61). “Durante o século XIX, sobretudo com a criação de um novo jornalismo – a chamada *penny press* – os jornais são encarados como um negócio que pode render lucros, apontando como objetivo fundamental o aumento das tiragens” (TRAQUINA, 2004b, p.34). No Brasil, esse processo ocorre com atraso, quando comparado à dinâmica do jornalismo norte-americano. Segundo Lins da Silva (1991), todos os jornais brasileiros durante o século XIX ainda eram veículos de plataforma de governo e opiniões de grupos, mantidos sem a intenção de lucro e dirigidos a uma pequena elite. A consolidação do jornalismo brasileiro

¹⁷ - No Brasil, os primeiros jornais introduzidos legalmente foram o *Correio Brasiliense*, rodado em Londres, e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, ambos em 1808 (LINS DA SILVA, 1991).

¹⁸ - As etapas anteriores à configuração da imprensa como atividade empresarial, na visão do autor, formam a “pré-história” do jornalismo informativo.

como empresa, até a segunda metade do século XX, foi marcada por fragilidades, de acordo com o teórico.

A expansão da imprensa comercial está intimamente atrelada ao próprio desenvolvimento da economia de mercado e foi possível por uma série de fatores e alterações que ocorreram na sociedade. Entre os fatores de caráter material estão os avanços tecnológicos – como o aperfeiçoamento das rotativas, que aumentou a capacidade de tiragens e diminuiu o tempo de impressão, a linotipo e o aperfeiçoamento da fotografia (GENRO FILHO, 1987). Também o telégrafo e sua capacidade de transmissão de informação para pontos distantes vai ser um elemento determinante, por exemplo, para o desenvolvimento das agências de notícias, como a *Reuters*, criada em 1851.

O jornalismo informativo cresce no contexto de uma nova dinâmica social. Seu desenvolvimento está diretamente relacionado a certos fenômenos observados nesse estágio das sociedades industriais capitalistas, como o crescimento da população urbana. Com o processo de urbanização das cidades desencadeado pela Revolução Industrial do século XVIII, os jornais vão tornar-se um importante produto de consumo, especialmente nos grandes centros. Percebendo as necessidades de informações desse novo público, os veículos paulatinamente aumentam suas tiragens, oferecendo um produto de baixo preço, com ênfase em notícias de atualidade.

A alfabetização das camadas populares, a partir da criação e expansão de serviços educacionais públicos, também foi um aspecto decisivo para a conquista de novos leitores (TRAQUINA, 2004b, p. 39). Dentro de uma sociedade capitalista, o jornalismo cresce com base na indústria moderna, e com a proposta de oferecer um serviço que atendesse às demandas por informação da população, diversificando de forma crescente seu conteúdo. Nesse contexto, no qual os valores positivistas eram reinantes, a definição de um jornalismo informativo, que retratasse a realidade (teoria do espelho), foi ganhando importância.

O desenvolvimento de governos democráticos também criou condições para a consolidação de um discurso social sobre as responsabilidades dos meios de comunicação e de seus profissionais, discurso esse que se posicionava contra todo o tipo de censura e em prol da liberdade de imprensa. Após séculos de absolutismo, a definição do jornalismo como contrapoder e do jornalista como cão de guarda dos poderes instituídos ganha expressão nesse contexto de fortalecimento da democracia. É reivindicado e

atribuído aos profissionais do campo o papel de proteger os cidadãos contra eventuais abusos de poder e fornecer à sociedade informações essenciais para o exercício de seus direitos democráticos, “tornando central o conceito de serviço público como parte da identidade jornalística” (TRAQUINA, 2004a, p.27).

O jornalismo enquanto atividade remunerada desenvolveu-se durante o século XIX, na seqüência de um processo complexo de industrialização da sociedade, escolarização, urbanização, avanços tecnológicos e a implantação de regimes políticos onde o princípio da liberdade de imprensa se tornou sagrado (TRAQUINA, 2003, p. 26 e 27).

Recorrendo à Traquina (2004a), podemos afirmar que, de forma geral, dois importantes processos marcam a evolução da atividade jornalística no mundo ocidental: o aumento da comercialização dos produtos jornalísticos (as notícias) e a profissionalização dos trabalhadores da imprensa. Durante a expansão da imprensa como negócio, foram criadas vagas para um número crescente de pessoas, que passaram a se dedicar em tempo integral à produção de informações e sobreviver dessa atividade. Surge, a partir daí, agentes especializados em determinada tarefa do processo produtivo, como os repórteres¹⁹. Configurados como um grupo, os jornalistas começam a buscar maior autonomia e estatuto social, definindo valores e normas sobre o seu papel na sociedade e construindo representações que dão contorno à identidade profissional.

A luta pela profissionalização foi marcada pela formação de organizações²⁰, como sindicatos e associações de jornalistas, a criação de códigos deontológicos e o desenvolvimento do ensino de jornalismo em espaços universitários, em particular na segunda metade do século XX²¹ (TRAQUINA, 2004a). Esse movimento caminhou na tentativa de afirmação de uma autoridade profissional, de competências específicas para os agentes do campo, que reivindicavam um monopólio de conhecimentos e saber especializado: a produção da notícia.

¹⁹ - Especialmente por meio dos correspondentes de guerra, a figura do repórter contribuiu para a legitimação do jornalismo enquanto profissão no final do século XIX (TRAQUINA, 2004a).

²⁰ - Segundo Leuenroth (1987), o movimento de organização dos jornalistas brasileiros, por meio de associações, começou a tomar corpo na primeira década do século XX.

²¹ - No Brasil, os cursos de jornalismo expandiram-se a partir de 1969, com a regulamentação da profissão de jornalista, que tornou obrigatório o diploma universitário para o exercício da atividade. Segundo Lins da Silva (1991), a criação desses cursos contribuiu para disseminar valores e técnicas do jornalismo norte-americano no Brasil. Textos e produções americanas sobre jornalismo foram por muito tempo a base da bibliografia dos cursos de graduação, de acordo com o autor.

A criação de técnicas como o *lead* e a pirâmide invertida, que inauguraram um novo formato para o texto jornalístico, é exemplar nessa busca por profissionalização. Os agentes do campo reivindicaram não apenas saber o que deve ser notícia, mas como escrevê-la da forma correta e apropriada.

Os profissionais professam. Professam conhecer melhor que os outros a natureza de certos assuntos, e saber melhor que os seus clientes o que os preocupa. Isto é a essência do ideal e da reivindicação profissionais. Dela derivam muitas conseqüências. Os profissionais reclamam o direito exclusivo à prática (HUGHES, 1963, apud TRAQUINA, 2004a p. 57).

Os jornalistas foram buscando melhor estatuto social estabelecendo “os princípios do seu trabalho e os fundamentos das normas que os legitimam ante a sociedade (...)” (MONTERO, 1993, apud SOUZA, 2002, p. 27). A emergência da atividade como profissão se traduziu na emergência de representações sobre a imprensa e sobre os jornalistas. Isto é, os jornalistas foram definindo um conjunto de papéis, na tentativa de demarcar a própria representação de sua posição na sociedade. Para alcançar legitimidade, essas classificações precisaram não apenas ser partilhadas pelos agentes do campo como reconhecidas por outros grupos sociais. Os jornalistas tentaram, então, convencer a sociedade a sancionar sua autoridade enquanto produtores de notícias, procurando provar que a necessidade do exercício dessa atividade é de inquestionável importância social. Buscaram um mandato outorgado socialmente, e com ele privilégios, como o direito ao segredo profissional (preservação das fontes), o acesso a informações, e o contato com lugares e autoridades não facilmente acessíveis ao cidadão comum.

Segundo Traquina (2003, p.26 e 27), foi fundamental para a existência de uma identidade jornalística a “formação de ideologias justificativas (Elliot, 1978:189), tais como a noção de imprensa livre, o jornalismo como Quarto Poder”. Essas ideologias, segundo o teórico, definiram um *ethos*²² próprio para os jornalistas, como de um comunicador desinteressado, cujo compromisso está centrado no interesse geral e na busca da verdade.

²² - Muniz Sodré define o *ethos* como “a consciência atuante e objetivada de um grupo social”. Segundo o teórico, na concepção grega da palavra, *ethos* adquire tanto o sentido de habitar - a forma de vida e a maneira de agir de um grupo social - quanto das condições, normas, valores, hábitos e ações práticas que os agentes executam repetidamente num determinado espaço social. “Daí significar também “caráter”e, por derivação, na retórica aristotélica, a imagem moral que o orador construía discursivamente para o público” (SODRÉ, 2002, p.45).

O desenvolvimento de códigos deontológicos também é um fator particularmente importante nesse processo²³ de definição de normas, deveres e valores básicos do jornalismo, que sustentam de forma vigorosa o aspecto virtuoso que os agentes do campo pretendem atribuir à atividade. Mais recentemente, a criação de manuais de redação, com suas seções voltadas para a formatação da postura profissional e ética, é outro exemplo desse movimento de reafirmação de valores e regras sobre as condutas consideradas adequadas no campo.

Com a profissionalização dos jornalistas ao longo dos séculos XIX e XX, foram estabelecidos valores como a objetividade, a independência, a verdade, bem como a elaboração de normas que constroem os contornos de representações profissionais bem definidos do “bom” ou “mau” jornalista. A ideologia jornalística e a sociedade fornecem igualmente um ethos que define para os membros da comunidade jornalística que o seu papel social é de informar os cidadãos e proteger a sociedade de eventuais abusos do poder, ou seja, toda a concepção do jornalismo enquanto contrapoder. O ethos jornalístico tem sido determinante na elaboração de toda uma mitologia que encobre a actividade jornalística e que não só marca os próprios profissionais do campo jornalístico como também tem sido projectado no imaginário coletivo da própria sociedade (TRAQUINA, 2003, p.123).

Ao longo do tempo, a profissionalização da atividade também levou à consolidação de uma cultura profissional²⁴ no campo jornalístico. A cultura profissional é criada pela interação dos agentes de uma determinada comunidade, que passam a compartilhar um sistema de representações, valores, crenças e normas, além de um conjunto de postulados que os ajudam inclusive a responder a problemas práticos, a partir de hábitos e modos de comportamento inscritos na experiência vivenciada pelos sujeitos (TRAQUINA, 2004b e AKTOUF, 2001).

²³ - Preocupações dessa natureza começaram a existir no final do século XIX, mas se desenvolveram, sobretudo, a partir do século XX. O primeiro código deontológico de jornalismo foi escrito em 1900 na Suécia, mas adotado apenas em 1920. Em âmbito internacional, apenas em 1939 a Federação Internacional de Jornalistas adota um código profissional (TRAQUINA, 2004a).

²⁴ - Mitos, valores, rituais, símbolos, heróis, linguagem, “modelos de comportamento” são elementos constitutivos de uma cultura profissional, que engendra um sentimento de identidade entre seus membros. Ou seja, quando falamos em cultura, também a identidade coletiva torna-se um conceito central. “(...) nenhuma cultura é possível sem que ocorra identificação dos atores sociais com seus pares, com locais de socialização reconhecidos como tais e sem a interiorização desta situação enquanto criadora do que são, ou pensam ser, os membros da coletividade” (AKTOUF, 2001, p. 45).

De maneira mais ampla, podemos recorrer à definição de cultura tal qual formulada por Rocher: “Cultura é um conjunto de modos de pensar, de sentir e de agir mais ou menos formalizados, os quais, tendo sido aprendidos e sendo partilhados por uma pluralidade de pessoas, servem, de maneira ao mesmo tempo objetiva e simbólica para integrar estas pessoas em uma coletividade, distinta de outras” (1969, apud AKTOUF, 2001, p.50).

Sobretudo nas redações, espaços de produção da notícia e de socialização dos agentes, os jornalistas foram desenvolvendo guias de comportamento, quadros de referência comuns para ver o mundo (ou como afirma Bourdieu (1997), “óculos especiais” para interpretar a realidade). Os valores-notícia – a definição daquilo que deve ser notícia – por exemplo, é um elemento fundamental desenvolvido no seio dessa cultura de grupo, que prioriza fatos com características como a atualidade, excepcionalidade, notoriedade, proximidade, dramaticidade, etc.

Entre outros valores caros à cultura profissional estão a liberdade, independência, coragem e domínio do tempo no processo de produção²⁵. De certo, essa cultura também produziu (e continua a produzir ou reproduzir) os estereótipos do que é considerado bom ou mau profissional, a figura dos heróis do campo, uma forma de agir no exercício da atividade, de construir o texto de forma apropriada e interessante (saber de narração)²⁶, um certo fascínio pelo furo de reportagem, entre outros elementos (TRAQUINA, 2004a). Para ingressar na carreira, o neófito (ou no jargão profissional, o foca) deve passar por todo um processo de aculturação, por meio do qual internaliza os elementos comuns à cultura do grupo.

Apoiado em teóricos que estudaram a sociologia das profissões (Flexner, 1915; Greenwood, 1957; Hugues, 1963; Barber, 1963; Elliot, 1972), Traquina (2004b) recorre a alguns atributos que ajudam a definir a emergência de uma atividade enquanto profissão. Entre eles estão o uso prático de saberes especializados (monopólio do saber); uma base teórica com educação formal em universidades; um sentimento de autoridade, independência e liberdade profissional por parte do grupo; legitimação e reconhecimento perante a sociedade (mandato social); existência de códigos deontológicos (padrões apropriados de conduta); a noção de serviço à sociedade; existência de uma cultura profissional e de uma identidade profissional (definição de como ser e estar na profissão).

²⁵ - A relação dos jornalistas com o cronômetro ganha destaque dentro da cultura profissional. Ser rápido, conseguir dominar o tempo e finalizar o produto noticioso antes dos prazos de fechamento é, nesse campo, sinônimo de boa performance produtiva. Ao contrário, ser vitimado pelo cronômetro e pelas horas de fecho, sugere incompetência. Os jornalistas estão sempre apressados e, dentro dessa forma obsessiva de sentir o tempo, a urgência já se tornou regra de ouro.

²⁶ - O saber de narração, como aponta Traquina (2004a), também consiste em saber mobilizar a linguagem jornalística, com sua estrutura textual concisa e direta, em terceira pessoa, de forma clara e simples, com o objetivo de atingir um público diverso. Além disso, consiste em mobilizar uma estrutura narrativa já conhecida, que permite ao jornalista realizar o seu trabalho, encaixando novas histórias em velhos formatos. Um exemplo significativo é encontrado nas histórias policiais registradas em pequenas cidades e noticiadas por jornalistas investigados na pesquisa de campo. Muitos dos textos começavam com a seguinte frase: “Um crime dramático abalou a pequena cidade de...”. A sensação de *dejà-vu* é latente.

O jornalismo, a partir do processo de profissionalização da atividade desencadeado em meados do século XIX, tem buscado, em menor ou maior medida, os atributos elencados acima. Entretanto, apesar de todo o papel nobre reivindicado e atribuído à atividade, na visão de Traquina (2004b, p.75), “o jornalismo tem sido, historicamente, uma profissão pouco prestigiada”, protagonista de um movimento de profissionalização lento e marcado por dificuldades.

Talvez por ainda estar lutando por maior estatuto social, os agentes desse campo gastem considerável dose de energia investindo no movimento de lutas simbólicas por classificação, ao tentar reafirmar sua importância diante da sociedade. Recorrendo a Elliott (1972):

Poder-se-ia argumentar que é mais provável encontrar uma orientação “missionária” ou “de serviço” entre os membros de uma ocupação numa fase relativamente primitiva do processo de profissionalização. Ocupações que procuram estabelecer-se como profissões afirmam, usualmente, que o serviço que fornecem é importante, se não vital, para a sociedade (apud TRAQUINA, 2004a, p. 44).

Os baixos vencimentos²⁷ e as precárias condições de trabalho a que estão submetidos muitos jornalistas brasileiros são um exemplo de que a profissão ainda luta por melhor estatuto social. Há também, atualmente, um quadro de grande insegurança nas redações²⁸. As faculdades “expelem” anualmente de seus cursos de jornalismo milhares de profissionais formados, sendo que o mercado abre vagas para uma pequena parcela deles²⁹. A grande oferta de mão-de-obra e a pequena disponibilidade de vagas trazem

²⁷ - O piso do jornal impresso no Interior do Estado é de R\$ 1.170,00 para cinco horas de trabalho e R\$ 1.872,00 para sete horas, segundo dados do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. Em geral, de acordo com o órgão, os profissionais excedem o horário previsto na jornada de trabalho e enfrentam um ambiente profissional precário, de excessivo trabalho e cobranças. Também buscam alternativas de um segundo emprego para complementar a renda, através de serviços de *free lance* ou de assessoria de imprensa.

²⁸ - Além do fantasma do desemprego, os jornalistas do meio impresso também têm convivido com o incômodo questionamento da validade de sua posição de comunicador na sociedade contemporânea, onde um fluxo sem precedentes de informações tem sido divulgado no meio digital, muitas vezes sem qualquer mediação por parte de um profissional da comunicação. Sintomático é o famoso caso do escândalo envolvendo Mônica Lewinski. O fato vasou pela Internet antes de qualquer veículo jornalístico ter acesso à informação. Ou seja, os jornais (impressos e eletrônicos) foram simplesmente furados por um não-jornalista. Os debates questionando a sobrevivência do jornal impresso em longo prazo, a partir do advento da Internet, ganharam expressão nos últimos tempos. Segundo Dizard (2000), apesar das mudanças trazidas pelas novas tecnologias, a imprensa provavelmente continuará ocupando um lugar importante na mídia por muito tempo. Contudo, para sobreviver, segundo o teórico, os jornais terão que adaptar seus formatos.

²⁹ - Na cidade onde atuam os sujeitos da pesquisa a situação é exemplar. Há três faculdades de jornalismo que, juntas, formam em média, todos os anos, cerca de 120 jornalistas, segundo estimativa do Sindicato dos

dificuldades para se discutir melhores condições de trabalho para a categoria e aumenta a possibilidade de rotatividade de profissionais dentro das redações.

Recentemente, outro exemplo de que os atores do campo ainda lutam por maior reconhecimento social ganhou ressonância com a polêmica em torno da exigência do diploma universitário para o exercício do jornalismo³⁰. O que está em jogo nesse embate é o próprio sentido de autoridade dos profissionais. Afinal, se qualquer pessoa pode tornar-se jornalista, o monopólio do saber para a produção da notícia, reivindicado por esses agentes especializados, é colocado em xeque. Essa polêmica reflete o fato de os jornalistas ainda não terem conseguido delimitar rigorosamente o seu território de trabalho, a exemplo do que ocorre com outras atividades como a medicina, cuja entrada para a profissão passa por rigorosos processos de afirmação de competências. A questão do diploma no campo jornalístico talvez cause tanta divergência porque a imprensa ocidental tem sua base de atuação no princípio da liberdade de expressão. A defesa desse princípio, para muitos, torna inviável estabelecer qualquer tipo de controle e licença para o exercício da atividade jornalística (TRAQUINA, 2004a). É razoável admitir que também as representações sociais que alimentam o componente vocacional ou artístico da atividade levem a exigência da formação universitária ser vista com ressalvas.

Apesar de todos esses percalços, podemos afirmar que ao longo do processo de profissionalização, os jornalistas construíram representações bem definidas sobre seu papel social e desenvolveram uma rica ideologia profissional³¹, atrelada a valores nobres da humanidade como a verdade, a liberdade e o interesse público. Não seria exagero dizer que a força desse sistema simbólico continua atraindo inúmeros jovens aspirantes à carreira aos cursos universitários de jornalismo. Podemos evidenciar que:

Se os jornalistas não foram capazes de fechar o seu “território” de trabalho, foram capazes de forjar uma forte identidade profissional, isto é, uma resposta bem clara à pergunta “o que é ser jornalista”, parte de toda uma cultura constituída por uma constelação de crenças, mitos, valores, símbolos e representações que constituem o ar que marca a

Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. Deste total, de acordo com o órgão, em média três são absorvidos por ano no mercado de trabalho local.

³⁰ - Em 2001, a decisão, em primeira instância, da juíza federal Carla Rister extinguiu a exigência do diploma para o exercício do jornalismo. Em outubro de 2005, por unanimidade, três desembargadores do Tribunal Regional Federal-SP rejeitaram a sentença da juíza, restabelecendo a necessidade de formação superior específica para o exercício do jornalismo. Ainda cabe recurso da decisão em instâncias superiores.

³¹ - É da ordem do ideológico “os sistemas de crenças e representações, os valores e as normas, que toda sociedade desenvolve para validar e manter a ordem social estabelecida” (DOISE, 1986, apud SÁ, 1996, p. 18).

produção das notícias. (...) poucas profissões tiveram tanto êxito como a de jornalista na elaboração de uma vasta cultura rica em valores, símbolos e cultos, que ganharam uma dimensão mitológica dentro e fora da “tribo” e de uma panóplia de ideologias justificativas em que é claramente esboçada uma identidade profissional, isto é, um *ethos*, uma definição da maneira como se deve ser (jornalista)/estar (no jornalismo) (TRAQUINA, 2004a, p.60 e 64).

1.3 O interesse pelo desinteresse

Em algumas concepções sustentadas sobre as funções sociais do jornalista é possível identificar o que Bourdieu (2004, p.149) chamaria de um certo “interesse pelo desinteresse”, uma “disposição desinteressada ou generosa” de agir. Isto é, constrói-se uma aura de nobreza em torno da identidade profissional quando se afirma que o jornalista está comprometido com a procura de uma verdade, de uma “missão” desinteressada, a partir da qual os agentes “sacrificam” interesses particulares em nome da verdade e do interesse geral, sendo, com isso, desencorajado a buscar lucros estritamente econômicos.

No “tipo ideal” esboçado, os membros desta comunidade interpretativa são pessoas comprometidas com os valores da profissão em que agem de forma desinteressada, fornecendo informação, ao serviço da opinião pública, e em constante vigilância na defesa da liberdade e da própria democracia (TRAQUINA, 2004a, p. 66).

Na tentativa de compreender como, em certos aspectos, essa aura de nobreza é sustentada no campo jornalístico “(...) a partir de um trabalho de construção simbólica que objetivamente leva a dissimular a verdade objetiva da prática” (BOURDIEU, 2004, p.167), recorreremos a princípios da economia dos bens simbólicos. Proposta por Bourdieu (2004), a partir da análise das relações no nível das sociedades de Cabila e Bearn, a lógica de alguns desses princípios pode ser utilizada como instrumental para a reflexão que aqui se coloca.

Os códigos de ética, manuais de redação e livros sobre jornalismo, bem como os discursos de agentes do campo – que reiteram representações e valores idealizados sobre a profissão – atuam, em alguns aspectos, como operadores de sentido na transfiguração simbólica da natureza da atividade jornalística. Nesse contexto, o jornalismo é exaltado não como um bem econômico (o que não é dito), mas como um bem simbólico (o que é dito), no qual o profissional é reconhecido e tem uma recompensa simbólica, entre elas,

ter uma função social na sociedade, ser o representante da verdade, mediador do interesse público, etc., e todo o *status* decorrente dessas imagens.

Seguindo esse mesmo raciocínio, o caráter mercadológico da notícia e da empresa jornalística é dissimulado, emergindo como um bem social. Essa recusa do interesse econômico é um dos princípios da economia dos bens simbólicos, no qual “a verdade econômica, isto é, o preço, deve ser escondida, ativa ou passivamente, ou deixada vaga” (BOURDIEU, 2004, p.193).

No jornalismo, os códigos deontológicos são um exemplo vigoroso dessa tentativa de eufemização da verdade econômica da atividade. Como afirma Sodré (2002, p.66) “a moral deontológica termina sendo um recurso de ocultação da verdadeira natureza das práticas setoriais de um grupo específico”. Para essas normas, a profissão de jornalista é, em última instância, uma atividade de natureza social e de finalidade pública, como nos mostram os Princípios Internacionais da Ética Profissional dos Jornalistas (PIEPJ).

En el periodismo la información es entendida como bien social y no como mercancía, lo que implica que el periodista comparte la responsabilidad por la información transmitida y, por consiguiente responde no solo ante los que controlan dos medios informativos, sino a fin de cuentas al público en general y sus diversos intereses sociales (PRINCÍPIOS..., 1983).

Alguns valores legitimados no campo profissional colocam o jornalista como “um comunicador desinteressado, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender e que o desviam da missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, doa a quem doer” (TRAQUINA, 2003, p.65). Assim, dissimulam-se as estruturas e mecanismos de pressão que incidem sobre as condições objetivas de produção no campo jornalístico.

Temos aí uma primeira propriedade da economia das trocas simbólicas: trata-se de trocas que têm sempre verdades duplas, difíceis de manter unidas. É preciso levar em conta essa dualidade. De forma mais geral, só podemos compreender a economia dos bens simbólicos se aceitamos, de saída, levar a sério esta ambigüidade que não é criada pelo pesquisador, mas que está presente na própria realidade, essa espécie de contradição entre a verdade subjetiva e a realidade objetiva (BOURDIEU, 2004, p. 161).

Na lógica da economia dos bens simbólicos, não ocorreriam simplesmente as relações de troca convencionais da economia capitalista, já que o espírito do cálculo, do interesse confesso, é eufemizado. “(...) nessa economia (simbólica), ou deixamos o interesse econômico em estado implícito, ou, se o enunciamos, é através de eufemismos, isto é, em uma linguagem de recusa” (BOURDIEU, 2004, p.165). Nesse sentido, o veículo de comunicação, para dar curso ao seu funcionamento com êxito, assumiria a condição de uma empresa diferenciada, cuja definição de sua função não seria estritamente econômica, estando também ancorada numa finalidade pública. O reconhecimento social dessa condição diferenciada da imprensa (e por que não dizer mistificadora) seria necessário para a própria continuidade de suas atividades, sob pena de colocar em xeque sua legitimidade.

O discurso elaborado pelo campo jornalístico, dentro desse contexto, é marcado por ambigüidades, como lembra Emir Sader:

Uma ambigüidade central cruza a grande imprensa: ela desempenha uma função pública, mas é uma empresa privada. No limite, torna-se incompatível a busca de rentabilidade por parte da empresa jornalística com a função de informar e ser um espaço minimamente democrático de debate. Sua lucratividade faz com que ela perca independência, conforme passa a buscar maior rentabilidade, participando de outros ramos econômicos e, assim, passando a ter interesses materiais que limitam ainda mais sua isenção (1998, p.9).

Transpondo o instrumental de análise do campo religioso feito por Bourdieu (2004), é possível afirmar que a verdade do jornalismo é conviver com duas verdades – a verdade econômica/material e a verdade ideológica. “Logo, para descrever cada prática, como entre os cabilas, seria preciso utilizar duas palavras, sobrepostas como em um acorde musical: apostolado/marketing, fiéis/clientela, serviço sagrado/trabalho assalariado etc” (BOURDIEU, 2004, p. 185).

Ou seja, partindo dessa tentativa de transfiguração verbal (que confere um caráter ambíguo a práticas e discursos): a notícia não é uma mercadoria, mas um bem público; os jornalistas não são trabalhadores assalariados submetidos a uma rotina de produção, mas profissionais que possuem um nobre mandato, uma missão social; os veículos de comunicação não têm como meta o lucro, mas a finalidade pública; os jornalistas não constroem uma realidade de segunda mão no conteúdo do noticiário, a partir de uma cultura noticiosa, mas simplesmente refletem, como um espelho, o real objetivamente; as

notícias não estão subordinadas a estruturas que condicionam o fazer jornalístico, mas são fruto da independência do jornalista na sua missão de bem informar o público.

A transfiguração é essencialmente verbal: para poder fazer o que se faz, acreditando (se) que não se faz, é preciso dizer (se) que se faz outra coisa, diferente da que se faz, é preciso fazê-la dizendo (se) que não a estamos fazendo como se não a fizéssemos (BOURDIEU, 2004, p.187).

Mais do que um profissional, o jornalista é representado, em alguns momentos, como um comunicador desinteressado, que executa tarefas de objetivos “socialmente elevados”. A postura do desinteresse traz lucros simbólicos e um capital de reconhecimento. Apesar do gasto de energia desencadeado a partir desse trabalho de eufemização, o agente é recompensado pela imagem de virtude, correspondendo a crenças socialmente constituídas sobre ele. Ou seja, para que essa recompensa efetivamente ocorra é preciso que o agente esteja inserido em um universo onde essa disposição de agir desinteressada, essa aparência de conformidade com o ideal do grupo seja reconhecida. Logo, é encorajado a se pensar e se apresentar dessa maneira.

A aparência de virtude funciona como uma estratégia de legitimação e valorização social da identidade do grupo. Isso não quer dizer, entretanto, que esse processo seja desencadeado de forma estrategicamente dissimulada, cínica ou calculista por muitos jornalistas (especialmente os que ocupam uma posição menos elevada hierarquicamente nas redações, como os repórteres³²). É razoável admitir que esses sujeitos estão socialmente inclinados a interiorizar e corroborar discursivamente representações que alçam o papel do jornalista a uma condição virtuosa, as quais são freqüentemente reiteradas dentro do campo, por meio de códigos de ética, manuais de redação, livros sobre jornalismo e pelos próprios discursos dos agentes inseridos nesse universo social. “Ser uma determinada espécie de pessoa por conseguinte não consiste meramente em possuir os atributos necessários, mas também em manter os padrões de conduta e aparência que o grupo social do indivíduo associa a ela” (GOFFMAN, 1975, p. 74).

³² - Ao contrário daqueles que ocupam cargos de chefia, esses profissionais não participam diretamente das preocupações comerciais e das estratégias discursivas de marketing da empresa.

1.4 A representação de servidor do público

Em 1947, nos EUA, a *Comissão Hutchins* enunciou os princípios de uma teoria da responsabilidade social da imprensa (*A Free And Responsible Press*) delineando as dimensões morais da atividade jornalística e seus compromissos com a sociedade, dimensões essas que marcariam as reflexões sobre a mídia nos países ocidentais (CORNU, 1998, p.123). Essa teoria foi uma resposta à crescente concentração e poder dos meios de comunicação nos EUA. A *Comissão Hutchins* sustentou que as empresas jornalísticas não poderiam apenas apoiar-se no princípio da liberdade de imprensa para justificar suas atividades. Era necessária uma contrapartida de responsabilidade e qualidade na divulgação das informações, já que a imprensa cumpriria “um serviço público”.

Assim como no enunciado da *Comissão Hutchins*, basta uma rápida consulta aos códigos deontológicos da atualidade para perceber o esforço desses documentos em representar a notícia não como uma mercadoria, cujo objetivo é trazer lucratividade para as empresas, mas sim como um bem social. O jornalismo, assim apresentado, encontra legitimidade em sua identificação com o ideal de serviço à sociedade, diferenciando-se das demais atividades econômicas (TRAQUINA, 2004b).

Se a informação é tida como um bem de caráter público e social, o jornalista é representado como o agente que tem um constante compromisso “com o outro”, sendo classificado como uma espécie de servidor do público. Para alguns, o compromisso com o mandato social que lhes foi conferido é dever de primeira grandeza, como nos mostram as palavras do jornalista Clóvis Rossi (1995, p.77), ao alimentar a representação missionária em torno da profissão: “O dever fundamental do jornalista não é para com seu empregador, mas para com a sociedade (...) Fazer bem e honestamente o seu trabalho é uma exigência, não para agradar os empregadores, mas para cumprir a sua missão”.

Na condição de servidor do público, o jornalista também é definido como o profissional responsável em garantir no conteúdo dos noticiários a diversidade, um quadro representativo da sociedade, em seus mais diversos grupos e interesses sociais. Nesse contexto, a imprensa é concebida como uma espécie de ágora, onde as diversas opiniões e preocupações da sociedade podem ser ouvidas e discutidas. “A dimensão pública do jornalismo exige que, na informação, esteja presente a pluralidade de versões e a maior transparência possível da realidade, mediada pelo profissional”, define Karam

(1997, p.103). Carlos Eduardo Lins da Silva (1988), referindo-se à *Folha de S. Paulo*, segue raciocínio semelhante: “(...) o público que consome o jornal é composto por pessoas com diferentes visões de mundo, e como o jornal não pode prescindir de nenhum grupo significativo de seus leitores, deve representar cada um deles no noticiário e não discriminar nenhum”.

Na defesa desse espaço plural, a imagem de independência e isenção como regras de ouro do bom jornalismo também é frequentemente ressaltada por profissionais renomados, como nos mostra o depoimento de Boris Casoy (NOGUEIRA (Org.), ca. 1995, p. 20). “Por fim, quero fazer notar que (...) o Jornal da Record é plural. Não tem amigos ou inimigos. Nele falam todas as correntes de opinião”.

Levando ao limite o sentido de responsabilidade social da profissão, é razoável que alguns agentes do campo jornalístico defendam a autonomia, a não submissão da atividade aos imperativos mercadológicos. De fato, é possível perceber elementos antimercado no discurso dos jornalistas. Como lembra David Shaw (1999, apud MORETZSOHN, 2002, p.106), os repórteres e editores, em geral, “sentem que devem sua lealdade básica não aos anunciantes nem à empresa – o jornal –, mas aos princípios básicos do jornalismo”. Talvez por isso, Juca Kfourri se sinta tão à vontade para afirmar que o leitor é o patrão do repórter: “Independência, ética, curiosidade, isenção, coragem, são alguns ingredientes que fazem um bom jornalista, um profissional que, no limite, não tem um amigo e tem milhões de patrões – os leitores, telespectadores e ouvintes” (NOGUEIRA (Org.), ca. 1995, p.57). O estudioso Kimball vai mais longe ao classificar a imprensa como serviço para o público:

Os jornalistas são servidores do público (public servants) oficiosos cujo propósito é servir a comunidade. O sentido de responsabilidade com a comunidade, a lealdade para com o público enquanto cliente acima de todas as outras lealdades, é a principal exigência do jornalista no seu trabalho. O serviço público, de facto, acaba por ser uma das motivações essenciais dos jovens que procuram um futuro no jornalismo (1963, apud TRAQUINA, 2004a, p. 59).

Nesse contexto, a acusação de que o jornalista, no exercício da atividade, visaria outras motivações, que não sejam as do interesse público, fragiliza a postura de “desinteresse” legitimada no campo, configurando-se como motivo de ofensa para o profissional, como afirma Barros Filho:

Uma das maiores ofensas possíveis a um jornalista é insinuar sua vinculação com outros interesses que não sejam as do interesse público. O “mercado” aparece com frequência como o inimigo a ser combatido (...). Como bem salienta Carlos Eduardo Lins da Silva, as razões de mercado são “tidas como indignas por boa parte dos jornalistas que condenam a própria existência de uma sociedade de mercado” (2003b, p. 23 e 124).

Soloski destaca (1993, p.93) que a ideologia do profissionalismo está respaldada na idéia de serviço para a sociedade e, aparentemente, carrega fortes componentes altruístas e antilucro. Entretanto, lembra que esses componentes tendem “a ofuscar a estrita relação entre capitalismo e profissionalismo”, que compartilham suas raízes históricas. No contexto produtivo, a verdade econômica da empresa jornalística moderna nos mostra que a atividade é um negócio apoiado na dinâmica de mercado.

1.5 Os cães de guarda da sociedade

A industrialização do jornalismo a partir do século XIX, o desenvolvimento de governos democráticos e a profissionalização dos agentes do campo criaram condições para o surgimento de outra forte concepção em torno da imprensa: a representação do jornalismo como contrapoder. Decorrem daí as imagens do jornalismo como “cão de guarda” do poder (*watchdog journalism*), guardião da sociedade e corregedor dos desvios do sistema.

A teoria democrática do século XIX, que encontra respaldo no pensamento de filósofos como Rousseau e Voltaire, apresenta a liberdade de imprensa como um elemento fundamental para a manutenção do sistema, e estabelece uma relação simbiótica entre jornalismo e democracia (Traquina, 2004b). Em linhas gerais, reserva à imprensa o papel de informar e salvaguardar os interesses da sociedade, representar as vozes da opinião pública e fiscalizar o Estado, em suas três esferas de atuação - Legislativo, Judiciário e Executivo -, protegendo os cidadãos de eventuais abusos dos governantes e dos poderes instituídos³³. Essa visão carrega todo um viés funcionalista e vê no jornalismo uma forma de denúncia das irregularidades do sistema e “aperfeiçoamento das instituições democráticas”³⁴ (GENRO FILHO, 1987).

³³ - No papel de vigilante, os jornalistas deveriam adotar uma postura de desconfiança frente aos poderes.

³⁴ - O modelo funcionalista proposto por Lasswell (1985) vê no controle e vigilância sobre o meio ambiente algumas das funções dos meios de comunicação na sociedade. A mídia, nessa perspectiva, deve zelar pelo bom funcionamento das partes que compõem o sistema.

Para a teoria democrática, o jornalista, com liberdade e independência, deveria garantir as informações necessárias para as pessoas exercerem seus direitos e cidadania, participando da construção da sociedade de forma consciente. Assim, o jornalista é representado como elo importante de mediação entre a sociedade e os governantes, tendo uma espécie de mandato da sociedade para o desempenho dessas funções.

É a partir da idéia de que o público tem o direito de ser informado que os jornalistas tentam dar sentido e justificar sua atividade. Assim sendo, segundo os discursos dominantes sobre o dever-ser jornalístico (deontologia)³⁵, os fatos de relevância social devem ser transformados em notícia de forma objetiva, imparcial e contextualizada, para atender às necessidades de informação da sociedade. “Os meios jornalísticos actuariam sobretudo através do acto de informar os cidadãos, no pressuposto de que estes são actores responsáveis num sistema social de que fazem parte e sobre o qual devem intervir” (SOUZA, 2002 p. 58).

Conta-nos Montero (1993) que a atitude liberal do século passado já via a imprensa como uma espécie de quarto poder, contraposto aos poderes executivo, legislativo e judicial, como uma espécie de veículo necessário para bem informar os cidadãos sobre a sociedade. Esta posição, parece-me, terá mesmo moldado as idéias que hoje subsistem nas democracias ocidentais sobre o papel dos meios jornalísticos (SOUZA, 2002, p. 125).

Na perspectiva de vigilância e fiscalização dos poderes, os jornalistas estariam autorizados a vasculhar informações, em nome do esclarecimento da sociedade e do mito da transparência, “filho direto da ideologia das Luzes” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 11). O clássico caso *Watergate*, nos EUA, na década de 70, é referência para a representação do jornalista como cão de guarda das instituições democráticas e do jornalismo como contrapoder. Ao vasculhar o esquema de corrupção que se abateu sobre o governo do então presidente Richard Nixon, a figura dos repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein, do *Washington Post*, foi imortalizada no campo como exemplos a serem seguidos de bom jornalismo investigativo³⁶.

³⁵ - A deontologia, segundo definição de Cornu (1998, p.11), é “o conjunto de deveres que regulam uma prática” no campo que lhe é próprio. Utilizamos aqui a expressão “discursos sobre o dever-ser” não apenas como correspondente à ética normativa presente nos códigos, mas como valores referenciais corroborados no discurso dos próprios atores desse campo (jornalistas, editores, veículos de comunicação, manuais e livros sobre o tema).

³⁶- *Watergate* culminou com a renúncia de Nixon. Lins da Silva (1991) alerta, entretanto, que é uma visão “grosseiramente exagerada” pensar que apenas a ação dos jornais derrubou o presidente dos EUA do poder.

“Em qualquer época, uma das funções principais do Jornalismo é a de fiscalizar os poderes públicos e é o repórter o encarregado desta tarefa”, defende o jornalista Ricardo Kotscho (1986, p. 34). Mino Carta vai mais longe na declaração de intenções da revista Carta Capital:

A revista fiscaliza o poder, pois essa é uma função indispensável do jornalismo e realmente faz uma marcação homem a homem dentro de suas possibilidades e dos objetivos que estabeleceu. Além disso, tem uma devoção canina pela verdade factual e por isso digo que ela é uma publicação independente (apud BARROS FILHO, 2003b, p.126).

Nos discursos elaborados sobre a profissão, os jornalistas, por vezes, são concebidos como verdadeiros corregedores de desvios do sistema democrático. De fato, como afirma Traquina (2003, p.65), “o poder do mítico tem envolvido a profissão de jornalismo de tal maneira que, muitas vezes, os jornalistas são apresentados como os Davides da sociedade matando os Golias – uma forma não menos poética de conceber o jornalismo como um contrapoder (...)”.

Segundo Moretzsohn, a visão de que o jornalismo atuaria como contrapoder, acima das contradições da sociedade, foi desenvolvida no seio da sociedade norte-americana, mas estendeu-se para os demais países democráticos ocidentais:

São princípios desenvolvidos no contexto da sociedade americana, mas cujo reconhecimento transcende essa particularidade, não só porque, como dissemos, vinculam-se a postulados clássicos do iluminismo, como porque foram adotados pela imprensa ocidental em geral, e é em torno deles que se procura formular uma teoria do jornalismo (2002, p.56).

Como veremos no próximo capítulo, apesar de apoiar-se na representação de um contrapoder, o jornalismo, devido à sua própria dinâmica produtiva, tende a reproduzir valores consensuais do poder instituído. Fato que também acaba gerando representações negativas sobre a profissão, como podemos observar na crítica ácida do francês Serge Halimi:

Segundo ele, os jornais, na verdade, deram repercussão a um processo que já havia passado pela polícia, Congresso e Justiça. *Watergate*, portanto, não foi o resultado apenas da ação do jornalismo, mas também de outras instituições que, juntas, levaram a história a ter esse desfecho. Entretanto, foi a imprensa que ganhou o mérito exclusivo da ação. O modelo de jornalismo como contrapoder representado por *Watergate*, segundo Lins da Silva, foi capaz de encantar jornalistas brasileiros, reforçando a idéia de que uma imprensa livre é indispensável para a garantia da democracia.

Ora, eles proclamam-se “contrapoder”...Vigorosos, desrespeitadores, porta-vozes dos obscuros e dos sem-voz, fórum da democracia viva. Um sacerdócio que os americanos resumiram nesta fórmula: “confortar os que vivem na aflição e afligir os que vivem no conforto”. O contrapoder entorpeceu-se. E voltou-se contra os que deveria servir. Para ficar a serviço dos que deveria manter sob vigilância (1998, p.13 e 14).

1.6 A objetividade e imparcialidade como regras de ouro

Ao lado da concepção do agente do campo como servidor do público e cão de guarda dos poderes, o pólo simbólico jornalístico apoiou-se no paradigma da objetividade e imparcialidade como representação do jornalismo ideal, a partir do desenvolvimento da imprensa comercial. Sedimentado em valores positivistas, como aponta Barros Filho (2003a), esse paradigma procura fazer uma distinção entre o real e a valoração humana do real.

Ao invés de personalista, opinativo e polêmico, o jornalismo moderno apresenta-se como espelho da realidade. Nessa perspectiva, ao ser objetivo e imparcial, o jornalista poderia manter uma equidistância em relação às fontes e chegar à verdade dos fatos – sendo esta a condição primeira para uma postura ética na produção de notícias, como aponta o Código de Ética do Jornalista Brasileiro (CEJB): “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação” (CÓDIGO..., artigo 7.º). Ou então, como defende o Manual de Redação da Folha: “A investigação dos fatos diz respeito ao compromisso do jornalismo com a verdade e a crítica (...)” (2001, p.28). A crença de que o jornal divulgaria diariamente tão somente a verdade está presente no discurso da maior parte das empresas jornalísticas.

A tarefa de cobrir os acontecimentos com uma postura objetiva e imparcial chegou a sedimentar, no meio profissional, a expressão “homem de marte” – alusão ao jornalista imune a qualquer interferência externa, que retrataria os dados da realidade sem valorações, com inquestionável postura de neutralidade (como um ser de outro planeta). Nesse mesmo contexto, a metáfora do espelho (que exalta valores como a transparência e neutralidade) também passou a ocupar um espaço privilegiado no discurso de profissionais da área. “Somos meros intermediários entre o fato verdadeiro e o público”,

defende Lillian Witte Fibe (NOGUEIRA (Org.), ca. 1995, p.65), reforçando os valores da teoria do espelho, que pressupõe a representação perfeita do real na atividade jornalística.

Assim, o jornalista é apresentado como o agente que reporta e não interpreta os fenômenos. O próprio tempo simbolizado nas manchetes é utilizado no presente, como se a matéria jornalística fosse um flagrante fotográfico do momento em que ocorre o acontecimento (SCHUDSON, 1986, apud LINS DA SILVA, 1991). Traquina (2003) lembra que a ideologia jornalística ainda hoje está impregnada pelos valores da teoria do espelho, que garantem legitimidade ao campo ao reforçar o papel dos jornalistas como o de simples mediadores imparciais entre o público e o real, que retratam os acontecimentos.

O ethos dominante, os valores e as normas identificadas com um papel de árbitro, os procedimentos identificados com o profissionalismo, fazem com que dificilmente os membros da tribo jornalística aceitem qualquer ataque à teoria do espelho, porque a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social que as notícias refletem a realidade, que os jornalistas são imparciais devido ao respeito às normas profissionais e asseguram o trabalho de recolher a informação e relatar os fatos, sendo simples mediadores que “reproduzem” o acontecimento da notícia (TRAQUINA, 2003, p.67 e 68).

Pluralidade, objetividade, imparcialidade, neutralidade são espécies de dogmas exaltados pelos princípios deontológicos jornalísticos na missão de “bem informar” o público. É como se o jornalista pudesse apreender um fenômeno em sua totalidade, suspender seu crivo valorativo ao cobrir um acontecimento, ouvir de forma isenta, equilibrada e na medida certa todas as partes envolvidas, retratando a realidade com distanciamento. “Na reportagem, o que eu faço é levar a informação jornalisticamente, ou seja, explorando os lados de todos os envolvidos para que quem está em casa possa tirar suas conclusões”, defende o jornalista Elias Awad (apud BARROS FILHO, 2003b, p.143).

Apesar das inúmeras críticas já recebidas no campo acadêmico, o paradigma da objetividade e os valores decorrentes dessa crença (como a imparcialidade, neutralidade e transparência) continuam tendo aceitação entre profissionais que atuam no espaço das redações. Também algumas produções teóricas contribuem para sedimentar esse paradigma. Barros Filho (2003a) acredita que o adjetivo “objetivo” provavelmente seja um dos mais citados nos discursos sobre o procedimento correto do fazer jornalístico.

Historicamente, o discurso da objetividade jornalística nasce sob a influência do positivismo de Auguste Comte. Segundo Barros Filho (2003a), os teóricos o localizam no último quarto do século XIX, nos Estados Unidos, quando o positivismo já se consolidava como pensamento filosófico dominante. Com base nessa corrente filosófica, a subjetividade não é bem-vinda no texto jornalístico, e a objetividade seria um requisito para se chegar à verdade dos fatos. “Surge, assim, com o positivismo, a distinção entre o fato e o juízo de valor, entre o real e a valoração do real e entre o acontecimento a ser estudado e a opinião. (...) Deriva daí a distinção que fazemos entre jornalismo opinativo e informativo” (BARROS FILHO, 2003a, p. 22). Aparecem também nesse período, como lembra o autor, as técnicas do *lead* e da pirâmide invertida³⁷, cujo objetivo principal é transmitir as informações principais da notícia já nos primeiros parágrafos (numa ordem decrescente de importância) e dar ao texto um formato de objetividade³⁸.

A redação impessoal, a ausência de qualificativos, a atribuição das informações às fontes, a comprovação das afirmações feitas, a apresentação das partes ou das possibilidades em conflito (doutrina do equilíbrio) e o uso de aspas garantiriam a necessária imparcialidade informativa (BARROS FILHO, 2003a, p. 24).

O princípio da objetividade no jornalismo está conectado ao próprio movimento de transformação do jornal em mercadoria (SCHILLER, 1981, apud LINS DA SILVA, 1991). Esse discurso torna-se estratégico na tentativa de legitimação da representação do jornalista como “servidor dos fatos”. Colocando-se acima dos conflitos, de forma neutra, esse discurso, em última instância, alcança os lucros da defesa de um valor que se apresenta como universal: a verdade. Nesse sentido, podemos afirmar, recorrendo a Bourdieu, que o ideal da objetividade e a imposição de sua forma é um tipo de violência simbólica:

³⁷ - O uso do *lead* foi introduzido nos jornais brasileiros a partir das agências de notícias norte-americanas, que vendiam seus textos para vários países. A pirâmide invertida também foi criada pelas agências para que cada jornal atendido por elas pudesse fazer os cortes necessários nos textos, de acordo com suas necessidade de edição (LINS DA SILVA, 1991).

³⁸ - A lógica do *lead* consiste em apresentar, já no primeiro parágrafo, as informações principais do texto, respondendo às questões clássicas: quem, o que, quando, onde, como e por quê. Em seguida, tal como uma pirâmide invertida, as informações vão sendo apresentadas na matéria em ordem decrescente de importância. Esse formato permite que no momento da edição, deparando-se com a falta de espaço para diagramar a matéria, o editor retire os parágrafos finais, sem perder as informações supostamente mais importantes.

A força da forma, esta *vis formae* da qual falavam os antigos, é esta força propriamente simbólica que permite à força se exercer plenamente, fazendo-se desconhecer enquanto força e fazendo-se reconhecer, aprovar e aceitar pelo fato de se apresentar sob a aparência de universalidade, de razão ou de moral (1987, apud BARROS FILHO, 2003a, p. 65).

A informação vendida como retrato do real produz efeitos e tem poder de persuasão ao criar um “sentimento de realidade”, buscando “fazer crer nessa coincidência entre o produto mediático e o real” (BARROS FILHO, 2003a, p.29). Nesse contexto, o exemplo da figura do enviado especial e do correspondente de guerra é bastante ilustrativo. Ele está lá, no local dos fatos, e é apresentado como testemunha ocular da história. Ao enviar um repórter para cobrir determinado assunto de significativo valor notícia, o jornal utiliza-se de uma estratégia suplementar de convencimento. Afinal, por que duvidar da informação trazida de um jornalista que esteve presencialmente cobrindo um acontecimento?

No noticiário, o público é convidado a ver o mundo sob certos enfoques e visões, que são apresentados como a “verdade dos fatos”. A aparência de objetividade apóia-se em “expectativas coletivas” e “em crenças socialmente inculcadas” (BOURDIEU, 2004), como a defesa de uma linguagem transparente que possa apreender a realidade. “A mídia constrói um mundo objetivo que, por se impor como o “real de todos”, não é subjetivamente o real de ninguém, impondo-se a todos através da força da violência simbólica que caracteriza a objetividade aparente” (BARROS FILHO, 2003a, p.80).

Sabemos que a notícia não é um espelho da realidade, mas sim uma construção social. Por meio de um crivo valorativo, o jornalista seleciona dados, classifica, hierarquiza, define os fatos que devem ou não “passar pelas porteiras” (*gatekeepers*) e constrói, como aponta Barros Filho³⁹, uma realidade de segunda mão no conteúdo do noticiário, entre tantas possíveis. Por isso, na perspectiva do autor, as técnicas de objetividade do discurso jornalístico buscam ocultar a postura subjetiva e arbitrária que marca o processo de produção da notícia.

Muitos agentes do campo jornalístico já admitem hoje que atingir a objetividade é algo impossível, mas continuam defendendo que se aproximar dela deveria ser a intenção de todo o jornalista, ou seja, o texto objetivo seria um ideal a ser buscado, uma orientação

³⁹ - Em palestra apresentada no *VIII Celacom*, no dia 29 de março de 2004, na Universidade Metodista de São Paulo, em São Bernardo, sob o tema *Desafios Profissionais*.

de conduta. “A objetividade não existe, mas a vontade de ser objetivo pode ou não existir”, afirma Alfred Grosser (1983, apud BARROS FILHO, 2003a, p.44). Dentro dessa perspectiva, a busca da objetividade dependeria diretamente da atitude e intenção do jornalista, estando relacionada com a honestidade, com o esforço do profissional em ouvir todos os lados, não ocultar o que percebeu, despojar-se de sua opinião pessoal, seu crivo valorativo e demais elementos subjetivos.

Na luta pela legitimação do produto noticioso, os jornais também estabelecem concorrência entre si, apresentando-se como mais “verdadeiros” ou apartidários que os outros. A imprensa rotulada como sensacionalista, por exemplo, é denegrida pelos jornais dito “sérios”, que se utilizam dessa diferenciação para aumentar sua credibilidade enquanto produto informativo. Slogans como o utilizado pela revista *Istoé* - “A verdade, toda a verdade, nada além da verdade⁴⁰” - mostram o quanto os veículos de comunicação gastam energia nessa empreitada. No plano econômico, a preservação de representações como essa se torna estratégica para a credibilidade do veículo informativo. Uma empresa de comunicação que se auto-representa, por exemplo, como o espaço da verdade, possivelmente conquistará mais leitores.

Em última instância, é preciso notar que valores como a busca da objetividade, neutralidade, a informação com base na verdade dos fatos, defendidos no campo jornalístico, de certo, também reproduzem os valores da cultura mais ampla, fortemente marcada pelo positivismo.

Na medida em que uma representação ressalta os valores oficiais comuns da sociedade em que se processa, podemos considerá-la, à maneira de Durkheim e Radcliffe-Brown, como uma cerimônia, um rejuvenescimento e reafirmação expressivos dos valores morais da comunidade (GOFFMAN, 1975, p.41).

1.7 A representação do herói e aventureiro

Num movimento menos formalizado, ou seja, mais presente no discurso de profissionais do que propriamente em códigos reguladores e manuais de redação (no formalismo dos deveres), o repórter, por vezes, também é representado no campo profissional como um agente crítico, aventureiro e detetivesco - uma espécie de

⁴⁰ - Um desses anúncios da *Istoé* foi publicado na edição de maio de 2004 da *Revista Imprensa*, nas páginas 60 e 61.

superman a serviço da humanidade, especialmente dos “fracos e oprimidos”. Idealizada, a vida do repórter estaria voltada, basicamente, para a busca da verdade e o compromisso com o público.

A imagem de heroísmo construída em torno do jornalismo, segundo Ribeiro (2001), foi capaz de atrair muitos profissionais e jovens aspirantes à carreira, orgulhosos desse papel social. “Suas ações (dos repórteres) são correlatas às dos grandes aventureiros. Não se conformam, por isso, às mesmices dos gestos burocráticos. Em busca da notícia, recusam-se a cumprir um mesmo ritual, chegando em certas situações a arriscar a própria vida (...)”, afirma Abdala Júnior⁴¹, corroborando a representação aventureira e desburocratizada da profissão.

A imagem heróica, por vezes, é alimentada pela própria sociedade, ao cobrar do profissional uma função que extrapola os limites do jornalismo e esbarra também no papel da polícia, poder público e tribunais de justiça, especialmente em um país de instituições morosas como o Brasil. No jornal onde realizamos a pesquisa, por exemplo, não são poucas as ligações recebidas de moradores que cobram a ajuda para soluções de problemas que estão distantes do poder de ação dos jornalistas.

Mesmo vivenciando na prática profissional limitações para canalizar energias em torno desse ideal heróico e aventureiro, não seria improvável dizer que, seduzidos pela imagem de prestígio e *glamour* da profissão, alguns jornalistas acreditam mesmo que são seres à parte. O autor Geraldinho Vieira (1991) identificou o fenômeno como sendo o *complexo de Clark Kent*, ou seja, a imagem do repórter super-homem, que sente nas costas o peso do mundo e encontra na profissão a possibilidade de transformar a “realidade”. Lourenço Diaféria, por exemplo, reforça essa idéia ao defender que os jornalistas fazem parte de uma categoria especial de homens, que estaria acima dos simples mortais: “(Ele) é alguém com capacidade de ver as coisas como os outros não vêem; ele está num ponto mais alto, um palmo ou alguns metros acima da onda comum” (apud RIBEIRO, 2001, p.204). Ou seja, seguindo a linha de raciocínio de Diaféria, o jornalista seria um homem diferenciado, com capacidade para ver a verdade dos fatos, com faro para desvendar aquilo que os outros não vêem. Levando ao limite essa visão idealizada, poderíamos dizer que o jornalista seria dono de poderes especiais, como todo velho e bom herói.

⁴¹ - Citado no texto de orelha do livro *Repórteres*. DANTAS, Audálio (Org). São Paulo: Editora Senac, 1997.

É sintomático como a ficção contribuiu para alimentar essa concepção sobre o jornalista. Podemos questionar, por exemplo, por que a profissão do alterego de *superman*, Clark Kent, é a de um jornalista. Afinal, Clark poderia ser um escritor, um operário, um advogado, um engenheiro. Mas não, em seu cotidiano é um jornalista. Talvez porque o próprio senso comum atribua a essa atividade um caráter aventureiro. Daí, nada melhor para o alterego do maior herói de todos os tempos ter o jornalismo como profissão.

O complexo de *superman* é mais sedimentado na figura do repórter, já que este é considerado o jornalista por excelência, por ter o contato direto com a rua e com os fatos, tendo, teoricamente, um alto grau de desprendimento. “Lugar de repórter é na rua”, diz um dos mais antigos jargões da profissão.

De um bom repórter exige-se até uma certa dose de megalomania, na medida suficiente para que ele acredite, em momentos de exaltação, ser capaz de mudar o mundo. O diabo é que, às vezes, ele consegue. Não foi outra coisa o que obtiveram Carl Bernstein e Bob Woodward com aquelas reportagens que fizeram sobre o caso Watergate. Ou não é mudar o mundo levar à renúncia o presidente da mais poderosa nação do planeta? (DANTAS, 1997, p. 10).

Para Traquina, a figura do repórter, que está em contato direto com a rua e testemunha o acontecimento, é a “representação do jornalista que mais evoca toda a mitologia jornalística” (2004a, p. 91).

Nesse contexto, também a representação do repórter detetivesco e investigativo, que descobre notícias quentes, que vasculha informações em nome do interesse da sociedade, ganha expressão no discurso de alguns profissionais⁴². Nutrindo fascínio pelas “grandes histórias”, os jornalistas estabelecem entre si concorrência pelo furo de reportagem⁴³, pela divulgação de informações de “primeira mão”, que podem trazer a eles visibilidade e aumento de seu estatuto profissional, especialmente frente aos pares.

⁴² - A representação do repórter vasculhador também pode assumir um caráter negativo. Uma das críticas lançadas contra a imprensa, por exemplo, é de que alguns jornalistas, no afã de conseguir informações quentes, fazem uso de procedimentos questionáveis, como invadir privacidade, ocultar identidade profissional, etc. Essa representação negativa é especialmente atribuída aos chamados *paparazzi*.

⁴³ - “Esse furo é meu. Este, ninguém me tira”. A frase do repórter da TV Globo César Tralli, sobre a cobertura da prisão de Flávio Maluf, em setembro de 2005, demonstra como os jornalistas estabelecem concorrência acirrada pela notícia em “primeira mão”. A cobertura exclusiva do repórter da Globo, aliás, rendeu muita polêmica entre jornalistas. Tralli foi acusado pelos pares de ter sido favorecido pela Polícia Federal no episódio que lhe rendeu furo de reportagem, tendo inclusive supostamente se fantasiado de policial para cobrir a prisão do filho do ex-prefeito de São Paulo (A CÉSAR..., 2005, p.34-35).

O discurso idealizado sobre a profissão construiu a representação do jornalismo como uma atividade que diz não à rotina e que comporta uma grande carga de adrenalina diária. Nesse sentido, o jornalista estaria entregue sempre a novos desafios, descobertas, aventuras e possibilidades de conduta. Essa representação é reforçada principalmente por biografias de grandes repórteres, que já conviveram com situações inusitadas no exercício da atividade, especialmente os correspondentes internacionais e de guerra. “Vida de jornalista, por isso, é proclamar não à rotina e sim sua quebra, que em geral é trágica. Remexer crimes, investigar desonestidades, denunciar injustiças, cobrir o desastre”, define Nemércio Nogueira (ca. 1995, p.9).

Coragem é uma palavra muito exaltada dentro dessa concepção do profissional aventureiro, como nos confirma principalmente o depoimento de jornalistas mais antigos, entre eles Audálio Dantas, que iniciou sua carreira de repórter em 1954.

É verdade, também, que nunca se viu um bom repórter que pertença à categoria dos covardes sem remissão. Por isso, deles se exigem, pelo menos, a coragem de espantar o medo nos momentos em que isso é preciso. Ou até de conviver com o medo, mas seguindo em frente (1997, p.20).

Na história recente da imprensa, há exemplos de martírio e sacrifício por parte de profissionais da área, que ajudam a sedimentar a representação heróica. Um deles é o caso do jornalista Vladimir Herzog, morto nos porões da ditadura militar no Brasil; outro exemplo é a biografia do repórter brasileiro Hamilton Ribeiro, que viveu a realidade da guerra do Vietnã e de lá retornou sem uma perna, despedaçada na explosão de uma mina. Em 2001, a morte do jornalista da Rede Globo, Tim Lopes, causou grande repercussão internacional. Em represália à investigação que vinha sendo realizada pelo jornalista, narcotraficantes o assassinaram no Rio de Janeiro.

Os protagonistas de acontecimentos dessa natureza entram para a história do jornalismo e alimentam o pólo simbólico da atividade, sendo constantemente lembrados e revividos por seus atos heróicos, numa espécie de anedota mítica, que “contém uma moral ou exemplo a serem seguidos” (AKTOUF, 2001, p.70). Considerado como uma “história sagrada” que leva ao reforço das crenças de determinada cultura (AKTOUF, 2001, p.54), o poder do mito tem alimentado, no campo jornalístico, a representação heróica da atividade, proporcionando modelos para a conduta dos agentes.

De fato, há relatos e relatos de repórteres que ganharam visibilidade ao colocar em risco à própria vida, enfrentando ameaças e privações para viabilizar suas matérias, especialmente os correspondentes de guerra⁴⁴. Interessante é notar que, entre os jornalistas, talvez os que gozem de maior prestígio sejam justamente esses profissionais que se tornam testemunhas oculares de grandes conflitos da humanidade.

Essas imagens construídas em torno da profissão levam, como aponta Ribeiro (2001), o jornalismo a ser sentido em muitos momentos como uma espécie de sacerdócio, ofício sagrado, que exige de seus agentes sacrifícios de toda ordem em nome de seu “compromisso com o público”⁴⁵. Nesse contexto, morrer pela profissão é um exemplo de ato heróico, que reforça o contorno missionário. “Em conjunto, essas vítimas do dever de informar alimentam a lenda dourada que é a iguaria preferida de uma profissão normatizada e de suas vedetes reverenciosas”, critica o teórico Serge Halimi (1998, p.17).

De fato, no dia-a-dia da atividade, o profissional da imprensa, mergulhado em um conjunto de pressões estruturais, mais lembra o trabalhador operário do que propriamente o profissional missionário e aventureiro, como veremos nas discussões do segundo capítulo. Embora a realidade objetiva da rotina produtiva de um jornal tensione as ‘crenças douradas’ construídas em torno do jornalismo, é interessante notar como o discurso de profissionais continua a endossar classificações envoltas por uma esfera idealizada, especialmente quando o que está em jogo é a definição da função e do papel do jornalista na sociedade. “(...) um ator cuida de dissimular ou desprezar as atividades, fatos e motivos incompatíveis com a versão idealizada de sua pessoa e de suas realizações” (GOFFMAN, 1975, p.51).

⁴⁴ - Segundo relatório da organização mundial Repórteres Sem Fronteiras (RFS), em 2003, 42 jornalistas morreram no exercício de suas atividades, sendo 12 somente no Iraque – lugar que aparece nos últimos anos como o mais perigoso para o desempenho da profissão. “Atualmente, mais de 120 (jornalistas) encontram-se presos em uma imunda cela de cadeia em algum lugar do mundo, simplesmente por ter ansiado cumprir com o seu trabalho”, afirma a reportagem da Revista Imprensa (INFORMAR..., 2004, p. 28). Em 2004, a Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) registrou a morte de 129 jornalistas, sendo um terço somente no Iraque. Ataques terroristas e de guerrilha aparecem como a primeira causa das mortes, seguida pela revelação de corrupção e de crime organizado (FIJ..., 2005, p.4). Em todo o mundo, de acordo com a RFS, pelo menos 907 jornalistas foram presos em 2004.

⁴⁵ - Depois de ser baleada em um morro carioca, em agosto de 2005, durante a cobertura de ocorrência policial, a jornalista da TV Bandeirantes Nadja Haddad, apoiando-se em um discurso de nobreza, assim afirmou: “Se pintar outra pauta como aquela, eu faço a matéria. Tenho um compromisso com o público” (CORRESPONDENTES..., 2005, p.40).

1.8 Devorando livros e dialogando com a arte

Quando se trata de exaltar os valores de um bom profissional no campo jornalístico, outra representação reiterada, especialmente por veteranos, é o perfil do intelectual, alcunha que, como afirma Bourdieu, os jornalistas “ardem por classificar-se” (BOURDIEU, 1997, p.66). Nesse meio, é motivo de prestígio ser apontado como um devorador de livros, o qual possui uma cultura geral acima da média, capacidade para interpretar os fenômenos e discorrer sobre os mais diversos assuntos. “Todos os grandes repórteres que conheci – muitos deles pessoalmente, outros devorando suas biografias ou memórias – eram ratos de biblioteca ou caçadores de tesouros perdidos em sebos labirínticos (...)”, expõe Marcos Faerman (1997, p.147).

Segundo Ribeiro, o jornalismo é tido, aparentemente, como trabalho intelectual, “por lidar com informações, interpretações, conceitos e por ter como suporte o texto escrito” (2001, p. 185). Alguns chegam a considerá-lo um processo criativo que dialoga com a arte, com o ofício de um escritor⁴⁶. Abramo (1988 apud RIBEIRO, 2001, p.189), por exemplo, afirma que existe uma forte relação entre jornalismo e literatura. “Fazer jornal é um processo de criação artística misturado com lógica e racionalidade”.

Já o veterano Alberto Dines acredita no papel do jornalista como educador. Para ele, além do espírito inconformado, inquieto e questionador, o profissional deve ter em mente que o ato de informar é um processo de formação, de conscientização da sociedade. “Sabe-se que o processo de informar é um processo formador, portanto, o jornalista, em última análise, é um educador” (1986, p.118).

Também no universo jornalístico é comum encontrar imagens de defesa à ideologia do talento individual, que dispensam qualquer exigência de formação escolar por parte dos profissionais. Para Júlio César Mesquista, o perfil está no sangue: “Acho que jornalista é talento, ele nasce com aquilo e não precisa ir para a escola aprender o que

⁴⁶ - A aproximação da reportagem com a literatura foi fomentada com o chamado *New Journalism*, movimento que teve início nos EUA na década de 60. Nomes como Truman Capote, Tom Wolfe, Gay Talese, Norman Mailer, entre outros, influenciaram toda uma geração de profissionais, utilizando recursos literários e novas técnicas expressivas no relato jornalístico. As críticas às regras da objetividade, nos EUA, ganharam ressonância a partir deste movimento (BARROS FILHO, 2003a). O novo jornalismo surge como tentativa de recuperar um jornalismo de profundidade e investigação, exigindo do repórter preocupação estética com seu trabalho e postura de inquietude em relação à padronização e às limitações estilísticas trazidas pelas regras convencionais do texto jornalístico. As bandeiras desse movimento também tornaram evidente o conflito entre a proposta de um jornalismo criativo, contextualizado e investigativo com o paradigma da objetividade. Nesse movimento, o jornalista passa a ser visto como um “intérprete ativo da realidade”, dentro de uma perspectiva subjectiva. Na contracorrente da dinâmica veloz e imediatista de produção do jornalismo diário, algumas reportagens chegavam a durar meses e anos (SOUZA, 2002).

é notícia. Aquilo está no sangue, é um dom. Jornalismo é uma arte, assim como a do escritor é escrever livro” (apud RIBEIRO, 2001, p.201). A mesma imagem é reforçada pelo depoimento do jornalista José Gonçalves Fontes: “Dizem por aí que quem cumpre pauta é músico. O bom repórter, porém, já acorda pelo próprio inconsciente pautado para a sinfonia inacabada das notícias” (apud MORETZSOHN, 2002, p.65).

Depoimentos como esses sedimentam, no campo profissional, a ideologia da vocação. Como aponta Max Weber, essa ideologia, que se desenvolveu a partir da ética protestante, traz toda uma conotação religiosa do trabalho, do cumprimento do dever como algo sagrado, uma espécie de chamado, de ordem divina (WEBER, 1987). Essa relação com o trabalho, que contribuiu para o desenvolvimento do que Weber chama de espírito do capitalismo, culminou em uma postura de dedicação intensa dos protestantes à atividade profissional, influenciando a própria dinâmica de produtividade do trabalho no sistema capitalista. O poder da ascese religiosa, segundo o teórico, colocou à disposição do empreendedor burguês “trabalhadores sóbrios, conscientes e incomparavelmente industriais, que se aferraram ao trabalho como a uma finalidade de vida desejada por Deus” (WEBER, 1987. p.127).

É possível notar que, até hoje, a ideologia da vocação traz reflexos positivos para as empresas, especialmente no jornalismo, onde, segundo Ribeiro, “os empresários da notícia exigem de seus jornalistas uma adesão quase religiosa” (2001, p.129). A idéia de que o jornalismo teria uma missão superior a cumprir, construída nos discursos dos profissionais, reitera esse contorno religioso: “O elevado teor místico do ambiente jornalístico, que se cristaliza em torno de temas como missão e sofrimento, é alimentado pelas empresas e assimilado pelos jornalistas” (RIBEIRO, 2001, p. 140).

Sintomático, nessa discussão, é o exemplo da *Folha de S. Paulo*, na década de 80. Apesar de assumir uma postura claramente empresarial e industrial, respaldada por métodos de produção racionalizados, a partir do *Projeto Folha*⁴⁷, a empresa exigiu no

⁴⁷ - Assumindo declaradamente o caráter empresarial e industrial da atividade, o *Projeto Folha* consistiu na aplicação de uma organização metódica do processo produtivo na redação, a partir de técnicas de gerenciamento empresarial inspiradas no *taylorismo*. O objetivo foi racionalizar a produção e obter, nas palavras de Lins da Silva (1988, p. 36), um “bom produto jornalístico nas sociedades de mercado”⁴⁷. O projeto impôs o cumprimento de cronogramas industriais, planos de metas e fortes mecanismos de controle de produtividade e erros, que para muitos jornalistas do período foi visto como uma atitude arbitrária e autoritária. A iniciativa exigiu dos profissionais perfeccionismo na produção noticiosa. Houve muita resistência e ressentimento por parte dos jornalistas no processo de implantação. Centenas foram demitidos e houve grande rotatividade na redação. O projeto culminou com a implantação de um manual de redação, que define padrões textuais e normas de profissionalismo no processo produtivo (LINS DA SILVA, 1998).

mesmo período fidelidade e entrega missionária de profissionais que ocupavam cargos estratégicos, como aponta o documento do Conselho Editorial:

Sugerimos que todos os que exercem cargos de chefia ou funções de confiança façam uma opção permanente, disponham-se a abraçar em definitivo o projeto do jornal como uma missão a ser cumprida a cada dia, com afinco, aplicação e responsabilidade ou que desista do cargo, por discordância ou inapetência (apud LINS DA SILVA, 1988, p. 73).

1.9 Mais do que uma simples atividade profissional

Em que pese o nível de dedicação exigido pelas empresas, muitos jornalistas, apoiados no pólo simbólico construído em torno da profissão, estabelecem um grau de dedicação e envolvimento intenso para com a atividade, que extrapola as simples relações trabalhistas. Mais do que os salários, ganhos simbólicos como a função social da profissão, o prazer e a satisfação psicológica pelo exercício da atividade, aparecem como elementos importantes para esses agentes.

Segundo Travancas (1993), os jornalistas, em geral, mantêm uma relação com a profissão caracterizada por dedicação de tal ordem que impede, inclusive, atenção ou comprometimento com outras atividades ou papéis sociais, conferindo à condição profissional um lugar de destaque em suas trajetórias. Recorrendo a Greenwood, Traquina (2004a) afirma que essa forma de envolvimento é típica de uma carreira, em nome da qual o agente especializado pretende se dedicar por toda a vida. Nesse contexto, o trabalho profissional ganha contorno de vocação:

O profissional executa seus serviços em primeiro lugar para satisfação psíquica e em segundo lugar por compensações monetárias. A vida do trabalho invade a vida depois do trabalho, e a demarcação nítida entre as horas de trabalho e as horas de lazer desaparece. Para o profissional, seu trabalho torna-se a sua vida (TRAQUINA, 2004a, p.48).

É possível constatar que, num contexto como esse, é construído cenário favorável para uma gloriosa extração de mais-valia (RIBEIRO, 2001, p.140) por parte dos empresários da comunicação. Dito de outro modo, esse tipo de envolvimento cria condições para que se estabeleça uma espécie de exploração simbólica dentro das redações, exercida com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem (BOURDIEU, 1997). Ricardo Kotscho reforça esse raciocínio, ao afirmar: “É graças ao romantismo de gente

como eu que os jornais sobrevivem. Ninguém vai trabalhar como eu, por doze, catorze horas por dia. Tem que ter essa paixão” (apud RIBEIRO, 2001, p. 141 e 142).

Não seria exagero dizer que, no campo profissional, a competência dos grandes repórteres é, em parte, relacionada ao grau de “paixão” e dedicação para com a profissão. Segundo Ribeiro (2001), mesmo nos períodos em que não está oficialmente trabalhando, o jornalista é orientado a estar em estado de alerta, sob a justificativa de que o profissional não pode se desvincular de sua função. Uma pré-condição para o ingresso na carreira parece ser a entrega do tempo⁴⁸ e o compromisso incondicional com a profissão. Mais do que uma exigência da empresa, essa parece ser uma condição cultuada pelo próprio campo e aparece entre o conjunto de qualidades necessárias na representação do bom jornalista. É significativo perceber que já nos espaços universitários esse tipo de discurso encontra aceitação.

De fato, palavras como paixão e envolvimento são recorrentes no vocabulário da tribo jornalística, como atesta o depoimento da profissional Célia Pardi:

(...) paixão, envolvimento, perseverança e disponibilidade são fundamentais para se tornar um bom jornalista. Isso faz com que você fique plugado o tempo inteiro: a antena não desliga nunca, mesmo que você queira. Eu arriscaria afirmar que essa é uma profissão ideal para pessoas obsessivas (NOGUEIRA (Org.), ca. 1995, p.22).

As longas e irregulares horas de trabalho, a falta de distinção entre a esfera privada e profissional e o nível de dedicação exigido pelas empresas podem representar considerável pressão física e psicológica incidindo diariamente na vida desses profissionais. Como consequência, não são poucas as histórias de jornalistas que enfrentam problemas de saúde, que tiveram casamentos desfeitos, adiaram planos familiares, etc⁴⁹. O jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva, que foi peça-chave no processo de normatização do novo padrão de jornalismo da *Folha de S. Paulo*, desencadeado a partir da década de 80, reconhece a agressiva exigência de entrega ao ofício.

O nível de dedicação que o jornal exige, e sem o qual a coisa não vinga, extingue o ser humano em pouco tempo. Essa dedicação ao

⁴⁸ - Nas situações mais variadas, essa exigência de entrega do tempo se coloca. Há casos de jornalistas que, quando estão de folga no trabalho, são acionados por telefone para cobrir algum imprevisto. Na era do celular, o profissional pode ser localizado inclusive fora do ambiente doméstico.

⁴⁹ - Dados do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.

longo de cinco anos teve como efeito que empobreci sob todos os aspectos...intelectual, emocional. Tive a clarividência de que estava me extinguindo como ser humano, completamente burrificado, porque não lia mais nada, nem romance, nem teoria. (...) Se o preço a pagar é esse pela dedicação exclusiva e integral ao jornal, então ele é alto demais. Ninguém agüenta mais tempo – quem agüenta, morre; senão fisicamente, pelo menos intelectual e emocionalmente (apud RIBEIRO, 2001, p. 195).

Apesar da sobrecarga de trabalho, muitos jornalistas afirmam que não trocariam “essa loucura diária” por qualquer outra atividade. Provavelmente por acreditarem, assim como Kotscho, na representação do jornalismo não apenas como uma escolha profissional, mas como opção de vida:

(...) não dá tempo para fazer mais nada, preocupar-se com outra coisa. Não faz bem para a saúde nem para os cabelos, a família e os amigos reclamam da falta de atenção, tem essas coisas todas, mas ainda não inventaram profissão melhor para quem não se conforma com a realidade em que vive e quer fazer do seu ofício um instrumento de mudança (1997, p.188).

Tomando como referência o discurso de Kotscho, é possível afirmar que, ao definir o seu papel social, alguns profissionais sustentem discursivamente a idéia de que o jornalismo é dono de uma missão superior a cumprir em benefício da sociedade. Em palestra apresentada no *Celacom*⁵⁰ em 2004, Barros Filho confirmou essa tendência. De 60 jornalistas entrevistados em trabalho realizado pelo pesquisador, apenas um afirmou que a notícia era algo que tinha que trazer lucro para as empresas. Os demais colocaram a profissão como uma espécie de sacerdócio, cujo objetivo maior é a finalidade social, a finalidade de informar, educar, conscientizar, “salvar a humanidade”, ou seja, desenharam uma perspectiva quase mítica e religiosa da atividade.

A cultura jornalística fornece toda uma panóplia de mitos acerca da sua própria profissão em que certamente o jornalismo é visto como a melhor profissão. Está na sua ideologia profissional, acompanhado como está pela aura de mitos magníficos que transformaram os próprios jornalistas em heróis discretos, como por exemplo, os famosos jornalistas do caso “Watergate”, Woodward e Bernstein (TRAQUINA, 2004b, p.30).

Talvez por isso, segundo Raul Drewnick, seja possível afirmar que a profissão de

⁵⁰ - VIII *Celacom* (Colóquio Internacional sobre la *Escuela* Latino-Americana de Comunicación), realizado de 29 a 31 de março de 2004, na Universidade Metodistas de São Paulo, em São Bernardo do Campo.

jornalista apresente componentes religiosos:

O jornalista se dedica tanto à profissão que ela acaba sendo uma religião. Se o jornalista não se afastou muito dos princípios que o levaram a abraçar a profissão, é como uma religião. Mesmo que circunstancialmente não possa aplicá-los, ele espera exercer o potencial que tem. Isso é uma religião (apud RIBEIRO, 2001, p. 140).

Os jornalistas de redações, segundo dados do sindicato da categoria, em geral, ganham pouco e trabalham muito, mas a idéia de estar a serviço da sociedade compensaria sacrifícios, como demonstra o veterano Mauro Santayana: “Mas se entender que o jornalista é cidadão privilegiado, e que uma matéria sua pode ajudar a sociedade, você vai ser um homem realizado. (...) a gente sofre com o mundo. Em nosso ofício só os indiferentes, ou os conformados, são felizes” (1997, p.167).

Seduzidos pela força do ideário da profissão, para alguns jornalistas o valor de seu trabalho, de fato, repousaria muito mais em recompensas simbólicas (como, por exemplo, a função social, o prazer pela atividade e a visibilidade conferida pela assinatura das matérias) do que propriamente em sua recompensa material (salários). Breed (1993) afirma que os jornalistas “gostam do seu trabalho”, tem prazer pela atividade e são muito sensíveis a gratificações não financeiras como o testemunho de acontecimentos relevantes; obtenção de informações exclusivas e sigilosas, negadas a leigos; convívio com pessoas poderosas e locais importantes, etc. Será preciso notar ainda que o reconhecimento dos pares e, em menor medida do público, é outro bem simbólico ao qual os jornalistas são extremamente sensíveis. O elogio a uma matéria, o recebimento de um prêmio jornalístico são manifestações que alimentam o prestígio profissional dos repórteres.

Das conversas com os jornalistas, e através da leitura dos seus livros, fica-se com a impressão de que são orgulhosos pelo facto de serem jornalistas. (...) Muitos jornalistas poderiam concorrer a empregos melhor remunerados, na publicidade e nas relações públicas, mas permanecem no jornal (BREED, 1993, p.159).

1.10 Atualizando a identidade profissional

É razoável admitir que a representação política e romântica do repórter da “velha guarda”, como um tipo intelectual e boêmio que vivia entre goles de café e intensos

tragos de cigarro, mudou significativamente nas redações de hoje, marcadas cada vez mais pelo compasso industrial. Embora tenha ocorrido a consolidação de um posicionamento mais pragmático e despolitizado⁵¹ dentro das redações, a identidade profissional dos jornalistas continua sendo alimentada por uma série de representações sociais presentes no pólo simbólico historicamente constituído.

A profissão, certamente, já esteve ancorada em uma visão mais romântica, especialmente até os anos 70 no Brasil, quando os discursos profissionais transbordavam uma aura militante e um desejo de mudar o mundo. Nas últimas décadas, o caráter empresarial e mercadológico da imprensa ganhou maior agressividade e visibilidade. Nesse contexto, amparadas no discurso da exaltação técnica, empresas como a *Folha de S. Paulo* estimularam a adoção de uma postura a que se convencionou chamar de profissionalismo.

É preciso lembrar, entretanto, que a concepção do jornalismo de mercado não é atual. Ela acompanha a própria história e nascimento do chamado “jornalismo informativo”, a partir do século XIX e do movimento de profissionalização da atividade. Desde então, a atividade é configurada como um negócio e as notícias como mercadorias que alimentam o desenvolvimento de empresas altamente lucrativas (TRAQUINA, 2004b). Como vimos nas discussões anteriores, os valores e representações que deram contorno à identidade profissional dos jornalistas, e que integram o pólo simbólico da profissão, foram sendo configurados com o desenvolvimento da imprensa comercial. Embora, em alguns aspectos, esses dois pólos (simbólico e econômico) estejam em permanente tensão, historicamente têm convivido juntos (obviamente, para os jornalistas, essa convivência nem sempre é pacífica). O fato de o jornalismo ter assumido mais agressivamente seu caráter comercial nas últimas décadas não impede que representações mapeadas durante o desenvolvimento dessa pesquisa sejam atualizadas nos discursos dos agentes do campo. Em alguns momentos, até contribui para reforçá-las, exaltando, por exemplo, valores identificados com o profissionalismo, como a objetividade.

Apesar das transformações tecnológicas e da racionalização do processo produtivo dentro das redações, Ribeiro (2001) defende que até hoje a mística da profissão de

⁵¹ - Otávio Frias Filho (1988, p.23) defende que “o sentimento anticapitalista encontra todo tipo de estímulo na atividade jornalística”. É possível dizer, entretanto, que o “fim” das grandes causas e do discurso crítico, que marca o espírito da pós-modernidade a partir da década de 60, enfraqueceu a representação dos jornalistas brasileiros como simpatizantes das causas marxistas. Segundo Harvey (1993), o pensamento pós-moderno desconfia das metanarrativas ou metateorias (esquemas interpretativos abrangentes tal qual formulado por Marx), por meio das quais supostamente todas as coisas poderiam ser explicadas.

jornalista é alimentada por elementos revolucionários, religiosos e românticos. De acordo com o teórico, a divisão entre o imaginário romântico e a realidade objetiva das condições de produção industrial “deixa o profissional dividido, angustiado” (RIBEIRO, 2001, p.142). Talvez por isso, segundo Bourdieu (1997), o jornalismo é uma atividade marcada por conflitos e tensões, especialmente para aqueles que desejam defender uma postura de autonomia em relação aos imperativos comerciais.

O jornalismo é uma das profissões em que se encontram mais pessoas inquietas, insatisfeitas, revoltadas ou cinicamente resignadas, em que se exprimem muito comumente (sobretudo ao lado dos dominados, evidentemente) a cólera, o asco ou o desencorajamento diante da realidade de um trabalho que se continua a viver ou a reivindicar como “não como os outros”. Mas se está longe de uma situação em que essas amarguras ou esses repúdios poderiam tomar a forma de uma verdadeira resistência, individual e sobretudo coletiva (BOURDIEU, 1997, p.53 e 54).

De fato, apesar dos conflitos e tensões, existe nesse espaço social, como em outro qualquer, certa tendência inercial que inibe grandes rupturas. A incompatibilidade entre “o interesse subversivo de um agente dominado no campo e as condições materiais de subversão” (BARROS FILHO, 2003b, p. 131) garantem a estabilidade da ordem instituída.

1.11 Uma profissão acima de qualquer suspeita

O jornalismo talvez seja um dos universos sociais onde mais se fala sobre princípios éticos e valores profissionais. Arriscamos dizer que poucas profissões têm tantos livros publicados sobre o papel e os deveres de seus agentes, sobre a representação do que seria um bom jornalista, de como ser/estar no exercício da profissão.

Dito isso, podemos afirmar que muitos agentes do campo jornalístico se lançam freqüentemente à tarefa de realizar a crítica do campo⁵². Entretanto, como aponta Barros Filho (2003b, p. 114 e 129), em geral, nesse exercício, os jornalistas não abandonam os cânones do “convencionado bom jornalismo”, antes “mostram as falhas já aparentes e reforçam critérios já consagrados da prática”. Em geral, reproduzem os valores da cultura profissional e não colocam em debate as estruturas do campo. Seria algo como “ocultar

⁵² - Algumas críticas comuns apóiam-se, por exemplo, em denúncias de sensacionalismo e espetacularização da notícia, e na defesa de conduta ética.

mostrando” (SODRÉ, 2001). Isto é, exhibe-se um aspecto do campo ao mesmo tempo em que se preserva o *modus operandi* da produção noticiosa.

A autocrítica, segundo Barros Filho (2003b), funciona mais como um mecanismo de legitimação da profissão (a sustentação da imagem de independência e liberdade, por meio do exercício da crítica, alimenta o estatuto do campo), do que propriamente como uma postura reflexiva sobre a realidade objetiva da prática.

Será preciso notar também que, quando se lançam ao exercício da crítica, esses agentes geralmente atribuem as limitações do exercício profissional a fatores externos, como o mercado e os interesses econômicos. Esse movimento, de certo, funciona como “um elemento protetor do campo” (BARROS FILHO, 2003b, p.129), já que os princípios e procedimentos consagrados na profissão, como os rituais de objetividade e os critérios de noticiabilidade, são protegidos de questionamentos.

As críticas externas lançadas à profissão, em geral, não são bem aceitas pelos jornalistas, que apontam essa manifestação como uma tentativa de reduzir o espaço de autonomia e liberdade do exercício profissional. Outros grupos sociais são considerados incapazes de compreender a dinâmica da rotina produtiva. Ou seja, as críticas, em última instância, são autorizadas pelos próprios pares.

O jornalismo é pródigo em autocríticas e indicações de procedimentos na mesma medida em que se protege de ataques e críticas externas. O exercício da autocrítica garante a impressão de autonomia e do livre procedimento dos agentes do campo, afastando do debate as estruturas de campo que, em grande parte, condicionam a prática real (BARROS FILHO, 2003b, 112).

Também as discussões sobre regulamentações externas e conselhos de fiscalização da atividade provocam manifestações de desaprovação entre a classe profissional e são apontadas como tentativas de controle e cerceamento da liberdade de imprensa. Sintomáticos foram os duros ataques endereçados ao governo federal pela imprensa, em meados de 2004, durante a discussão sobre o projeto de lei encaminhado ao Congresso que previa a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ)⁵³, cuja missão definida seria zelar pela conduta ética dos jornalistas, ao “orientar, disciplinar e fiscalizar” o exercício da profissão. Numa reportagem de cerca de dez páginas, publicada em agosto de

⁵³ – No final de novembro de 2004, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) apresentou um projeto substitutivo à proposta inicial de criação do Conselho Federal de Jornalismo, com uma série de alterações ao projeto original. Logo depois, o projeto foi arquivado.

2004, a revista *Veja* definiu a proposta como “o mais severo ataque à liberdade de imprensa no país desde o regime militar⁵⁴” (*O FANTASMA...*, 2004, p. 40). Também a revista *Istoé* foi enfática ao afirmar que a intenção do projeto é “tolher uma das funções básicas do jornalismo, que é olhar o poder com lupa e relatar o que de errado se encontrar” (*A LIÇÃO...*, 2004, p.19).

Não são raros os profissionais de redação que também se mostram hostis às críticas acadêmicas lançadas sobre o jornalismo. Reclamam autoridade e afirmam, freqüentemente, que os teóricos da comunicação desconhecem a realidade objetiva da produção noticiosa. De forma significativa, a maior parte dos sujeitos da pesquisa adotou esse tipo de crítica em relação ao campo acadêmico. O jargão “na prática a teoria é outra” sintetiza bem certo desprezo, uma postura antiacadêmica cultivada por jornalistas que trabalham no dia a dia das redações. “Eles (jornalistas) se sentem visados, alfinetados, quando, ao contrário, quanto mais se avança na análise de um meio, mais se é levado a isentar os indivíduos da sua responsabilidade – o que não quer dizer que se justifique tudo o que se passa ali (...)”, conclui Bourdieu (1997, p.21). E é justamente com o objetivo de avançar na análise do campo que o próximo capítulo será dedicado às condições objetivas de produção da notícia.

⁵⁴ - Entre os profissionais do campo entrevistados durante a reportagem estava o editor-chefe e apresentador do *Jornal Nacional*, William Bonner, para quem “qualquer órgão que represente ameaça à liberdade de informação, tenha o nome que tiver, a origem que tiver, precisa ser rejeitado enfaticamente pela sociedade e por seus representantes democráticos”.

2 AS CONDIÇÕES DA PRÁTICA PROFISSIONAL E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DA NOTÍCIA

O fazer jornalístico, ou mais especificamente a produção das notícias, ocorre em um espaço social definido, em um contexto de socialização que permite amoldar o agente ao seu grupo e ensinar-lhe um conjunto de comportamentos aceitos e legitimados no campo (CHANLAT, 1996a). Ao entrar no espaço da redação, o neófito habitua-se a aspectos da lógica prática de produção, como as operações que envolvem a recolha e o processamento das informações, incluindo a seleção das notícias a partir dos critérios de noticiabilidade, o uso de técnicas textuais legitimadas como o *lead*⁵⁵, a pirâmide invertida, a escolha das fontes, etc.

Nesse contexto de interação, a observação repetida de situações semelhantes é capaz de desencadear no sujeito condicionamentos, disposições de agir diante de dada realidade, sem a necessidade de cálculo (BARROS FILHO, 2003b, p. 90). É neste processo de socialização que encontramos o lugar privilegiado para a aprendizagem do que Bourdieu vai dar o nome de *habitus*, do senso prático incorporado pelos indivíduos em dado campo de ação, a partir de experiências passadas (CHANLAT, 1996a).

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem o *habitus*, sistemas de disposições duráveis e intercambiáveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas que podem ser objetivamente adaptadas a seus fins sem supor a previsão consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente 'regulados' e 'regulares' sem ser, de maneira nenhuma, o produto da obediência a regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um chefe de orquestra (BOURDIEU, 1980, apud BARROS FILHO, 2003b, p.89 e 90).

Esse sistema de disposições incorporado na lógica prática dos atores permite aos indivíduos encontrarem soluções quase prontas, respostas rápidas para problemas e contextos já conhecidos, trazendo economia no tempo de execução do trabalho

⁵⁵ - Nas redações brasileiras, é comum ver o exemplo do *lead* clássico nas notícias ou, então, de outra fórmula bastante utilizada nos EUA, que consiste em começar a informação narrando a história de determinado personagem que simboliza determinada situação para, em seguida, partir para generalizações. "Não há muita criatividade, ou é um tipo de lide ou o outro", afirma Lins da Silva (1991, p.111). A fórmula de abrir um texto com a história de um personagem-símbolo tem sido, nos últimos tempos, bastante utilizada pelos jornalistas investigados durante a pesquisa empírica.

(BARROS FILHO, 2003b). O *habitus* torna operacional e eficiente determinada prática e vemos como ele se torna bem-vindo no contexto produtivo do jornalismo diário, subordinado à velocidade e orientado para o cumprimento dos chamados *deadlines* (horários de fechamento). “Num ofício em que a luta contra o tempo é regra de sobrevivência, qualquer princípio de economia da ação, isto é, de tempo de execução, é bem-vindo” (BARROS FILHO, 2003b, p.111). Assim, observamos que esse senso prático é utilizado estrategicamente pelos jornalistas para alcançar seus objetivos na dinâmica de produção, sem pressupor, contudo, que visem conscientemente esses fins.

Ao oferecer linhas mestras, estruturas para a ação, o *habitus* profissional condiciona, em parte, as ações dos agentes do campo, o que não quer dizer que estas sejam determinadas mecanicamente. De fato, não se pode desconsiderar a existência de práticas conscientes e reflexivas nesse espaço social, como em qualquer outro, o que seria certamente uma visão reducionista. Com base nesse conceito, reforçamos a idéia de autonomia relativa no campo jornalístico. Em outras palavras, é preciso reconhecer que os sujeitos agem, mas dentro de estruturas, contextos preexistentes de interação, que orientam e limitam, em certa medida, o sentido de suas ações - “embora estes universos estejam em constante estruturação, transformados que são pelas práticas incessante dos atores” (CHANLAT, 1996b, p. 237).

No campo jornalístico, a interiorização do *habitus* profissional, em geral, tem início no período de formação universitária, mas é efetivamente incorporado somente no contexto produtivo. Nesse processo de socialização, o *modus operandis* utilizado pelo jornalista torna-se, ao longo do tempo, naturalizado, identificado com postura de profissionalismo, sendo quase inconcebível outras formas de produção (BARROS FILHO, 2003b, p. 120). Para os profissionais com alguma experiência, as escolhas feitas no dia-a-dia para processar as notícias parecem estar no plano da evidência. De forma significativa, vários estudos sobre jornalismo demonstraram, segundo Traquina (2004a), a dificuldade dos agentes do campo em definir aquilo que consideram notícia e explicar seus critérios de noticiabilidade no exercício profissional. Em geral, fornecem respostas vagas como “isso é notícia porque é importante ou interessante”, como se a capacidade dos jornalistas estivesse diretamente atrelada a um saber instintivo ou vocacional. “Simplificam-se assim as causas do fenômeno pela economia da identificação dos processos propriamente socializadores que o acarretaram” (BARROS FILHO, 2003b, p.136).

Além da socialização desencadeada a partir das interações nesse universo social, é importante perceber que a própria forma como o trabalho jornalístico está organizado nas redações ancora-se em processos convencionalizados, padrões estabelecidos de produção, os quais estudiosos das teorias da notícia vão identificar como “rotinas produtivas”. Seguindo um ciclo estruturado em função dos *deadlines*, essas rotinas permitem que os agentes do campo tenham certo controle do seu trabalho, executando o produto dentro do prazo previsto (SOUZA, 2002, p.48 e 49).

As rotinas, enquanto padrões comportamentais estabelecidos, são, entre os processos de fabrico da informação jornalística, os procedimentos que, sem grandes sobressaltos ou complicações, asseguram ao jornalista, sob a pressão do tempo, um fluxo constante e seguro de notícias e uma rápida transformação do acontecimento em notícia, isto é permite ao jornalista que “controle” o seu trabalho (TRAQUINA, 1998) (SOUZA, 2002, p.49).

De fato, a organização jornalística busca rotinizar o seu trabalho, com o objetivo de cumprir prazos de fechamento e ter um fluxo de informações que abasteça o produto noticioso. Esses procedimentos rotineiros utilizados para processar a notícia permitem que o repórter trabalhe com maior rapidez e eficácia (TRAQUINA, 2003). Contudo, percebe-se que em algumas representações construídas sobre a profissão, o jornalismo é apontado como uma atividade criativa, desburocratizada, que diz diariamente não à rotina, como pontua Awad:

No jornalismo não há regras, só exceções. Todo dia é um trabalho diferente, uma dinâmica diferente (...). Não há segredo, mas, quanto mais você pratica o jornalismo, melhor fica o seu faro para a notícia e para entender o que é a notícia. A prática é o maior segredo do jornalismo (apud BARROS FILHO, 2003b, p.120).

Os procedimentos de produção consagrados dentro do campo são reproduzidos sem maiores sobressaltos ou questionamentos. É comum, segundo Barros Filho (2003b, p.129), que muitos profissionais neguem a existência “dessas estruturas condicionantes da prática”. Ou seja, esses procedimentos, em geral, não são explicitados, antes, são compartilhados de forma tácita dentro das redações.

A nobreza da ação é garantida pela aparente desvinculação profissional de todo o aparato institucional e relacional que a condiciona. A ilusão de liberdade alimenta o prestígio decorrente do trabalho dentro do

campo. A própria representação do jornalista nos meios de comunicação, sobretudo na ficção, mostra um elemento livre de todo e qualquer compromisso que não seja, evidentemente, com a verdade (BARROS FILHO, 2003b, p.125).

Quanto mais mergulhamos no interior de uma redação, percebemos que os ímpetos subversivos não são elementos bem-vindos no sistema produtivo, fortemente marcado pelas rotinas de produção - que exigem decisões rápidas dos profissionais e não abrem espaços para constantes inovações ou análises reflexivas. Essas rotinas foram, inclusive, acentuadas pelas empresas jornalísticas nos últimos anos a partir dos processos de otimização e racionalização do trabalho, que visam, em última instância, aumentar a capacidade produtiva.

(...) a maior parte do trabalho jornalístico não decorre de uma pretensa capacidade intuitiva para a notícia nem de um hipotético “faro” jornalístico, mas de procedimentos rotineiros, convencionais e mais ou menos estandardizados de fabrico da informação de actualidade (SOUZA, 2002, p.50).

Quanto maior a minúcia e o nível de habituação aos procedimentos rotineiros, maior a uniformidade dos conteúdos informativos. Isso porque esses procedimentos naturalizados podem proporcionar ao jornalista “a sensação de que, se todos fazem igual a ele, é porque a forma como faz as coisas é a ‘correta’” (SOUZA, 2002, p.52). Como consequência, cria-se um círculo vicioso na fabricação das notícias.

2.1 No interior da fábrica de notícias: a construção social da realidade

Além de fornecer estruturas para ação, o *habitus* profissional também tem força de condicionamento sobre a percepção de mundo, isto é, conduz a certa forma da comunidade jornalística ver a realidade. Talvez, por isso, Bourdieu (1997, p. 53) seja tão categórico ao afirmar que “os jornalistas têm ‘óculos’ especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado”.

Os jornalistas estão inclinados a classificar a realidade a partir de disposições adquiridas por meio de observações e experiências anteriores, incorporadas durante sua trajetória social (BARROS FILHO, 2003b), e a partilhar quadros de referência comuns

com seus pares⁵⁶. Essa constatação ganha força quando o assunto são os critérios de noticiabilidade, isto é, os valores-notícia, que definem o que deve compor as páginas do noticiário. Diante de um universo de acontecimentos, os jornalistas operam diariamente um processo de seleção e enquadramento nos jornais.

Ao contrário do que sustenta o paradigma da teoria do espelho, legitimado dentro do campo profissional, a notícia não é mera reprodução ou reflexo da realidade, mas sim uma construção social operada pelos jornalistas. Como já afirmava a socióloga norte-americana Gaye Tuchman, na década de 70 (apud TRAQUINA, 2003), definir a notícia como construção social da realidade, como uma história, não significa alçá-la à condição de ficção, sem qualquer referência com a realidade objetiva, mas significa compreender que o relato jornalístico, referindo-se a um dado da realidade, é construído a partir de um ângulo subjetivo, sendo selecionado e enquadrado a partir de critérios de noticiabilidade e da própria dinâmica do trabalho jornalístico.

Dessa forma, pode-se dizer que toda notícia supõe uma manipulação. Não enquanto disjunção dolosa entre o enunciado e a referência, mas como transformação da matéria-prima (o fato) em um produto jornalístico. Em outras palavras, quando falamos em manipulação inerente à produção informativa, não queremos dizer que o jornalista queira enganar, fazer crer naquilo que não é. Se isso ocorre, certamente não é a regra. A própria construção da notícia pressupõe uma seleção temática e léxica que impõe, do fato, uma representação (BARROS FILHO, 2003a, p. 52).

Se a notícia não é simples retrato fiel da realidade, logo, o jornalista também não é simples mediador neutro entre o público e o real, como algumas representações, ancoradas no paradigma da teoria do espelho, levam a fazer crer. Para Barros Filho (2003a), o discurso positivista que coloca o jornalismo como espelho da realidade (e exalta valores como a transparência, neutralidade e objetividade) retira do profissional a responsabilidade ética que exige o seu trabalho, ao definir na sociedade o que é ou não notícia. “Como pode um profissional agir profissionalmente e ser neutro ao mesmo tempo? São propostas filosoficamente difíceis de sustentar e que colocam a reflexão sobre ética em uma situação muito difícil, muito desacreditada”⁵⁷.

⁵⁶ - Darnton (1990, p.89) afirma que os repórteres do *The Times* "tinham um repertório inteiro de imagens estilizadas, que moldavam a maneira de informar as notícias, e eles adquiriam esse quadro mental específico em sua formação na prática".

⁵⁷ - Em palestra apresentada no VIII *Celacom*, no dia 29 de março de 2004, na Universidade Metodista de São Paulo, em São Bernardo do Campo, sob o tema *Desafios Profissionais*.

Mais do que uma representação legitimada no campo jornalístico, na visão de Tuchman (1993), o discurso da objetividade é utilizado nas redações como ritual estratégico, um procedimento prático destinado a defender jornalistas e o produto organizacional de riscos como críticas e processos de difamação⁵⁸. “Atacados devido a uma controversa apresentação de ‘factos’, os jornalistas invocam a sua objectividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrânico põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos” (TUCHMAN, 1993, p.75). De acordo com a socióloga norte-americana, entre alguns procedimentos estratégicos que protegeriam os jornalistas de riscos, estão: a apresentação de versões contrastantes (ouvir os dois lados da questão), o uso de provas suplementares (documentos) e de aspas (citações).

Nesse último caso, ao colocar “na boca” do entrevistado a informação transmitida, o jornalista supostamente permitiria ao leitor avaliar quem está dizendo a verdade, transferindo para as fontes a responsabilidade pelo que está sendo apresentado. As expressões “segundo x”, “de acordo com y”, “na opinião de w” são recorrentes no texto jornalístico. A estratégia é buscar afirmações que respaldem a informação transmitida, como prova suplementar do que está sendo sustentado no texto.

Apesar da identificação dessas estratégias e das inúmeras críticas recebidas, especialmente no campo acadêmico, a metáfora do espelho ainda é um conceito consagrado pela ideologia profissional jornalística, marcada fortemente por valores positivistas. Segundo Itzhak Roeh (apud TRAQUINA, 2004a, p.15), essa crença em uma linguagem transparente “é um dogma de fé universal, profundamente enraizado na comunidade profissional”. O jargão utilizado no campo jornalístico de que “os fatos falam por si só” é um indicativo de que muitos agentes tendem a se auto-representar como mediadores imparciais entre o público e o real.

Conceber a notícia como uma narrativa torna a atividade jornalística significativamente mais complexa, já que representa admitir que o processo de construção de um acontecimento pode ter inúmeras abordagens e produzir “efeitos sociais de mobilização (ou de desmobilização)” (BOURDIEU, 1997, p.28).

Só a cegueira provocada pela ideologia jornalística pode explicar que alguns jornalistas insistam em pretender que o seu trabalho se limite à identificação dos fatos e à simples recolha e transmissão de relatos. Por

⁵⁸ - Tuchman (1993) lembra que os processos de difamação não são recorrentes, mas, quando acontecem, podem trazer prejuízos financeiros e abalar a credibilidade das empresas jornalísticas, resultando na perda de leitores.

isso, perante as altas responsabilidades sociais dos jornalistas, seria oportuno fomentar a reflexão sobre a deontologia e os ideais que levam muitos a identificarem, com toda a sua carga mitológica, esta profissão como a procura da verdade (TRAQUINA, 2003, p.46).

Na tentativa de resguardar sua legitimidade profissional, os jornalistas, segundo Stuart Hall, têm resistência em aceitar a definição de notícia como construção.

E quando se afirma que as pessoas têm interesse em versões diferentes desse acontecimento, que qualquer acontecimento pode ser construído das mais diversas maneiras e que se pode fazê-lo significar as coisas de um modo diferente, esta afirmação de algum modo ataca ou mina o sentido de legitimidade profissional dos jornalistas (...) (1984, apud TRAQUINA, 2004a, p. 14).

O processo de construção das notícias é altamente seletivo e, de forma alguma, consegue dar conta da totalidade dos acontecimentos. Ao relatar um fato, o jornalista faz uso de valores-notícia (actualidade, novidade, imediatismo, excepcionalidade, imprevisibilidade, notoriedade, proximidade geográfica e temporal, etc) para selecionar, hierarquizar e enquadrar as informações a partir de um saber prático interiorizado que lhe permite transformar rapidamente um acontecimento em matéria jornalística. O agente do campo, nesse contexto, seleciona um leque de acontecimentos considerados jornalisticamente interessantes e constrói nas páginas do jornal uma realidade, entre tantas possíveis (BARROS FILHO, 2003a). Alguns acontecimentos são abordados de forma superficial, outros detalhadamente, e muitos, ignorados. Em geral, os jornalistas se interessam principalmente pelo que consideram extraordinário, ou seja, com aquilo que rompe com o ordinário. Daí decorre a célebre (e batida) máxima: se um cachorro morde o homem não temos uma notícia, agora se um homem morde o cachorro, aí sim temos uma notícia.

Depois de definir o que deve ou não passar pelas porteiras (*gatekeeping*), o jornalista inicia uma nova etapa, que é a apuração e posterior construção do texto. Toda essa performance deve ser realizada em tempo útil. Potencialmente, um acontecimento pode ser narrado a partir de formatos textuais diversos. Entretanto, na prática profissional, existe certa padronização do texto jornalístico, decorrente do uso de técnicas legitimadas, como o *lead* e a pirâmide invertida. “As convenções internalizadas, regras de campo, continuaram e continuam a ser especificadas pelos profissionais como indicadores

históricos e temporais da prática reconhecida como boa” (BARROS FILHO, 2003b, p.129).

Apesar de estampadas nas páginas dos jornais como os acontecimentos de maior relevância, as notícias não são necessariamente o que há de mais significativo em determinado contexto social. Isso porque a cultura noticiosa defende concepções bastante estanques sobre o que deve ser notícia. Por outro lado, segundo Darnton (1990, p.81), os jornalistas, que estão sempre a recorrer ao interesse público, têm pouco contato com seus leitores e constroem uma imagem fragilizada sobre seus interesses. “Quaisquer que sejam suas “imagens” e “fantasias” subliminares, os jornalistas têm pouco contato com o público em geral e não recebem quase nenhum retorno dele”.

Há manifestações que merecem alcançar a arena pública representada pelos jornais, no entanto, podem ser relegadas a segundo plano porque não são consideradas interessantes jornalisticamente (BOURDIEU, 1997). Esses critérios de seleção da notícia, subordinados à força da cultura noticiosa e dos quadros de referência dos agentes do campo, podem ser, como afirma Bourdieu (1997, p.67) uma “formidável forma de censura”, ao rotular aquilo que merece entrar no conteúdo do noticiário.

É razoável admitir, contudo, que esse enquadramento operado diariamente pelos jornalistas, em geral, não está relacionado a interesses escusos. O fato é que os pressupostos compartilhados pelos jornalistas influenciam diretamente o princípio de seleção das informações. E os valores-notícia estão de tal forma incorporados pelos agentes do campo que muitos consideram a identificação de um fato importante como algo completamente óbvio, sem necessidade de cálculo. “(...) diga-se que há muitos indivíduos que acreditam sinceramente que a definição da situação que habitualmente projetam é a realidade verdadeira” (GOFFMAN, 1975, p.70). Ou seja, esses profissionais desenvolvem uma cultura noticiosa, uma percepção comum sobre os critérios de seleção dos acontecimentos e, em geral, acreditam honestamente que levam ao público os fatos de maior importância.

(...) se as notícias são dissonantes da realidade, isso acontece menos ou tanto devido às pessoas que processam as notícias e mais ou tanto a factores que, de certa forma, escapam ao controle dessas pessoas, como as organizações, o meio social e comunitário e as culturas e ideologias em que os jornalistas trabalham (SOUZA, 2002, p.40).

É preciso notar ainda que as notícias reproduzem uma série de valores legitimados pelo universo social mais amplo, os quais também são partilhados pelos jornalistas como membros desse conjunto social. Como afirma Traquina (2004b, p.29), na definição do que é noticiável “os jornalistas também interagem silenciosamente com a sociedade, por via dos limites sociais com que os valores sociais marcam as fronteiras entre normal e anormal, legítimo e ilegítimo, aceitável e desviante”. Para Soloski, assim como as fábulas, as notícias carregam “uma moral oculta”: “Ao concentrar-se no desvio, no estranho e no insólito, os jornalistas defendem implicitamente as normas e os valores da sociedade”⁵⁹ (1993, p.97).

De todo modo, em termos de ação prática, podemos concluir que, no contexto de uma atividade pautada pelo ritmo industrial, os valores-notícia são um aspecto importante da cultura jornalística. Eles fornecem critérios que permitem aos agentes do campo decidirem com regularidade e sem muito gasto de energia sobre quais acontecimentos merecem ser noticiados e quais são relativamente insignificantes do ponto de vista jornalístico (1973, HALL et.al., apud TRAQUINA, 2003, p.90).

2.2 Sob o signo da velocidade⁶⁰

Os jornalistas, como afirma Tuchman (1993) são “homens de ação”, que devem processar com rapidez as notícias e, por isso, assumem uma postura pragmática ao serem constantemente desafiados pelas horas de fecho. No contexto de uma prática diária pautada pela velocidade, a reflexão aprofundada encontra pouco abrigo - condição esta que leva o repórter, em geral, a apoiar-se numa dinâmica repetitiva, percorrendo caminhos já conhecidos no processo de recolha e processamento das informações. “A menos que o repórter tenha levado a cabo uma investigação prolongada, ele geralmente tem menos de um dia de trabalho para se familiarizar com o *background* do acontecimento, para recolher informações e para escrever o seu artigo” (TUCHMAN, 1993, p. 76).

Dentro das redações, a própria competência profissional está diretamente atrelada

⁵⁹ - Em 21 de fevereiro de 2005, por exemplo, ganhou destaque nos jornais a informação de que o presidente dos EUA, George W. Bush, já teria fumado maconha. O interesse dos jornalistas por uma informação dessa natureza está assentado no desvio que ela representa em relação às normas sociais vigentes.

⁶⁰ - Expressão utilizada por Bourdieu ao discorrer sobre a dinâmica da concorrência no campo jornalístico (1997, p.107).

à capacidade do jornalista em cumprir os prazos de fechamento. O domínio do tempo é determinante dentro da cultura jornalística, controlada pelo cronômetro. Esse domínio representa uma das mais importantes demonstrações de profissionalismo (SOUZA, 2002, p.48).

“Pessoas com cronamentalidade”⁶¹ – foi a definição dada pelo sociólogo norte-americano Michael Schudson aos jornalistas, sublinhando o “papel nevrálgico” do tempo na cultura profissional (TRAQUINA, 2003, p.134).

E, devido ao facto de as organizações jornalísticas funcionarem dentro de um ciclo estruturado em função de marcos temporais, não é de estranhar que o verdadeiro teste de competência profissional resida na capacidade do jornalista de deixar de ser vitimado pela cadência frenética imposta pelas horas de fecho e passar a controlar o tempo (TRAQUINA, 2003, p.30).

Nesse contexto, as próprias fórmulas inauguradas pelos manuais de redação são utilizadas como referência pelos agentes envolvidos no ritmo de produção industrial, já que a corrida diária desestimula a experimentação de novos caminhos de abordagem e construção da notícia. “As chefias incentivam a criação de hábitos, os quais permitem respostas rápidas e reduzem o impacto da improbabilidade. Assim, a mente do trabalhador fica impregnada de respostas padronizadas a estímulos” (RIBEIRO, 2001, p. 193).

Qualquer semelhança com o sistema *taylorista* de produção não é mera coincidência. No jornal *Folha de S. Paulo*, na década de 80, o *Projeto Folha*⁶² recorreu a métodos de organização e administração inspirados no *taylorismo*, com a finalidade de racionalizar e otimizar a produção (LINS DA SILVA, 1988). No dia-a-dia da atividade, para Marcondes Filho, o profissional da imprensa diária está muito próximo do trabalho operário:

Jornalistas tornam-se, assim, funcionários de uma linha de montagem acelerada em que rapidamente selecionam, por padrões viciados e em geral imutáveis, sempre os mesmos enfoques, as mesmas caracterizações (2000, p. 81).

⁶¹ - Apesar desse fetiche pela velocidade ter origem nas condições industriais de produção, foi de tal forma incorporado pelos agentes do campo que já faz parte da cultura profissional.

⁶² - O projeto desencadeado pela *Folha* inspirou outros jornais a racionalizarem o trabalho dentro das redações.

Para não se tornar vítima do *deadline*, a aprendizagem de um conjunto de procedimentos acaba se tornando importante ferramenta para o jornalista no seu trabalho diário. Essa capacidade performativa implica, entre outras coisas, em dominar técnicas textuais legitimadas no campo e reconhecer quais acontecimentos têm valor para se transformar em notícia. É o chamado faro jornalístico ou *news judgment*, essa suposta “capacidade secreta do jornalista que o diferencia das outras pessoas” (1972, TUCHMAN, apud TRAQUINA, 2003, p.31). Outros saberes incluem decidir quais fontes contactar, o que perguntar, o que destacar, como enquadrar o assunto, etc. “(...) os jornalistas, sob a pressão do tempo, farão um uso adaptado de rotinas cognitivas que lhes sejam familiares para organizar as informações e produzir sentido” (SOUZA, 2002, p.40).

Darnton (1990) relata que, para poupar tempo, era uma prática comum entre os repórteres do *Times* pensar na construção do texto antes mesmo de cobrir o assunto, ou seja, ao iniciar o trabalho de apuração os agentes já tinham uma pré-concepção cultural do que devia ser a notícia. Seguindo esse raciocínio, é possível considerar que os agentes do campo, em certos momentos, tendam para a seleção de informações que confirmem seus estereótipos e pontos de vista pré-estabelecidos sobre o assunto, buscando aquilo que já esperavam encontrar. Como demonstra o depoimento de um repórter norte-americano:

O problema é que nós sabemos o que queremos ao começar uma entrevista, nós sabemos o que esperar, sabemos o que queremos que o entrevistado fale, é por isso que o escolhemos, sabemos o que ele está propenso a dizer...assim que ele fala o que queremos ouvir, a entrevista é encerrada (1987, COHEN apud BARROS FILHO, 2003b, p. 139).

Nesse contexto, um entrevistado pode encontrar tanto mais espaço em uma matéria quanto mais se aproximar da idéia concebida pelo jornalista. “Também é uma hipótese a considerar que a informação com que cada jornalista-*gatekeeper* se identifica passe mais facilmente por alguns portões” (SOUZA, 2002, p.60). Assim, ao encontrar o entrevistado que confirme suas expectativas iniciais sobre determinado tema ou simbolize determinada situação sustentada pela pauta, o jornalista garante a continuidade da matéria. O trabalho consiste em encontrar personagens em conformidade, como aponta Marcondes Filho:

(...) *jornalistas não partem para o mundo para conhecê-lo; ao contrário, eles têm seus modelos na cabeça e saem pelo mundo para reconhecê-los (e reforçá-los)*. Assim constroem os relatos com as

peessoas-símbolo, “aqueles que de fato representam o assunto”, os bons contadores de histórias, ficando satisfeitos por encontrar de fato, no real, aquilo que eles já tinham em suas cabeças (2000, p.109) (grifos do autor).

Ao analisar as condições de produção informativa da TV, Bourdieu (1997) estabelece uma relação negativa entre a urgência e o pensamento e questiona se é possível pensar em velocidade. O teórico⁶³ chega à conclusão de que, no ritmo de urgência, ao que parece, pensa-se a partir de idéias feitas, que apenas reforçam lugares-comuns. Apropriando-se do raciocínio de Bourdieu é possível afirmar que parte do que se produz hoje, na mídia eletrônica ou impressa, reproduz fórmulas convencionais de pensamento, que confirmam coisas já conhecidas e que interpretam o mundo a partir de visões polarizadas (o pró e o contra).

Quando emitimos uma “idéia feita” é como se isso estivesse dado; o problema está resolvido. A comunicação é instantânea porque, em certo sentido, ela não existe. Ou é apenas aparente. A troca de “lugares-comuns” que desempenham um papel enorme na conversação cotidiana tem a virtude de que todo mundo pode admiti-los e admiti-los instantaneamente: por sua banalidade, são comuns ao emissor e ao receptor. Ao contrário, o pensamento é, por definição, subversivo: deve começar por desmontar as “idéias feitas” e deve em seguida demonstrar (BOURDIEU, 1997, p.41).

Como afirma Traquina (2004b), o estudo do jornalismo nos mostra que o processo de produção das notícias é orientado para os acontecimentos e não para as problemáticas sociais. Na dinâmica de produção de um jornalismo diário, a complexidade dos processos históricos e sociais, muitas vezes, não encontra espaço para interpretação aprofundada ou tratamento criterioso; tampouco o repórter encontra condições para adotar a postura reflexiva necessária para esse exercício. A abordagem de informações de forma descontextualizada, fragmentada e superficial pode, em última instância, gerar desinformação, contrariando o ideal iluminista do jornalismo: de informar e esclarecer o público (MORETZSOHN, 2002).

2.3 Comprimindo o *deadline* e aumentando a incerteza

Apesar de a velocidade ser um elemento inerente à prática do jornalismo diário, é

⁶³ - Nessa passagem, Bourdieu (1997, p.39) retoma um velho tópico do discurso filosófico, onde Platão “diz, mais ou menos, que na urgência, não se pode pensar”.

razoável afirmar que o ritmo de produção nas redações, especialmente a partir do advento do chamado jornalismo *online*, acentuou-se nos últimos tempos. Nesse contexto, onde os *deadlines* são cada vez mais apertados, a pressão por desempenho no processo produtivo tende a ser maior.

As vantagens trazidas pela incorporação de novos equipamentos tecnológicos nas organizações jornalísticas não representam simplesmente condições mais favoráveis de trabalho, já que costumam ser acompanhadas pela redução do quadro de funcionários⁶⁴. A extinção de figuras como o redator e o revisor do universo das redações, por exemplo, acentuou o ritmo de trabalho dos repórteres que, hoje, acumulam esses papéis. Atualmente, em algumas redações, além de produzir material para o jornal impresso, o repórter também é responsável por soltar pequenos *flashes* informativos nas páginas da Internet ao longo do dia, abastecendo o *site* de seu veículo. Para os jornalistas que trabalham exclusivamente para o suporte *online*, as condições de produção são ainda mais urgentes. Nesse meio, a instantaneidade tem sido considerada um indicativo de qualidade do produto.

De certo, quanto mais a mídia enfatiza o imediatismo, tanto mais o jornalista estará exposto a produzir notícias superficiais, ou apoiado apenas no discurso de fontes oficiais e em idéias feitas (que reproduzem, respectivamente, valores de poderes instituídos e do senso comum). Outro agravante é que o ritmo acelerado de produção das notícias impele, muitas vezes, o repórter a divulgar informações sobre as quais não tem certeza, fragilizando a verificação mais rigorosa das informações e criando condições favoráveis para a ocorrência de erros (MORETZSOHN, 2002). Essa dinâmica da urgência também reduz a possibilidade de produção de reportagens menos burocráticas, expondo a impossibilidade de tratamento mais denso ou criativo do tema abordado pela matéria.

Em uma lógica de produção que prima pela velocidade, que prioriza os furos de reportagem (ou seja, sair na frente do concorrente com notícias novas), não há sequer condições, em alguns casos, de verificar ou confrontar respostas e explicações dadas por determinadas fontes, quiçá ampliar o repertório de informantes para a construção do texto.

Souza (2002) lembra que, próximo ao horário de fechamento, o jornalista interrompe o processo de recolha de informações e inicia a construção do texto com os

⁶⁴ - A *Folha de S. Paulo*, por exemplo, demitiu dezenas de revisores, em 1983, durante o processo de informatização da redação (LINS DA SILVA, 1988).

dados obtidos até então, mesmo que estes sejam insuficientes para a problematização do assunto.

A pressão do tempo, agudizada pela competitividade, levaria ainda os jornalistas a relatar freqüentemente as histórias em situações de incerteza, quer porque nem sempre reúnem os dados desejados quer porque necessitam de seleccionar rapidamente acontecimentos e informações (SOUZA, 2002, p.48).

Os erros flagrados são motivo de pesadelo para muitos jornalistas. É preciso notar que a pressão é grande, já que os agentes do campo têm seu trabalho exposto diariamente e publicamente. Quando o deslize não é perceptível dentro da própria redação, basta um leitor mais atento descobri-lo e apontá-lo. E as empresas, em geral, não aceitam a falta de tempo como justificativa para os deslizes, já que a velocidade é inerente à produção do jornalismo diário e é considerada, no campo profissional, uma das principais qualidades de um bom repórter.

A dinâmica vertiginosa da concorrência, a sedução pelo furo jornalístico ou a necessidade de ter uma boa performance produtiva pode levar alguns profissionais a sucumbirem a atitudes nada razoáveis para cumprir suas tarefas ou se projetar profissionalmente. Na história recente da imprensa, há registros de condutas que implicam na criação de notícias deliberadamente distorcidas e na sustentação de reportagens falsas. Um exemplo clássico é o da jornalista Janet Cooke⁶⁵. Além da falsificação de histórias, há

⁶⁵ - Além do caso já detalhado sobre a repórter do *Washington Post*, que conquistou o Prêmio Pulitzer com a invenção de uma história, podemos também recorrer ao exemplo do jornalista Jason Blair, do *New York Times*, que foi desmascarado em 2003 depois de ter fabricado, durante anos, declarações fictícias e plagiado material de outros veículos. No Brasil, em maio de 2004, a publicação de um artigo do jornalista Larry Rother, do *New York Times*, afirmando que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva bebe exageradamente e sugerindo que isso poderia estar afetando seu desempenho no cargo, também trouxe questionamentos sobre a conduta ética do jornalista. O artigo, entre outras coisas, foi classificado como inverídico e calunioso.

Mais um exemplo questionável de conduta profissional veio à tona no Brasil em 18 de agosto de 2004. A revista *Istoé* trouxe uma reportagem de capa (p.28 a 38) em que Ibsen Pinheiro aparece como vítima do que a revista afirma ser “mau jornalismo”. Segundo a *Istoé*, em novembro de 1993, o então deputado teria sido injustamente “incinerado” pela revista *Veja*, que publicou uma reportagem de capa “onde afirmava que a CPI descobrira que Ibsen movimentou US\$ 1 milhão em suas contas”. A história, de acordo com *Istoé*, foi decisiva para a cassação de Ibsen, acusado de envolvimento com a Máfia do Orçamento. O jornalista Luís Costa Pinto, autor da matéria e na época editor da *Veja* em Brasília, revelou recentemente detalhes dos bastidores da reportagem. Segundo Costa Pinto, antes de a matéria ser rodada, a revista descobriu que o deputado não teria movimentado US\$ 1 milhão, mas apenas US\$ 1 mil em sua conta. Como vários exemplares da capa da revista já haviam sido impressos, o então editor-executivo da *Veja*, Paulo Moreira Leite, em vez de corrigir a informação, teria mandado Costa Pinto “encontrar alguém que sustentasse a versão”. Com isso, segundo a *Istoé*, mesmo detectando o erro, a revista *Veja* circulou com a acusação contra Ibsen, configurada como um duro golpe em sua carreira política. Em que pese a disputa por maior credibilidade, estrategicamente desencadeada pela *Istoé* nesse episódio contra a *Veja*, sua concorrente

relatos de procedimentos frágeis do ponto de vista ético como a não revelação da condição de jornalista, o uso de câmeras e microfones escondidos, transformação de rumores em notícia (MARCONDES FILHO, 2000), conivência com o poder, sensacionalismo, invenção de falas, invasão de privacidade, etc.

Em sua passagem pelo *The Times* como jornalista, Darnton (1990) descreve manipulações intencionais na prática dos pares⁶⁶.

(...) nunca superei minha surpresa com a capacidade dos repórteres em conseguir “reações” informando os pais da morte de seus filhos: “‘Ele sempre foi um menino tão bom’, exclamou a sra. MacNaughton, com o corpo sacudido por soluços”. Quando eu precisava dessas citações costumava inventá-las, como alguns outros – o que também contribuía para uma padronização, pois sabíamos o que a “mãe consternada” e “o pai de luto” teriam dito, e possivelmente até ouviríamos dizerem o que estava em nossa cabeça, e não na deles (DARNTON, 1990, p.93).

Como repórter, a pesquisadora também presenciou atitudes pouco razoáveis na cobertura jornalística. Exemplo significativo envolveu um repórter de TV que, em determinada ocasião, expôs aos pares sua “esperteza” enquanto profissional: já tinha se identificado como perito da Polícia Civil em uma matéria, conseguindo ter acesso ao local do crime. Não satisfeito, na condição impostora, teria também orientado o porteiro a proibir a entrada do repórter da TV concorrente. Em outra ocasião, esse mesmo jornalista contou-nos que conseguiu o depoimento de um acusado, sob o compromisso de não revelar seu nome. A matéria foi ao ar e a identidade do envolvido foi divulgada.

O plágio (a cópia literal de textos de outros jornalistas) é outro problema enfrentado no meio profissional, especialmente na Internet. Como observado durante a investigação exploratória em campo, há casos de matérias – escritas por jornalistas que compõem o grupo investigado – que foram reproduzidas literalmente no conteúdo de jornal *online* ou no informativo de rádio de outro grupo de comunicação, sem qualquer citação ou referência à fonte de informação.

direta, o exemplo “ressuscitado” pela revista é significativo para abordar distorções realizadas na produção jornalística (A LIÇÃO..., 2004).

⁶⁶ - Contudo, como dito anteriormente, acreditamos que esses exemplos são exceções dentro do campo profissional, onde a maior parte dos profissionais não tende a operar uma manipulação consciente, uma “disjunção dolosa entre o fato e a referência” (BARROS FILHO, 2003a, p.52).

Por fim, também a assinatura de repórteres assumindo a autoria de textos que, na verdade, foram produzidos por assessorias de imprensa é outra conduta que chama atenção em uma lógica produtiva rendida aos imperativos da velocidade e concorrência.

2.4 Quando a redação assume ares de burocracia

O jornalismo atrai muitos jovens aspirantes à carreira por ser representado como uma profissão desburocratizada, onde o inesperado sempre acontece. Entretanto, há também muita previsibilidade dentro desse espaço de produção aparentemente imprevisível.

Incalculáveis, os acontecimentos estão ocorrendo a todo o momento, em todo lugar. Obviamente, nem tudo o que acontece é passível de ser noticiado, por isso, as empresas jornalísticas, além de definirem o que tem potencial para ser notícia a partir da cultura noticiosa, delimitam e priorizam alguns espaços de cobertura, tendo em vista a disponibilidade de recursos e facilidade de acesso.

A acessibilidade a esses espaços facilita a captura de acontecimentos, que devem ser processados pelo veículo sem grandes transtornos no processo produtivo, exceto em casos excepcionais (SOUZA, 2002). Dividida em seções temáticas (editorias), a cobertura da redação se concentra durante determinadas horas, quando a maior parte dos agentes da redação está trabalhando. Fora desse período, apenas acontecimentos com significativo valor-notícia justificam o deslocamento ou atraso no horário de fechamento do jornal. “Tuchman (1977) nota que essa condição de produção, que prioriza a cobertura em determinado período do dia, tende a causar buracos temporais na rede de captura de acontecimentos (...) pois os acontecimentos fora das horas normais de trabalho apresentam menores hipóteses de serem cobertos” (SOUZA, 2002, p.47 e 48).

Parte da cobertura da redação também é planejada e organizada com antecedência por meio de um serviço de agendamento de eventos, cuja ocorrência está previamente marcada. É o caso de reuniões, inaugurações de obras, sessões legislativas, eventos culturais, etc., que são, muitas vezes, pautados pelas próprias assessorias de comunicação. Há momentos em que a prática jornalística lembra um típico trabalho burocrático. Segundo Warren (1975, apud BARROS FILHO, 2003b, p.142), “com exceção da conversa dos redatores e alguma chamada telefônica ocasional, toda redação é um lugar

particularmente sereno (...) Se alguém gritasse “parem as máquinas, ou estaria brincando ou teria enlouquecido”.

Os imprevistos não são bem vistos pelos repórteres próximo às horas de fechamento. Caso um acontecimento não-programado, com inquestionável valor-notícia, ocorra e surpreenda a redação no final do expediente, não é difícil notar um ar de descontentamento do jornalista escalado para cobrir o fato. Ou seja, o repórter organiza seu tempo durante o dia e procura controlar seu trabalho para finalizar as notícias no prazo previsto de fechamento. Assim, os imprevistos, quando rompem essa “ordem” no final da jornada, exigem uma dose adicional de energia desses agentes, depois da maior parte do seu dia de trabalho já ter sido consumido.

As novas tecnologias também abriram margem para condutas mais sedentárias nas redações. Em geral, apenas os fatos de significativo valor-notícia que ocorram na margem de cobertura do jornal exigem o deslocamento de jornalistas. Parte das matérias é resolvida via telefone ou pela Internet, isto é, não é coberta a partir do contato presencial do jornalista. Também as agências de notícia são uma importante fonte de informação, que elimina a necessidade de maiores deslocamentos.

Salvo exceções, os veículos informativos diários têm investido de forma mais modesta em grandes reportagens ou trabalhos de campo aprofundados. “Descobri que os repórteres gastavam pouco as solas e acumulavam enormes contas telefônicas”, destaca Darnton (1990, p.91). O chamado jornalismo de gabinete ganha espaço nas redações, apesar do ultradominante jargão profissional: “lugar de repórter é na rua”.

O jornalismo é de muitas maneiras mais parecido com a agricultura sedentária que com a caça e a busca. (...) As notícias são produzidas por jornalistas que cultivam rondas regulares, fontes de informação reconhecidas que têm o seu próprio interesse em tornar a informação disponível...Tal como na agricultura, nada é inteiramente previsível (ELLIOT, 1978 apud TRAQUINA, 2003, p. 105).

2.5 De olho no sistema de recompensas e sanções

No espaço da redação, a atividade profissional também é marcada pelos constrangimentos organizacionais. Durante o processo de socialização em uma empresa, é comum o jornalista se adaptar às normas e políticas editoriais da organização, sob pena de receber sanções ou punições. Opor-se explicitamente à orientação do jornal, como afirma Breed (1993), pode representar obstáculos para os avanços na carreira. As condutas

consideradas adequadas são aprovadas e, em parte, recompensadas pela chefia, ao menos simbolicamente. Os jornalistas conhecem as principais regras da casa e, mesmo que não sejam explicitadas, são compartilhadas tacitamente. Para os novatos as regras não são apresentadas, entretanto são assimiladas ao longo de sua trajetória dentro da empresa.

(...) todos, com a exceção dos novos, sabem qual é a política editorial. Quando interrogados, respondem que a aprendem por osmose. Em termos sociológicos, isto significa que se socializam e “aprendem as regras” como um neófito numa subcultura. Basicamente, a aprendizagem da política editorial é um processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores. Aprende a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades (BREED, 1993, p.155).

O jornalista, segundo a teoria organizacional, também tem consciência de que seu trabalho tem de passar pelo crivo, pelas “porteiras” de superiores hierárquicos. Com isso, ajusta procedimentos e se antecipa às expectativas dos editores, com o objetivo de evitar possíveis cortes e reformulações de seus textos ou a repreensão da chefia – “dois meios que fazem parte do sistema de controle e que podem ter efeitos sobre a manutenção ou não do seu lugar, a escolha das suas tarefas e a sua promoção – quer dizer, nada menos do que a sua carreira profissional” (TRAQUINA, 2003, p.77 e 78).

Visando o sistema de recompensas, Darnton (1990, p.74) defende que os “repórteres naturalmente escrevem para agradar aos editores”. Além disso, sustenta que os repórteres consideram cada texto como algo de sua propriedade e não gostam que a matéria seja editada ou retocada. Ter chamada na primeira página de uma matéria publicada sem retoques é sinal de que o trabalho foi bem visto aos olhos da chefia.

As empresas, em geral, mantêm em seu quadro profissionais que se adaptam às normas internas. Assim, os jornalistas podem sujeitar-se a esses constrangimentos organizacionais visando, entre outras coisas, à manutenção do emprego, ao crescimento profissional, ao reconhecimento de superiores, à nomeação para trabalhos importantes, etc. Essa adesão depende, sobretudo, como afirma Breed (1993), de processos de recompensa-punição, como progressão na carreira, prazer no exercício da profissão, alcance de *status* diante dos pares e da chefia, etc.

As organizações noticiosas exercerão, de facto, algum poder sobre os jornalistas, logo até devido aos mecanismos de contratação, do

despedimento e da progressão na carreira. Como à organização interessa, à partida, ter pessoas adaptadas à sua dinâmica interna, percebe-se que o jornalista será sempre constrangido pela política editorial e pela forma de fazer as coisas no órgão de comunicação social para o qual trabalha (SOUZA, 2002, p.54 e 55).

Bourdieu também lembra que em um contexto onde há grande oferta de mão-de-obra e precariedade de emprego esse tipo de submissão às normas da empresa torna-se mais recorrente. “As pessoas se conformam por uma forma consciente ou inconsciente de autocensura, sem que haja necessidade de chamar sua atenção” (1997, p. 19).

Nesse sentido, percebe-se que a independência e a liberdade, como uma das representações socialmente reivindicadas e atribuídas aos jornalistas, são relativizadas no interior das empresas de comunicação também devido aos constrangimentos organizacionais. Esses profissionais têm um grau relativo de autonomia no processo produtivo. Tendem a interiorizar a política editorial da empresa e a se submeter no dia-a-dia profissional a uma espécie de autocensura. Por exemplo: após escrever uma matéria sobre determinado assunto, com determinado enfoque, que não passe pelas “porteiros” dos editores, o repórter terá mais cautela ao tratar novamente sobre o tema, pedindo orientações para a chefia antes de cobri-lo ou tentando ajustar previamente o texto às expectativas dos superiores hierárquicos. “O que se pode concluir é que quando um executivo vê um item que é claramente contra a política editorial, censura-o, o que constitui uma lição para o *staffer*⁶⁷. Este raramente persiste na violação dessa política” (BREED, 1993, p. 161).

Em geral, a repreensão da chefia não ocorre de forma declarada e agressiva, segundo Breed. É indireta, sutil, mas mesmo assim garante a aprendizagem dos agentes. “Também se deve ter em conta que a punição está subjacente se a orientação política não for seguida” (BREED, 1993, p.156). Com isso, ao escrever a matéria, o repórter pode tentar adivinhar qual ângulo será mais condizente com a orientação política da empresa.

A parcialidade não significa necessariamente prevaricação. Pelo contrário, envolve a omissão, a selecção diferencial, ou a colocação preferencial, tal como “destacar” um item favorável à orientação política do jornal, “enterrar” um item desfavorável numa página interior, etc. (BREED, 1993, p. 153).

⁶⁷ - Breed (1993) utiliza o termo *staffer* para se referir ao jornalista que não ocupa cargos de chefia, como o repórter.

Segundo James Curran (1990, apud TRAQUINA, 2003, p.77), o jornalista tem uma “autonomia consentida” dentro das redações, “permitida enquanto for exercida em conformidade com os requisitos da empresa jornalística”. Essa autonomia relativizada não deixa de ser motivo de tensões internas para alguns profissionais.

Dentro do campo, a posição do agente também pode definir o grau de sua autonomia. Algumas “estrelas”, que conseguem conquistar prestígio em sua trajetória profissional, chegam a ter certa independência e podem se livrar mais facilmente dos constrangimentos organizacionais, tendo licença para transgredir as normas. Essas personalidades estão expressas no jornalismo impresso, sobretudo, na figura dos colunistas, que escrevem artigos de caráter opinativo. “Os *staffers* com um estatuto de estrela podem, facilmente, transgredir a política editorial” (BREED, 1993, p. 163). Essa diferença entre estrelas e anônimos tende a gerar um clima de desconforto, manifesto na vontade dos agentes de serem tratados com maior igualdade (HALIMI, 1998).

Ao lado da política editorial das empresas, como aponta Soloski (1993), os valores do profissionalismo jornalístico – que estabelecem padrões e normas de comportamento como os rituais de objetividade – representam um importante mecanismo de controle da produção jornalística, ajudando a demarcar os limites do comportamento profissional e fornecendo as estruturas para a ação dos agentes do campo. “As organizações jornalísticas confiam na interação do profissionalismo e das políticas editoriais para controlar o comportamento dos jornalistas” (SOLOSKI, 1993, p.92).

As normas profissionais são transorganizacionais (extrapolam as fronteiras físicas da redação) e, segundo Breed (1993), podem ser divididas em duas categorias: de ordem técnica – que envolve os procedimentos práticos considerados corretos para a seleção e apresentação da notícia; e ética – que diz respeito aos códigos de conduta, ao compromisso do jornalista para com os leitores e à profissão, incluindo valores como a responsabilidade, a imparcialidade e objetividade.

Ao mesmo tempo em que o profissionalismo funciona como um mecanismo de controle, pode em algumas ocasiões trazer aos agentes do campo uma esfera de ação mais livre e independente diante da política editorial da empresa:

(...) o profissionalismo, ao ser, em grande medida, transorganizacional, uma vez que se enraíza em normas e padrões profissionais partilhados, como os códigos deontológicos e os “rituais” de objectividade, poderá dar ao jornalista uma base de poder independente que pode ser usada para frustrar ou minimizar a tentativa de interferência nos processos de

fabrico de informação de actualidade, mesmo quando estas são realizadas pelos detentores de poder na organização (SOUZA, 2002, p.108).

Isto é, o jornalista pode recorrer a esse conjunto de valores, que expressam as condutas do bom jornalismo e fornecem critérios para ação dentro do campo, para posicionar-se contra a linha editorial em determinadas situações conflitantes, contrapondo-se a interferências da empresa em seu trabalho.

Embora o profissionalismo torne possível o uso da discricção, ele não dita um comportamento específico para os jornalistas, ele estabelece mais as linhas-mestras de comportamento. Mesmo assim o profissionalismo dá aos jornalistas mais liberdade na seleção, relato e apresentação das “estórias” do que a permitida pela maioria das organizações (SOLOSKI, 1993, p.99).

Dentro do contexto produtivo, será preciso notar que também as motivações financeiras das organizações funcionam como constrangimentos organizacionais, podendo, inclusive, afetar a instância da redação e as decisões editoriais (SOUZA, 2002, p.53). A pressão dos anunciantes, por exemplo, pode influenciar o conteúdo noticioso. Pensemos na situação hipotética de uma notícia sobre sérias irregularidades envolvendo uma empresa que é forte anunciante de um jornal. Para escapar de acusações de negligência, o jornal pode noticiar a informação, mas de forma tímida e sem ser suficientemente crítico em relação ao assunto. O jornal também pode preservar o nome da empresa envolvida, atitude que possivelmente não adotaria em outras circunstâncias ou diante de outros envolvidos. Em contrapartida, no caso de uma notícia positiva, como por exemplo sobre uma campanha social realizada pela empresa anunciante, o jornal pode dar destaque excessivo ao fato, com chamada de capa, fotos, etc. Muitas vezes esses favorecimentos são realizados de maneira sutil, não explícita, passando despercebido pelo leitor menos atento.

Cabe ressaltar ainda que, especialmente em jornais de pequeno porte, a relação da empresa com personalidades políticas tende a ter fortes reflexos no conteúdo do noticiário. Há políticos que aparecem regularmente nas páginas jornalísticas, protagonizando matérias de aspectos positivos. No cotidiano profissional, é possível notar que esse tipo de constrangimento, de favorecimento econômico ou político, é o que mais causa tensões aos repórteres, por se chocarem com valores de profissionalismo. Há jornalistas do grupo investigado que consideram que só deixam de ser objetivos e

imparciais quando esse modo de interferência ocorre por influência dos anunciantes ou do partidarismo político dos proprietários dos veículos.

Nos jornais de grande visibilidade, que estão apoiados na sustentação de uma imagem profissional, essas interferências de ordem política ou econômica são realizadas sutilmente, de forma a não comprometer a sua credibilidade no mercado. Em alguns aspectos, os próprios diretores de redação podem recorrer ao profissionalismo tentando se escudar e não abrir espaço a orientações do departamento comercial da empresa.

Mesmo considerando as pressões da política editorial, Breed (1993, p. 164) ressalta que os jornalistas têm uma relativa dose de autonomia no contexto produtivo e podem driblar essas interferências em alguns momentos, “limando as arestas da política editorial sempre que possível”. Os jornalistas, na maior parte das ocasiões, podem, por exemplo, decidir quem entrevistar, que citações utilizar, que pontos realçar no corpo do texto, enfim, como conduzir a matéria. Ainda considerando essa possibilidade de manobra, Breed conclui que “os padrões culturais da sala de redação produzem resultados insuficientes para as mais vastas necessidades democráticas” (1993, p.166).

2.6 Jornalismo e fontes institucionais: uma relação de dependência

A corrida contra o tempo e o apego a procedimentos burocráticos e repetitivos nas redações pode levar o jornalista a construir notícias apoiado, sobretudo, em fontes oficiais, institucionais ou familiares, “reproduzindo as definições daqueles que têm acesso privilegiado” à imprensa (TRAQUINA, 2003, p.92).

Vários estudos empíricos do chamado *newsmaking* demonstraram o papel preponderante das fontes oficiais de informação na produção jornalística, segundo Traquina (2003). Ao olhar o conteúdo dos noticiários, é possível constatar que a imprensa representa de forma desigual os grupos sociais, refletindo apenas uma aparente polifonia nas páginas dos jornais. As fontes oficiais e institucionais, que mantêm uma relação próxima com a mídia, são mais facilmente representadas no conteúdo do noticiário. “De fato, o espaço público jornalístico é essencialmente um espaço tendencialmente ocupado por meia dúzia de protagonistas”, afirma o teórico Jorge Pedro Souza (2002, p.60). O jornalista brasileiro Ricardo Kotscho segue o mesmo raciocínio ao afirmar que “a vida oficial do Brasil depende de umas poucas figuras que fazem o noticiário” (apud RIBEIRO, 2001, p.100).

As fontes oficiais, institucionais ou familiares trazem economia de tempo no trabalho jornalístico. Isso porque, em geral, inspiram autoridade e credibilidade para fornecer informações e minimizam a necessidade dos jornalistas de recorrerem a outros canais de recolha. Quanto maior o título e prestígio da fonte, em geral, maior a confiança. Segundo Herbert Gans (1979, apud TRAQUINA, 2003, p.105), “presume-se que essas fontes sejam mais credíveis, quanto mais não seja porque não podem permitir-se mentir abertamente e porque são também consideradas mais persuasivas em virtude de as suas ações e opiniões serem oficiais”. Ainda de acordo com Gans, os jornalistas selecionam esses canais de informação levando em conta fatores como credibilidade, respeitabilidade e a autoridade da fonte na estrutura social.

A capacidade das fontes institucionais de produzirem informações e atenderem à necessidade produtiva dos jornalistas (SOUZA, 2002) também é um fator significativo para conseguirem espaço no conteúdo dos noticiários. Conscientes dessa necessidade, muitas fontes já se profissionalizaram no negócio da notícia. Conhecem a dinâmica das redações e adaptam-se às suas necessidades, desenvolvendo notícias pré-fabricadas que obedecem às convenções do texto jornalístico (*press-releases*). Essas assessorias de comunicação têm interesse de que o máximo de informações possíveis fornecidas por elas passem pelos portões (*gatekeepers*) dos jornalistas. Souza (2002) destaca que a proliferação desses agentes tem levado, de forma crescente, os jornalistas, como gestores da arena pública simbólica representada pelos jornais, a se tornarem alvo preferencial das “estratégias de gestão de informação” desencadeadas por esses grupos.

Os *press-releases* dispensam parte do trabalho de garimpagem do jornalista à procura de dados. Há casos de repórteres que recebem *releases* de assessorias de imprensa, editam o texto e assinam a matéria, sem apurações adicionais - considerando suficiente o material fornecido para a construção da notícia. Sem confronto de informações, a imprensa faz o papel de canal para a divulgação do enunciado desses informantes. Na descrição de Schudson (1986, apud TRAQUINA, 2003, p.110 e 111), esse procedimento é rotineiro nas redações e a produção de notícias, normalmente, torna-se uma “questão de representantes de uma burocracia apanhando notícias pré-fabricadas de representantes de outras burocracias”.

Segundo Dines (1986, p. 91), os jornalistas recorrem cada vez mais às notas oficiais ou *releases* de organismos privados ou públicos. “O autoritarismo de 1964 trouxe

nossa imprensa para a era da “nota oficial”, o repórter recebe o texto em vez de cavar suas próprias informações em várias fontes”.

Por meio das assessorias de comunicação, as fontes oficiais ou institucionais tendem a manter disponibilidade de atendimento aos jornalistas, sendo facilmente localizadas - condição que também facilita, de forma significativa, o trabalho dos agentes do campo. As assessorias chegam a pautar o trabalho dos jornalistas organizando eventos e informações exclusivamente para a cobertura da mídia. “Comunicados e convites, dossiês e coletivas, cafés da manhã, almoços, viagens... Hoje em dia, a informação que antes era preciso buscar, vem espontaneamente ao jornalista”, afirma Charon (1993, apud MARCONDES FILHO, 2000, p.41).

Há casos em que a própria fonte “vende” a informação e consegue a publicação de assuntos, com ângulos ou pontos de vista mais favoráveis. Segundo Darnton, as fontes oficiais procuram influenciar os repórteres na fase anterior à definição do gancho da matéria, quando estes ainda estão buscando uma idéia central sobre a qual será encaminhado o texto. “Se o texto começa com “A redução do desemprego...”, ao invés de “O aumento da inflação...”, é sinal de que eles (informantes) se saíram bem” (DARNTON, 1990, p. 82).

Existe entre fontes e jornalistas uma relação de dependência e interesses. Os primeiros agentes tentam mobilizar o conteúdo informativo em prol de suas estratégias de comunicação. Os segundos utilizam-se das fontes para conseguir informações, de preferência quentes e exclusivas, ou simplesmente para otimizar o trabalho, por meio dos *press-releases*, por exemplo. Pressionados pelas horas de fecho e pela necessidade de ter um fluxo contínuo de informações credíveis, os jornalistas buscam procedimentos que possam trazer economia de ação e rapidez no processamento das notícias.

Dentro de uma redação, normalmente, o repórter tem que se responsabilizar por mais de uma pauta por dia. Consultar fontes diversificadas é tarefa que dificulta o processo, já que demanda tempo de trabalho e pode levantar versões novas e contraditórias sobre o fato, tornando mais complexa e demorada a finalização do produto noticioso. Com a necessidade de fechar as matérias em poucas horas, o jornalista de um veículo diário não encontra, em geral, condições favoráveis para adotar uma postura investigativa, o que também o leva a recorrer a versões oficiais dos acontecimentos, como expõe Caco Barcellos: “O camarada pode sair da redação precisando fechar duas

matérias. Ele vai duvidar de tudo que é delegado que cruzar na vida dele? Isso só vai derrubar a matéria” (1997, apud MORETZSOHN, 2002, p. 145).

Na dinâmica de produção diária, também a procura por fontes não familiares é um trabalho que consome tempo. Além de gerar maior desconfiança entre os jornalistas, esses informantes podem não ser facilmente localizados ou demonstrar menos disponibilidade de atendimento, quando comparado a canais de informação já conhecidos. Gans define com clareza essa dificuldade dos jornalistas em contatar novas fontes:

A relutância em contactar outras pessoas que não as fontes oficiais e familiares não deveria nos espantar. Os sempre apressados repórteres não têm tempo para desenvolver um relacionamento com fontes não familiares e nem seguir a rotina que transforma desconhecidos em informantes. (...) As fontes não familiares podem fornecer informações não passíveis de avaliação, o que gera insegurança. E, sobretudo, as fontes não familiares podem fornecer informações novas ou contraditórias que atrapalhem a capacidade dos repórteres para generalizar e resumir (1979, apud MORETZSOHN, 2002, p. 71).

A princípio, a relação dos jornalistas com as fontes de informação é marcada por cuidados e desconfianças. No entanto, com o tempo, caso as fontes se mostrem dignas de credibilidade, conquistam a confiança dos agentes do campo e têm a tendência de se tornarem fontes regulares e familiares. Estabelece-se, com isso, uma relação simbiótica, negociada, que traz vantagens estratégicas para ambos os lados, mas que torna os jornalistas particularmente vulneráveis. Isso porque o agente do campo pode criar uma relação de dependência com essas fontes informativas e se expor “aos problemas decorrentes das relações pessoais aprofundadas, como o estabelecimento de laços de amizade e confiança que possam, em determinados momentos, comprometer ou condicionar os jornalistas e desvirtuar a informação” (SOUZA, 2002, p.51). Enfim, com o passar do tempo, em uma espécie de autocensura, os jornalistas podem adotar para com esses informantes uma postura pouco crítica. O perigo mora justamente na ameaça de conivência, como sustenta Souza:

As fontes são, freqüentemente, entidades interessadas na cobertura mediática, pelo que põem em campo táticas adequadas a garantir não só essa cobertura mas também que essa cobertura se faça num ângulo favorável, que sejam desprezadas informações negativas para essas mesmas fontes e que acontecimentos desfavoráveis possam ser cobertos favoravelmente (atividade em que os *spin doctors* são especialistas) (2002, p.61 e 62).

Segundo Darnton (1990, p. 83), depois de um tempo trabalhando na mesma editoria e convivendo com as mesmas fontes de informação, os repórteres apresentam a tendência de adotar, de maneira imperceptível, a mesma posição e o ponto de vista daqueles sobre os quais escrevem. “Passam a compreender as complexidades da tarefa do prefeito, as pressões sobre os comissários de polícia e a falta de um espaço de manobra, na área do bem-estar social”.

As fontes oficiais e familiares têm espaço privilegiado no precioso arquivo pessoal de contatos e telefones cultivados pelos jornalistas. Diante de dado acontecimento, a regra é consultar uma fonte credível. De certo, os anônimos também aparecem em muitas matérias, mas em geral são representados como personagens secundários, que trazem o elemento emocional para os textos.

Para que os grupos sociais com poucos recursos, representatividade ou visibilidade ganhem espaço nos noticiários, muitas vezes têm de protagonizar um conflito, um evento desviante que rompa com o ordinário, para emergir em primeiro plano nas páginas do jornal. Conscientes desses imperativos, alguns grupos já começam a produzir manifestações especialmente para a mídia. Um exemplo significativo envolve os índios da reserva de Araribá, em Avaí (SP). Esse grupo, que já passou por um processo de aculturação, normalmente usa trajes da cultura urbana. Entretanto, quando recebem os jornalistas para a cobertura de algum evento, pintam o rosto e recorrem às vestimentas de suas tradições culturais, supostamente para corresponder às representações estereotipadas que a imprensa constrói ao se reportar a eles. Para ser notícia, é preciso que as minorias sejam performáticas:

Eles têm de fazer notícias, entrando em conflito, de qualquer modo, com o sistema de produção jornalística, gerando a surpresa, o choque ou uma qualquer forma latente de ‘agitação’. Assim, os pouco poderosos perturbam o mundo social para perturbar as formas habituais de produção de acontecimentos. Em casos extremos, reúnem-se multidões num local inapropriado para intervir no plano diário de ocorrências e acontecimentos. Essas actividades constituem, de certa forma, acontecimentos anti-rotina (MOLOTCH E LESTER, apud TRAQUINA, 2003, p.102).

Será preciso reforçar, enfim, que ao se apoiarem em fontes oficiais e institucionais os jornalistas terminam por reproduzir nas páginas do noticiário valores consensuais do

status quo. Contudo, nessa discussão, muito importante nos parecem as considerações de Hall et.al. (1973/1993):

Isto não pode ser simplesmente atribuído – como algumas vezes o é em teorias de pura conspiração – ao fato de que os mídia são, em grande medida, pertença de capitalistas (embora essa estrutura de propriedade seja corrente), uma vez que isto seria ignorar a “relativa autonomia” do dia a dia do jornalista e dos produtores de notícias em relação ao controle econômico directo. Em vez disso, queremos chamar a atenção para as mais rotineiras estruturas de produção de notícias para observar como é que os mídia vêm, de facto, e em última instância, a reproduzir as definições dos poderosos, sem estarem, num sentido simplista, ao seu serviço (apud TRAQUINA, 2003, p.91).

Nos EUA, Gans (1980 apud SOUZA, 2002) demonstrou que as fontes de maior poder econômico e político tinham acesso favorecido à imprensa e, portanto, tinham seus interesses mais representados no conteúdo do noticiário. Esse tipo de relação é contraditório à representação de cão de guarda construída pelo jornalismo ocidental. Nas palavras de Souza:

O jornalismo, na visão ocidental e democrática, existe para informar, comunicar utilmente, analisar, explicar, contextualizar, educar, formar, etc, mas também existe para tornar transparentes os poderes, para vigiar e controlar os poderes de indivíduos, instituições ou organizações, mesmo que se tratem de poderes legítimos manifestados no sistema social. (...) Por vezes, todavia, a idéia que fica é que a situação inversa é dominante, isto é, os poderes controlariam e influenciariam mais os meios jornalísticos do que o contrário (2002, p.58).

Compartilhando da avaliação de Moretzsohn (2002, p.66) acreditamos que, muito mais do que a interferência de motivações econômicas e políticas, é o *habitus* profissional que cria rotinas de produção e leva “a notícia a ser procurada ali onde ela é sempre encontrada, o que cria um círculo vicioso que envolve a relação com as fontes”. Já que essas fontes surgem da estrutura do poder existente (SOLOSKI, 1993, p.97), esse círculo estabelece condições para que os jornalistas, ainda que de forma imperceptível e não consciente, reproduzam valores dos poderes instituídos. Na concepção dos estudos culturais, “as notícias não seriam, geralmente, narradas sob uma perspectiva conscientemente ideológica, embora sejam ideológicas enquanto entidades contributivas para a manutenção do *status quo*” (SOUZA, 2002, p. 109).

2.7 Uniformizando os conteúdos

Além de recorrerem a fontes regulares e partilharem, segundo Bourdieu (1997), de “óculos especiais” de percepção do mundo, os jornalistas também estão sempre atentos à produção dos veículos concorrentes e monitoram a cobertura de seus pares. Ou seja, devido à própria dinâmica de concorrência, é preciso saber o que o outro disse para saber o que se vai noticiar. Isso provoca um círculo vicioso que contribui para a homogeneização dos conteúdos informativos e para certa uniformidade das representações construídas sobre o universo social.

Os jornalistas são os consumidores mais vorazes de notícias. A consulta ao trabalho dos pares e à produção de outros veículos é própria da cultura profissional e faz parte das exigências tácitas da profissão (SOUZA, 2002; BOURDIEU, 1997).

Nas redações, passa-se um tempo significativo discutindo a produção dos veículos concorrentes e analisando o que foi feito e o que se deixou de fazer. A consequência dessa vigilância permanente é a formação de uma espécie de círculo vicioso, que produz “efeitos de fechamento” sobre o que noticiar (BOURDIEU, 1997). Quanto mais um assunto está em pauta na agenda midiática, mais os jornalistas ficam convencidos de sua relevância.

(...) o fato de os jornalistas, que, de resto, têm muitas propriedades comuns, de condição, mas também de origem e de formação, lerem-se uns aos outros, verem-se uns aos outros, encontrarem-se constantemente uns com os outros nos debates em que se revêem sempre os mesmos, tem efeitos de fechamento e, não se deve hesitar em dizê-lo, de censura tão eficazes – mais eficazes mesmo, porque seu princípio é mais invisível – quanto os de uma burocracia central, de uma intervenção política expressa (BOURDIEU, 1997, p.35).

Nesse sentido, a notícia também é fruto da interação entre os jornalistas, “vistos como membros de uma comunidade profissional” (TRAQUINA, 2003, p.117). Os freqüentes encontros, a troca de experiências, o acompanhamento do trabalho de seus pares, o comparativo de produção e, principalmente, o fato de compartilharem o mesmo *habitus* e cultura profissional levam os jornalistas a construírem um consenso sobre os critérios de noticiabilidade.

Os jornalistas são realmente sensíveis às impressões de seus pares e “tendem a confirmar as percepções que têm do mundo uns pelos outros” (SOUZA, 2002, p.52).

Darnton (1990, p.72) afirma que os jornalistas têm pouco contato com o público em geral e escrevem basicamente tendo em vista o seu grupo de referência. “(...) os repórteres são os leitores mais vorazes, e precisam conquistar seu *status* diariamente, ao se exporem a seus colegas de trabalho”.

Diferentemente do que ocorre em outros campos de produção, a competição mercadológica não tem assegurado a diversidade do produto informativo na imprensa diária. Em geral, “quando um jornal, uma emissora de rádio ou televisão dão um *furo*, todos os outros os acompanham repercutindo a mesma notícia, numa reação orquestrada, contínua e geral” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 113 e 114). Ou seja, a lógica da concorrência, que em outros campos impõe a diversidade, no jornalismo produz um efeito de homogeneização (BOURDIEU, 1997). Na avaliação de Souza (2002, p.41), essa uniformidade pode ser uma das razões pela qual a imprensa vem perdendo público leitor: “fala sempre do mesmo e da mesma maneira, entediando e aborrecendo, sem atender às necessidades informativas dos leitores”.

Há de se considerar ainda, num contexto mais amplo, a problemática da concentração dos meios de comunicação (formação de oligopólios) e os possíveis aspectos negativos dessa tendência como “a homogeneização dos conteúdos midiáticos e a limitação ao pluralismo de opiniões nos mídia” (TRAQUINA, 2003, p.80).

2.8 Na dinâmica do mercado

Embora ancorado na concepção “desinteressada” de atender aos interesses do público, certo está que o jornalismo informativo nas sociedades ocidentais é uma atividade comercial desenvolvida com base na dinâmica de mercado. O resultado das vendas, a conquista de novos leitores e anunciantes são elementos determinantes para a sobrevivência das empresas. Nesse contexto produtivo, como aponta Bourdieu (1997, p.37), “o mercado é reconhecido como instância legítima de legitimação” e o bom resultado das vendas é traduzido como indicativo de qualidade dos produtos. “As notícias são vistas cada vez mais como um produto de consumo e menos como um bem social, o que é perigoso”, sentencia Souza (2002, p.87).

Atento ao movimento do mercado (sempre à procura de novos nichos de consumidores) e buscando reconfigurar o seu formato após a chegada da Internet, os jornais impressos diários têm passado por reformulações em termos gráficos e de

conteúdo. Nesse contexto, eliminam-se reportagens de grande extensão e profundidade. Comprimem-se as informações, fragmentando as notícias em caixas de textos e infográficos coloridos - os atuais “links” incorporados pelo mundo impresso. O objetivo – justificam os projetos editoriais – é facilitar e atender às supostas expectativas do leitor, transmitindo-lhe informações leves, de conteúdo visualmente agradável, em sintonia com o ritmo de vida acelerado da sociedade atual.

Seguindo a fórmula inaugurada com sucesso comercial pelo *USA Today* na década de 80, muitos jornais brasileiros reformularam nos últimos anos seus padrões gráficos (LINS DA SILVA, 1991) utilizando mais cores, mapas, tabelas, infográficos e fragmentando as informações. O projeto do *USA Today* foi uma proposta clara de oferecer ao público leitor uma versão impressa próxima ao formato das notícias de televisão: “curtas, agradáveis para os olhos e com poucos detalhes” (DIZARD, 2000, p. 233).

Nos informativos *online*, as informações tendem a transmitir ao leitor a sensação de instantaneidade, de estar “quase-presente” nos acontecimentos, a partir de uma dinâmica de produção em que o caráter precível das notícias é potencializado. De forma geral, o fluxo de informações, acentuado pelos veículos de comunicação na atualidade, tende a ancorar-se na rapidez, na valorização da imagem e na abordagem mais sintetizada e superficial dos assuntos:

É um processo vertiginoso de transmissão e consumo de informações em que o sentido dos fatos é com frequência superficializado, quando não passado despercebido de todo. O público apenas raspa na compreensão dos fenômenos, mesmo o consumidor dos veículos mais refinados e críticos (LINS DA SILVA, 1991, p. 24 e 25)⁶⁸.

Para o pensamento frankfurtiano, a forma como as notícias são apresentadas na sociedade contemporânea, de maneira fragmentada, desconexa, descontextualizada e embalada para consumo, cultivaria a passividade e a despolitização do leitor. Nesse sentido, a imprensa estaria a serviço da lógica capitalista e contribuiria para a manutenção do *status quo*. Ou seja, a mídia trabalharia no sentido de preservar as relações desiguais de poder e as estruturas de dominação, fazendo a ordem vigente parecer um estado de coisas naturais. Marcondes Filho (1986) segue essa linha de raciocínio e acredita que o

⁶⁸ - No trecho em questão, o autor se refere à dinâmica de produção do modelo norte-americano de jornalismo que, segundo ele, é a principal fonte de influência para o jornalismo praticado no Brasil.

processo de produção das notícias não estaria pautado por interesses sociais. Ao contrário, os interesses particulares estariam eufemizados, revestidos de interesse público.

Mesmo considerando a ocorrência de episódios envolvendo a mídia em que esse tipo de relação, acima descrita, se estabeleça⁶⁹, não concedemos ressonância ao viés apocalíptico, porque, como afirma Soloski:

Seria simplista sugerir que a seleção de assuntos a cobrir e a escolha de fontes a apresentar ao público nas notícias tem motivações políticas. Embora seja verdade que a notícia legitima e defende o sistema político-econômico existente, já não o é a seleção que os jornalistas fazem das notícias que reflecte um desejo consciente da sua parte para as relatar de tal modo que o *status quo* seja mantido (1993, p.96).

A forma como o jornalismo moderno constitui-se está intimamente relacionada à dinâmica da sociedade capitalista. Nesse contexto, o jornal é um produto que precisa ser vendido, um produto que precisa atrair leitores e anunciantes. Isto é, o mercado, em última instância, é o norteador das empresas de comunicação. Entretanto, salvo exceções, os repórteres sentem que devem sua lealdade e sua preocupação não aos princípios de mercado ou aos objetivos da empresa noticiosa, mas aos valores da profissão. Daí decorrem tensões entre a lógica empresarial e o conjunto de aspirações que os agentes formam sobre a profissão, especialmente nos cursos universitários. Como pontua Bourdieu:

(...) nesse microcosmo que é o mundo do jornalismo, são muito fortes as tensões entre os que desejariam defender os valores da autonomia, da liberdade com relação ao comércio, à encomenda, aos chefes, etc. e os que se submetem à necessidade, que são pagos em troca (1997, p. 52).

⁶⁹ - Autores das teorias de ação política, como Herman e Chomsky (apud TRAQUINA, 2003, p.82 e 83), acreditam que as notícias são manipuladas sistemática e conscientemente pela mídia para reforçar os valores do *establishment* e defender os interesses econômicos dos grandes meios de comunicação. Fatores como a estrutura da propriedade da mídia, marcada atualmente por forte processo de concentração, a procura do lucro, a dependência dos jornalistas das fontes oficiais do governo, etc., explicariam a submissão dos jornalistas ao poder instituído. Esta visão do processo de produção da notícia se torna redutora ao colocar o jornalista como um agente totalmente submisso, desconsiderando qualquer grau de autonomia e manobra desses profissionais no contexto produtivo. No entanto, não é possível ignorar que episódios de manipulação explícita encontrem exemplos na história recente da imprensa. Basta lembrar do polêmico debate de 1989 envolvendo os então presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello. A edição escancaradamente parcial e tendenciosa realizada pela TV Globo até hoje é objeto de críticas e análises de teóricos da comunicação.

É preciso notar, contudo, que as motivações econômicas são apenas a parte mais visível, a ponta do iceberg de todo o processo de produção jornalística. Há nesse campo aquilo que Bourdieu chama de “mecanismos anônimos”, os quais funcionam como “instrumento de manutenção da ordem simbólica” (1997, p.20). Entre eles estão a própria cultura jornalística (que em muitos aspectos comungam dos valores morais vigentes), a dinâmica das rotinas produtivas e a força do *habitus* profissional. No entanto, esses fatores não são, em geral, objetos de reflexão ou questionamento por parte dos jornalistas, que costumam atribuir às questões de mercado a maior parte da responsabilidade pelas limitações do exercício profissional.

3 A PESQUISA DE CAMPO: ASPECTOS E DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO EMPÍRICO-METODOLÓGICA

O estudo de caso foi realizado com um grupo de 17 repórteres de um jornal do Interior de São Paulo, de circulação diária e regional, que tem tiragem média de 28 mil exemplares (33 mil aos domingos), chega a 45 cidades e atinge um número aproximado de 100 mil leitores. Escolhemos trabalhar com os jornalistas desse veículo impresso de uma cidade de porte médio pela facilidade de imersão da pesquisadora nesse campo, já que ela também fazia parte do grupo pesquisado.

Inicialmente, chegamos a considerar a possibilidade de realizar o estudo em outras redações, com jornalistas de diferentes veículos, mas devido às limitações econômicas e aos limites de tempo essa possibilidade foi descartada. Especialmente porque a pesquisa de campo se propunha a realizar a observação-participante, a partir de uma abordagem etnográfica, que exige a imersão do pesquisador no ambiente de estudo, com o objetivo de descrever as práticas dos agentes investigados (COULON, 1995).

Na pesquisa empírica, além da observação-participante, utilizamos a entrevista em profundidade semi-estruturada, com o objetivo de reunir dados sobre o sistema de representações sociais e as condições objetivas de produção da notícia. De forma geral, incluindo as duas técnicas qualitativas, os dados foram coletados entre os meses de abril e agosto de 2005.

Apesar do consentimento escrito do jornal para realizar o estudo, optamos por preservar o nome da empresa e dos colaboradores que aceitaram participar da pesquisa. O objetivo foi não colocar os membros do grupo investigado numa situação de constrangimento e de extrema exposição, tentando evitar algum tipo de dano àqueles que permitiram ser estudados. Assim como Becker, acreditamos que todo o grupo preserva imagens sobre si mesmo, que permite apresentá-lo “como melhor em alguns sentidos” do que a pesquisa empírica revelará que é. “Um estudo de caso está fadado a revelar a discrepância entre a realidade operacional e a imagem que seus membros acreditam, e que apresentam para o resto do mundo” (BECKER, 1999, p.132).

A organização na qual os colaboradores estão inseridos contava, no momento da realização da pesquisa de campo, com o registro de 47 funcionários, entre os quais 21 eram repórteres. Também integrava a equipe jornalística um gerente de produtos editoriais

(que é o cargo máximo dentro da redação), editor-chefe, editor-assistente, editores de área, editor de fotografia, pauteira, repórteres fotográficos, diagramadores e colunista.

Os jornalistas que produzem material diário estão divididos por áreas de atuação, em editorias que cobrem política, economia, cultura, esportes, além de assuntos gerais da comunidade local e de cidades da região. As editorias de notícias nacionais e internacionais possuem jornalistas responsáveis por editar o material proveniente de agências e distribuí-lo nas páginas.

O jornal também possui repórteres que trabalham em matérias especiais produzidas durante a semana para cadernos que abordam temas de saúde, economia, recursos humanos, pesca, turismo, comportamento, além de assuntos voltados para a cobertura de bairros, cidades da região, setor automobilístico e público infantil⁷⁰.

Ressalta-se que a empresa onde se realizou o estudo, a exemplo do movimento traçado por outros jornais, buscou se firmar no mercado ao longo de sua história, melhorando a infra-estrutura tecnológica de seu parque industrial e aumentando o número de tiragens, anunciantes e leitores⁷¹. Também segmentou o produto informativo por meio da implantação de editorias e suplementos, com o objetivo de atender a públicos diversos. Como empresa de caráter mercadológico, tem como fonte de sustentação econômica, sobretudo, os anunciantes. Destaca-se que, até a finalização desta pesquisa, era o único veículo impresso existente na cidade⁷².

Ao todo 17 repórteres participaram da pesquisa como colaboradores, sendo dez da produção diária e sete de suplementos semanais. Com isso, garantimos a participação de jornalistas que trabalham em diferentes editorias e, a partir dessa amostra qualitativa, obtivemos um significativo material empírico a partir dos discursos e observação dos sujeitos. Cabe ressaltar, contudo, que nossa preocupação não esteve voltada para a

⁷⁰ - A permanência de um repórter em uma editoria pode ser alterada devido à retirada de férias por parte de jornalistas, licença-médica, folgas, desligamentos, etc. A chefia também, de tempos em tempos, faz alterações, deslocando repórteres entre editorias, sob a justificativa de melhorar o processo produtivo.

⁷¹ - O grupo empresarial proprietário do jornal onde estão inseridos os sujeitos da pesquisa possui outro veículo de comunicação na cidade, uma rádio FM.

⁷² - Ao final da pesquisa, estavam ocorrendo preparativos para a inauguração de outro jornal impresso na cidade. Até o fechamento da dissertação, em outubro de 2005, três repórteres que foram colaboradores da pesquisa haviam pedido demissão da organização, depois de serem convidados para atuar na nova empresa. A chegada do novo jornal foi recebida com entusiasmo por repórteres, que consideraram a concorrência saudável, seja por representar uma alternativa de emprego, que poderá valorizar o “passe” dos profissionais, ou por estimular a própria melhora do produto informativo. Além dos três repórteres citados, outros três depoentes que fizeram parte do grupo envolvido na pesquisa também saíram da organização, no mesmo período. Uma delas assumiu o cargo de repórter em um veículo impresso de outra cidade, outro de assessor de imprensa em um órgão público e a terceira foi atuar em uma editora de revistas.

quantidade de entrevistados, pois entendemos que cada sujeito, em sua singularidade, carrega características da totalidade do grupo (BOCK, 1999).

Delimitamos como colaboradores apenas os repórteres que atuam na elaboração de matérias, ou seja, que cumprem pautas, apuram informações, entrevistam, redigem textos. Aqueles que trabalham na edição de material de agência de notícias, como os jornalistas da editoria nacional e internacional, não fizeram parte do corpus da pesquisa, já que estão submetidos à outra dinâmica de produção. Na equipe de esportes, apenas um dos três repórteres foi convidado como colaborador. Isso porque também nessa editoria a dinâmica de produção diária é diferenciada. Os repórteres nem sempre fazem matérias e utilizam grande quantidade de material de agência e *releases*, sendo responsáveis inclusive pela diagramação do produto, ao contrário dos demais.

Escolhemos trabalhar prioritariamente com os repórteres porque são esses agentes que atuam na linha de frente do fazer jornalístico, relacionando-se com as fontes, apurando informações e construindo textos. Também supomos que esses agentes estejam menos suscetíveis à visão empresarial do fazer jornalístico, ao contrário daqueles que ocupam cargos de chefia e participam mais diretamente das preocupações econômicas e comerciais da empresa⁷³. Além disso, assim como Traquina (2004a, p.91), acreditamos que a figura do repórter é a “representação do jornalista que mais evoca toda a mitologia jornalística”, especialmente os que atuam no meio impresso, já que a história do jornalismo e dos jornalistas começa a partir da plataforma escrita.

Além das delimitações já apontadas, a escolha dos entrevistados seguiu o critério da aceitação por parte do colaborador. Todos os que foram convidados aceitaram o convite, apesar da resistência inicial apresentada por alguns atores. Um dos sujeitos da pesquisa, por exemplo, ao ser convidado e informado sobre os objetivos do trabalho, disse à pesquisadora que não seria um “bom” entrevistado, porque estava altamente desestimulado com a profissão e seu discurso destoaria dos demais componentes do grupo. Neste momento, foi-lhe explicado que a diversidade das falas seria muito importante para o desenvolvimento da pesquisa e que ele poderia sentir-se à vontade em seu depoimento. Outra colaboradora, com a qual a pesquisadora tem relação de maior intimidade e comumente discutia assuntos referentes à condição de produção, também apontou resistência inicial, dizendo que já conhecíamos sua posição sobre os assuntos que seriam

⁷³ - Em geral, os jornalistas que ocupam cargos de chefia na redação são aqueles que estão sintonizados com a direção do jornal e com seus objetivos editoriais e empresariais.

abordados. Ao argumentarmos que sua participação e seus posicionamentos seriam importantes para o resultado da pesquisa, a repórter aceitou o convite.

3.1 Entrevistas em profundidade

As entrevistas foram realizadas entre os meses de abril e julho de 2005. Cada qual durou em média três horas. Ao todo, foram gravadas e transcritas 46 fitas, com duração de uma hora cada, para posterior análise dos depoimentos. Optamos pela entrevista semi-estruturada, pois sabíamos que, a partir da fala de cada sujeito, novas questões poderiam surgir, exigindo que a pesquisadora não se prendesse tão somente às perguntas previamente formuladas. Durante o processo, no entanto, apenas em momentos pontuais foram feitas questões que fugissem da estrutura inicialmente formulada.

Embora tendo consciência de que as entrevistas em profundidade tomariam um tempo significativo para realização e posterior transcrição, optamos por essa técnica por oferecer a possibilidade de um diálogo com o entrevistado, próximo e interativo, capaz de abordar várias temáticas desenvolvidas no corpo das reflexões teóricas e fornecer ao colaborador maior abertura para relatar suas práticas e representações sociais.

Privilegiamos, na construção da entrevista, a proposição de questões que focalizassem as representações sobre a profissão e as auto-representações que os sujeitos da pesquisa constroem discursivamente sobre si enquanto jornalistas, o vínculo que esses agentes estabelecem com a profissão, os valores profissionais, as pressões, tensões, recompensas e compensações trazidas pela atividade, além de aspectos da prática profissional como as rotinas de produção, a relação com as fontes e com os pares, os constrangimentos organizacionais, os critérios de noticiabilidade e a influência do *habitus* profissional.

De forma geral, é possível perceber que o fato de a pesquisadora conhecer os sujeitos da pesquisa e ser uma colega de trabalho contribuiu para a manutenção da naturalidade das interações durante as entrevistas, embora seja necessário ressaltar que alguns se mostraram mais motivados que outros. Cada colaborador impôs o ritmo para o desenvolvimento das questões o que levou algumas entrevistas a terem maior duração. Uma delas foi realizada em cerca de cinco horas. Cabe ressaltar também que, depois das primeiras duas horas, alguns entrevistados demonstraram sutilmente certa impaciência, não dedicando tanto tempo às respostas, como observado nas questões iniciais. As

entrevistas foram realizadas na casa dos colaboradores ou da pesquisadora, que deixou a escolha a critério dos entrevistados⁷⁴. A todos foi pedida autorização para utilização do gravador.

Em que pese a intimidade com os sujeitos da pesquisa, obviamente há que se considerar que os colaboradores, em maior ou menor medida, pelo fato de estarem sendo entrevistados formalmente e sob a presença de um gravador, podem ter se sentido pressionados ou intimidados em alguns momentos, apesar dessas reações terem sido mais perceptíveis no começo das falas. Quebrado o “gelo” do contato inicial, algumas entrevistas foram realizadas em um ambiente de descontração e naturalidade, ou numa condição alusiva a um exercício de confiança - fato que possibilitou recolher dados importantes sobre o sistema simbólico desses agentes e das condições de produção da notícia. Há de se considerar que o fato de a pesquisadora também estar mergulhada no ambiente da redação, naquele momento, possa ter levado alguns sujeitos a não reterem informações importantes sobre sua experiência concreta vivenciada na empresa e encontrar maior abertura para relatar suas práticas. Atitude esta que levou inclusive a pesquisadora a se surpreender intimamente, em alguns aspectos, com revelações que expuseram fragilidades e condutas questionáveis no campo profissional.

Esse aparente ambiente de confiança e naturalidade para relatar os temas propostos não significa, contudo, que alguns discursos não tenham sido marcados por momentos de ambigüidades e contradições, especialmente quando a temática saía do campo simbólico das representações para abordar aspectos das condições objetivas de produção.

Destaca-se que a entrevista marcada por maior dificuldade⁷⁵ foi realizada justamente com a depoente com a qual a pesquisadora tem uma relação de significativa amizade e que apontou resistência inicial para participar da pesquisa. Aparentemente, a colaboradora não se sentiu muito à vontade ao responder algumas questões e adotou uma postura objetiva nas respostas, não se alongando muito nos temas propostos e

⁷⁴ - As entrevistas realizadas na casa dos colaboradores foram suscetíveis a maiores interrupções. Na casa de uma das depoentes, que possui uma filha de poucos meses, a entrevista foi interrompida por diversas vezes, ora por causa do choro da criança, ora por causa do chamado do marido ou de parentes. Essa condição tornou o tempo de entrevista mais longo, já que os temas tinham que ser retomados após a pausa. Esse foi o encontro em que tivemos que parar a gravação por mais vezes. Nos outros, a interrupção ocorreu em momentos pontuais.

⁷⁵ - Essa dificuldade foi potencializada por problemas técnicos enfrentados durante a entrevista. Depois de a colaboradora ter respondido parte das questões, um defeito no gravador exigiu que retomássemos a conversa noutro dia.

apresentando, em certos momentos, aparente desinteresse e pressa em terminar a entrevista, o que de fato, também levou a pesquisadora a enfrentar certo constrangimento.

É importante destacar que a interação durante a entrevista, em maior ou menor medida, possibilitou aos sujeitos momentos de reflexão sobre a prática profissional. Não foram raras as ocasiões em que, questionados sobre algum aspecto das condições objetivas de produção, colaboradores tenham assim respondido: “Nunca pensei sobre isso”.

Antes da realização das entrevistas, os sujeitos foram informados de que teriam seu nome preservado na pesquisa, condição que, de forma geral, provavelmente tenha tornado o contexto mais tranquilo para o desenvolvimento das falas.

No texto dos próximos capítulos, os repórteres ganharam nomes fictícios. Também foram suprimidas palavras pronunciadas pelos depoentes ou referências que pudessem identificar, de imediato, os sujeitos envolvidos, como nomes de colegas de trabalho, do jornal ou da cidade em que estão inseridos.

3.2 A observação-participante

A partir de uma abordagem etnográfica, observamos as práticas sociais dos atores, com o objetivo de compreender aspectos da suas experiências concretas vivenciadas diretamente no espaço da redação. A pesquisadora foi uma participante em caráter integral, já que era membro do grupo pesquisado e convivia diariamente com ele, como funcionária da organização em que os colaboradores estão inseridos (BECKER, 1999, p.120). Os dados coletados nesse contato presencial foram registrados em diário de campo e se complementaram ao material coletado durante as entrevistas.

Pelo fato de estar inserida no ambiente da pesquisa empírica, a pesquisadora tentou realizar a observação-participante durante dois meses, de forma concomitante ao desempenho de suas tarefas diárias como repórter. Entretanto, foram muitas as dificuldades em estar atenta ao movimento dos atores, neste momento em que continuava imbuída de suas responsabilidades profissionais na redação, o que levou a observação a ser realizada apenas com caráter exploratório inicialmente. A abordagem etnográfica foi realizada efetivamente, de maneira mais criteriosa e intensiva, com anotação em diário de campo e acompanhamento individual dos colaboradores apenas quando a pesquisadora afastou-se de suas atividades como repórter e se dedicou exclusivamente à coleta de dados

em campo durante duas semanas consecutivas entre os meses de julho e agosto, incluindo dois plantões de finais de semana.

No momento da pesquisa empírica, dos 17 colaboradores, dez trabalhavam na produção diária e outros sete em suplementos semanais. Foi priorizado o acompanhamento dos repórteres da produção diária, para os quais cada dia de trabalho representa um ciclo completo, finalizado no momento da entrega das matérias – ao contrário dos que têm *deadline* semanal. A cada dia um dos repórteres foi observado, fato que não impediu, entretanto, que estivéssemos atentos, de forma geral, aos movimentos na redação, inclusive de jornalistas que não faziam parte do grupo investigado.

Ao todo, 12 jornalistas foram acompanhados de forma individualizada. O acompanhamento consistiu em permanecer junto a um repórter durante a maior parte de sua jornada de trabalho, desde a reunião de pauta⁷⁶ até a finalização do processo de apuração. Essa dinâmica incluiu a observação dos atores no ambiente da redação até as incursões externas na cobertura de eventos como, por exemplo, a sessão legislativa do município, a convenção de um partido ou um encontro de motoqueiros, a visita a bairros, a cobertura de um velório, além das entrevistas com as fontes, presencialmente ou por telefone. Além de observar os sujeitos, a pesquisadora, quando necessário, fez intervenções, dialogando com eles sobre suas decisões, escolhas e dificuldades para construir o produto noticioso.

Inicialmente, alguns jornalistas demonstraram estranhamento quando informados sobre a necessidade de realizar o acompanhamento de suas tarefas. A própria pesquisadora, nesse momento, foi abatida por certo constrangimento. A intimidade de suas relações com os sujeitos, se por um lado foi importante para conseguir transitar livremente pelos espaços do jornal, também apareceu como um fator de dificuldade para realizar o distanciamento necessário e observar suas práticas.

Durante o acompanhamento, algumas piadas e brincadeiras surgiram dessa relação da colega de trabalho que se colocava naquele momento numa nova condição, não mais de repórter, mas de observadora. Em determinado momento, a pesquisadora chegou a receber a alcunha de “carrapato”. Alguns colegas comentavam com bom humor o fato de a

⁷⁶ - Essa dinâmica foi diferenciada com alguns repórteres. Aqueles que trabalham em cadernos, por exemplo, não se submetem às reuniões de pauta diária, bem como os repórteres observados em plantões de finais de semana. Nesse último caso, os horários de produção têm início logo pela manhã e as pautas são afixadas num mural na redação.

pesquisadora realizar esse acompanhamento mais direto e brincavam que os colaboradores seriam observados até em suas atividades mais íntimas, como ir ao banheiro.

No primeiro dia de acompanhamento individualizado, observamos a rotina de uma repórter considerada “foca” dentro do campo e foi possível notar significativo desconforto dessa jornalista em estar sendo acompanhada por uma colega com mais tempo de trabalho. “Mas que coisa desagradável”, protestou a colaboradora no início, exprimindo claramente que a pesquisadora representava um elemento de constrangimento. Com os demais sujeitos, que têm maior tempo de casa, o acompanhamento foi mais tranquilo, isto é, não foi perceptível uma postura de clara intimidação – embora seja razoável afirmar que o fato de estarem sendo observados por uma companheira de trabalho possa ter interferido em seus comportamentos e gestos, levando-os, em menor ou maior medida, a certa artificialidade em seus atos, mobilizada em função do que desejavam transmitir.

Algumas estratégias de investigação foram necessárias para realizar a observação. Uma delas foi o registro em diário de campo, que ocorreu efetivamente de forma disciplinada apenas quando a pesquisadora se afastou de suas atividades como repórter. Nesse movimento de coleta de dados em campo, participamos de reuniões de pauta de diversas editorias, que reúnem repórteres, editores, pauteiro e chefia de redação. Esse é um momento importante, porque pudemos observar alguns critérios de noticiabilidade, os assuntos passíveis de serem noticiados, isto é, a manifestação da cultura noticiosa. Também nesse momento foi possível apreender algumas manifestações que implicam em constrangimentos organizacionais, porque é justamente nesse encontro que costumam ocorrer algumas sanções por parte da chefia.

Os constrangimentos e tensões no processo produtivo puderam ser observados em outras frentes, como nas conversas de corredores e pátio do jornal. É normalmente nesses espaços de interação informais, nas chamadas “rodinhas” – palco de conversas paralelas e espontâneas – que os repórteres em geral tendem a comentar suas insatisfações e suas dificuldades no contexto produtivo.

A pesquisadora, ao mesmo tempo em que se colocou em espreita para escutar as conversas, também foi uma participante dessas conversações naturais, de onde emergem significações, tensões e momentos de descontração das atividades desses participantes. Pôr-se à espreita é um dos traços da observação participante (COULON, 1995), o que significou observar o maior número de situações possíveis no decorrer da pesquisa de campo. Nesse processo, também estivemos atentos para as nuances entre o comportamento

dos jornalistas mais velhos e os novatos, que ainda estão no início do processo de socialização dentro da organização.

Ainda por meio da observação participante foi possível avaliar como a redação se organiza para controlar seu trabalho, os momentos de maior tranquilidade e tensão, e alguns elementos importantes da relação dos jornalistas com os pares e com os veículos concorrentes. As atividades concretas dos membros revelam as regras, os modos de proceder dentro do campo (COULON, 1995).

É significativo ressaltar que, durante o acompanhamento, a pesquisadora foi convidada por alguns sujeitos a interagir em suas atividades, seja por meio da indicação de uma fonte, da leitura de um texto, no pedido de auxílio para a realização de um cálculo ou para manifestação de uma opinião sobre o assunto da matéria. Especialmente com os sujeitos com os quais a pesquisadora tem maior intimidade foi mais difícil conquistar uma outra condição, que não a da colega de trabalho.

3.3 Método de análise

Com base nas reflexões teóricas desenvolvidas nos capítulos iniciais da pesquisa e no conteúdo das entrevistas e dos registros em diário de campo, os dados foram agrupados por classificação em categorias temáticas para descrição e análise a partir de temas-eixo, como: representações sociais, valores da cultura profissional, recompensas e ganhos simbólicos, envolvimento/vínculo com a profissão, rotinas de produção, influência do *habitus* profissional, critérios de noticiabilidade, relação com as fontes, constrangimentos organizacionais, relação com os pares e com os concorrentes, tensões e pressões no exercício da atividade.

As falas foram recortadas, classificadas e agrupadas em função desta categorização em temas centrais, passando de dados brutos para dados organizados, com o objetivo de apreender significados comuns a partir do material discursivo. “A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 1977, p.117).

Para facilitar a organização dos dados, algumas categorias temáticas, como a das representações sociais sobre a profissão e auto-representações, foram divididas em subcategorias como: servidor do público, agente missionário, cão de guarda, corregedor do

sistema, intermediário entre o público e o real, profissão diferenciada, atividade desburocratizada. Também na temática “envolvimento/vínculo com a profissão” foram criadas subcategorias como: recompensas não materiais, o pólo simbólico como motivador de exploração tácita, a interferência do tempo de trabalho na vida privada, a escolha pelo jornalismo.

Obviamente essa classificação temática foi construída para fim de análise pois, de fato, em muitas falas os temas se atravessavam, identificando-se em mais de uma categoria. Uma fala sobre recompensas simbólicas, por exemplo, poderia também indicar tensões e pressões no processo produtivo, devido à falta de reconhecimento na organização. Outra sobre a relação e o processo de seleção das fontes poderia apontar algum tipo de constrangimento organizacional.

Os dados etnográficos, obtidos mediante a observação participante e registro em diário de campo, complementaram-se aos elementos discursivos relacionados para descrição e análise.

O capítulo inicial da pesquisa empírica está centrado no universo das representações sobre a profissão e auto-representações. A partir das entrevistas, principalmente, foram descritos e analisados aspectos do sistema simbólico, que confere sentido e orienta as ações do grupo. Em seguida, foi analisada a influência desse pólo simbólico no envolvimento dos agentes com a profissão e na relação com a organização. O capítulo posterior enfatiza aspectos do fazer prático dos atores. Foi dedicado à descrição e análise das ações dos agentes do campo no sistema estrutural e material no qual estão inseridos, ou seja, das condições objetivas de produção da notícia. Apesar da divisão para fins metodológicos, realizada com o objetivo de seguir o corpo de reflexões desenvolvido durante a pesquisa teórica, os dois sistemas (o que remete ao universo das representações e o que aponta para as práticas concretas) se complementam e dialogam nos dois capítulos. Assim como, no corpo do texto, há diálogo entre os dados coletados nas entrevistas e a observação participante, e destes com o campo teórico.

3.4 A aventura da pesquisa empírica: vantagens e dificuldades encontradas

Há vantagens, mas também dificuldades em realizar a pesquisa de campo num ambiente do qual se faz parte. As vantagens foram a familiaridade com o grupo pesquisado, o domínio de sua linguagem natural, a confiança do grupo, o livre acesso ao

local de pesquisa e a possibilidade de observar várias etapas do contexto produtivo desses agentes, inclusive os momentos de tensão - que talvez não estariam facilmente expostos ao observador estrangeiro ou que, de outra forma, passariam despercebidos.

As desvantagens repousaram, sobretudo, na possibilidade de desvio (bias), ou seja, na tendência do pesquisador de querer proteger o grupo investigado, adotar posturas pouco críticas em relação a esse grupo ou ver apenas eventos que estejam de acordo com suas hipóteses iniciais de pesquisa. A pesquisadora conviveu com esses sujeitos por um longo período e os tem como companheiros para além do objeto de estudo, especialmente alguns - com os quais já mantemos uma relação de intimidade. Nesse contexto, é difícil evitar sentimentos de amizade, que podem levar o pesquisador a querer proteger o grupo (BECKER, 1999).

De fato, esse processo nos exigiu um movimento constante de reflexão sobre o grupo e os caminhos da pesquisa, que certamente também foram motivo de tensões internas. Isso ocorreu, especialmente, devido aos sentimentos de lealdade para com os sujeitos investigados e o receio de expô-los, especialmente no que diz respeito aos conflitos do seu fazer prático diário. Durante as entrevistas, por exemplo, foram fortes as manifestações de insatisfação em relação à organização, o que levou a pesquisadora a se questionar, em muitos momentos, se a exposição de algumas falas no corpo da pesquisa não trariam, posteriormente, retaliações para os sujeitos colaboradores. Apesar de preservada suas identidades e dos cuidados que envolveram a utilização dos nomes fictícios, de fato, é possível que um olhar mais atento dos atores que compõem o espaço da redação identifiquem os sujeitos em momentos pontuais. Não há dúvida que, neste momento, o olhar da jornalista, que está inserida neste contexto, sobrepôs-se ao da pesquisadora. Embora tenhamos sofrido um significativo embate interno sobre esses riscos, entendemos que esse policiamento, apesar de legítimo quando considerada a preocupação com os sujeitos da pesquisa, poderia representar um tipo de autocensura em relação a algumas falas e a “aspectos importantes do funcionamento do grupo, cuja supressão enfraqueceria o relato e o privaria de importância científica” (BECKER, 1999, p.133). A partir desse momento, a pesquisadora esforçou-se para se policiar no sentido inverso, de não fechar os olhos para as tensões apontadas pelos sujeitos, recuperando a confiança na sua maturidade acadêmica para tratar desses temas no corpo da pesquisa.

Outros momentos de insegurança repousaram sobre a dificuldade de elaborar um discurso diante da complexidade dos conflitos, ambigüidades e contradições que envolvem

os depoimentos dos sujeitos. Há uma polifonia nas falas, que se por um lado ofereceu um rico material empírico no campo das práticas e representações, por outro impôs à pesquisadora o desafio de dialogar com essas vozes - embora não tenha havido a preocupação de estabelecer uma coerência rígida sobre tudo que foi exposto discursivamente pelos depoentes.

Cabe reforçar que a pesquisadora se encontrava inserida neste espaço, submetida ao contexto produtivo de seus pares, aos condicionamentos do *habitus* profissional, às pressões internas e aos quadros de referência da cultura do grupo. Nesse contexto, houve significativo grau de dificuldade para realizar um distanciamento e chegar ao movimento de reflexão proposto por essa pesquisa. De todo modo, diante de um confronto permanente - e que certamente não se trata de um processo indolor - durante a pesquisa de campo tentamos amadurecer o olhar de pesquisadora, sem ofuscarmos totalmente o da jornalista. Em síntese: num impulso acadêmico, a pesquisadora foi desafiada a sair do campo para olhar de fora o próprio campo em que se encontrava inserida. Além disso, cabe destacar ainda as dificuldades em conciliar o ritmo de produção na redação, que consumia uma parcela significativa do nosso dia, e o tempo de reflexão necessário exigido pela postura acadêmica. Ressaltadas as dificuldades, acreditamos que essa ponte entre o conhecimento prático e o conhecimento acadêmico trouxe contribuições para as discussões sobre o tema.

Destaca-se ainda a percepção de toda transformação sentida a partir dos movimentos trilhados durante a pesquisa, especialmente no contato com os sujeitos em campo. De fato, se num primeiro momento, ao refletirmos sobre o universo jornalístico, tendíamos fortemente para um enfoque estritamente objetivista, apoiado, sobretudo, em determinismos sociais, hoje não podemos negar o espanto diante da complexidade e riqueza que envolve a experiência dos sujeitos. “Com efeito, a determinação de um objeto, de um fenômeno de pesquisa, sua apreensão e sua interpretação, vêm frequentemente modificar a idéia que as pessoas e os pesquisadores têm a priori sobre a realidade de determinado fenômeno” (CHANLAT, 1996a, p.34).

4 O PÓLO SIMBÓLICO: COM A PALAVRA, OS SUJEITOS

A identidade de um grupo é uma construção social em movimento; logo, ela varia e comumente se revela mais complexa do que inicialmente parecia ser, desafiando o pesquisador que se propôs a decodificar alguns de seus traços e aspectos. Muito importante nos parece perceber que os sujeitos se apropriam dessa identidade coletiva de maneira desigual, ou seja, alguns podem reconhecer-se mais e outros menos, compartilhar com intensidade variada as representações sociais que a revelam.

Embora as próximas linhas tentem apreender aspectos compartilhados da identidade representativa do grupo envolvido no estudo, não podemos desconsiderar a particularidade desses indivíduos e seus sentidos pessoais. Isso porque todo sujeito é único enquanto indivíduo, o que nos leva a admitir que as disposições subjetivas e individuais são marcadas pela diversidade e variabilidade. Por outro lado, todo indivíduo está profundamente ligado à cultura que o envolve, isto é, carrega ao mesmo tempo o específico e o genérico (CHANLAT, 1996a, p.28), elaborando suas representações recorrendo a significados socialmente constituídos. Nesse sentido, o singular e a totalidade social devem ser concebidos como elementos indissociáveis (LANE, 1999).

Como já era esperado, durante a pesquisa empírica não encontramos apenas classificações e concepções consensuais no discurso dos sujeitos a respeito do jornalismo e de si mesmos enquanto profissionais. Alguns sequer se reconheceram em algumas representações recorrentes, mapeadas durante a pesquisa teórica, ou seja, “nem sempre existe consenso no interior de um grupo sobre os traços mais importantes deste “fundo comum compartilhado” de que a identidade coletiva seria a expressão” (BORZEIX e LINHART, 1996b, p.105).

De toda forma, podemos afirmar que os jornalistas, enquanto agentes inseridos no mesmo campo de produção, partilham quadros de referência comuns (BOURDIEU, 1997), entre os quais aparecem representações sociais que exibem valores e crenças do grupo. Assim, embora cada indivíduo produza significados pessoais sobre a profissão, em nível grupal, é possível que o pesquisador apreenda aspectos compartilhados das representações sociais (SCHULZE, 1999), especialmente num campo como o jornalismo, onde uma série de classificações, valores e crenças tem sido reiterada em torno do ideal profissional e de seus agentes, como a pesquisa teórica nos apontou.

Considerada a complexidade que envolve o processo de decodificação de traços de uma identidade profissional e coletiva, foi possível mapear, nos depoimentos do grupo estudado, com variações de intensidade, algumas representações sociais dominantes sobre o jornalismo, afinadas com as estruturas sócio-culturais do campo profissional em que os colaboradores estão inseridos.

4.1 O interesse pelo “outro” e o reforço do contorno missionário

Alimentando a construção de certa aura de nobreza em torno da profissão, a classificação do jornalista como servidor do público e do interesse geral ganhou expressão na fala de grande parte dos repórteres do grupo investigado. Expressões como “agente do público”, “porta voz”, “representante”, “voz” e “olhos da sociedade” exemplificam a tentativa de alguns depoentes de sustentar essa concepção, presente no universo representacional construído sobre o jornalismo.

Em muitos momentos, a imagem sobre a atividade adquiriu um contorno missionário. A finalidade do jornalismo de ajudar, conscientizar, educar, transformar a realidade, abrir os olhos da sociedade e colaborar com seu crescimento esteve presente entre os discursos.

Alguns entrevistados, no entanto, foram personagens mais significativos no reforço dessas representações. Uma das repórteres, Teresa, chegou a definir o jornalismo como “doação” e acrescentou que ser jornalista “é querer mudar a situação, é estar na vanguarda”. Outro, Alberto, construiu raciocínio semelhante ao afirmar: “Ser jornalista é uma pessoa preocupada em transformar a realidade”.

Resvalando numa imagem heróica da atividade, a repórter Ana defendeu que, dependendo da forma como o profissional atua e da empresa para qual trabalha, o jornalista tem “poder de mudar o mundo”. Nesse contexto, chama atenção também a frase de Francisco que, ao definir o que considera ser uma conduta ética, chegou próximo aos lemas estampados nos cabeçalhos de jornais: “ter o ideal de cumprir a missão de informar da melhor maneira possível todos os dias”.

A defesa do interesse público aparece em grande parte dos discursos. A maioria dos profissionais sugeriu que seu interesse como jornalista está sempre focado no “outro”,

na sociedade, e não em motivações particulares.⁷⁷ Ao discorrer sobre o tema, de todos os entrevistados, apenas um afirmou que seu interesse como profissional é “ganhar dinheiro”. Mas logo em seguida, suavizou o impacto da afirmação ao deixar claro que também é sensível a ganhos simbólicos como o retorno do público:

Um dos interesses óbvios, mais óbvios, é ganhar dinheiro. Eu não acho que eu vou transformar a sociedade a um ponto de fazer uma revolução. Eu não tenho essa coisa ideológica, eu, pelo menos. Eu quero ganhar dinheiro, quero me sustentar. É lógico, eu sou também... eu acho que, como todo jornalista, as pessoas são vaidosas. Gostam de ter um bom texto, ver o seu texto, as pessoas são vaidosas. Gostam de ter um bom texto, ver o seu texto, as pessoas elogiam. Eu acho que vale a pena. Lógico, se as pessoas vem: “Ah, foi bacana aquilo. Ajudou a gente”. Puxa, isso para mim já vale a pena (Augusto).

Embora noutros trechos dos discursos a expectativa em relação a ganhos materiais tenha aflorado entre o grupo⁷⁸ - especialmente quando a temática das entrevistas centrou-se no relacionamento com a empresa - muitos sujeitos recorreram à postura de um comunicador desinteressado, desencorajado a buscar lucros estritamente econômicos no exercício profissional, ao serem provocados sobre seus interesses como jornalista. Reforçaram, com isso, a concepção de que o agente do campo, imbuído de sua função, não deveria agir em favorecimento próprio, mas sim em nome de um bem maior e coletivo, de objetivos socialmente elevados. De forma significativa, uma das entrevistadas condenou o ingresso na profissão por motivações financeiras, pela fama ou projeção:

O (interesse) certo é você fazer mesmo, ser jornalista por prazer, jornalista porque você gosta, jornalista porque você quer levar informação e contribuir de alguma forma. Lógico que é uma parcela pequena, (mas é o interesse de) formar uma cidade, uma sociedade um pouco melhor, aquela coisa. E os (interesses) errados são: você entrar no jornalismo basicamente pela fama, ou por interesse, ou por projeção, ou por qualquer outro tipo... Ou até mesmo pelo lado financeiro (Letícia).

De forma geral, na construção das representações sobre o papel social do jornalista, há uma diversidade nas falas dos depoentes que, no entanto, carregam em comum aspirações e valores virtuosos, como formar a opinião pública, informar para formar uma

⁷⁷ - Destaca-se, nesse contexto, o depoimento de Francisco que, ao definir-se como desmotivado, disse que não consegue mais estabelecer interesses para com a profissão.

⁷⁸ - Também durante a observação participante foi possível notar que as queixas em relação aos baixos vencimentos são frequentes, especialmente nas conversas de bastidores.

sociedade melhor, modificar a maneira como as pessoas vivem, educar, promover a mudança, o progresso, ser o canal entre a sociedade e todos os outros órgãos⁷⁹.

Assim se expressou um dos repórteres durante a entrevista:

O que é ser jornalista? Bom, na minha opinião, eu acho que é você abordar um fato e levá-lo ao conhecimento de milhares de pessoas e tentar repassar, no caso para os leitores, a notícia de uma forma como você realmente a viu, mas sempre, na minha opinião, inserir naquele texto algo que possa ajudar as pessoas a pensarem, a progredirem diante de um fato, ou até alertar. Eu acho que não é só a narração fria de um fato, simples, de um fato. Eu acho que em toda notícia você deve estar inserindo algo que acrescente, que possa ser um alerta, que possa ser um exemplo, que possa interferir na vida, no cotidiano das pessoas. Eu acho que o jornalista é realmente um formador de opinião. Se ele fizer, se ele souber usar bem a ferramenta de trabalho que ele tem na mão, eu acho que ele pode interferir, sim, na vida, no dia-a-dia das pessoas. Pode fazer com que elas cresçam, pode fazer com que elas fiquem alerta, pode fazer com que elas sejam educadas (Pedro).

Apoiando-se na concepção do jornalista como um agente que tem um constante compromisso com o “outro”, grande parte dos entrevistados disse que, no exercício profissional, sua lealdade maior é para com o público do que com a empresa. “Meu envolvimento não é com o jornal, é com o meu leitor”, afirmou Vivian. Nessa perspectiva, alguns depoentes construíram claramente a imagem do jornalista como sendo um funcionário da sociedade, um trabalhador que, apesar de trabalhar para uma empresa privada, em última instância, teria “uma quantidade maior de chefes”:

Eu não acho que eu trabalho para uma empresa, eu acho que eu trabalho para o povo. Ainda tenho um pouco disso, sabe? Eu trabalho para a sociedade, para o leitor, eu não trabalho para o jornal. Lógico que passa por aí, mas eu acho que eu trabalho para uma quantidade maior de chefes (Ana).

Dois depoentes, Tomás e Pedro, afirmaram que tentam manter sua lealdade para com o público, contudo ponderaram que, em alguns casos, se não for leal à empresa

⁷⁹ - Parte dos entrevistados acredita que deixa de cumprir seu papel social quando há interferência direta da empresa em seu trabalho, por questões comerciais ou políticas. Entre outros impedimentos ressaltados, estão: deixar de apurar melhor o fato e de buscar outras informações e fontes devido à falta de tempo ou à sobrecarga de trabalho; trabalhar sem “afinco”, “força de vontade” e motivação; ou não se empenhar na produção devido ao cansaço. Uma das entrevistadas, Carmen, também informou que acredita deixar de cumprir seu papel quando é obrigada a dar sustentação a um assunto “sem pé nem cabeça” para não derrubar uma pauta; e outra, Luiza, quando há erro de avaliação sobre a importância da informação.

podem colocar seu emprego em risco. Outros três entrevistados⁸⁰ afirmaram que sua lealdade está distribuída igualmente entre o público e a empresa, construindo uma imagem menos descolada das condições reais de produção ao considerar a experiência concreta vivida dentro das organizações:

Eu acho que você não pode desrespeitar o público, mas também você não pode contrariar o que a empresa prega. Na empresa em que eu trabalhei anteriormente, era um grupo de usineiros. Então, não adianta querer fazer matéria sobre os males da queimada da cana porque não vai resolver. Eu acho que você tem que ter um certo grau de lealdade com a empresa, desde que não prejudique também a sociedade (Marcos).

Apenas três entrevistados afirmaram que são mais leais ao veículo de comunicação para qual trabalham. Tentando encontrar explicação para a afirmativa, a depoente Rebeca ressaltou que ainda ocupa a posição de um neófito na redação e sugeriu que, por isso, sente insegurança diante da possibilidade de receber sanções negativas. Augusto justificou que é a organização jornalística que dita as regras para lidar com o público. “Então, se eu dependo dessa profissão e desse trabalho pra sobreviver, obviamente tenho que ser leal à empresa. Mesmo que isso crie um dilema ético, profissional, para mim”, ponderou. O terceiro depoente atribuiu essa relação a sua falta de interesse pela profissão, o que não o impediu, no entanto, de apresentar certo tensionamento em seu discurso:

Infelizmente, acho que (a lealdade) é com a empresa, eu não estou nem aí com o público. Não é que eu não estou nem aí com o público, eu não tenho estado nem aí com o público. É triste constatar isso, mas eu não tenho me dedicado ao público. Se a empresa quer que eu faça um negócio eu vou lá... Eu não vou fazer algo assim que seja podre, tipo vender uma história por interesse comercial, isso eu não vou fazer, mas eu vou cumprir minha toadinha de maneira muito tímida e isso é ser desonesto com o público, eu acho (Francisco).

Em linhas gerais, percebe-se que a nobreza da ação, construída a partir de imagens voltadas para o compromisso com a sociedade e uma disposição de agir própria de um comunicador desinteressado, ganha ressonância entre os sujeitos da pesquisa. Em algumas falas, a concepção sobre o ideal profissional assume claramente um contorno missionário⁸¹

⁸⁰ - Marcos, José e Carmen.

⁸¹ - É significativo perceber que esse contorno missionário, em alguns momentos, é reforçado pela própria empresa, que tenta “canalizar energias em direção à simbiose entre o ideal do eu e a missão-estratégia do ideal da organização” (AKTOUF, 2001, p.72), estimulando o envolvimento com a profissão e o conseqüente aumento da produtividade. Em reuniões motivacionais realizadas na empresa na qual estão

- mais apoiado no potencial simbólico da atividade do que propriamente na experiência concreta vivida no dia-a-dia da redação, como será observado nas discussões do próximo capítulo. Apesar de grande parte dos depoentes ter afirmado, por exemplo, que sua lealdade maior no exercício profissional é para com o público, observamos que dificilmente o grupo se opõe às orientações e determinações da casa. Contudo, ao adotar, em determinados momentos, esse discurso revestido pela aura de nobreza, é possível notar que os agentes do campo investem significativamente em um movimento de valorização e legitimação de seu papel profissional. Essa valorização passa pela reivindicação de uma identidade gratificante.

Ancorados na idéia de compromisso com o interesse geral, muitos repórteres também demonstraram discursivamente tensão em relação aos imperativos mercadológicos. A maior parte dos depoentes disse sentir-se incomodada com o caráter mercadológico da empresa jornalística, apesar da construção de uma aparente postura de resignação em torno dos imperativos comerciais da empresa⁸². Destaca-se a fala de uma repórter, que expôs o dilema entre a “finalidade” do jornalismo e seu caráter comercial, demonstrando angústia diante de uma relação contraditória:

Nenhum jornal sobrevive com o intuito meramente intelectual. Então essa parte comercial interfere muito no fazer jornalismo no dia-a-dia. Porque quando você vai trabalhar com esse lado de marketing, de publicidade, tem que fazer o que o cliente pede. E quando você chega no jornalismo, você tem que revelar o que está por trás de tudo, dos fatos. Só que existe um choque (entre) isso que a empresa espera do jornalismo, e isso que o jornalismo é. Então esse choque tem causado bastante problema, principalmente na empresa em que eu trabalho, que eu sinto muito isso. Isso atrapalha no dia-a-dia (Ana).

Percebe-se que os repórteres tendem a demonstrar maior tensão quando os imperativos mercadológicos ultrapassam os limites do departamento comercial e interferem nas decisões da redação, sobrepondo-se às finalidades jornalísticas e se chocando com valores éticos e profissionais. Embora sustentando discursivamente compreensão em relação às necessidades econômicas da empresa, alguns depoentes

inseridos os sujeitos da pesquisa, não era raro encontrar a chefia reforçando imagens e valores que remetam ao potencial virtuoso da atividade.

⁸² - Destoaram do restante do grupo os depoimentos de Mariana, Alberto e Tomás, que afirmaram não se sentirem incomodados com o caráter mercadológico da empresa jornalística: “faz parte” da dinâmica da “sociedade capitalista”, sentenciou a primeira entrevistada.

defenderam a necessidade de clara separação entre os objetivos do departamento comercial e do jornalismo. Nas palavras de um entrevistado:

Embora entenda que é a maneira da empresa se manter, que é importante, é dinheiro, e uma empresa não se mantém sem dinheiro, sem os anúncios, sem os anunciantes, às vezes incomoda, porque você é obrigado a fazer algumas coisas que você não concorda, misturar as coisas, misturar a parte jornalística com a parte comercial, por questões mercadológicas, para poder agradar um cliente, um anunciante. Às vezes você tem a informação, mas você não pode passar. Ou ao passar a informação para o leitor, você omite algumas informações para não atingir um anunciante. Eu acho que isso incomoda. Essa abertura que a empresa acaba dando para o anunciante que acaba desagradando (Fernando).

Ao justificar a postura de compreensão em relação aos imperativos comerciais, os repórteres Francisco e Alberto citaram o caso de um antigo jornal impresso da cidade, que faliu em decorrência de dificuldades financeiras. Ressaltaram, contudo, que a venda não pode ser o objetivo final da empresa, mas sim “informar”, recuperando a importância simbólica da atividade. Nas palavras de um dos sujeitos:

Eu acho que (o caráter mercadológico) da empresa já me incomodou mais, mas quando ele é exagerado me incomoda sim. Só não incomoda tanto hoje, como já foi um dia, porque hoje eu entendo mais a necessidade de uma empresa de atender também a esse caráter mercadológico. Eu não sei qual é a medida, onde deve um se sobrepor ao outro. Mas como eu vivi numa empresa que eu gostava e que sucumbiu diante de dificuldades financeiras, eu passei a... eu não vou nem dizer que foi a fazer concessões a isso, mas eu passei a admitir com muito cuidado esse caráter mercadológico das empresas. Talvez pela experiência de ter vivido num jornal que fechou, que do dia para a noite o dono juntou toda a redação e falou “ó, amanhã não tem jornal, acabou” (Francisco).

Nas condições objetivas de produção, como apontou a pesquisa de campo, os repórteres vão expressar tensionamento em relação às interferências mercadológicas no espaço da redação com variações de intensidade. Alguns, a partir de uma postura aparentemente resignada ou cinicamente resignada, outros assumindo um posicionamento de maior revolta, sobretudo expresso nas conversas de bastidores com os pares. Há ainda aqueles que demonstram administrar essas interferências aparentemente sem conflitos. Ou seja, apesar das estruturas sociais que predeterminam em certa medida as ações dos

sujeitos, não é possível ignorar o nível do indivíduo quando avaliadas suas condutas e posicionamentos na redação.

(...) em situações organizacionais similares, alguns se comportarão ou reagirão diferentemente no plano individual – o conformismo ou a revolta, a aceitação ou a crítica, a resistência ou a autodestruição tem suas raízes em grande parte no arcabouço biopsicossocial de cada um, ou seja, o eu é indissociável da própria história, da própria experiência e das vivências (CHANLAT, 1996a, p.35).

4.2 Fiscalizando as incorreções do sistema

A importância do trabalho da imprensa de investigar, descobrir as incorreções do sistema e através de denúncias, torná-las públicas ao cidadão, também esteve presente no bojo das entrevistas, reforçando as representações sociais que classificam o jornalista como corregedor dos desvios, cão de guarda e vigilante responsável pela cobrança do bom desempenho dos órgãos e poderes instituídos.

A maior parte dos sujeitos da pesquisa ressaltou que a postura do jornalista frente ao poder público deve ser de cobrança e fiscalização⁸³. Alguns repórteres, entretanto, foram representantes mais expressivos no reforço dessas classificações. Esse foi o caso do depoente José que, atuando na área de política e reivindicando para si um perfil fortemente investigativo, sustentou em vários trechos do seu discurso a representação de cão de guarda do poder público. “Se o agente público deixou de fazer algo ou fez errado, pau nele”, sentenciou⁸⁴.

⁸³ - Na relação com os poderes instituídos, além da fiscalização, em linhas gerais os discursos destacaram a necessidade de manter uma postura ética, de respeito, distanciamento, desconfiança, isenção, independência e imparcialidade. O entrevistado Augusto ressaltou que a proximidade com os poderes é importante porque quanto maior o acesso, maior a facilidade de ter informações e “saber das coisas”, entretanto ponderou que é preciso manter a independência. Marcos seguiu raciocínio semelhante ao afirmar: “Eu acho que a imprensa tem que ser independente desses poderes, não pode jamais fazer acordos, mas tem que ter uma certa harmonia para você ter uma convivência que não prejudique o seu trabalho também”.

⁸⁴ - Dependendo da editoria em que o repórter atua, algumas representações sociais sobre a profissão podem encontrar maior ressonância, como foi o caso constatado no exemplo citado. “Meu papel na editoria de política, quando eu me satisfaço, a mim pessoalmente, é quando eu consigo mostrar quais são os filhos da puta e por quê”, afirmou o depoente. De forma comparativa, no discurso do jornalista que trabalha na editoria de esportes, Valdir, encontramos forte defesa de valores como isenção, objetividade e imparcialidade, bem como a necessidade de controle das emoções em uma editoria que, segundo o próprio sujeito da pesquisa, lida diretamente com “paixões”. Ou seja, quando comparado ao repórter de política, observamos um perfil menos investigativo e mais apoiado em valores da teoria do espelho. Essas variações, contudo, foram percebidas de maneira pontual, quando analisado o conjunto de entrevistas. Até porque, entre o grupo investigado, ao contrário dos repórteres citados, há jornalistas que já transitaram por diferentes editorias, não construindo, com isso, um discurso identitário diferenciado ou bastante específico

O contato mais acessível dos jornalistas com autoridades dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, quando comparado ao cidadão comum, foi destacado por alguns sujeitos como fator que aumenta a responsabilidade do agente do campo em assumir um papel de fiscalização, com o objetivo de informar a população e permitir que ela exerça seus direitos democráticos.

Nessa discussão, chama atenção o trecho significativo do discurso de Mariana que, ao alçar o jornalista à condição de representante do povo, defendeu a postura da imprensa de “espionar pela fechadura” e cobrar o que deve ser feito pelas autoridades, conferindo aos agentes do campo a capacidade supervalorizada para avaliar e indicar qual o caminho correto para a solução dos problemas. De fato, é possível perceber na representação do jornalista como fiscalizador e corregedor dos desvios certa tendência narcisista, que atribui aos jornalistas “poderes especiais” nesse exercício de avaliação (e por que não dizer de julgamento) do melhor caminho a ser seguido.

As autoridades representam o povo no sentido de tomar decisões. O jornalista representa o povo no sentido de cobrar o que tem sido feito, de fiscalizar, de olhar, de espionar pela fechadura. “Vem cá, não era isso que eu queria que você fizesse, eu preciso que você faça isso e até agora você não fez” (Mariana).

O caso Collor, que marcou a história recente da política do País, surgiu no discurso de alguns jornalistas como um exemplo do papel de cão de guarda desempenhado pela imprensa. É interessante notar como os agentes alimentam o pólo simbólico do campo a partir de acontecimentos que assumem uma conotação comparada a de uma anedota mítica, constantemente revivida e lembrada, como o caso Collor no Brasil e o Watergate nos EUA. As anedotas míticas, como afirma Aktouf (2001, p. 70), são apresentadas como histórias que lembram acontecimentos ou atos heróicos de personagens-chave e “têm por objetivo reforçar a identidade ou manter certos valores. São espécies de contos ou fábulas que contêm uma moral ou exemplo a serem seguidos”.

Respalhada em episódios dessa natureza, como o que culminou com o *impeachment* do ex-presidente brasileiro, uma das repórteres assim expressou:

(...) dependendo da matéria que você está fazendo, você consegue participar do que está acontecendo, influenciar e mudar. Algumas vezes

“você consegue até mudar o rumo de alguma coisa, você consegue mudar o rumo de uma história, você consegue tirar um presidente da república. Lógico que todo o movimento que teve para tirar o Collor foi o movimento que teve nas ruas, teve movimento nos bastidores, mas se a imprensa não entrasse, abraçasse aquilo e mostrasse o que estava acontecendo e até lutasse por isso também... Porque acabou fazendo com que ele saísse, ele caísse mesmo, houve uma pressão (Ana).

Na visão de outro depoente, quando o jornalista denuncia e torna pública uma questão problemática gera toda uma investigação que pode levar “à punição da pessoa que estava fazendo a coisa errada”:

A gente tem exemplos recentes no país de que a maioria dos casos, por exemplo, de corrupção que foi investigada, partiram, tiveram início, de denúncias publicadas na imprensa. Que é o canal que as pessoas que têm essas denúncias em mão, na maioria das vezes, acabam procurando para poder tornar pública essa denúncia (Marcos).

A classificação do jornalista como corregedor dos desvios, embora esteja presente especialmente no que tange à relação com os poderes instituídos, também é reforçada em outros contextos por alguns entrevistados. Apoiando-se nessa imagem, uma das depoentes adotou um discurso conservador ao afirmar que, além da cobrança das autoridades, é também papel do jornalista alertar a comunidade de que é preciso se “adequar às normas” – dialogando neste momento fortemente com os valores consensuais do *status quo*:

Se tem alguma coisa errada, vamos mudar então. Se adéque às normas. Você vive numa sociedade. Você não pode fazer o que você quer, na hora que você quer. A partir do momento que você vive em sociedade, tem que seguir regras. Agora, se você quiser viver do seu jeito, vai morar numa aldeia, num grupo hippie, sei lá. Você está na sociedade, você tem que se sujeitar a certas coisas. Acho que o jornalista tem esse papel também, de alertar (Ana).

No mesmo sentido, chamam atenção as falas construídas por outros dois depoentes. Tomás afirmou que é papel do jornalista “apontar os problemas, apontar os erros e apontar o que não é de correto que vem sendo feito”. Nesse processo, para o entrevistado, o repórter “acaba desencadeando a resolução natural desses problemas”. A segunda entrevistada, Letícia, defendeu que o jornalismo, ao atuar na correção dos desvios através da informação, pode contribuir para a “evolução” da sociedade. “A sociedade em geral, a gente pensa que não, mas muita gente faz escolhas erradas, comete crimes ou deixa de viver uma vida melhor por falta de informação”, afirmou. Novamente nestes trechos,

percebe-se o ajustamento das falas com os valores morais vigentes do universo social mais amplo em que o grupo investigado se inscreve, além da defesa da atuação do jornalista na correção e aperfeiçoamento do sistema.

Tentando destacar a importância do papel da imprensa no conjunto social, alguns repórteres também alimentaram a imagem do jornalismo como quarto poder. Ressaltaram, inclusive, a necessidade de conduta ética por parte dos profissionais para não usar esse poder em favorecimento próprio. Nas palavras de dois entrevistados:

Sem imprensa, eu acho que muitas coisas no país não teriam andado. Por exemplo, dizem que a imprensa é o quarto poder e eu concordo plenamente com isso. Concordo mesmo. A importância e, vamos dizer assim, a capacidade que a imprensa tem de informar ou também manipular as pessoas, é fantástica. Eu acho que sem a imprensa hoje não dá para se viver. Hoje, é impossível. Mesmo que a gente discuta que não é uma imprensa da melhor qualidade possível, não presta os melhores serviços, eu acho que é aquela coisa: ruim com ela, pior, muito pior sem ela (Augusto).

A imprensa acaba tendo esse papel de acompanhar, de confrontar as informações. As pessoas têm tendência a só querer falar o que faz certo, ninguém quer falar o que faz de errado, ou o prazo que não cumpriu ou uma lei que foi mal elaborada. E a imprensa, se ela não questionar isso, a população, às vezes, não tem nem... Às vezes questiona também, só que, às vezes, ela não tem nem subsídio para questionar. Então, eu acho que ela tem que acompanhar o que ocorre. Porque eles não são três? Nós somos o quarto (poder) (Vivian).

Nesse contexto, chama atenção a fala de um repórter que, apesar de comungar da definição da imprensa como quarto poder e da representação do jornalista como cão de guarda, afirmou que no seu “mundinho”, ou seja, na sua experiência concreta vivenciada na redação atual, não enxerga os jornalistas desempenhando esse papel, mas observa essa potencialidade em outros veículos:

A gente sabe que a imprensa tem tido papel determinante em vários momentos históricos, no Brasil e no mundo, absolutamente determinantes. Eu comungo com a definição, com o conceito de quarto poder, tranquilamente eu comungo. Mas é aquilo que eu falei: quando eu acho que o mundo da gente começa a ficar muito pequeno, muito restrito, até essas constatações acabam ficando difíceis de se comprovar, de se ver, acaba ficando difícil de se ver. Eu não consigo, por exemplo, no meu mundinho pequeno, verificar ou constatar essa interferência do jornalista (...) Então eu acho o seguinte: com o horizonte tão pequeno como eu estou hoje tudo fica muito difícil (Francisco).

Tomando como base esse depoimento, é possível perceber que o sujeito, ao perder a esperança de vivenciar essas imagens em sua experiência concreta, pode enfraquecer sua capacidade para canalizar energias em torno desse “ideal”.⁸⁵ Cabe ressaltar, entretanto, que o discurso desse entrevistado, perpassado em vários momentos por um tom melancólico, embora não reforce a potencialidade concreta de vivenciar essas representações sociais, recupera em vários trechos a força simbólica de valores e imagens recorrentes no campo jornalístico, inclusive a de cão de guarda dos poderes. Em grande medida, o depoente transfere a impossibilidade de vivenciá-los a uma incapacidade pessoal, a ponto de sugerir, em determinados momentos, que um jornalista “apaixonado” ou os pares da grande imprensa fazem uso dessas potencialidades expressas pelo universo representacional.

Nos demais discursos, em linhas gerais, encontramos muitos repórteres alimentando o pólo simbólico historicamente constituído, como observado, especialmente, nas discussões sobre o caso Collor. Em que pese a imagem supervalorizada do poder da mídia construída pelo campo em torno dos episódios Watergate e Collor, evidentemente, não é o caso de negar a importância do papel da imprensa em exemplos dessa natureza. Mas, sim, de questionar se a função de cão de guarda e a imagem de quarto poder não são significativamente relativizadas no dia-a-dia da experiência concreta dos jornalistas, como será abordado no próximo capítulo – especialmente quando discutida as relações do grupo investigado com as fontes e com uma dinâmica de produção pautada pela velocidade.

4.3 Entre outras imagens...

No discurso de parte dos sujeitos, também ganhou força a representação do jornalismo como uma atividade desburocratizada. Frases como “quem quer ser jornalista não pode ser burocrata”, “todo dia é uma coisa diferente”, “não é uma profissão cartorária”, “a gente nunca sabe o que vai fazer”, “todo dia é uma forma diferente de agir, todo dia um caminho diferente para trilhar”, “tudo tem que ter uma emoção todo dia” – demonstram que alguns sujeitos alimentam a concepção do jornalismo como uma

⁸⁵ - Fazendo novamente uma alusão às anedotas míticas, é significativo notar que “quando o mito ‘perde sua capacidade de ser vivido’ ele se torna literatura, como a maior parte da mitologia grega na época clássica: ‘irremediavelmente falsificada e normalizada’ (Caillois, 1981)” (AKTOUF, 2001, p.73).

profissão que diz não à rotina e à monotonia, oferecendo ou exigindo a cada dia novas possibilidades de conduta.

Frases como essas, em última instância, negam a influência das rotinas produtivas e da interiorização do *habitus* profissional. Isto é, transfiguram os processos convencionalizados de produção da notícia - decorrentes da própria forma como o trabalho jornalístico está estruturado dentro da organização - e os processos socializadores que amoldam, em certa medida, comportamentos no espaço da redação. Embora essas representações ganhem contorno em parte dos depoimentos, é importante perceber que, ao discutir as condições objetivas de produção da notícia, alguns sujeitos que fizeram a defesa da imagem desburocratizada vão demonstrar contradição ao admitir padronização e “mecanização” da prática, como será visto no próximo capítulo.

De todo modo, há no discurso de alguns entrevistados clara preocupação em diferenciar o jornalismo de um trabalho operário e os jornalistas de simples mão-de-obra. Com isso, reivindicam a condição de sujeitos no processo produtivo e desencadeiam discursivamente um movimento de resistência a uma condição de alienação e “ao desperdício de suas energias criadoras” (CLEGG, 1996a, p.54). “O jornalista não é um apertador de botões, não é um trabalho mecânico em que todos os dias você faz a mesma coisa. Cada dia você tem que lidar com assuntos diferentes, com pessoas diferentes, você tem que ter uma sensibilidade diferente para cada assunto (...)”, definiu Tomás. Outra entrevistada, Rebeca, seguiu raciocínio semelhante ao afirmar que o jornalismo não pode “se resumir só a uma profissão”, não é só “bater cartão”. Disse temer o fato de, daqui a alguns anos, ter apenas uma visão pragmática da profissão, esvaziada de significado, trabalhando apenas para ganhar seu salário, como acredita ocorrer com alguns colegas:

Eu acho que tem gente ainda que nutre uma preocupação mesmo pelo que faz, uma paixão pelo jornalismo, pelo fazer jornalístico, pelos leitores, enfim. (...) eu tenho medo de daqui a alguns anos ter essa visão só prática da coisa: “estou indo trabalhar só para ganhar o meu salário, nada além disso”. Claro que você perde muito com isso, o jornalismo perde, o seu leitor, o seu público, e você mesmo como profissional perde muito com isso (Rebeca).

A exemplo da repórter acima, no discurso de outros depoentes, palavras como “paixão”, “envolvimento”, “dedicação” também ganham ressonância como elementos importantes para o bom desempenho profissional, o que, de certo, contribui para um movimento de exploração simbólica dentro das redações, como será visto mais adiante.

No bojo das entrevistas, imagens de defesa à ideologia do talento também foram sustentadas por alguns depoentes, ganhando, curiosamente, maior força entre aqueles que possuem mais tempo de profissão⁸⁶. Apoiado nessas imagens, Alberto assim se expressou: “Eu nasci jornalista”. Ou seja, além de reivindicar para si o componente vocacional, a força dessa frase indica que, para determinados sujeitos, a identidade profissional passa a ser o elemento dominante de sua definição social⁸⁷.

Também comungando da concepção do talento nato, os depoentes Pedro e José sugeriram que esse componente diferencia os jornalistas no contexto produtivo, conferindo-lhe maior capacidade para investigar e “farejar” informações:

Para ser jornalista se aprende. Agora, para desenvolver bom jornalismo tem gente que tem dom mesmo, eu acredito no talento. Porque aí entra uma coisa: a perspicácia, por exemplo, que é necessário, capacidade de visão. Isso são atributos muito pessoais: ou a pessoa tem ou não tem. “Ah, mas não desenvolve?”. Desenvolve limitado, mas não desenvolve como o outro. Tem cara que é esperto, não adianta, ele consegue enxergar atrás daquela coluna lá, é dele, é dele, aquilo é dele. Se ele tem isso e vai para o jornalismo, puta merda, vai deslanchar mais que os outros. Não tem jeito (José).

Eu acho que há o jornalista que nasceu para ser jornalista, investigativo, apurador, farejador de notícia, eu tenho um amigo que fala esse termo: farejador de notícia. (...) Mas há aquele que também é formado aí com as técnicas todas, pelo curso, e que também consegue levar a profissão legal. Mas não vai ser nunca igual àquele que nasceu para isso (Pedro).

Destaca-se também, nessa discussão, a fala do depoente Francisco que, embora tenha se demonstrado desmotivado no ambiente profissional, sustentou fortemente o componente vocacional, afirmando que a profissão “tem que estar na alma”. Sugeriu que o fato de não ser um bom jornalista estaria relacionado à falta de talento nato. Apesar de se mostrar desiludido com o seu contexto de produção, o depoente recupera elementos românticos do jornalismo. Assim se expressou de forma significativa:

⁸⁶ - Ressalta-se que todos os jornalistas do grupo investigado possuem diploma universitário.

⁸⁷ - Para alguns profissionais, o “ser jornalista” é o elemento identitário dominante, que ocupa um lugar de destaque em sua trajetória, sobrepondo-se aos demais papéis sociais desempenhados, como de homem, marido, filho, etc. “Pensando no conceito de identidade social a partir da noção de papel social e da sua construção, acredito que o papel profissional para este grupo ocupa um lugar de destaque em suas trajetórias, mesmo que existam outros papéis diferentes a serem desempenhados” (TRAVANCAS, 1993, p.102).

Eu acho que tem que haver em algum momento ali o dom. Eu me questiono se é possível uma pessoa, por mais dedicada que seja, por mais condições de freqüentar as melhores qualificações... Eu acho que tem que estar na alma. Talvez até seja por isso que eu tenha essa relação com a profissão, porque ela não estava na minha alma lá atrás, não foi um ideal de juventude, por exemplo, quando adolescente: “ah, quero ser jornalista”. Talvez se isso tivesse acontecido, a minha relação hoje pudesse ser diferente, mesmo que com dificuldade pudesse ser diferente, mas não de desencanto total. (...) Eu acho que tem que existir na pessoa alguma coisa que seja dela, que seja do íntimo dela, que ela levou para o jornalismo. Ela não pode ter escolhido, por exemplo, o jornalismo pelo fato de em algum momento da história ter sido a profissão do futuro. “Ah, eu escolhi jornalismo”. Se ela escolheu em algum momento o jornalismo porque o jornalismo é uma profissão que tem *status*... Parece que tem, você fala que é jornalista parece que as portas se abrem, tem muita gente que tem essa idéia, as portas se abrem para jornalistas, existe um *status* intelectual, suposto *status* intelectual. Então é uma profissão que atrai a adolescência, eu acho que hoje em dia ela atrai muito a adolescência. Mas se alguém escolher a profissão por isso, eu acho que talvez possa não rolar (Francisco).

A maior parte dos repórteres, entretanto, mesmo valorizando a importância da questão vocacional, ponderou essa defesa ao afirmar que o jornalismo é algo que se aprende, principalmente na dinâmica produtiva do espaço da redação.

Sem grande ressonância, a representação do jornalismo como uma atividade que se aproxima da literatura, que dialoga com a arte, com o ofício do escritor, ganhou força na fala de poucos repórteres – o que sugere que os valores de profissionalismo, em grande medida, sobrepuseram-se a essa visão artística da atividade, que encontrava maior expressão no passado da “tribo jornalística”. É interessante notar que repórteres que fizeram referência a esse potencial artístico novamente estão entre aqueles que têm maior tempo de profissão dentro do grupo investigado, embora um neófito tenha se referido, com admiração, à possibilidade de alguns agentes do campo explorarem textos mais literários.

Outras imagens significativas também foram construídas pelos sujeitos. Duas delas, que aparecem cada qual na fala de quatro depoentes, é a do jornalista como testemunha ocular da história e educador. Além destas, aparecem de forma mais isolada representações como a do pesquisador, garimpeiro de informações, formador de cidadania e contador de histórias.

Durante as entrevistas, alguns sujeitos também alçaram o jornalismo à condição de uma profissão diferenciada, “não como as outras”. Em linhas gerais, entre as características ressaltadas nos discursos destaca-se a alta responsabilidade da atividade e do profissional como formador de opinião, o caráter desburocratizado da profissão, a

necessidade de saber de tudo um pouco, a possibilidade de atuar em várias áreas e editorias e tratar de temas diversos com pessoas diversas, relacionar-se com a comunidade, ter certo “glamour”, respeito e credibilidade.

Eu acho que ela difere no sentido de que você é formador de opinião. Então, tem uma responsabilidade muito grande. Não é uma profissão mecânica como um bancário, por exemplo, ou como, sei lá, como um motorista, uma profissão um pouco mais braçal. Eu acho que a profissão de jornalista é de altíssima responsabilidade. Porque aquilo que você vai escrever, falar diante de uma câmera, no caso de uma televisão, é de uma responsabilidade muito grande. Milhões de pessoas estarão te vendo ou milhares de pessoas estarão te lendo, no caso do jornal, que não é tanto igual à TV e rádio (Pedro).

Também a classificação do jornalista como um profissional com capacidade de visão acima da média foi alimentada por alguns entrevistados. “Eu acho que todo bom jornalista tem uma capacidade de interpretar um pouco acima do que as outras pessoas comuns podem enxergar”, disse Augusto. Para outra depoente, Rebeca, o jornalista talentoso é uma pessoa com potencial para identificar coisas que outras pessoas não vêem, com percepção aguçada para “ver além do fato”:

Uma pessoa que tem uma percepção mais aguçada das coisas, que sabe enxergar além daquilo que estão lendo, ou que sabe ver uma coisa diferente do que todo mundo está vendo. Aquela coisa de ver além do que o lead, do “que, quando, onde, como e por quê”. Ver o que pode acontecer, ver coisas ao seu redor, fenômenos sociais ao seu redor (Rebeca).

Essas imagens sugerem a concepção da tribo jornalística como uma “elite pensante”, na qual os profissionais reclamam a capacidade superior para ver além dos “simples mortais”, interpretar os fatos, e conseqüentemente ter acesso a poderes e privilégios, como o contato com lugares, autoridades e personalidades não facilmente acessíveis ao cidadão comum. Não é possível ignorar, novamente, certa tendência narcisista nessas representações, as quais conferem ao jornalista uma espécie de poder superior para decifrar “zonas nebulosas” e atender aos interesses da comunidade.

Definindo a condição do jornalista como um “escravo do pensar o tempo todo”, um dos depoentes afirmou que o agente do campo exercita muito mais a atividade mental do que profissionais de outras áreas e por isso corre o risco de ser tachado de presunçoso:

As pessoas acham que a gente acha que sabe tudo e, às vezes, a gente acha que sabe tudo mesmo. E mesmo a gente não querendo achar que sabe tudo, só pelo fato de estar consumindo informação muito o tempo todo – é tão grande a carga de informação e de pensar em relação às outras pessoas no dia-a-dia, às outras profissões em geral – que o jornalista por si só acaba sendo tachado de presunçoso, e às vezes ele não é necessariamente presunçoso. A carga da informação é tão grande que ele acaba vomitando um monte de coisa que ele viu, que ele observou. A capacidade dele de ampliar os raciocínios, os questionamentos em geral, é muito mais veloz, em maior quantidade do que o outro, por uma questão natural: ele exercita a mente muito mais do que outras profissões. (...) Põe isso na relação do dia-a-dia. Muitas pessoas comentam, acho que você deve ter ouvido esse comentário também, que o maior saco do mundo é você entrar numa roda, o cara que não é do mundo, entrar numa roda de jornalista. E é um saco mesmo (José).

Em uma avaliação restrita ao próprio campo profissional, na opinião de alguns entrevistados, o jornalista de veículo impresso também se diferencia dos demais, como de rádio e TV, especialmente no que diz respeito à profundidade com a qual a notícia é tratada. “(...) se exige que a gente seja mais aprofundado, conheça mais as coisas, tenha mais... Conheça mais a realidade”, disse Augusto. “Eu acho que o jornal impresso é a essência do jornalismo”, destacou Ana. Nesse contexto, houve quem definisse as notícias dos outros meios como mais imediatistas e superficiais.

Outra observação que aparece em alguns discursos é que o profissional de TV⁸⁸, ao contrário do repórter de veículo impresso, tem maior visibilidade, *status*, e é mais seduzido pela imagem. “O de jornal não se preocupa tanto com o glamour, com ele mesmo, ele se preocupa mais com a notícia”, afirmou Teresa, construindo uma representação mais desinteressada e virtuosa do profissional da imprensa. Na opinião dela, o jornalista de TV “muitas vezes quer se sobressair da notícia”.

Essa tentativa de diferenciação dos demais grupos esboçada no discurso de alguns profissionais contribui para o processo de definição de uma identidade profissional gratificante, por meio de uma relação de alteridade. “Toda identidade requer a existência de um outro: de algum outro em uma relação graças à qual se atualiza a identidade de si próprio” (LAING, 1971, apud CHANLAT, 1996a, p. 36).

⁸⁸ - Um fato que chamou atenção em relação a essa temática é que grande parte dos depoentes apenas se referiu ao jornalista de TV e não de rádio ao discorrer sobre as diferenças do perfil profissional.

4.4 A defesa de valores da teoria do espelho

Reforçando valores da teoria do espelho – que pressupõe a representação perfeita do real - a maior parte dos profissionais do grupo investigado disse acreditar que o repórter, na produção jornalística, possa retratar a realidade ou dela se aproximar.

Em linhas gerais, entre os caminhos apontados para atingir esse objetivo, encontramos a observação, investigação, a procura da verdade, a dedicação ao tema, a checagem das informações com fontes diversas – que inspirem confiança e dominem o assunto abordado, a transmissão dos fatos de maneira correta, isenta e fiel, e o controle dos crivos valorativos.

Nessa tentativa de “apreensão” da realidade, contudo, algumas limitações foram ressaltadas pelos repórteres, entre elas, a corrida contra o tempo no processo de produção, a dificuldade de acesso a informações⁸⁹ e a interferência dos interesses da organização jornalística. “(...) desde que não envolva nenhum relacionamento comercial, de resto, o repórter sempre pode retratar a realidade”, afirmou Augusto, desconsiderando discursivamente todo a construção social operada pelos agentes do campo no processo de produção da notícia.

Também a interferência pessoal do jornalista foi apontada como uma limitação por alguns depoentes, que transferiram a responsabilidade de chegar ao real à atitude do próprio profissional, no seu esforço de adotar uma postura de isenção e honestidade, policiando seus elementos subjetivos e não distorcendo informações. Destaca-se, nesse sentido, o posicionamento do depoente Valdir, que foi um representante significativo dos valores da teoria do espelho, discorrendo, em vários momentos, sobre a necessidade de o repórter ser isento, neutro, “frio” e controlar sua emoção no processo produtivo:

Ele tem que retratar a realidade a partir do momento em que cobre o evento, faz a matéria e que passa a realidade mais pura possível para sua matéria, desde que ele não se traia, não perca o fio da meada, que passe o máximo de isenção possível. (...) Passar realmente e ser fiel a sua profissão, escrever e cobrir a notícia pensando no seu leitor. Agora eu peguei uma coisa, isso vem na cabeça: eu sempre penso no meu leitor, em passar a informação mais correta, mais certa, sem deixar transparecer nada. Principalmente na minha editoria, que envolve

⁸⁹ - O depoente Fernando justificou que esse exercício de apreensão do real é prejudicado, em algumas ocasiões, porque o jornalista pode não ter acesso a todas as informações necessárias para se chegar à “verdade”. Entretanto, apoiando-se na defesa de imagens positivistas - na busca “do que realmente é” - afirmou que o repórter deve se esforçar para estar o mais próximo da “realidade possível”.

paixão, que você pode dar uma pincelada da opinião, da sua paixão, mas não, (você deve) ser frio e escrever o que você cobriu (Valdir).

Grande parte dos sujeitos do grupo investigado também proclamou a defesa da possibilidade do trabalho jornalístico ser objetivo. Mas a visão de objetividade teve diferenças significativas de enfoque⁹⁰. Para alguns, foi relacionada à tentativa de “narrar os fatos como eles são”; para outros, ao formato textual, à abordagem e transmissão do assunto de forma direta, enxuta, sem subterfúgios, ao cumprimento do *lead* – isto é, à utilização de técnicas que garantam ao texto um formato de objetividade⁹¹. Nesse contexto, aparece também a defesa do confronto de informações, da exposição das partes em conflito, do pró e o contra⁹², para “que os leitores cheguem a um consenso”, “tirem suas próprias conclusões”. Ou seja, há aí clara tentativa de ser intermediário e não se posicionar ou aparecer enquanto enunciador no corpo do texto.

De fato, a representação do jornalista como “canal de transmissão”, que apenas reporta os fatos e reproduz fielmente as palavras ditas pelas fontes informativas, ganha contorno em alguns discursos, como demonstra uma depoente:

O segredo do bom jornalista é ter consciência de que ele é só intermediário. Ele não é dono da verdade, não sabe absolutamente nada, só está repetindo e traduzindo o que alguém, que sabe, falou para ele. E ele vai traduzir isso para quem não sabe absolutamente nada. Tem que ter em mente que é uma ponte, nada além de uma ponte, um canal de transmissão. Tem que ser fiel ao que ele escuta, reproduzir da forma mais fiel possível, mais objetiva possível, para que chegue o mais claro para quem está recebendo (Mariana).

Quanto à postura de imparcialidade, a questão foi vista com maiores ressalvas pelo grupo, embora a maior parte tenha defendido essa possibilidade ou a concebido como um ideal a ser buscado. Isto é, embora não seja atingida em sua plenitude, deve significar uma orientação de conduta (BARROS FILHO, 2003a). Entre as principais limitações apontadas

⁹⁰ - No conjunto das entrevistas, há ainda repórteres que não demonstram clareza quanto ao conceito de objetividade.

⁹¹ - Entre os aspectos ressaltados pelo grupo sobre o formato ideal das notícias, destacam-se: conter dados concretos; ser atraente, curta, transparente, verdadeira, aprofundada, imparcial, plural e responsável; “refletir aquilo que realmente é”; ter elementos gráficos para tornar a leitura mais fácil; ser separada em blocos, com intertítulos, boxes, infográficos; ser o mais informativa possível; contemplar todos os lados envolvidos no assunto; “ter o tamanho que o fato merece”.

⁹² - A repórter Mariana disse que acredita na objetividade jornalística justamente porque consegue “mostrar os dois lados”, mesmo não concordando com um deles. Fato interessante é que, ao dizer que contempla as duas interpretações sobre o assunto, a profissional reforça um valor bastante legitimado dentro do campo de dar espaço a posições contrárias, como se a interpretação de um fenômeno se resumisse à apresentação do pró e do contra.

pelos repórteres na busca pela imparcialidade aparecem novamente o crivo valorativo do jornalista, o envolvimento emocional com as matérias e os interesses comerciais e políticos da empresa⁹³.

Na visão de alguns depoentes:

Muitas vezes, como eu falei, a gente acaba se envolvendo emocionalmente, criticamente com o assunto e aí a imparcialidade, mesmo sem querer, acaba ficando em segundo plano por causa desse envolvimento. Eu acho que isso não é o correto, a gente tem que tentar se manter imparcial sempre, é uma busca (Tomás).

É lógico que há limitações da empresa, porque não adianta a gente tentar um jornalismo sério e imparcial se a empresa, se o todo não faz. O trabalho de um só não vai sobressair, a coisa não é individual, mas você tem que sempre procurar fazer um trabalho dessa forma. Em último caso, sair dessa empresa (Letícia).

Quanto à imparcialidade, eu acho que o bom jornalista consegue, sim, ser imparcial ainda que ele tenha uma posição sobre aquele fato. Eu já fui fazer matéria sobre assuntos que eu não concordava, mas procurei, no meu texto, não expressar a minha opinião, mas sim tentar relatar o que estava ocorrendo (Marcos).

Há também momentos de clara contradição em alguns discursos. Em determinada passagem, a depoente Ana disse não acreditar na possibilidade do trabalho jornalístico ser objetivo e imparcial por conta dos crivos valorativos do profissional ou pela interferência dos interesses da empresa. Contudo, noutro trecho, saiu em defesa da posição do jornalista como simples mediador e do esforço do profissional em despojar-se de sua opinião, assumindo uma postura “neutra” e se policiando para não “filtrar” as informações que chegam até ele. Outra entrevistada, Mariana, afirmou inicialmente que o repórter retrata apenas a realidade que ele enxerga a partir da interferência de suas crenças e posicionamentos político e ideológico. Num segundo trecho, no entanto, construiu imagens fortemente atreladas à teoria do espelho, ao afirmar que o jornalista é mero intermediário, canal de transmissão, que deve tentar reproduzir fielmente as palavras ditas pelas fontes informativas. Essas contradições no tratamento do tema sugerem uma consciência fragilizada dos sujeitos sobre a própria prática profissional.

⁹³ - Mesmo fazendo ressalvas à interferência da empresa e de seu crivo valorativo, a depoente Letícia destacou que, na maior parte dos casos, é possível manter uma postura de “neutralidade”. “Eu acho que o ideal é ser neutro, mas você nunca consegue ser totalmente neutro. Você consegue talvez em 80% dos casos, mas em vinte, não”.

Do conjunto de entrevistas, contudo, alguns repórteres elaboraram um discurso mais crítico em relação aos valores da teoria do espelho. Luiza afirmou que o jornalista não retrata o real, mas sempre constrói representações; Carmen justificou que a realidade nunca “é retratável em algumas frases e alguns parágrafos”; Vivian ponderou que a própria seleção léxica e as expressões selecionadas para construção do texto acabam refletindo uma parcialidade e concluiu que dois profissionais que abordem o mesmo assunto vão fazer matérias diferentes, porque têm “olhares diferentes”.

Chama atenção também a fala do depoente Alberto ao destacar que, embora a imprensa “mostre vários lados” de um assunto, isso não quer dizer que esse mosaico corresponda à realidade dos fatos. Disse que é impossível ser isento e que a partir do momento em que o repórter dá destaque para um aspecto do tema abordado, já está sendo parcial. Afirmou ainda que o repórter faz escolhas, inclusive na seleção de palavras e a própria hierarquização das idéias no texto compromete a objetividade e imparcialidade. Apesar disso, esse repórter admitiu que procura dar ao texto um formato de objetividade, procurando demonstrar que “não está ali” e “camuflar” sua presença, fazendo uso de técnicas textuais, como usar terceira pessoa, evitar adjetivações, utilizar aspas, etc. Como lembra Barros Filho (2003a, p.25), “dessa forma, o uso de técnicas precisas de descrição do real, ao retirar do jornalista parte do seu poder de manobra como codificador, retira-lhe também parte de sua responsabilidade. Não é o repórter que escreve, e sim a realidade por ele espelhada”.

Esse mesmo repórter disse acreditar que o modelo mais legítimo seria poder fazer afirmações “mais contundentes”, mas ressaltou que o jornalista não poderia assumir essa postura, sob pena de ter seu texto “censurado” pelas porteiras dos editores ou receber sanções da sociedade, sendo apontado como tendencioso. Em última instância, criticou o fato de o jornalista não poder se posicionar:

O jornalista, ele não pode ter partido, ele é quase um ser assexuado, ele tem que gostar de gay, mas também não tem que gostar porque tem gente que não gosta. É como se você não fosse ser humano, não tivesse as suas convicções. (...) Por que o cara faz a autocensura dele? Com medo de receber uma sanção da sociedade. “Pô meu, você deu espaço para aquela matéria, você deu espaço para aquele fulano, mas aquele fulano é não sei o quê, ele é isso, ele é aquilo (Alberto).

No bojo dos discursos, outros dois entrevistados, Francisco e Vivian, saíram à frente da defesa do posicionamento dos repórteres nas matérias. O primeiro, embora tenha

afirmado que acredita na possibilidade de realizar um trabalho objetivo e imparcial, ressaltou que o jornalista não deve se eximir de fazer algumas análises e “tomar partido”. Aproximou-se, nesse sentido, do depoimento da segunda repórter - que defendeu a necessidade de a imprensa ser “ideológica”, posicionar-se, mobilizar a sociedade.

Eu acho que, às vezes, para você fazer uma análise um pouco mais aprofundada, você tem que talvez tomar parte. Não te acusar, o lado contrário do qual você tomou parte vai te acusar de ter sido parcial, só que eu acho que o jornalista não tem que ter medo, ele tem que acreditar na orientação ética que possui. “Olha, eu acredito que esse lado é o lado certo, eu vou defender ele”. Se a empresa não quiser, daí é outra briga, aí a briga é noutra instância (Francisco).

A maior parte dos depoentes, contudo, defendeu que o repórter somente deve posicionar-se na matéria, de maneira opinativa, em textos previamente demarcados para esse objetivo, como num editorial, artigo ou boxe – reforçando a distinção positivista entre o fato e o juízo de valor, o jornalismo informativo e opinativo.

Apesar da tentativa de distanciamento e do policiamento da subjetividade na construção das matérias, alguns sujeitos admitiram que a partir da forma como o texto informativo é conduzido e estruturado, a opinião do jornalista acaba ganhando espaço, mesmo que de forma sutil e não intencional, “nas entrelinhas” do texto. Destaca-se, nesse sentido, a observação de Augusto, que admitiu ser possível posicionar-se no corpo da matéria, desde que com o respaldo da fala de algum entrevistado – sugerindo que a utilização de fontes para dar sustentação à opinião do repórter é uma prática utilizada por alguns agentes do campo, como será visto no próximo capítulo. “Você pode até tentar colocar sua opinião, mas dentro da palavra de um personagem ou de outro. Você pode até pensar como ele, mas colocar aquilo ali como certeza não dá”, afirmou.

Em linhas gerais, apesar de algumas falas ancoradas numa visão mais crítica, percebe-se que, dentro do grupo investigado, a maior parte dos agentes continua defendendo valores da teoria do espelho⁹⁴, reproduzindo um discurso altamente difundido

⁹⁴ - Como ressaltado anteriormente, também as empresas de comunicação utilizam estrategicamente algumas representações sociais dominantes sobre o jornalismo para firmar seu lugar de autoridade, sustentando, por exemplo, a imagem do jornal como espaço da verdade. No jornal em que atua o grupo investigado, durante uma reunião motivacional realizada pela chefia de redação no primeiro semestre de 2005, foi distribuído aos repórteres, fotógrafos e editores um material impresso intitulado o “papel do jornal e a função jornalística”. Nele, o valor da busca da verdade esteve fortemente presente, como demonstra este trecho significativo do texto: “Por que pensar o fato? Para evitarmos veicular uma mentira, uma meia-verdade ou, no máximo, uma verdade superficial, este último papel dos veículos eletrônicos (instantâneos).

por códigos deontológicos e manuais de estilo. Com isso, os sujeitos transfiguram discursivamente a subjetividade que marca todo o processo jornalístico e a construção social operada pelos profissionais na produção da notícia. Em última instância, proclamam representações incapazes de serem experimentadas na experiência concreta, como “retratar a realidade” ou ser intermediário entre o público e o real. A cultura profissional, como afirma Traquina (2004a), ainda é fortemente marcada por valores positivistas e resiste ao paradigma da notícia como construção.

4.5 No garimpo de valores da cultura profissional

Ao questionarmos os sujeitos da pesquisa sobre aspectos como ética e profissionalismo, foi possível detectar alguns valores caros à cultura do grupo, que reproduzem muitos princípios propalados no campo jornalístico e extrapolam as fronteiras da organização. Ou seja, a empresa jornalística não é um sistema fechado onde se manifesta necessariamente uma cultura organizacional própria. Antes, é possível afirmar que ela é trespassada “por um conjunto de regulações culturais que não chegam a se fundir em uma identidade coletiva própria à organização” (CHANLAT, 1996b, p.246). No caso dos repórteres envolvidos na pesquisa, os valores ressaltados são reproduzidos, em grande medida, pela comunidade profissional. A “tribo jornalística”, como afirma Traquina (2004a) é uma “comunidade interpretativa” transnacional, unida por quadros de referências comuns.

Em certos momentos esses valores, que dão contorno ao que seria uma conduta aceitável e apropriada para os membros do grupo investigado, também dialogam com os valores do universo social mais amplo em que estão inseridos. “É por esta razão que não se pode tornar inteligível a dinâmica humana nas organizações sem conhecer a cultura e a sociedade na qual ela se inscreve” (CHANLAT, 1996a, p.42).

Dentre os principais valores éticos⁹⁵ e de profissionalismo⁹⁶ mencionados nas falas, destacam-se: buscar, respeitar e relatar a verdade dos fatos; não distorcer, manipular ou

Mas principalmente para veicularmos a verdade do fato, que é a mais nobre missão jornalística (...) A verdade por inteiro é a nossa satisfação, nosso prazer!”

⁹⁵ - A maior parte dos repórteres disse não se lembrar de ter adotado alguma postura considerada antiética no exercício profissional, contudo, afirmou já ter visto colegas adotando, como por exemplo: ocultar a identidade profissional; condicionar respostas dos entrevistados; “colocar fatos na boca de alguém”, procurar fontes para sustentar sua própria versão; distorcer informações; ser tendencioso; “passar por cima” de colegas de trabalho; ter vantagem pessoal no exercício da profissão; assinar matéria escrita por outro jornalista; expor entrevistado que divulgou informação em *off*; receber propina; dar sustentação à pauta

sonegar informações; não divulgar informações equivocadas ou sobre as quais não se tem certeza; transmitir a informação de maneira clara; ser imparcial e isento; não se comover durante a matéria; dar ao assunto a importância que ele tem; ouvir o outro lado da questão e deixar que os leitores cheguem a um consenso; buscar várias fontes; transmitir o máximo de informações numa matéria; fornecer ao leitor detalhes importantes para a compreensão de determinado assunto; ter respeito, sinceridade e bom relacionamento com as fontes; ser honesto com o público; ter bom relacionamento com os pares; não se deixar influenciar ou ser direcionado nas matérias; não assinar texto produzido por outra pessoa; “não se vender”; respeitar o direito do próximo; ter bom senso; ter o interesse público acima de tudo; ser dedicado; envolvido; confiável e respeitado; não mentir; manter postura de distanciamento com as fontes; não ser preconceituoso; ter independência pessoal, não obter vantagens particulares com o exercício da profissão.

É possível observar, como já afirmado anteriormente, que valores como o respeito à verdade, a honestidade, o respeito ao direito do próximo, o bom senso, são reafirmados pela sociedade e não especificamente restritos ao campo jornalístico. Ressalta-se, também, que valores da teoria do espelho aparecem novamente com força nos discursos, como clareza, imparcialidade e isenção. Observa-se ainda a defesa do interesse público em detrimento do favorecimento próprio na fala de alguns entrevistados, recuperando a postura do interesse pelo desinteresse, compatível com o desempenho profissional considerado adequado.

Os repórteres também informaram o que entendem ser uma postura de profissionalismo na imagem da empresa e as respostas tiveram variações significativas em relação aos valores sustentados acima, com um viés focado menos na nobreza da ação e mais na produtividade. Entre os aspectos que se destacam, estão: ser dedicado; cumprir as obrigações; ser “puxa-saco” e fazer marketing pessoal; ser produtivo, cumprir o horário e o *deadline*; ser isento; divulgar notícia correta, próxima da verdade e sem contrariar o ideal da empresa; trabalhar muito, não reclamar, ficar feliz por ser jornalista; ser veloz e ágil no

infundada para não derrubar a matéria. Recorrendo a Goffman (1975, p.48), podemos afirmar que a realização de tarefas “quase ilegais”, degradantes, raramente são expressas na representação que o sujeito faz de si mesmo. Ou seja, há certa tendência de esconder do outro os indícios de “trabalho sujo”, incompatíveis com as condutas aceitas dentro do campo. Talvez daí decorra a dificuldade expressa pela maior parte dos depoentes em se lembrar ou revelar a adoção de atitude considerada antiética no exercício profissional, apesar de conseguir identificá-la no comportamento de colegas.

⁹⁶ - Em linhas gerais, os jornalistas vão se mostrar ofendidos quando têm a sua postura profissional e honestidade colocadas em suspeição. “Eu acho que se alguém botar o dedo na sua cara e falar ‘ó, você omitiu essa informação’, é pior do que xingar ‘sua mãe é vagabunda’”, disse o entrevistado Francisco.

processo produtivo; conseguir fazer o maior número de matérias em menor tempo; não gerar hora-extra; não reclamar do tempo que permanece à disposição da empresa; estar sempre disponível.

Olha, é bem diferente. Eu falaria assim que, para mim, ser profissional é você ter como meta tudo isso que eu te falei antes, ter isso na cabeça, a importância da notícia, do produto que você está fazendo, do interesse público. Para empresa, eu acho que um bom profissional é o cara que cumpre o seu horário, que está sempre disponível, que não reclama, que não pára muito pra tomar café, que não questiona, que faz tudo que manda (Luiza).

4.5 Sobre o olhar da sociedade: imagens elaboradas em torno da identidade atribuída

Os sujeitos da pesquisa também elaboraram imagens sobre as expectativas da sociedade em torno do papel da imprensa. Na concepção da maior parte do grupo, o público esperaria do jornalista, sobretudo, a verdade. Outras condutas e valores identificados nos discursos, como expectativas socialmente construídas sobre os agentes, giram em torno da ética, transparência, honestidade, sinceridade, lealdade, credibilidade, compromisso, além de investigação, fiscalização, denúncia e informação.

Ao destacarem que a sociedade acredita naquilo que está no jornal, alguns depoentes reforçaram o alto grau de responsabilidade da profissão. Um dos repórteres, Marcos, afirmou que o jornalista é visto como um “ponto de referência” e ressaltou que encontra pessoas adotando o discurso de matérias noticiadas pela imprensa. “As pessoas adotam como verdade. Então, por isso, eu acho que a gente tem que ter atenção redobrada para procurar evitar ao máximo cometer um erro”.

A partir da fala dos depoentes, em linhas gerais, é possível perceber que as imagens elaboradas pelo grupo em torno das expectativas da sociedade refletem aspectos das representações que o grupo constrói de si mesmo, já que os valores e condutas acima citados são em vários momentos defendidos pelos próprios repórteres, quando avaliado o conjunto de entrevistas. Ou seja, o que o grupo acha que o “outro” (a sociedade) pensa sobre ele, recupera representações construídas pelo campo, funcionando como um artifício legitimador utilizado na construção da identidade requerida pelos jornalistas.

Isso não impede, contudo, que haja momentos de claro tensionamento em relação à suposta identidade atribuída pela sociedade⁹⁷. A quase totalidade dos repórteres, por exemplo, afirmou que o público procura o jornalista na tentativa de resolver problemas que muitas vezes não são de sua alçada, mas que competem a outros órgãos, como o poder Executivo⁹⁸. Ao se referirem à imagem construída sobre o jornalista no conjunto social, expressões como “válvula de escape do mau funcionamento das instituições”, “faz tudo”, “última pessoa no mundo para ajudar o leitor”, são sintomáticas nos discursos.

Nas palavras de dois sujeitos:

Eu acho que as pessoas enxergam no rádio, na televisão e no jornal impresso a resolução de suas vidas. Em alguns casos, em algumas comunidades mais carentes, você percebe isso. É a rua que está sem asfalto, na questão da saúde, é o filho que não foi atendido da maneira correta ou está faltando remédio... Na questão política, a classe que é mais elitizada procura o jornal para fazer denúncias (Pedro).

Acho que a sociedade vê o jornalista como um faz tudo. Tem que saber tudo, tem que estar informado sobre tudo, tem que informar tudo, mesmo que não tenha nada a ver com ele. Eu sinto isso no final de semana: você está fazendo plantão e a pessoa liga para saber o preço de um show. Pô! liga lá para saber. Você está ocupado, fechando, e você tem que parar. E se você não informar a pessoa diz “como você não sabe? Você tem que saber”. Ou então está fazendo um trabalho de escola e quer saber uma coisa lá de Pedro Alvarez Cabral e liga para você perguntando. E se você diz que não sabe: “não, você tem que saber, você é jornalista”. Então, a sociedade espera que o jornalista saiba tudo, tudo que está acontecendo e tenha opinião sobre tudo, cobra muito isso. E essa intervenção também. Eles vêem o jornalista com esse poder mesmo, tendo esse poder de mudar as coisas. Cobram muito isso. Você sai na rua para fazer matéria, vai num bairro pobre e o carro é cercado de gente. E as pessoas começam a falar “ai! fala lá que a gente está com problema aqui, aqui e aqui, que o esgoto está não sei o quê” (Ana).

Outros depoentes, sugerindo clara inquietação em relação ao que consideram ser uma cobrança indevida, seguiram raciocínio semelhante ao afirmar que a sociedade não sabe exatamente qual é o papel do jornalista⁹⁹:

⁹⁷ - Não é o objetivo desta pesquisa analisar as representações sociais construídas pela sociedade sobre os jornalistas; o que exigiria que fôssemos a campo entrevistar outros grupos que não os próprios profissionais da área.

⁹⁸ - Há nesse caso, segundo a visão do entrevistado José, uma “transferência de responsabilidade”.

⁹⁹ - Foi possível notar também durante a observação participante manifestações de descontentamento de jornalistas para com leitores que telefonam na redação para pedir informações corriqueiras. Uma das jornalistas, que não compôs o grupo investigado, assim se manifestou: “Tinham que contratar alguém só para ficar atendendo leitor chato”.

Acho que a sociedade não entende o papel do jornalista como eu entendo, dentro daquilo que eu acho, que eu disse, que o jornalista é só um intermediário, a população não entende isso. A população acha que o jornalista é a solução para os problemas dela. Então eles procuram o jornalista para qualquer coisa (Mariana).

Eles acham que a gente resolve o problema. E aí colocam a gente numa situação que às vezes é complicada. A gente tem que explicar para a pessoa que não é assim, que o que podemos fazer é isso. E eles ficam revoltados. Eu já atendi muitos telefonemas assim: “Não, mas você tem que fazer isso. Não, mas olha, não sei o quê”. E é complicado porque a pessoa não entende que é assim que funciona. As pessoas enxergam a gente como uma forma de resolver o problema. E falam: “Ó, você tem que pôr no jornal amanhã porque quando vocês colocam, eles vêm aqui.” Quantas vezes eu não ouvi isso: “Quando vocês colocam, eles vêm aqui” (Luiza).

Sem desconsiderar a relevância dessas críticas¹⁰⁰, é interessante notar que os próprios jornalistas contribuem para o estabelecimento desse tipo de relação, seja reafirmando esse potencial a partir de representações como a de “servidor do público” e “cão de guarda”. A maior parte dos entrevistados, por exemplo, ao discorrer sobre o papel social da imprensa, disse acreditar que o jornalismo pode ajudar a resolver problemas da sociedade. Entre os caminhos citados aparecem as reportagens de denúncia, investigação; orientação, conscientização e formação da cidadania; matérias que apontem problemas e erros do sistema social; que promovam a discussão e prestação de serviço, além de matérias de cobrança do poder público e das autoridades. Nesse último aspecto, a depoente Luiza, que na citação anterior mostrou tensionamento em relação às cobranças da sociedade, destacou em outro momento do discurso o poder da imprensa para desencadear ações em prol da comunidade, ao dar visibilidade aos problemas. “Você põe no jornal, o cara vai lá e tapa o buraco no dia seguinte. Nem sempre é assim porque tem problemas também que não é do dia para noite que se resolve. Mas você põe no jornal, já gera essa tensão aí com a prefeitura e os ‘negos’ vão atrás”.

Sintomático, nesse sentido, também é o trecho do depoimento de outra repórter, Vivian, ao ressaltar que o público espera do jornalista um “salvador da pátria”. Se num primeiro momento a profissional negou a atribuição desse papel, em seguida o reivindicou,

¹⁰⁰ - Ao contrário do depoimento dos demais sujeitos – que se limitaram a criticar as cobranças que consideram “indevidas” por parte da sociedade – duas entrevistadas, Teresa e Letícia, ao discorrerem sobre as expectativas do público em relação à imprensa, construíram representações sociais negativas. A primeira afirmou que o público espera do jornalista “fofoca” sobre a vida de celebridades. A segunda afirmou que parte da sociedade está “tão alienada” que só espera do jornalista entretenimento e não um jornalismo “sério”.

afirmando que em “alguns aspectos” o jornalista “acaba exercendo essa função” - alimentando neste momento a força da representação heróica.

É razoável admitir também que a falta de transparência das práticas internas jornalísticas contribui para a construção de representações, por parte da sociedade, que transfiguram a experiência concreta vivida pelos repórteres¹⁰¹. Numa alusão à política editorial da empresa, o depoente José afirmou, por exemplo, que o público não tem consciência dos “interesses” que existem por trás das informações. Destacou que a sociedade vê o jornalista não como um empregado comum, mas como alguém que é pago para contar as histórias que descobriu, sem ter consciência de que algumas delas deixam de ser contadas “porque não interessa à empresa”. “Só que isso não é dito à sociedade”, afirmou logo em seguida, reconhecendo a falta de transparência das condições objetivas de produção. Neste caso é razoável admitir ainda que se, na visão de alguns colaboradores, o público não vê o jornalista como um “empregado comum”, por outro lado também parte dos agentes do campo assim não se vê - seja por reafirmar representações que alçam o profissional à condição de um servidor do público, funcionário de muitos patrões, seja por classificar o jornalismo como uma profissão diferenciada, “não como as outras”.

Em que pesem as críticas articuladas pelos agentes sobre a suposta imagem construída pela sociedade a respeito do papel do jornalista, em linhas gerais, a maior parte dos entrevistados afirmou acreditar que a atividade goze de prestígio social¹⁰²; alguns inclusive demonstraram certa compensação psicológica nessa relação. O contato com autoridades e pessoas que estão no poder, o acesso a lugares e personalidades normalmente restritos ao cidadão comum, a obtenção de informações privilegiadas e exclusivas foram apontados como indicativos desse *status*, segundo alguns depoentes. “As pessoas falam com você”, afirmou Ana. “Jornalista tem acesso”, resumiu Fernando.

É (uma profissão) de prestígio até em função disso, de você ter acesso a informações, a lugares que uma pessoa comum, que não é jornalista, não tem. Você tem acesso para conversar com pessoas importantes, com donos de uma grande empresa, para conversar com artistas, com

¹⁰¹ - Destaca-se, nessa discussão, o depoimento de Luiza, que criticou o fato de a sociedade esperar do jornalista o real refletido quase de forma “bruta” nas páginas do jornal. “Acho que muita gente não percebe isso, que a gente tem ali a nossa mão na coisa, não é só transportar daqui para lá, a gente mexe, a gente produz”. Em última instância, é possível perceber que a depoente se posiciona, neste momento, contra um discurso que é reproduzido e sustentado com frequência pelos próprios agentes do campo, por códigos deontológicos, manuais de estilo, como abordado nas discussões anteriores.

¹⁰² - Entre os depoentes que negaram que a atividade seja dona de certo prestígio, uma delas, Mariana, afirmou que as pessoas desconfiam do jornalista. “Se baseiam no jornalista para tudo, é o jornalista que conta, é o jornalista que sabe, mas eles desconfiam sempre”.

personalidades, com políticos que grande parte da população não tem acesso. Chega perto, mas é barrado. Jornalista não, jornalista tem acesso, entra, faz parte, está junto, ao lado das pessoas que estão no poder, com as pessoas famosas. Pode conversar, pode tocar. Jornalista tem o prestígio por isso, por ter esse acesso a lugares e a pessoas que poucas pessoas têm (Fernando).

Alguns depoentes apontaram que esse prestígio é ainda maior para os jornalistas de televisão, que têm mais visibilidade. Significativos, nessa discussão, são os depoimentos de duas entrevistadas:

Acho que perante a sociedade, principalmente para o senso comum, tem mais prestígio ainda a televisão, tanto que quando eu falava que ia fazer jornalismo todo mundo falava “ah, vai trabalhar na Globo, vou te ver na televisão”. Acho que tem um pouco mais (de prestígio) no televisivo (Rebeca).

Num lugar que você chega e fala que trabalha no jornal, as pessoas mudam a relação que tem com você. E se você trabalha numa TV então...Qualquer pé-de-chinelo que trabalha em TV vira um astro, vira um pop star. Qualquer lugar que você vá, se você chega com um carro de TV... (Ana).

Parte dos depoentes reconheceu, no entanto, que esse “poder” é da empresa jornalística e não do profissional. “Se você não estiver vinculado a um veículo de comunicação, morreu, não existe mais”, afirmou Alberto. Ana ressaltou que alguns profissionais deixam-se seduzir pela visibilidade do veículo para qual trabalham e pela notoriedade que se adquire no exercício da atividade. Para ela, existe um certo glamour na profissão e dele nasce o “vício da arrogância”. “Todo mundo brinca que jornalista é metido, se acha o bom. Infelizmente, tem um “q” de verdade”.

Destaca-se, nesse contexto, o depoimento das repórteres Mariana e Teresa, que se mostraram tensionadas com a imagem, que acreditam fazer parte do senso comum, do jornalista como um sujeito dotado de privilégios, que tem “vida fácil”, acesso gratuito aos lugares, que não paga a conta do bar...

Dizer que a gente tem vida fácil. Essa é a pior ofensa que alguém pode fazer para mim. É dizer que jornalista não faz nada, entra de graça em todos os lugares e que, ah!, ser jornalista é fácil. Isso me ofende, porque a gente abre mão de uma infinidade de coisas para ser jornalista e eu gostaria que isso fosse reconhecido de alguma forma (Mariana).

Do campo das representações sociais às condições de produção, outras tensões foram levantadas por depoentes na interação com a sociedade. Um dos conflitos, segundo Luiza, é gerado pela cobrança individual do cidadão comum, que muitas vezes quer ver sua reclamação tratada pelo jornal, mesmo quando é um problema particular. A mesma repórter também destacou a existência de conflito no trato com a administração pública, em matérias em que há críticas ou cobrança para soluções de demandas da população. Em última instância, informou que sempre há conflitos com o público no dia a dia da atividade, porque, querendo ou não, “está dando mais espaço para um, menos para outro; está falando bem de um, mal de outro”.

Apontando a existência de uma espécie de “censura externa” no exercício da profissão, o jornalista Alberto disse que sempre teme receber sanções negativas da sociedade, como ter as portas fechadas e informações negadas devido à publicação de algum assunto que incomode a grupos de poder. Caminha no mesmo sentido o raciocínio de Francisco, que expôs a existência de pressões da própria comunidade local. Disse que em cidades do interior, os jornalistas e a organização têm uma relação muito próxima com a comunidade e com as autoridades, e isso pode prejudicar o desenvolvimento de matérias mais críticas ou investigativas. “Você é acossado primeiro por essa própria comunidade que gravita em torno do jornal, de poderosos, de políticos, de empresários”. Ou seja, dentro do contexto específico de uma cidade do interior, onde a interação social com as fontes e a comunidade é mais próxima, alguns jornalistas poderão se sentir mais acuados para executar seu trabalho, quando envolvem temas polêmicos e críticos. Há, nesse sentido, uma especificidade de contexto que não pode ser ignorada quando comparada, por exemplo, aos jornais de grandes cidades.

Na relação com o público, também o questionamento, a insatisfação ou cobrança em relação à veracidade da informação divulgada nas páginas do jornal foram apontados como geradores de tensão.

4.7. O sistema simbólico como motivador de envolvimento

Apoiados no pólo simbólico que remete às representações sociais construídas em torno do jornalismo, grande parte dos entrevistados estabeleceu discursivamente grau significativo de envolvimento com a profissão. Especialmente recompensas simbólicas, como o prazer pela atividade, foram apontadas pelos profissionais como fatores de

motivação no processo produtivo. “O jornalismo é uma escolha de vida, então ser jornalista é ser o que eu sou hoje, ser eu. Eu não consigo me imaginar outra coisa”, disse Mariana¹⁰³. “É um vínculo mais de paixão mesmo. Se fosse trabalhista, eu acho que não vingaria”, destacou Letícia.

De fato, a maior parte dos entrevistados afirmou que gosta do que faz, sente prazer pelo trabalho e realização com a profissão, embora muitos deles tenham apontado o estresse, a tensão, e o que definiram como “sobrecarga de trabalho”¹⁰⁴ como fatores altamente desgastantes no dia a dia profissional.

Além do prazer pela atividade, outros ganhos simbólicos como o retorno e elogios do público, o sentimento de “estar informando”, prestando serviço para a sociedade, ajudando as pessoas, gerando discussões e mudanças, ganham contorno no discurso dos profissionais. Nas palavras de dois repórteres:

Eu me sinto lisonjeado quando as pessoas comentam as minhas matérias. Eu me sinto bem. Acho que essa é a maior satisfação que um jornalista pode ter, o retorno daquilo que escreve (Pedro).

Esse negócio de estar informando as pessoas e depois ouvir as pessoas comentando a tua matéria é uma coisa que dá muito prazer. Você não fica só na obrigação de escrever, acho que também dá prazer você ver que está informando as pessoas (Fernando).

Demonstrando maior fascínio pela visibilidade trazida pela profissão, outros repórteres lembraram que só o fato de ter uma boa matéria estampada nas páginas do jornal¹⁰⁵ já é recompensador. O prestígio profissional, o convívio com autoridades, o contato com personalidades e a possibilidade de freqüentar lugares inacessíveis ao cidadão comum, ter as “portas abertas” também foram apontados como motivo de satisfação por alguns jornalistas, como expôs um depoente:

¹⁰³ - É interessante notar que essa depoente, ao discorrer noutro trecho do discurso sobre o seu desejo de ter uma vida mais tranqüila e regrada, admite que trocaria o corre-corre da redação por outra atividade, como um cargo público.

¹⁰⁴ - A expressão utilizada indica um esforço excessivo no ambiente produtivo, além do limite de atividades que os sujeitos estariam aptos a desempenhar numa jornada de trabalho, “remetendo ao desrespeito a tal limite” (SATO, 1999, 201).

¹⁰⁵ - Um dos depoentes, Valdir, revelou que costuma recortar e guardar suas matérias mais importantes, feitas com personalidades. “Você tem umas coisinhas que são seu carro-chefe. Você olha, às vezes você recorta, guarda, mostra para o amigo quando vem aqui. Você vê de novo e fala “pô, que legal, entrevistei esse cara””.

Eu acho que entra um pouco naquela questão do prestígio. O respeito que você tem de chegar num grupo de autoridades, por exemplo, e elas virem te cumprimentar, te tratarem bem, em função do trabalho que você desempenha (Marcos).

Apesar dessas compensações, que se configuraram discursivamente como a face positiva do desempenho da profissão, grande parte dos entrevistados demonstrou tensionamento com a empresa e a chefia por não se sentir valorizado, tanto em relação a ganhos materiais – como salários considerados compatíveis com a importância da atividade¹⁰⁶ – quanto a ganhos simbólicos, como reconhecimento, elogios e estímulos no ambiente produtivo. Em geral, muitos apontaram que os reconhecimentos simbólicos e a valorização do trabalho são recebidos mais do público externo.

O retorno do público, entretanto, é variável¹⁰⁷. A maior parte disse recebê-lo; outros, apenas em algumas ocasiões. De todo modo, em linhas gerais, na falta de estímulo no ambiente interno, o *feedback* dos leitores em relação às matérias foi apontado como motivo de reconhecimento por muitos repórteres, que se mostraram sensíveis a esses ganhos.

O sentimento de desvalorização no local de trabalho aparece como fator de considerável desmotivação para os profissionais, os quais sugerem que a organização, apoiada na razão econômica e produtiva, reduz a significação atribuída à atividade. “Sinto muita insegurança. Porque hoje a gente é considerada um número. Qualquer um pode substituir a gente”, afirmou Teresa, em tom de ressentimento, ao considerar que a empresa lhe tem como simples mão-de-obra.

Há quem justificou que a acomodação e a baixa produtividade profissional, em alguns casos, estão relacionadas a essa carência de valorização. É interessante notar que esse comportamento também se configura como elemento de resistência manifesto na redação. Durante a observação empírica, foi possível encontrar repórteres que, através dessa queixa, justificavam uma condição de acomodação no contexto produtivo.

Um trecho do depoimento de um entrevistado é significativo:

Eu acho que a falta de estímulo, de todas as formas, limita o trabalho justamente por aquilo que eu falei: o jornalista não é um apertador de

¹⁰⁶ - Os sujeitos da pesquisa, de forma geral, reclamaram que a categoria deveria contar com melhores salários. Com o objetivo de tornar essa reivindicação legítima, recorreram à idéia de responsabilidade e importância da atividade no conjunto social, fato que também se configura como uma estratégia de valorização da identidade profissional.

¹⁰⁷ - Uma única entrevistada, Carmen, disse não ter esse tipo de *feedback*.

botões, não é um trabalho mecânico em que todos os dias você faz a mesma coisa. Cada dia você tem que lidar com assuntos diferentes, com pessoas diferentes. Você tem que ter uma sensibilidade diferente para cada assunto. E se você, de repente, não está cem por cento colocado ali para investir naquele assunto acaba não produzindo da maneira ideal. E muitas vezes é (a falta de) estímulos externos (da empresa) que não deixam você fazer isso, desde uma remuneração insuficiente ou uma remuneração que você não acha compatível com o seu esforço. De repente, também, pela maneira que as pessoas falaram com você, uma bronca injusta, ou mesmo uma bronca justa, mas levada a outros patamares que não seria necessário. Acho que tudo isso acaba influenciando (Tomás).

Alguns profissionais apontaram que a chefia, em geral, se manifesta em relação à produção apenas nos casos de sanções negativas ou cobranças. Destaca-se o depoimento de um entrevistado que, ao reclamar da falta de *feedback* positivo dos superiores hierárquicos, disse entender hoje o silêncio como um sinal de que o trabalho está agradando.

Um dos grandes problemas hoje, acho que de toda empresa, não sei se é toda empresa porque eu não sei como as outras funcionam, mas especificamente na que a gente trabalha hoje, é a falta de acompanhamento por parte da chefia, a falta de uma palavra amiga, que seja. “Puxa vida, li a sua matéria, gostei dela, bacana. Continue assim”. Porque eles só vêm para te criticar, sabe? É só a política do tapa, nada do abraço. Isso para mim é mais importante às vezes do que um aumento de salário. Verdade. Para mim, eu me sinto realizado quando vem uma pessoa e fala: “Puxa, achei legal a sua matéria, gostei, bacana”. As pessoas comentarem. Isso para mim – Nossa! – é a realização de todo jornalista (Augusto).

Alguns dos entrevistados informaram que também entre os colegas de trabalho os elogios são raros. Ao proclamar que esse não é um costume na empresa, Alberto sustentou aparente despreocupação em relação à falta de retorno interno e disse que foca seu trabalho na comunidade. “Com relação à empresa, também não me preocupo se eles gostam ou não do meu trabalho”, assegurou.

Certamente, os jornalistas são bastante sensíveis ao reconhecimento da chefia, tanto é que essa ausência aparece como motivo de queixas em muitos discursos, especialmente nas conversas de bastidores. Há, no entanto, aqueles jornalistas que gozam de maior prestígio no espaço da redação, têm maior *status* em seu trabalho e, em contrapartida, aqueles que são mais comumente alvo de sanções negativas. Entre estes últimos, o grau de insatisfação é significativamente maior em relação aos ganhos simbólicos. É preciso considerar também que a insatisfação manifestada pelos depoentes

sobre o contexto de trabalho varia em função de outros aspectos. Um repórter, por exemplo, que seja escalado para atuar numa editoria com a qual se identifique poderá demonstrar menor insatisfação em relação aos ganhos simbólicos dentro da organização e, até mesmo, sentir-se de alguma forma reconhecido pela chefia, por atuar numa posição gratificante naquele momento. De todo modo, em linhas gerais, a maior parte dos profissionais desenhou um quadro negativo do contexto de trabalho em relação a recompensas simbólicas e materiais por parte da organização.

Nessa perspectiva, satisfações como o prazer e vínculo subjetivo com a atividade ganham ainda maior ressonância, configurando-se como elementos importantes para a construção de uma identidade profissional gratificante, que legitima a permanência dos sujeitos na profissão, apesar da ausência de compensações materiais consideradas, pelo grupo, compatíveis com a importância da atividade. A quase totalidade dos entrevistados, por exemplo, afirmou que atualmente sua compensação no exercício da atividade é mais psicológica do que financeira¹⁰⁸. “Se fosse pelo financeiro eu já tinha abandonado o jornalismo há muito tempo”, expressou Luiza. Isto é, mais do que simples salários, recompensas como a satisfação psicológica são apresentadas como elementos significativos para o exercício profissional¹⁰⁹.

Chama atenção, contudo, o depoimento de Carmen, que disse não ter outras motivações no exercício da profissão que não salariais, e a fala de Francisco, que afirmou não ter compensações psicológicas ou salariais no exercício da atividade. “Eu não sou recompensado, estou infeliz”, revelou. Em ambos os casos, os repórteres afirmaram manter com a atividade um vínculo simplesmente trabalhista, divergindo da maior parte do grupo.

É significativo notar que a primeira depoente, que discursivamente afirmou não ter motivações extra-salariais no exercício da atividade, tem aparentemente um grau de dedicação acentuado com a profissão. É provavelmente uma das repórteres que mais tempo permanece na redação, mostrando-se, de forma geral, bastante preocupada com a qualidade de suas matérias. É crítica em relação ao seu trabalho e ao jornal e é considerada, de forma geral, uma boa profissional pelos pares e pela chefia. Em seu discurso, tentou em vários momentos esvaziar o potencial simbólico da profissão,

¹⁰⁸ - Apenas dois entrevistados, Carmen e Fernando, disseram que a recompensa é mais financeira.

¹⁰⁹ - Novamente aqui podemos encontrar certa tendência narcisista no discurso de alguns sujeitos. As funções e papel do jornalista seriam de tamanha virtude e o desempenho da atividade tão prazeroso que se sobreporiam, em certa medida, às recompensas materiais.

adotando aparente postura de indiferença frente ao sistema de representações sociais e valores compartilhados dentro do campo. Argumentou que se dedica muito à atividade por questões pessoais, como a preocupação com sua imagem, e por nutrir um sentimento de autocrítica e insegurança.

Não acho que eu cumpra qualquer outro papel fora dessa minha atividade. Eu trabalho nessa atividade porque foi a que eu me formei, foi a que minimamente eu sei fazer, porque eu preciso sobreviver, pagar aluguel, pagar prestação, essas coisas. Acho que eu tenho uma relação direta trabalhista e fora disso eu consigo me desligar. Mas como eu tenho uma autocrítica forte, tenho problema de auto-estima, eu fico muito preocupada com o que as pessoas vão pensar ao meu respeito. Então, por exemplo, há um tempo atrás eu queria elaborar pautas mais interessantes, aí eu ficava ligada 24 horas, tipo “ai, eu tenho que arranjar uma pauta boa”. Mas acho que não tem uma relação direta com a profissão, mas com o que as pessoas poderiam pensar a meu respeito. Eu ficava meio plugada o tempo todo no sentido de achar pautas interessantes não só pelo profissional, não porque eu acho que isso é importante por alguma razão mais social, mas por uma razão pessoal, da imagem que as pessoas poderiam fazer a meu respeito (Carmen).

O segundo depoente, Francisco, embora se mostrasse altamente desestimulado com seu emprego, em vários momentos construiu imagens românticas sobre o jornalismo, aparentemente nutrindo forte identificação com elas. Foi bastante crítico com a qualidade do seu trabalho e demonstrou em vários momentos preocupação com o seu produto e com o leitor, embora negasse qualquer interesse pela profissão. Isso nos leva a crer que, tanto entre sujeitos que se apoiaram discursivamente em concepções mais críticas e pragmáticas sobre seu papel profissional quanto entre aqueles que construíram maior aura de nobreza na classificação de suas funções, existem, em alguns aspectos, manifestas ambigüidades quando comparados discursos e comportamentos observados.

Francisco atribuiu seu grau de insatisfação principalmente ao fato de não se considerar um bom profissional, demonstrando que as decepções com o desempenho no contexto produtivo podem atingir profundamente a representação que o sujeito constrói de si mesmo.

Apesar de passar grande parte do dia na organização, o mesmo repórter disse que, atualmente, sequer tem lido o jornal da empresa para a qual trabalha. Ao tentar explicar o porquê de ter estabelecido esse tipo de relação com a profissão, que definiu como “fria”, recorreu ao desencanto.

Não sei, eu acho que foi o desencanto. Talvez tenha sido o desencanto com a profissão e com a minha capacidade de lidar com a profissão. Sei lá, é aquilo que eu falo, eu acho que, passado tanto tempo, eu não consigo acreditar mais que eu vá dar certo na profissão, entendeu? Então, realmente ela está virando um emprego para mim, não quero perder enquanto não tiver outro, mas para mim está virando emprego. Eu não sei o que teria que acontecer para eu me emocionar de novo com alguma coisa do jornalismo. Eu não me emociono (Francisco).

O entrevistado ressaltou, entretanto, que houve um tempo em que chegou a ensaiar um “namoro” com a profissão durante o exercício da atividade num antigo jornal da cidade - em uma época em que fez parte de uma equipe que definiu como “realmente apaixonante”. Hoje, mergulhado numa prática que entende como sendo burocrática e cartorária, demonstra uma postura desinteressada, carente de ídolos¹¹⁰, como os que compunham a equipe do antigo jornal, já extinto.

Ah, era um pessoal muito envolvido, era um pessoal que se uniu em torno, principalmente, de uma pessoa, na minha opinião. De duas pessoas, mais especialmente de uma pessoa que assumiu o comando do jornal com o intuito de tentar competir com o outro jornal da cidade, o que depois acabou se tornando uma ilusão porque era mais que Davi e Golias na época em termos de estrutura. E o pessoal conseguiu, dentro do jornalismo, pelo menos, fazer uma competição de alto nível, e na minha opinião com sobras, a gente batia, vamos assim dizer, no Golias. (...) nesse período que eu lembro de, sei lá, de 97 a 99 mais ou menos, eu cheguei a ensaiar um namoro com a profissão. (...) naquela época eu acho que ouve o flerte, mas acabou. O fechamento do jornal foi o golpe de misericórdia e a justificativa que eu precisava para acreditar em tudo que eu não acredito hoje (Francisco).

Apesar de manifestações de “desencanto” como a expressa pelo depoente acima, em linhas gerais, muitos entrevistados disseram que, embora haja insatisfações no exercício profissional¹¹¹, vale a pena ser jornalista, especialmente devido aos ganhos simbólicos, como o prazer pelo trabalho, a possibilidade de fugir da rotina e a importância da função social da atividade. Uma das jornalistas, Teresa, ressaltou que a profissão vale a

¹¹⁰ - Outros depoentes reclamaram do fato de não terem profissionais como “referência” no próprio contexto produtivo. “(...) hoje eu sinto muita falta disso: de ter um referencial. Eu queria ter uma pessoa em quem me espelhar, um chefe que eu visse que posso aprender com ele”, afirmou Augusto.

¹¹¹ - Foram apontadas pelo grupo decepções no exercício profissional, entre as quais se destacam: a falta de tempo para realizar o trabalho e a falta de melhores condições produtivas, a publicação de matérias incompletas ou de baixa qualidade, ocorrência de deslizos e erros no processo produtivo, baixos salários, sobrecarga de trabalho, frustrações no relacionamento com a empresa, limitações da política editorial. Entre os entrevistados, Francisco não soube apontar um motivo de decepção, afirmando que esse sentimento “é constante” e que sua expectativa é “sair da profissão”.

pena “para quem é apaixonado”. A palavra paixão, aliás, aparece no discurso de outros entrevistados ao se referirem à profissão.

É, eu acho que é aquela paixão mesmo. Na verdade, se fosse falar: “Ah, vou pensar em uma profissão para entrar no mercado de trabalho”, o mercado não é animador. Mas a profissão, ela é linda. É legal ser jornalista, é interessante a relação... Por isso que eu falo, eu sempre penso no leitor. Porque é tão especial essa relação do profissional. Poucas profissões têm essa relação. As pessoas trabalham muito de bastidor. Agora, o jornalista, por mais que você não esteja no contato com o seu interlocutor, o que você escreve tem um reflexo muito grande e amplifica de uma forma surpreendente. Então é uma coisa que te dá prazer (Vivian).

Entre as expectativas dos entrevistados em relação à profissão e o contexto de trabalho¹¹², destacam-se o desejo de ter remuneração adequada, satisfação e respeito como profissional, melhores condições produtivas, a possibilidade de continuar trabalhando na área e se dedicar somente à atividade, a oportunidade de fazer boas matérias com mais frequência, ter *feedback* da chefia em relação à qualidade do produto, ver a categoria se mobilizar para reivindicar seus direitos. Nesse último aspecto, cinco profissionais construíram discursos bastante críticos em relação à organização dos agentes do campo. Ana afirmou que o jornalista, às vezes, “acha que está superior a todo mundo” e, com isso, não olha para seus próprios problemas ou se organiza para lutar por melhores condições de trabalho. Outra depoente foi ainda mais crítica ao afirmar:

O que eu espero da profissão, não é da profissão, é da categoria, é que ela desça de um pedestal e se organize enquanto categoria para conseguir alguns benefícios profissionais da categoria mesmo (...) (Por conta) de uma imagem fabricada e mantida por eles próprios – tipo de que eles não são trabalhadores como os outros – o fato de eles circularem por vários ambientes políticos, ricos e ao mesmo tempo pobres, enfim, eu acho que os tira de um senso de realidade e aí eles acabam subindo nesse pedestal (Carmen).

4.7.1 O prazer pela reportagem

A maior parte dos profissionais disse que gosta de ser repórter e que não pretende ocupar outros cargos na redação. Entre as várias satisfações mencionadas pelo exercício

¹¹² - Chama atenção o depoimento de José, que se reveste também neste momento de uma imagem missionária, ao afirmar que sua expectativa em torno da profissão é “que ela possa ajudar a transformar a vida das pessoas”.

dessa função destacam-se: “ir para a rua”, enxergar no cotidiano ou em pequenos detalhes coisas interessantes; beneficiar, ajudar as pessoas; “viver o fato”; “não ter monotonia”; cobrir assuntos diferentes; ter contato com as pessoas, com a comunidade e conhecer histórias; poder descobrir, aprender, compreender um assunto; conhecer outras realidades. Nessas imagens é possível identificar novamente a força do pólo simbólico construída especialmente em torno da figura do repórter – personagem das ruas, de conduta aventureira e desburocratizada.

Nas palavras de três depoentes:

(A satisfação é) de conviver, de ligar para as pessoas, de estar na rua, de entrevistar, de olhar nos olhos e, sei lá... De viver o fato ali como ele é. Não me considero um jornalista de gabinete, de ficar ali editando só. Eu me considero um repórter nato. Se é que sou (Pedro).

A satisfação de ser repórter é quando você consegue fazer uma matéria que beneficia as pessoas, que mude as situações e que te dê uma satisfação de você pegar o jornal no dia seguinte, ler e falar assim: “Putá! Eu escrevi isso, que coisa boa”. Sabe? Uma sensação boa (Teresa).

Ser repórter é isto: é aquela coisa de você não ter monotonia, de você estar sempre fazendo alguma coisa, sempre em atividade, cobrindo assuntos diferentes, eu acho que é isso, esse dinamismo é gostoso do ser repórter, só não precisaria ser tanta coisa ao mesmo tempo, tantas pautas ao mesmo tempo, mas é gostoso você estar sempre cuidando, correndo atrás de um assunto diferente (Fernando).

De fato, como afirma Traquina, a figura do repórter é a que mais evoca representações sobre o jornalista. O depoente Valdir, por exemplo, afirmou que o repórter “está mais envolvido com a finalidade do jornalismo”, quando comparada às demais funções dentro do jornal. Outra entrevistada definiu o repórter como “o centro” de qualquer redação, e justificou:

Porque o editor manda, mas ele não vai lá, ele não está vendo. O pauteiro sugere, mas ele não vai lá. Quem direciona realmente, em todos os sentidos, é o repórter. Eu acho que o poder da informação está na mão dele, mais do que na mão do editor, mais do que na mão de qualquer outro (Mariana).

Ao serem questionados sobre as matérias que trazem maior satisfação no exercício profissional, grande parte dos entrevistados reforçou novamente o contorno missionário da atividade. Matérias que ajudem a resolver problemas da comunidade, que orientem,

esclareçam a população, que atendam aos interesses do maior número de pessoas, que provoquem reflexão, que revelem o que estava escondido, que movam as pessoas a tomarem decisões, que colaborem para a mudança de uma situação precária estão entre os exemplos citados. É interessante notar, nesse contexto, como também a preocupação com a população economicamente menos favorecida ganha força no discurso de alguns profissionais¹¹³, realçando a “nobre intenção” de atender aos mais “humildes”, como demonstra um trecho significativo do depoimento de uma colaboradora:

(Me senti realizada) quando eu via que fazia uma matéria que de certa forma mudava aquela situação ruim, precária, ou colaborava para isso, ou fazia as pessoas enxergarem de outra forma aquilo, ou levava isso ao conhecimento de outras pessoas. Isso já aconteceu muito: “Nossa, você falou daquilo, eu não sabia que era assim.” Entendeu? A pessoa atinar para aquilo e querer fazer alguma coisa em relação àquilo. Isso é legal. Ou então quando alguém liga: “Nossa, fala para mim onde fica, como é que eu faço para chegar até aquela favela que você falou? Que eu tenho aqui algumas coisas para doar”. Ou então: “estou precisando de um funcionário para contratar. Eu posso ir lá, para ajudar o pessoal.” Isso aconteceu milhares de vezes, milhares de vezes. E é legal porque você, pelo menos em um pontinho ali, colaborou para alguma coisa. Ou então quando você vê a satisfação das pessoas por verem aquela notícia. A pessoa vem e fala: “Nossa, cara, foi muito importante você ter feito aquilo. Obrigada”. Principalmente quando é o pessoal humilde, pessoal de bairro, pessoal carente. Isso é, para mim, o melhor. Quando isso acontece já valeu tudo, sabe? Valeu mesmo (Luiza).

Também foram apontados como motivos de satisfação por alguns sujeitos a realização de matérias mais aprofundadas, especiais, que demandem maior tempo de apuração, pesquisa e finalização. Percebe-se que, dentro do grupo investigado, alguns jornalistas demonstram claramente sua preferência por trabalhar nos cadernos semanais, nos quais há mais tempo para a realização do produto, para o investimento na qualidade do texto e a pressão do *deadline* não é sentida diariamente.

Outros dois repórteres, Fernando e Marcos, mostraram-se motivados com matérias que envolvam assuntos “quentes” ou polêmicos. O primeiro afirmou que quanto maior o impacto da matéria, maior a satisfação. O segundo seguiu raciocínio semelhante ao

¹¹³ - Uma das repórteres, Teresa, que em vários momentos de seu discurso construiu essa imagem de preocupação, respeito e satisfação na convivência com os grupos menos favorecidos, durante a observação participante foi tensionada no contato com os mais “humildes”. Realizando cobertura em um bairro pobre, mostrou visível impaciência com os moradores pelo fato de eles não apontarem problemas da cidade ou se recusarem a conceder entrevista. Nesse momento, desarmou-se da aura de nobreza construída discursivamente. “Essa aí fala só abobrinha”, comentou, ao se referir a uma moradora que havia acabado de lhe conceder entrevista.

afirmar: “Quando é uma matéria que você sabe que no dia seguinte vai ter uma repercussão, que as pessoas vão mandar carta, *e-mail* para o jornal comentando, eu acho que é a que mais me traz prazer”.

Provocado durante a entrevista a relatar experiências satisfatórias no exercício profissional, Fernando lembrou-se da cobertura de uma rebelião em um presídio, quando, ao contrário dos companheiros dos demais veículos, conseguiu entrar no local e recolher imagens e informações exclusivas. “(...) no outro dia o jornal saiu com foto na primeira página do motim lá de dentro da penitenciária e com informações que a TV não conseguiu dar, só conseguiu imagens da parte de fora da penitenciária, então, nossa! Isso foi uma coisa que me deu muita satisfação ver”. O discurso demonstra que “furar” o concorrente também é motivo de realização para os agentes, como apontou especialmente a observação participante, já que nas entrevistas poucos se referiram a esse aspecto.

No garimpo das boas lembranças, a cobertura de momentos importantes da história política da cidade apareceu como motivo de orgulho para o repórter Pedro, que relatou com satisfação um episódio que culminou com a cassação de um ex-prefeito da cidade. “Eu me senti ali partícipe de uma página da história política da cidade”, disse o entrevistado, reforçando a representação do jornalista como testemunha ocular da história. Destaca-se também o depoimento de uma terceira depoente, Ana, que relembrou com euforia de uma de suas matérias que concorreu a um prêmio renomado dentro do campo, o que demonstra que o reconhecimento dos pares é altamente valorizado.

No ranking dos assuntos menos atraentes, aparecem matérias de acidentes com vítimas, de famílias que passaram por violência, matérias policiais com acusados de crime, matérias que explorem o sofrimento humano e, principalmente, a cobertura de velórios. “O jornalista, quando entra num velório, as pessoas já olham e falam o que esse carniceiro está fazendo aqui? Pelo menos eu me sinto assim”, expressou Mariana.

4.8 A exploração simbólica no ambiente profissional

Em linhas gerais, os repórteres consideraram que o nível de dedicação e produtividade exigido pela empresa é significativamente acentuado. Alguns afirmaram que há bastante cobrança, é preciso “vestir a camisa”, estar “sempre alerta”, evitar cometer erros ou ser “furado” por outro órgão de comunicação local. “A empresa cobra bastante esse perfil de você estar ligadona o tempo todo. Ameaça bastante, porque se você não

estiver (ligadona), corre o risco de ir para rua, porque vão ter outras pessoas que vão estar”, disse Ana.

É importante notar, entretanto, que apesar das críticas lançadas ao nível de dedicação exigido pela empresa, manifesta comumente pelos sujeitos - especialmente nas “rodinhas” informais, como apontou a observação participante - muitos repórteres vêem o bom jornalista como o profissional que tem grau acentuado de envolvimento com a profissão, o que, de fato, contribui para uma espécie de exploração simbólica dentro das redações - que leva o explorado, em grande medida, a ser cúmplice ativo de sua própria exploração. Palavras como “paixão”, “envolvimento”, “dedicação”, por exemplo, ganham ressonância em alguns discursos e aparecem entre o conjunto das qualidades necessárias ao desempenho do “bom repórter”. Em outras palavras, o envolvimento acentuado com o trabalho aparece como um valor positivo no exercício profissional.

Nesse contexto, a entrega do tempo faria parte das exigências tácitas da profissão. Mesmo quando não está na organização, alguns profissionais afirmaram pensar em jornalismo a todo tempo. Nas palavras de dois repórteres:

Eu não consigo ver um bom jornalista se ele não for esse cara que desprende esse tempo a mais do que os outros, que circule em cima da informação, que pense, que bote um pouco o seu dia a dia à margem da vida (José).

Diretamente (eu dedico) umas sete, oito horas (à profissão). Mas, indiretamente, eu sou uma fascinada. Assim, eu sou 24 horas jornalista (Teresa).

O depoente José, cujo discurso foi perpassado em vários momentos por um envolvimento acentuado com a profissão, afirmou que até quando dorme pensa em jornalismo e quando acorda já vai para o banho pensando em suas pautas. “É jornalismo 100% do tempo (...) A pauta para mim, na minha cabeça, por exemplo, no meu dia-a-dia, mais ou menos há uns oito anos, nasce desde a hora em que eu acordo”.

O mesmo repórter conseguiu reforçar com clareza essa condição de entrega e de exploração tácita dentro das redações ao criticar o fato de empresários da área de comunicação não visualizarem que o jornalista está “à disposição dele quase o tempo todo”, embora seja pago apenas pela carga horária prevista no contrato de trabalho. Para ele, “a informação não obedece a uma jornada” de trabalho, por isso o jornalista tem que estar atento e ampliar contatos inclusive fora do horário de expediente. “(...) na verdade

“você é meio escravo do raciocínio sobre a informação o tempo inteiro. Mas eu não vejo isso como uma escravidão negativa, porque eu gosto muito de fazer isso”, ressaltou.

Outro repórter seguiu raciocínio semelhante ao afirmar:

Aliás, eu acho um absurdo o fato de você ter um horário para trabalhar, você bater, por exemplo, cartão. Eu acho isso um absurdo. Porque as coisas acontecem, acontecem independente de mim, independente do jornal, o tempo todo. Então não é porque eu bati um cartão, pronto, agora já não sou mais jornalista. Existem profissões que possibilitam isso: “agora não vou mais me dedicar a isso, vou fazer outra coisa”. Mas eu acho que no jornalismo isso é impossível. Só se a pessoa conseguir uma desvinculação psicológica muito forte (Alberto).

Percebe-se claramente nestes discursos um cenário favorável para uma significativa extração de mais-valia. De fato, grande parte dos jornalistas informou que seu grau de envolvimento com a atividade é intenso. Alguns afirmaram que estabeleceram essa relação em busca, principalmente, de satisfações simbólicas – como prazer pela atividade, preocupação com o público e a qualidade do produto – ou por exigência da própria profissão, como expuseram de modo significativo dois repórteres:

Eu gosto de ser jornalista e eu sou jornalista 24 horas. Mas a profissão exige esse tipo de envolvimento. Você se sente por fora, se você não mantém a antena ligada... Se eu deixo de assistir a um determinado jornal na TV e de manhã alguém comenta uma coisa comigo que eu não vi no dia anterior, eu fico apavorada. Eu me sinto a pessoa mais desatualizada da face da terra (Mariana).

A gente conversa muito, eu e o meu marido, sobre isso, porque ele fala que minha prioridade é sempre o trabalho. Às vezes ele até reclama: “ah você deixa de fazer alguma coisa pela casa para se voltar para sua profissão”. Mas eu não levo isso só como um negócio de ir lá, pegar e fazer. Tanto é que minha cabeça fica 24h ligada em jornal. Eu estou aqui hoje, desde manhã eu fui para o banheiro pensando na matéria que eu tenho que fazer amanhã, lavando a cabeça e pensando: “o caderno vai ter que rodar na outra segunda e eu tenho de achar personagem, onde eu vou achar personagem”. Eu fico muito ligada. Eu não consigo desligar. (...) Começou sendo desse jeito e virou um vício. Eu comecei pensando: para eu ser boa jornalista eu tenho de pensar em jornalismo 24h. Todo mundo falava isso, na faculdade... Eu lembro de um editor, logo no começo quando entrei na profissão, que ele falou isso: jornalista tem de ser jornalista 24h. E acho que a profissão de jornalista impõe isso para a gente (Ana).

É possível observar que o próprio campo cultua essa entrega do tempo. Ou seja, essa não é uma exigência exclusiva da organização, mas da cultura profissional. Raciocínio este que se torna bem claro quando a depoente acima afirma que, já no período da faculdade, o estereótipo do bom jornalista como o profissional que se dedica 24 horas à atividade passou a ser internalizado. Isso leva a crer que essa expectativa da entrega total do tempo começa a ser gerada na própria universidade, assim como outras representações sobre a profissão e os atributos necessários para o desempenho desse papel social. Uma certa impressão idealizada é oferecida aos sujeitos já neste momento. “Quando um ator assume um papel social estabelecido, geralmente verifica que uma determinada fachada já foi estabelecida para esse papel” (GOFFMAN, 1975, p.34). Significativamente, vários depoentes utilizaram ou fizeram alusão à expressão “jornalista é jornalista 24 horas”.

Outros depoentes informaram que estabeleceram envolvimento acentuado com a profissão por uma cobrança pessoal, com o objetivo de fazer bem o trabalho, ser um bom profissional, crescer na profissão¹¹⁴. Alguns repórteres também ressaltaram que dependem da profissão e buscam se envolver para “sobreviver”, “garantir o emprego”, “conquistar espaço”, “mostrar trabalho”. “É o afã de ter seu lugar e não ficar desempregada, principalmente quem está começando agora”, justificou Rebeca. A mesma repórter lembrou que a cidade é um “celeiro” de jornalistas e não conta com um veículo impresso concorrente, o que torna a condição do profissional mais fragilizada. De fato, a maior parte dos sujeitos disse sentir insegurança no emprego.

4.9 Tempo de trabalho: o desejo de previsibilidade e controle

Apesar de grande parte do grupo ter demonstrado discursivamente envolvimento acentuado com a profissão, alguns entrevistados admitiram que pensam na possibilidade de abandonar o jornalismo para se dedicar a outra atividade, seja pelo não reconhecimento financeiro, desvalorização profissional, “excesso” de trabalho, ou pela carência de tempo livre e a dificuldade de estabelecer uma rotina de produção com horários fixos ou mais regrados dentro da empresa.

Os últimos aspectos destacados são significativos, quando se percebe que as horas irregulares de trabalho e a falta de tempo para a vida privada são tensões que

¹¹⁴ - Dois depoentes, Marcos e Tomás, ressaltaram que o envolvimento só não é maior devido aos baixos vencimentos.

discursivamente ganham ressonância entre o grupo. Quatro repórteres¹¹⁵, por exemplo, consideraram a possibilidade de deixar o jornalismo para começar a trabalhar em cargos públicos, concursados, que trouxessem maior estabilidade, previsibilidade e controle sobre os horários de trabalho, além de tempo para se dedicar a outras atividades, especialmente à vida familiar. Até mesmo alguns depoentes que apontaram inicialmente nas entrevistas sua atração pelo potencial do jornalismo em fugir da rotina e ser uma profissão “corrida”, em seguida demonstraram-se tensionados em relação ao contexto de produção, justamente pela falta de possibilidade de ter horários regrados e maior “tranqüilidade”.

Assim se expressou uma depoente, de maneira significativa, ao discorrer sobre seu desejo de previsibilidade e controle sobre o tempo do trabalho:

Eu acho que todo mundo quer um pouco de tranqüilidade na vida e a nossa profissão não permite. (...) Talvez eu não abrisse mão do jornalismo totalmente, mas eu trocaria uma redação por um cargo público ou por uma coisa que eu soubesse o horário que vou chegar em minha casa, soubesse que vou ter feriado, final de semana, coisa que a gente simplesmente não tem. Eu tenho a intenção de ser mãe e eu não quero criar um filho que não vai me ver. Sair de casa 7 da manhã para voltar meia-noite, quando muito. (...) É uma coisa assim: você sabe o horário que você vai entrar, mas você nunca sabe o horário que vai sair (Mariana).

O trabalho é, de fato, o grande regulador do tempo em torno do qual se organizam outros tempos sociais, como os da família, lazer, entre outros (GASPARINI, 1996b, p.125). No jornalismo, as horas irregulares de trabalho são motivadores de tensão, assim como as jornadas em horários considerados “anti-sociais”, nos finais de semana e feriados - “dias que representam ainda um elemento temporal fundamental de reencontro e socialização para a comunidade” (GASPARINI, 1996b, p.126). “Às vezes eu tenho que sacrificar meu fim de semana por causa de plantão. Um horário que era para eu estar descansando ou fazendo uma outra atividade, eu tenho que sacrificar por causa da profissão”, manifestou o depoente Fernando. Parte dos sujeitos afirmou já ter enfrentando queixas familiares em decorrência da profissão, especialmente pela falta de tempo para a vida pessoal e de horários regulares de trabalho¹¹⁶.

O tempo de dedicação ao trabalho na organização – “a entrega do tempo” – e a conseqüente impossibilidade de maior atenção à vida pessoal e privada foram apontados

¹¹⁵ - Fernando, Francisco, Marcos e Mariana.

¹¹⁶ - Três jornalistas, Letícia, Rebeca e Teresa, afirmaram que, apesar do tempo significativo que passam na redação, familiares não têm apresentado queixas; pelo contrário, incentivam o trabalho, dão sugestões de pauta, indicam fontes ou até mesmo discutem o tema da matéria.

pela maioria dos repórteres como o principal “sacrifício” exigido pela profissão. Um dos entrevistados destacou que a entrega do tempo é potencializada diante de um quadro de redações enxutas.

A profissão exige sacrifícios. Mas poderiam ser mais amenizados se a empresa, talvez, diminuísse a hora de trabalho, a quantidade de serviço que é passada. Poderia ser uma coisa mais tranqüila. Eu acho que é isso. A profissão exige sacrifício, mas ela exige esse sacrifício diante do quadro que está aí, eu acho. Esse quadro de redações enxutas, de poucos profissionais atuando, de todo mundo atuando como repórter, como editor (Pedro).

A transgressão do limite subjetivo, a partir de uma exigência de trabalho maior do que o profissional suporta, pode se expressar diretamente na saúde (SATO, 1999, p.202). Parte dos repórteres disse que já enfrentou problemas dessa natureza¹¹⁷ em decorrência da profissão, especialmente relacionados ao estresse¹¹⁸, como aponta uma colaboradora:

Eu percebo claramente que, como eu levo a sério, eu acho que eu abro uma porta para me deixar atingir por essas coisas e eu fico fragilizada. E essa coisa da fragilidade eu percebo na minha saúde. É um espelho. Eu já tive vários problemas por causa desse estresse, dessa sobrecarga do trabalho. Desde, nossa!, de passar mal e de coisinha boba, de cair a pressão e ir para o hospital. Eu acho que umas cinco vezes já aconteceu, no mínimo cinco vezes, já aconteceu de eu passar mal na redação. De cair a pressão, de ter um negócio qualquer que eu não sei o que é. Vou para o PS, tomo soro, tal, tal, tal. A melhor de todas foi a última vez que eu fui para o PS, minha pressão estava baixa, tomei soro, não sei quê, e tive ainda que voltar para fechar o caderno (Luiza).

Chama atenção no discurso da repórter acima a clara tentativa de distinção e valorização de sua postura profissional ao afirmar que seu quadro de tensão e os consequentes reflexos na sua saúde são acentuados porque a atividade é levada “a sério”. Outra jornalista construiu distinção semelhante ao empregar a seguinte afirmação:

¹¹⁷ - A entrevistada Rebeca ressaltou que, devido à correria do ritmo de produção, tem dedicado pouca atenção à alimentação e chegou a emagrecer. “Não dá tempo de jantar, alguma coisa assim. Às vezes tem dia que você mal toma água, mal dá tempo de ir ao banheiro, dependendo de como está o dia. Mas felizmente nada mais que isso, nada sério”, ponderou. É razoável ressaltar que os problemas de saúde não devem ser concebidos apenas como a manifestação de doenças “mas como desajuste entre necessidades e disposições subjetivas e individuais e condições objetivas, pode-se pensar que o conceito de saúde aproxima-se do identificado por Spink (1982b) como qualidade de vida no trabalho” (SATO, 1999, p.208).

¹¹⁸ - Durante a pesquisa de campo, um dos entrevistados foi abatido por um quadro de estresse e foi licenciado do trabalho por semanas. O fato gerou comentários durante algumas entrevistas, especialmente quando os sujeitos discorreram sobre as pressões físicas e psicológicas no exercício da atividade. O episódio também foi alvo de comentários notados na observação participante.

Eu acho que 80% dos jornalistas vivem no estresse 24 horas. Oitenta por cento. Tem sempre aquele que é mais disciplinado, que consegue dividir melhor as coisas. E tem o relaxado, que trabalha enquanto tem que trabalhar. Saiu dali, desencanou, não está nem aí com a vida e pronto. Mas 80% dos que levam realmente a sério, 80% vivem meio estressados (Mariana).

Grande parte dos depoentes informou que há pressões psicológicas no exercício da atividade, especialmente relacionadas ao *deadline*, à quantidade de trabalho, à cobrança por produtividade e ameaça do desemprego. Considerando-se meio “lerdinho” no processo produtivo, um dos depoentes disse que tem a preocupação de “fazer o trabalho bem feito” e afirmou que esse quadro de ansiedade cumulativo desencadeou problemas físicos. Disse que, hoje, o quadro de estresse é crônico e está num estado de esgotamento físico e mental, como demonstra um trecho significativo de seu depoimento:

O estresse, na minha opinião, é crônico já. Eu estou estafado. Estafado, literalmente estafado. Quando chega, assim, à noite, nove, dez da noite, eu já não consigo fazer mais nada. Estou assim: eu só quero cama, não consigo fazer mais nada. Então, está assim. Eu acho que eu cheguei num estágio crônico já, que pode progredir para uma doença. Não sei o que vai acontecer, mas é isso. Mas é isso, (tenho) dois empregos... Até tentei sair de um, depois não consegui. É a carga horária também. Eu estou num quadro extremamente instável (Pedro).

Como o autor do discurso acima, outros repórteres do grupo investigado, além de exercerem sua função no jornal, trabalham em um segundo emprego, como, por exemplo, na área de assessoria de imprensa. A dupla jornada contribui para um quadro de desgaste no exercício profissional.

Dentro desse contexto, grande parte do grupo afirmou que tem dificuldade de conciliar o jornalismo com outras atividades, como exercícios físicos, lazer, programas culturais, qualificação profissional¹¹⁹. A repórter Ana disse que tem sentido falta, inclusive, de cuidar da aparência e se dedicar a coisas simples como “fazer unha, tirar a sobrancelha, essas coisas de mulher”. Essas limitações foram atreladas à dificuldade de administrar o horário de trabalho dentro da redação ou ao próprio desgaste pessoal ao fim da jornada¹²⁰. Foi o que expôs a entrevistada Luiza ao afirmar que, quando chega em casa

¹¹⁹ - Apenas três repórteres afirmaram que não deixam de fazer outras atividades por conta da profissão. Dois deles, Marcos e Teresa, têm um ritmo de produção aparentemente veloz e conseguem, em geral, não extrapolar o horário de produção. O terceiro, Tomás, integra uma editoria em que consegue cumprir horários mais programados e, em geral, não enfrenta imprevistos.

¹²⁰ - Na avaliação de José, o estilo de vida do jornalista¹²⁰ é ser “muito escravo da informação” e padecer de má qualidade de vida. Outros entrevistados, em linhas gerais, apontaram que o estilo é agitado, desgastante,

depois de um dia de trabalho, não encontra forças sequer para terminar de ler um livro: “eu saio tão esgotada daquela redação que eu não consigo mais fazer isso. (...) você sai tarde, já não tem ânimo para as coisas. Você está exausta, com as energias consumidas”.

É preciso considerar que o ritmo de produção de cada editoria pode tornar esse desgaste mais acentuado, ou seja, esse quadro varia em função do contexto em que o profissional está atuando. Os repórteres que trabalham na produção diária de uma editoria que trata de *hard news* podem encontrar maior dificuldade para organizar seus horários do que outro que trabalha num suplemento de *deadline* semanal. Alguns jornalistas que trabalham na produção diária, afirmaram, por exemplo, que há dias em que chegam a permanecer dez horas na organização, o que, de fato, é um tempo considerável de trabalho, levando-se em conta o ritmo acelerado de produção do jornalismo diário.

Apesar das críticas ao desgaste no ambiente profissional, à falta de dedicação à vida privada e à má remuneração, que aparece com força na maioria dos discursos, muitos repórteres afirmaram que pretendem permanecer jornalista por toda vida. “Eu adoro o que eu faço. Eu não sei, eu não me vejo em outra situação”, resumiu a depoente Teresa.

4.10 A escolha pelo jornalismo

As razões apresentadas pelos sujeitos envolvidos na pesquisa para a escolha do jornalismo como profissão tiveram variação significativa. Um grupo reforçou o componente vocacional e disse que seu interesse foi despertado na juventude, quando observou a afinidade pela escrita ou interesse pela leitura. Outros disseram que escolheram a carreira “por acaso”, por exclusão, por influência de familiares ou porque era a melhor dentre as opções oferecidas pela universidade pública da cidade. Dois depoentes, Francisco e Teresa, destacaram ainda que optaram pelo jornalismo porque tiveram a oportunidade de começar a trabalhar na área antes mesmo do ingresso na faculdade.

Entre as imagens sobre a profissão que funcionaram como atrativos para a escolha profissional, destacam-se: a possibilidade de mostrar a realidade, investigar, contar histórias, retratar o cotidiano, pesquisar, conhecer pessoas, aprender, vivenciar e escrever sobre assuntos diferentes, trabalhar numa condição de dinamismo e correria, estar sempre onde os fatos ocorrem e em situações que marcam a história, denunciar situações erradas,

estressante, sedentário, com pouco tempo para a vida pessoal e privada e alto envolvimento com a profissão.

ajudar as pessoas, aventurar-se, fazer a cada dia uma coisa diferente, transitar entre várias realidades.

Subjacente à diversidade de imagens construídas sobre a profissão, é razoável admitir que, para uma parcela dos sujeitos da pesquisa, o pólo simbólico construído em torno do jornalismo contribuiu, em grande medida, para o ingresso no campo profissional. Percebe-se que a partir de imagens elaboradas sobre a profissão, esses depoentes alimentaram a impressão de possuir as qualificações e motivos necessários para assumir esse papel social.

Alguns sujeitos apontaram decepções depois do ingresso na atividade, como a consciência das interferências comerciais e políticas da empresa, a falta de tempo para apurar ou explorar um assunto, os baixos vencimentos, os constrangimentos organizacionais. Uma das jornalistas disse que tinha uma imagem de “alegria”, de que iria viver intensamente, conhecer vários lugares, pessoas, e descobriu que “não é bem assim” - concluindo que no dia a dia a atividade é “meio decepcionante”:

Eu me decepcionei bastante com relação a isso. Essa imagem de alegria, fantasiosa, de que você vai viver intensamente. Que o jornalismo te dá essa chance de viver intensamente, conhecer vários lugares, várias pessoas. Não é bem assim. Porque você depende muito de onde está trabalhando, depende muito das regras da empresa. Você não pode fazer o que quiser. A idéia (que eu tinha) é de que o jornalista fazia o que queria, saía por aí. “Ah, eu vou fazer uma matéria hoje não sei onde”, ia lá e fazia. E não é assim. Você tem que seguir regras, você trabalha numa empresa comercial que visa ao lucro e, no fim, você tem que se adequar àquilo. (...) Engraçado que é assim: tem dias que eu tenho muita fé de que o jornalismo é uma coisa bacana. Então, às vezes eu consigo fazer uma matéria boa. Às vezes eu vou lá num bairro carente, entrevisto aquelas pessoas e falo “gente como é que vive desse jeito?” Aí eu consigo fazer uma matéria que mostre essa realidade de alguma forma, que gere discussão em cima disso, eu fico muito feliz. Eu falo assim: “eu consegui, era isso”. Isso me dá um gás para o outro dia, para recomeçar, para continuar no jornalismo diário. Mas não é sempre que isso acontece, isso é raro, são raros momentos. O dia-a-dia mesmo é meio decepcionante, meio broxante (Ana).

5. NO COMPASSO DO *DEADLINE*, A EXPERIÊNCIA CONCRETA VIVENCIADA NO ESPAÇO DA REDAÇÃO

“Matar um leão todos os dias”. Em que pese o lugar comum de uma frase como essa, é razoável admitir que essa analogia, comumente utilizada por jornalistas, é pertinente para ilustrar as pressões que envolvem a dinâmica de produção de um jornal impresso. Algumas horas do dia, em geral, é o tempo reservado aos jornalistas para fazer suas escolhas (como decidir o que é notícia), apurar as informações, contatar fontes, familiarizar-se com o assunto e produzir o texto informativo. Nesse contexto de velocidade que exige respostas rápidas de seus agentes, o tempo certamente é algoz, especialmente em seus minutos finais, quando ganha a força de um jargão altamente conhecido dentro do campo: o chamado *deadline*, o horário de fechamento.

De fato, a corrida contra o tempo foi apontada por sujeitos do grupo investigado como uma das principais pressões do processo produtivo. Somado à quantidade de pautas a cumprir, ou o que alguns definiram como sobrecarga de trabalho, essa tensão tende a ser intensificada. Nestas condições, muitos reclamaram da falta de possibilidade de desenvolver um trabalho de reflexão e apuração mais aprofundado, tornando superficial o produtivo informativo, como expôs um repórter.

(...) é o tempo reduzido aliado a uma série de pautas que você tem que cumprir. Então você tem que ser, às vezes, superficial. Você checa o básico para poder dar a informação sem entrar em detalhes porque você não tem condições, não tem tempo para ficar entrando em detalhes, você já tem que partir para outra pauta, para poder cumprir todas até o fim do dia (Fernando).

A superficialidade na abordagem de um assunto ou o recurso a fórmulas prontas de pensamento não são exceções num processo de produção diário de notícias, pautado pela velocidade¹²¹. Alguns entrevistados afirmaram, inclusive, que já foram impelidos a produzir notícias em situações de insegurança. Apontando a falta de tempo como um fator

¹²¹ - Uma das depoentes, Mariana, destacou que, em geral, as matérias têm que ser finalizadas no mesmo dia: “você tem de fazer, eles estão contando com aquela matéria para fechar aquele espaço”. Para ela, o repórter deveria ter maior liberdade para dizer aos seus superiores hierárquicos que o material não está pronto ou com qualidade suficiente para a publicação. Esse tipo de queixa também foi encontrado no discurso de outros depoentes. Embora haja alguns assuntos cuja apuração encontre respaldo da chefia para ser realizada com maior tempo, a regra básica é finalizar o produto noticioso a cada novo dia de trabalho, exceto para os repórteres que trabalham na dinâmica de produção dos cadernos especiais, com *deadline* semanal.

limitador, o repórter José relatou que às vezes faz “materinha mixuruca”, deixando em aberto muitas respostas para o público. Outro expressou a condição de incerteza e mesmo de desinformação que atinge o jornalista em alguns momentos:

Você é obrigado a trabalhar com pressa, nem sempre está com certeza do que está falando, pela sua desinformação. Você tem que procurar correndo alguma coisa ali para conseguir se apegar. Tem a pressão do tempo, que você tem que fechar, tem outras matérias para escrever, sabe? (Augusto).

Na condição de incerteza, alguns depoentes afirmaram que criam estratégias textuais para não comprometer a si mesmos e as fontes. “E aí, nesse caso, eu digo que eu sou tucana”, ironizou a entrevistada Carmen. Na construção do texto, outra depoente, Vivian, lembrou que toma o cuidado de deixar as informações na responsabilidade de quem a transmitiu, “dando nome aos bois”, apontando as fontes de informação, usando aspas ou tornando claro que aquela é a opinião do entrevistado. Essa conduta, certamente, encaixa-se nos rituais de objetividade a que se refere Tuchman (1993), utilizado pelos jornalistas para minimizarem sua responsabilidade pela informação divulgada.

A pressa no processo produtivo também causa tensão diante da possibilidade de erro. Alguns repórteres afirmaram ter dificuldade de se desligar do trabalho quando chegam em casa¹²², principalmente quando fizeram matérias mais polêmicas ou que geraram algum tipo de insegurança quanto às informações transmitidas. Entre os relatos, chama a atenção o caso de jornalistas que, depois de encerrado o expediente, já chegaram a ligar para o jornal da própria casa para corrigir informações - o que demonstra que a pressão no processo produtivo, para alguns profissionais, não é vivenciada apenas nos limites físicos da redação. Há repórteres que revelaram esperar com ansiedade a entrega do jornal em casa para poder conferir as matérias de sua autoria e possíveis erros.

Nesse sentido, destacam-se os relatos de três jornalistas:

Não tenho conseguido me desligar do trabalho. Eu fico pensando no que eu escrevi, no que eu poderia ter feito melhor e não fiz, se eu deixei de ouvir alguém. Eu fico pensando na repercussão que uma notinha besta pode dar (...) eu fico esperando o motoqueiro entregar o jornal. Quando ele entrega, ele virou as costas, eu abro a porta e pego e já quero ver (Alberto).

¹²² - Alguns entrevistados ressaltaram, entretanto, que esse tipo de insegurança foi mais vivenciado quando tinham menos tempo de profissão.

Se as coisas são muito empacadas no dia, eu chego pensando na matéria, o que eu falei, o que eu deixei de falar. Às vezes eu esqueço de coisas e lembro na hora em que chego em casa. Eu já cheguei até a ligar (no jornal) “ó esqueci de pôr tal coisa, põe aí”. Então eu fico pensando muito, às vezes dormindo eu lembro de alguma coisa (Rebeca).

Agora melhorou um pouco, (estou) mais experiente, mas no primeiro ano de jornal era absurdo, tive problemas mesmo de chegar dez horas e não ter fome, (com) adrenalina, e não dormir. Acordava de madrugada, pensando que eu estava escrevendo, que eu escrevi um título errado, coisas assim que acarretam na saúde e no plano físico mesmo (Valdir).

Os repórteres expõem publicamente seus erros e essa exposição diante dos pares e do público também é uma forma de pressão. Os incômodos podem ser gerados desde os deslizes considerados mais graves, como enfoques equivocados ou informações incorretas na matéria, até a falta de primor com o texto, erros de grafia ou superficialidade na abordagem do tema. Esse tipo de tensão pode atingir maior proporção para alguns repórteres, já que é preciso considerar que as pressões sentidas no processo produtivo sofrem “determinações objetivas e subjetivas, pois depende ao mesmo tempo dos contextos de trabalho e das características de cada trabalhador” (SATO, 1999, p.200), ou seja, do limite subjetivo de cada profissional. Deste modo, um profissional pode aparentemente apresentar maior segurança para administrar a pressão dessa exposição diária, assim como outras pressões que envolvem o processo produtivo são sentidas de forma diferenciada.

Durante o acompanhamento na redação, um dos sujeitos, Fernando, demonstrou grande constrangimento diante da pesquisadora no dia posterior à publicação de uma matéria de sua autoria em que uma palavra foi grafada erroneamente. “Por causa de uma palavra você estraga a matéria”, disse o repórter na ocasião, que chamou a pesquisadora para comentar o assunto em tom de pesar e confissão, afirmando que não se sentiu encorajado a falar sobre o erro logo no dia da publicação, porque estava envergonhado. A jornalista Rebeca, também durante o acompanhamento, insatisfeita com o resultado de determinada matéria que havia feito na produção diária, confessou à pesquisadora que não teve vontade de assinar o texto. “Foi uma matéria sem importância, não me deu orgulho”, disse a repórter, sugerindo como a assinatura é um bem simbólico altamente valorizado no campo. A mesma depoente, que trabalha há pouco tempo na função de repórter¹²³, relatou

¹²³ - Quando comparada a experiência de um novato com a de um jornalista com mais tempo de casa, percebe-se que a falta de familiaridade com o trabalho torna as pressões decorrentes do processo produtivo ainda mais penosas.

que em determinada ocasião fez uma matéria com gancho equivocado e experimentou vergonha diante dos pares, sentindo vontade de enclausurar-se e não aparecer na redação durante uma semana. De fato, a falibilidade, a gafe, não se enquadra nos padrões ideais de comportamento da identidade profissional; logo, gera tensão, como ilustrado nos exemplos citados. Nesse contexto, é provável que os sujeitos tendam a “enterrar”, a não expressar seus erros, quando passam de maneira imperceptível aos olhos dos pares, da chefia e do público. A errata estampada nas páginas do jornal é motivo de constrangimento para o profissional, já que se configura como um reconhecimento público do erro. Em última instância, a gafe pode virar folclore no espaço da redação, ser motivo de gozação entre os pares ou de sanção negativa por parte da chefia.

Admitindo sentir-se muito preocupada com o que as pessoas vão pensar ao seu respeito ao avaliar a qualidade de sua produção, Carmen revelou: “tenho medo de que o meu texto seja de uma qualidade tão ruim que isso possa me tornar caricaturada, tipo piegas, que eu possa ser rotulada pelos leitores de alguma maneira, principalmente pelos amigos”.

Dentro da redação outras pressões decorrentes da corrida contra o tempo aparecem nos discursos do grupo investigado, como a dificuldade em contatar fontes e ter acesso a informações, além da ameaça de não conseguir cumprir a pauta, principalmente próximo ao horário de fechamento. A repórter Mariana lembrou que a finalização do seu trabalho depende do retorno dos entrevistados e das fontes que podem dar sustentação ao assunto.

No discurso de dois jornalistas também ganhou visibilidade a pressão de não ser “furado” pelos concorrentes. “Eu fico meio receoso quando eu vejo que outro veículo deu uma notícia na frente porque eu sei que vai ter cobrança”, afirmou Marcos. “A empresa cobra muito, até pelo fato de não ser furado, vamos dizer assim, de não deixar passar alguma coisa, que algum outro órgão possa dar e você não deu”, relatou Fernando. Acompanhada pela pesquisadora durante um dia de produção, a repórter Carmen, ao comentar por telefone o assunto de determinada pauta com um delegado, demonstrou sua preocupação diante da possibilidade de a informação “vazar” para outros veículos. “Não vai contar isso para ninguém. Se a TV ligar, não existe nada”, disse ao delegado no início da conversa. Poucos minutos depois, reforçou o alerta, na tentativa de convencer a fonte a guardar sigilo: “mas o senhor não vai falar com a TV, fale só comigo”.

No início da tarde¹²⁴, o clima na redação é de relativa tranqüilidade. Repórteres conversam sobre assuntos diversos, observam os materiais produzidos por outros jornais de circulação nacional e regional (que ficam diariamente expostos em uma bancada na redação), lêem e respondem e-mails, navegam pela Internet, etc. Já no final da tarde, a partir das 18h, o ritmo começa a se acentuar. E cresce à medida que se aproxima o *deadline* de cada editoria, horário apontado pela maioria dos depoentes como o mais tenso, principalmente se o repórter não terminou o processo de apuração e se sente despreparado para finalizar a matéria. “Eu acho que quanto mais perto do fechamento e menos preparado você está para entregar as matérias, a situação fica mais complicada”, resumiu o depoente Tomás. Outro descreveu o seu incômodo:

(...) é muito tenso, principalmente quando eu sei que a pesquisa, o levantamento de informações foi precário e eu vou ter que compensar aquilo na *enrolation*, na técnica da *enrolation*. Isso aí me deixa muito tenso, não porque eu não vá conseguir enrolar, pelo menos conseguir satisfazer meu editor – porque editor quer o jornal fechado, independente de qualquer coisa – mas porque me incomoda profundamente ter que fazer isso vez por outra (Francisco).

Os imprevistos não são bem vistos próximo ao *deadline* e é possível notar um significativo nível de tensão nesse período. Alguns repórteres deixam transparecer isso claramente: reclamam do telefone que toca, de alguém que chega no jornal e interrompe sua produção, da fonte que só deu retorno naquele horário. “(...) é incrível como as pessoas começam a ligar mais nesse horário. Todo mundo liga, todo mundo te chama, todo mundo te procura e é um horário que você está num *deadline* ali para terminar de escrever as suas matérias”, descreveu a depoente Luiza. De fato, essa é a hora em que os repórteres mais tentam controlar o seu trabalho. Por isso, também não é raro perceber insatisfações se

¹²⁴ - A redação começa a ganhar vida logo pela manhã. A pauteira, editora-assistente e dois fotógrafos são os primeiros a chegarem no local. Por volta das 9h, o repórter da editoria de assuntos gerais inicia sua rotina de produção. Recebe suas pautas do dia e dá início ao processo de apuração. Repórteres de suplementos especiais, de circulação semanal, também iniciam o trabalho pela manhã. Nesse período, a pauteira levanta assuntos que potencialmente podem ser transformados em matéria. Além da grande quantidade de sugestões de pauta que chega por email e de seus contatos telefônicos, monitora as notícias de rádio e televisão. Por volta das 13h, os repórteres e editores de área (exceto a equipe de Esportes) chegam à redação. Tem início a reunião de pauta, onde os assuntos são discutidos e distribuídos para as editorias. As reuniões mais demoradas são com as equipes de Geral e Política, que recebem atenção especial do jornal e podem ser consideradas o “carro-chefe” da produção diária. Especialmente na editoria de Política, os ganchos e assuntos que serão abordados na edição do dia são acompanhados bem de perto pela chefia.

algum imprevisto com significativo valor notícia, que mereça cobertura, ocorra nesse período, exigindo que ele reorganize seu trabalho para iniciar nova apuração.

A pressão no processo produtivo parece ser ainda maior para quem considera ter um ritmo de produção mais lento ou mais reflexivo. No campo profissional, rapidez é sinônimo de competência e a diferença de performance gera comparação entre os pares. Definindo-se como “lerdinha”, Rebeca confrontou sua produção com a de outro colega de redação que considera veloz e produtivo. Disse que ainda não consegue ser igual a ele, porque lhe falta mais agilidade “para trabalhar mais, melhor e em pouco tempo”.

No comparativo com os pares considerados mais velozes, chama atenção também o discurso de dois repórteres que, para justificar sua conduta mais lenta, tentaram demonstrar que têm comportamento diferenciado no contexto produtivo, dono de certa virtude. Fernando afirmou ter uma postura reflexiva quando produz o texto, “pensa demais”. Alberto disse que tenta se desvencilhar de procedimentos burocráticos na redação porque não consegue “se alienar” e ser descompromissado. Interessante notar que, durante a observação individual, esses dois repórteres demonstraram postura pragmática no processo de apuração das matérias, ouvindo poucas fontes e sugerindo a intenção de terminar rapidamente o trabalho.

Tenho buscado (imprimir uma dinâmica diferente de trabalho), e é por isso que eu fico oito, dez horas na redação. E eu sei que tem colegas meus que cumprem as cinco ou as sete horas, no máximo oito, e vão embora, despreocupadamente. Não acho que eles estejam errados, mas eu acho que eu não seria sincero comigo enquanto profissional se agisse de maneira descompromissada. (...) Eu, como repórter não, eu tento desburocratizar, eu tenho brigado para desburocratizar, tenho, tenho brigado. Até às vezes a gente fala “puta, quer saber de uma coisa? Eu vou embora cedo, eu vou tentar ser o mais rápido, sair o mais cedo possível”. Então você entra na burocracia, você já está escrevendo, vai entrar rapidinho e vai embora. Eu me policio para não fazer isso, porque senão não vale a pena sair de casa (Alberto).

Os repórteres que trabalham na produção diária informaram que normalmente realizam de duas a três matérias por dia. Nos plantões de final de semana e feriado, esse número tende a ser maior. O tema da pauta também pode ser um fator determinante para que os repórteres tenham um dia mais tenso ou mais tranquilo, como apontou a observação participante. Pautas frágeis, não fundamentadas, que podem ser facilmente derrubadas, ou que não partem do factual são motivo de constante reclamação por parte dos profissionais. Elas podem lhes exigir um considerável gasto de tempo em apuração e não ser revertidas

em matérias. Ou ainda podem levar o repórter a sustentar uma problemática sem embasamento, o que demonstra ser motivo de angústia para alguns depoentes. Para não derrubar uma pauta, alguns entrevistados afirmaram que já fizeram matérias sem sustentação. “Eu tenho feito isso ultimamente, tenho passado umas lorotas por aí como se fossem coisas pensadas e, na verdade, foram coisas feitas por obrigação e às vezes no desespero”, afirmou Francisco. No mesmo sentido, destacam-se os depoimentos de duas profissionais:

Quando eu deixo de cumprir o meu papel social? Quando eu sou obrigada a fazer umas matérias sem pé nem cabeça, quando eu tenho que inventar uma matéria para justificar uma pauta. Aquilo não existe, mas os meus editores insistem que existe. E aí eu tenho que fingir que existe e crio uma coisa que na verdade não tem sustentação (Carmen).

(...) talvez pela falta de pautas, pela falta de matérias, você tem que forçar uma situação, uma realidade que não é exatamente daquele jeito, que talvez não valesse o espaço ali no jornal, que é uma coisa muito particular, que você pinta como se fosse um problema incalculável, que não tivesse condições de resolver. Mas você sabe que não é nada daquilo, você tem que fazer como se fosse. Como dizem, carregar na tinta (Rebeca).

Curiosamente, às vezes não é o excesso, mas a falta de assuntos factuais, *hard news*, que traz problemas para os jornalistas no processo produtivo. Num contexto como esse, recorre-se às chamadas pautas “frias”, não factuais, que podem exigir maior esforço do jornalista na definição de ganchos e abordagens, no encontro de personagens para ilustrar o assunto, o que conseqüentemente implicará em maior tempo para finalização do produto noticioso. “Costuma ser um dos piores esses dias fracos”, disse a repórter Carmen, que estava sendo observada pela pesquisadora. “O que eu não gosto são pautas mal elaboradas, que parecem que foram tiradas aí do fundo do baú, uma coisa nada a ver. Matérias comportamentais assim, sabe? Umas coisinhas tontas: ‘Ai, por que ele usa flor vermelha e outra amarela’”, protestou o depoente Augusto.

Outros motivadores de tensão também foram apontados pelos entrevistados em sua rotina diária de produção. Em linhas gerais, os repórteres afirmaram que é preciso coragem para expor erros publicamente, para cobrir ocorrências policiais e velórios, enfrentar situações imprevistas, reprimir sentimentos em situações dramáticas, coragem para cobrar

informações dos entrevistados, fazer perguntas agressivas, “bisbilhotar” pessoas, empresas e instituições e publicar informações que podem desagradar a grupos ou indivíduos¹²⁵.

(...) já fiquei com bastante medo de cobrir ocorrência policial, de a gente ir a algum local e ter troca de tiros, ou mesmo de você ter de encarar um cara que está assaltando um lugar, frente a frente. O cara olhar para a sua cara e falar, te mandar tomar cuidado. Mas faz parte da profissão (Tomás).

Teve um domingo que era o meu plantão, tinham ocorrido três mortes. No mesmo dia ocorreram três homicídios. Desses homicídios, um era com um pai e um filho. O filho menor tinha levado mais de dezoito, quinze tiros, sei lá. Chegaram para mim e falaram “vai ver o que a família acha”. Eu pergunto para você, numa situação dessa extremada, que muitas vezes a gente está envolvido, como é que você vai num velório perguntar o que a pessoa está sentindo? É porque você tem muita coragem, você tem muito estômago para agüentar uma rotina dessa (Alberto).

Muitos profissionais também se mostraram tensionados com a sobrecarga de trabalho e atribuíram o problema ao “enxugamento” do quadro de funcionários na redação. Reclamaram do fato de o repórter ter de realizar a sua função e também tarefas que seriam do editor, como distribuir a matéria na página, editá-la, revisá-la. “Se o cara está preocupado que ele tem que apurar as informações, pôr título, diagramar e no dia seguinte levar aplausos, ele não faz nenhuma coisa bem. Ele faz tudo sob pressão”, disse Teresa. Pressionados pela necessidade de cumprimento das pautas, alguns jornalistas afirmaram que chegam a levar trabalho para a casa em dias de folga ou finais de semana.

Alguns depoentes defenderam que, com um quadro mais amplo de funcionários, os repórteres poderiam escrever menos matérias por dia, melhorando a qualidade da produção¹²⁶ e diminuindo os riscos de erros no produto noticioso, além de controlarem o

¹²⁵ - Destaca-se nesse contexto, o histórico de um dos jornalistas, que atua na área de política, e que disse já ter sofrido cinco atentados, além de várias ameaças verbais devido à publicação de matérias. Os demais entrevistados afirmaram não terem vivenciado situações extremas como essa.

¹²⁶ - A cobrança por qualidade ganhou ressonância recentemente no jornal onde trabalha o grupo investigado. Há cerca de três anos, a empresa implantou um projeto de profissionalismo, cujo objetivo, nas palavras da então *ombudsman* “era inculcar nos funcionários da redação a idéia de aprimoramento qualitativo contínuo do produto jornalístico”. Eram feitas análises diárias sobre o material produzido pelos repórteres e distribuído a todo grupo com elogios ou críticas, algumas severas. Também regras de estilo textual e gráfico do jornal eram repassadas nas análises diárias. Em geral, cobravam poder de síntese, texto objetivo, contextualizado e crítico, voltado para a prestação de serviço, etc. No início do processo, houve grande resistência entre os repórteres, que reclamavam das críticas, acusando-as especialmente de não levar em conta as condições concretas de produção na redação. Esse processo desenvolvido na empresa se assemelha, guardadas as devidas proporções, ao projeto desencadeado na década de 80 pela *Folha de S. Paulo*, que objetivou normatizar as condições de produção industrial jornalística. No primeiro semestre de

problema de horas extras, que tem sido motivo de constante reclamação por parte dos profissionais. De fato, não é possível ignorar que a falta de investimento em recursos humanos aliada à cobrança por produtividade tornem o ambiente de trabalho extremamente desgastante para os sujeitos.

A partir do momento que você tem quatro pautas para fazer em cinco horas, é impossível você não se tornar um mero cartorário, de pegar uma informação, escrevê-la... Você vira um digitador de informação. Você não tem tempo de interpretar, você não tem tempo de investigar. (...) E acho que isso talvez seja mais visível em empresas do interior e mais visível ainda na nossa cidade que só tem um jornal, que a questão da competição foi abandonada, ficou confortável demais. Desobriga a empresa a fazer certos investimentos que ela talvez tivesse que fazer se tivesse alguém nos calcanhars dela (Francisco).

Durante a pesquisa empírica foi possível observar que os depoentes têm feito grande parte do trabalho de apuração por telefone, apesar de destacarem que preferem fazê-lo presencialmente. “A maioria dos jornalistas não sabe a cara que tem o seu entrevistado, a não ser quando o fotógrafo vem com a foto. Eu acho isso terrível”, observou Teresa.

Alguns justificaram que o contato por telefone torna a apuração mais rápida, tendo em vista a quantidade de pautas e a pressão do tempo. Apontaram também problemas de recursos, como falta de veículos, motoristas e fotógrafos, para atender a todos os repórteres no deslocamento para a cobertura na rua. Apenas um dos entrevistados, Francisco, afirmou que deixa de cobrir matérias presencialmente por preguiça. Na observação participante, entretanto, foi possível notar casos de repórteres que mostraram resistência e reclamaram do fato de ter de se deslocar até o entrevistado. “Esse delegado é outro estrela, não quer dar entrevista por telefone, tem que ir até lá”, protestou Alberto, enquanto era observado pela pesquisadora.

Para os repórteres que trabalham na dinâmica de produção dos cadernos, sujeitos a um *deadline* semanal, a disponibilidade de tempo para apuração torna possível dar maior prioridade ao contato presencial com as fontes. Na produção diária, no entanto, muitos repórteres apuram matérias inteiras por telefone, como a pesquisa de campo pôde constatar. “Hoje em dia, se você sentar na cadeira e não sair da redação, você faz um

2005, as análises internas no jornal do grupo investigado foram encerradas, quando a *ombudsman* passou a ocupar o cargo de editora-assistente. Essa jornalista também foi responsável pelo desenvolvimento do projeto do manual de redação e estilo da empresa, ainda não publicado e distribuído ao público interno.

jornal”, disse Valdir. Na era do celular, as fontes podem ser encontradas mais facilmente pelo jornalista dentro da redação. E numa matéria em que várias fontes têm de ser consultadas, a apuração por telefone é realizada com mais agilidade.

Eu evito sair porque senão você perde muito tempo, fica na rua muito tempo. A não ser que seja uma coisa que eu tenha que ir presenciar, ou que eu tenha que ouvir pessoas na rua. Agora, quando dá para fazer por telefone eu dou preferência, apesar de não achar muito certo. Acho que o certo seria ir na rua mesmo, porque você sente mais, você tem até mais elementos na hora de escrever (Ana).

Todos os entrevistados ressaltaram que as novas tecnologias, como a Internet, tiveram impacto positivo nas redações, agilizando o processo produtivo, especialmente no sentido de pesquisa e busca de informações. A chegada dessas inovações tecnológicas foi apontada por muitos como a principal mudança que a profissão experimentou nos últimos tempos. Hoje, a rede mundial de computadores é muito utilizada pelos repórteres que compõem o grupo investigado, especialmente quando têm de cobrir um assunto complexo, do qual não têm conhecimento. Em poucos minutos é possível que o repórter tenha informações básicas ou consiga descobrir novas fontes de informação relacionadas ao tema.

Além disso, grande parte dos *releases* enviados aos repórteres, principalmente por órgãos institucionais e oficiais, também chega via *online*. A quantidade de informações remetida aos jornalistas através desse canal é acentuada. Especialmente em algumas editorias que utilizam de forma mais freqüente materiais divulgados por assessorias de comunicação, como o caderno de cultura, os repórteres gastam parte do seu tempo na redação para “limpar” a caixa de e-mails e selecionar o que tem potencial para ser utilizado.

Pelo discurso dos entrevistados, é possível notar que é quase inconcebível trabalhar sem Internet nas redações de hoje, como reforça o depoimento de duas jornalistas:

Eu fico me questionando – como é que os caras trabalhavam sem Internet? Porque hoje eu fico o dia inteiro ali, tudo por e-mail, eu pesquiso por Internet. Isso é uma agilidade que acho que não tem como negar (Luiza).

(...) você consegue em poucos minutos dominar uma coisa que você não tinha a menor idéia. Você consegue com meia dúzia de teclas conhecer uma pessoa antes de falar com ela. Você faz uma busca na Internet, até

para saber se essa fonte é confiável, você faz uma busca rápida e tem uma noção daquilo que deve saber (Mariana).

Para alguns depoentes, contudo, em que pesem todas as vantagens no processo produtivo, as novas tecnologias têm tornado os jornalistas mais sedentários e menos impelidos a garimpar informações e buscar o contato presencial com as fontes. Ressaltaram, em linhas gerais, que é só a partir desse contato que o jornalista se cerca de mais subsídios para construir o texto, colhendo não apenas o discurso verbal, mas também informações visuais do local e das reações do entrevistado. Uma das repórteres referiu-se em tom de nostalgia aos tempos antigos de produção, criticando o sedentarismo da “nova geração de jornalistas”.

Eu acho que as novas tecnologias prenderam o jornalista mais na redação. Porque, hoje, essa nova geração de jornalistas que está aí consulta muito mais a Internet do que as pessoas. (...) Você acaba se acomodando em pegar tudo pela Internet. Fica mais fácil, mais rápido, não precisa ficar atrás da pessoa. Eu acho que isso abala um pouco, sim. Acomoda. O cara fica mais preso, sentadinho no ar condicionado (Teresa).

Cabe ressaltar que nem sempre o poder de decisão sobre o contato presencial está nas mãos dos jornalistas ou da empresa. Alguns entrevistados, especialmente fontes oficiais, institucionais e pesquisadores, têm concedido preferencialmente entrevistas por e-mail. Entre as assessorias de governo, tornou-se recorrente a prática de manifestar-se por *releases* via Internet, com explicações previamente pensadas, que resguardam os entrevistados de situações imprevistas. “Por e-mail, o cara vai ter tempo pra refletir, ele vai ter tempo pra escrever tudo certinho do jeito que ele acha”, concluiu Vivian.

Em linhas gerais, numa dinâmica de produção marcada pela velocidade e pela cobrança por produtividade, é possível observar que vários fatores concorrem para que o jornalista encontre dificuldades em realizar um trabalho de apuração mais aprofundado, com investigação em campo e tratamento criterioso das informações. As pressões e tensões se manifestam em diversas frentes. Nesse contexto, chamam atenção os relatos de repórteres que apontam para a produção de notícias em situação de incerteza e a sustentação de pautas frágeis que podem gerar, em última instância, desinformação. Contudo, se a velocidade e o que muitos sujeitos definiram como “sobrecarga” de trabalho, de fato, são aspectos limitadores, é preciso complexificar os fatores que incidem sobre a produção noticiosa, como veremos adiante.

5.1 A influência do *habitus* profissional no processo produtivo

“Você vai praticando e vai ficando cada vez melhor, mais rápido, você começa a escrever os textos de uma maneira mais rápida e de uma forma, sei lá, você já começa a condicionar o seu texto. Ele sai, ele flui mais rápido. É uma coisa que se aprende”.

A fala do repórter Fernando demonstra que os agentes do campo jornalístico fazem uso de um saber prático que os levam a ter respostas rápidas no contexto produtivo a partir de processos convencionalizados de produção da notícia. Esse saber torna as ações dos profissionais operacionais e eficientes, permitindo inclusive maior controle sobre o tempo de trabalho. De fato, no campo jornalístico, como em qualquer outro, os sujeitos passam por um processo de socialização que lhes permitem amoldar comportamentos, a partir de um aprendizado apoiado em condicionamentos.

Todo ser humano é de fato o socializado de determinado meio. Este processo de socialização ou de aculturação permite amoldar o indivíduo ao seu grupo, ensinar-lhe um conjunto de gestos, de atitudes e comportamentos que lhe permitirão ao mesmo tempo atuar em conformidade com as normas não escritas, ser reconhecido como um membro do grupo e, portanto, distinguir-se das pessoas pertencentes a outros grupos (CHANLAT, 1996a, p. 42).

Circunscrever as ações dos sujeitos a determinismos e atos estritamente mecânicos seria tão redutor quanto alçá-las a uma condição voluntarista, apoiada em escolhas simplesmente conscientes e racionais, independente das pressões estruturais do contexto em que estão inseridos. Nesse sentido, com base no conceito de *habitus*, reconhecemos que os atores do campo jornalístico agem dentro de universos já estruturados, preexistentes, que orientam e limitam, em certa medida, o sentido de suas ações. O *habitus* explica as ações dos indivíduos em função de disposições, um senso prático adquirido de “experiências passadas que são incorporadas na lógica prática dos atores” (CHANLAT, 1996b, p.238).

Depoimentos de sujeitos da pesquisa reforçam a idéia de que a interiorização desse saber prático ocorre efetivamente no dia-a-dia da profissão, ou seja, o “segredo” do desempenho profissional estaria na prática. “A pessoa não pode entrar numa faculdade tendo a ilusão de que vai aprender ali. Não vai. Não vai. Vai, no máximo, ter uma idéia. A prática é o que vai te ensinar o dia-a-dia da profissão, o que é realmente”, afirmou Augusto. “Ela (faculdade) não te ensina mesmo, realmente ela não te faz jornalista pronto,

acabado: você sair, já saber escrever, ter um texto ótimo, isso aí você vai ganhar na prática, agilidade”, disse Ana.

Nesse contexto de interiorização do saber prático, chama a atenção o depoimento de uma repórter que conta como aprendeu com um editor a “cumprir direitinho” uma regra de campo bastante legitimada entre os jornalistas, num processo semelhante ao de um adestramento¹²⁷.

Eu aprendi a fazer *lead* com um antigo editor. Ele exigiu muito de mim no *lead* quando eu entrei no jornal. Porque eu não sabia fazer o *lead*. Então, eu escrevia o *lead*, levava na mesa dele, ele falava: “Está uma porcaria isso. Faz de novo. Olha só, não sei o quê”. Então, eu peguei uma prática de fazer *lead* que, hoje, eu acredito que as regras do *lead*, assim, com raras exceções, eu cumpro direitinho, sabe? (Teresa).

A mesma repórter, num outro trecho do discurso, negou a influência de condicionamentos sobre a sua prática, ao afirmar que seu processo de produção é guiado “pelo sentir” – fato que, se num olhar apressado parece contraditório, numa análise mais atenta indica naturalização do saber prático. “Olha, eu sei que existem regras. Toda redação tem que ter o seu manual, com regras, tal. Mas eu não costumo considerar muito isso não. Eu vou meio pelo sentir”, afirmou. Ou seja, as disposições adquiridas estão de tal maneira incorporadas, que não é preciso pensar em todo momento sobre elas.

Nessa discussão, destaca-se também o depoimento de Luiza ao afirmar que no dia-a-dia vê as coisas com “olhos de jornalista”. Ela ressaltou, de modo significativo, que ao olhar um acontecimento já consegue imaginar o formato e o tamanho que a notícia terá, se contará com mais ou menos destaque - o que sugere forte interiorização dos critérios de noticiabilidade. O “faro jornalístico” foi apontado por muitos profissionais como essa capacidade diferenciada do jornalista, que se desenvolve na prática profissional, de reconhecer os acontecimentos que podem ser transformados em notícia. A mesma repórter que hoje diz ver as coisas com “olhos de jornalista” conta que, quando era uma foca, tinha dificuldade para identificar e avaliar o potencial de um acontecimento, o que demonstra que os critérios de noticiabilidade nesse momento inicial ainda estavam sendo apreendidos:

¹²⁷ - “(...) eles (editores) direcionavam mesmo: “Olha, é assim que você tem que fazer”, expôs a repórter.

Antes, quando eu entrei no jornal, eu atendia ao telefone, a pessoa falava: “Viu, comprei aqui um saquinho de milho de pipoca e veio estragado. Nossa, que absurdo, não sei o quê. Você tem que fazer uma matéria”. Aí, eu ficava assim: Nossa! Será que isso é matéria? Será que não é? Será que é um puta furo? Ou será que não dá nem uma nota? Eu não sabia dimensionar. Hoje, assim, você vai aprendendo, o que dá, o que não dá, o que é de mais destaque, menos destaque (Luiza).

Alguns depoentes sugeriram que o processo produtivo é marcado por condicionamentos e condutas convencionalizadas. Fazendo alusão a imagens mecanicistas, expressões como “é automático”, ou “é inconsciente” são sintomáticas no discurso dos agentes e demonstram que a construção da notícia não exige um cálculo ou uma postura reflexiva a cada nova situação. “Talvez, a gente faça pirâmide invertida até inconscientemente. Talvez eu faça, eu vou falando, é natural”, disse Vivian. “(...) é automático, certo ou errado, eu sento lá e a minha história está na minha cabeça já. Aliás, por causa disso tem uma vantagem: eu escrevo muito rápido”, destacou José, demonstrando que o saber prático traz economia de tempo na execução do trabalho. No mesmo sentido, seguem os relatos de outros três entrevistados:

Se eu utilizo (o *lead* e a pirâmide invertida) eu não sei se estou utilizando. Talvez eu ache que a coisa role de maneira mais automática, mais intuitiva, mas são raras às vezes em que eu me pego... Algumas vezes acontece, eu falo “opa, espera lá, eu tenho que falar o quê, quando onde e por que tal, tal, tal”, mas raras vezes eu me pego assim, pensando que eu tenho que fazer isso (Alberto).

(...) quando você senta com um entrevistado para entrevista-lo no jornal, é uma regrinha, é um mecanismo que não foge muito daquilo, você tem que perguntar “ah, qual seus principais títulos, qual o seu patrocinador, quando você começou a praticar”, são umas regrinhas, são umas coisas que você não tem como fugir, vai ficando mais fácil, mas ao mesmo tempo vai ficando meio robotizado (Valdir).

Ah, o jornalista também é rotineiro, então, a partir do momento que você tem uma rotina, você acaba se condicionando a certas atitudes e ações, às vezes até pensamento. (...) No dia-a-dia mesmo, acho que você fica muito mergulhada na rotina e às vezes esquece de refletir sobre uma melhor forma de estar colocando (Vivian).

Diferentemente da imagem construída no trecho acima, ao discorrer sobre a sua dinâmica de trabalho, Vivian definiu-se como “avessa às regras”, negando condicionamentos em sua prática ao ressaltar que a cada dia escreve e apura de um jeito diferente, definindo sua própria conduta.

Cada dia escrevo de um jeito, cada dia eu apuro de um jeito. Sou meio rebelde. Eu não sou boa para isso (...) tem um rotinha aí básica, sempre tem. Mas... ah, eu faço meio as minhas regras, sabe? Faço a minha conduta (Vivian).

A constatação de contradições no discurso, resultante do confronto entre a reivindicação de autonomia e criatividade no contexto produtivo e o reconhecimento de condicionamentos na produção, aparece na fala de outros depoentes – sugerindo tensionamento entre as representações construídas sobre a conduta profissional e as pressões objetivas, “as estruturas estruturantes” que incidem sobre a realidade objetiva da prática.

Destaca-se também, nesse contexto, o depoimento de Tomás, que em determinado momento, ao discutir sua prática profissional, admitiu certo automatismo e negou a necessidade de cálculo ou postura reflexiva para cada nova situação experimentada. Mas em outra passagem, ao falar sobre seu grau de envolvimento e afirmar seu prazer pela profissão, rebateu a imagem do trabalho jornalístico como algo rotinizado ao dizer que, a cada dia, experimenta uma dinâmica diferente de produção. Nas palavras do repórter:

Alguns temas a gente acaba fazendo meio no automático, não no automático por falta de dedicação, mas até pela correria do dia-a-dia, pela exigência de rapidez para você finalizar suas matérias. Até não tem por que ficar refletindo muito sobre aquilo, se você já tem certeza de como você vai abordar. Eu prefiro já começar a fazer do que ficar cozinhando aquilo muito tempo (Tomás).

(...) a gente trabalha com coisas diferentes todos os dias, não é simplesmente ir até o seu local de trabalho e apertar botão, bater carimbo, cada dia é uma coisa diferente, cada dia é um, apesar de em alguns dias as coisas serem similares (Tomás).

No mesmo sentido, o depoente Pedro, que em determinada passagem da entrevista constrói a representação do jornalismo como um trabalho desburocratizado - negando inclusive a existência de padronização na produção ao ressaltar que “cada um faz a sua regra” - ao discutir as condições produtivas, entretanto, afirmou que seu trabalho é “meio mecânico”, “meio padronizado”, mas atribuiu esse fator à “correria” da produção. Destacou que se tivesse menor quantidade de pautas a cumprir e maior tempo para realizá-las “não seria mecanizado”. Embora não seja possível negar que num contexto de velocidade o repórter encontrará muito mais dificuldade para ter uma postura reflexiva e

menos afeita a clichês e fórmulas prontas de pensamento e de produção, atribuir simplesmente ao fator tempo essa “padronização” seria desconsiderar os processos de socialização e as disposições adquiridas nesse universo social, que influenciam o jornalista em suas escolhas e formas de agir. A priorização de processos convencionalizados é utilizada de forma estratégica pelos atores no espaço da redação porque permite encontrar respostas rápidas e conhecidas na construção da notícia.

Em linhas gerais, contudo, os sujeitos que admitiram condicionamento na sua prática o atribuíram a fatores como a pressão do tempo, os constrangimentos organizacionais e a sobrecarga de trabalho dentro da empresa, sem sugerir consciência dos processos propriamente socializadores que o acarretam.

Nesse sentido, chama atenção o depoimento do repórter Francisco que, desconsiderando todos os mecanismos de pressão que interferem na dinâmica de produção, transferiu para sua própria falta de motivação o apego a rotinas, afirmando que provavelmente um profissional mais apaixonado agisse de forma diferente. Reforçou nesse momento a representação do bom jornalista como um profissional com capacidade para não se render a processos convencionalizados.

Se alguns entrevistados admitiram padronização de sua conduta, outros negaram categoricamente a rotinização e elementos de condicionamento em sua prática.

(...) a maioria das profissões tem uma rotina. Uma rotina. Você vai trabalhar num escritório, tem uma rotina; você vai trabalhar de engenheiro, tem uma rotina; você vai trabalhar de advogado, tem uma rotina. Tudo tem uma rotina. O jornalista não (Teresa).

Você sai da sua casa, você acorda de manhã, toma seu café, sai de casa para trabalhar e não sabe o que vai fazer, você não sabe como vai ser o seu dia. Ao contrário de uma pessoa que trabalha num banco. Ele sai de casa e sabe que vai ter que abrir o caixa, vai ter que receber mais ou menos tantos depósitos naquele dia, depois ele vai ter que fechar o caixa e a conta vai ter que bater. A gente nunca sabe o que vai fazer (Mariana).

Em alguns depoimentos, foi possível notar tensionamento em relação à utilização de técnicas de campo legitimadas como o *lead* e a pirâmide invertida. Há repórteres que afirmaram se esforçar para fugir desses formatos padronizados de construção textual, tentando demarcar a possibilidade de criatividade na produção noticiosa. “Sempre que dá, eu procuro fazer um *lead* que fuja ao padrão”, disse Rebeca, para quem o texto jornalístico pode ser construído de “n” formas.

Outros sujeitos, ao mesmo tempo que demonstraram uma suposta tentativa de subversão em relação a esses formatos padronizados, recuperaram e reafirmaram a utilização dessas técnicas logo em seguida, atribuindo essa necessidade a uma exigência da empresa e editores, ou dos próprios padrões jornalísticos de produção da notícia.

Eu, por exemplo, não acho esse negócio de *lead*, *sublead*, fundamental para um texto. Eu não acho. Porque para o leitor esse negócio técnico: *lead*, *sublead*.... O que importa é a pessoa entender. A pessoa entende... Se uma pessoa entendeu o seu texto, ótimo. Você não tem que seguir, não prego muito isso. Lógico, claro, tem que seguir na maioria das vezes essas regras. Mas elas não são também um cabresto. Você não precisa toda hora, em toda matéria, seguir aquela regra (Augusto).

Alguns depoentes também justificaram que utilizam esse formato mais direto de transmissão das informações porque o público está acostumado. Reproduzindo um discurso bastante em alta no campo¹²⁸, afirmaram que o leitor não tem tempo para matérias longas e quer encontrar a informação principal logo nos primeiros parágrafos. “É um estilo que eu acho que os leitores já se acostumaram, então você também não pode fugir muito disso para não ficar muito... não fugir muito daquilo que eles esperam”, afirmou Tomás. Ou seja, na visão do repórter, existiria uma expectativa de um formato textual objetivo por parte do próprio leitor, que disporia de pouco tempo para consumir as notícias.

Parte dos repórteres ressaltou que não há, na maioria das vezes, como fugir do *lead* e da pirâmide invertida, exceto quando existe uma proposta diferente de pauta, um tema diferenciado, inusitado, que permita a exploração de outros formatos textuais. Além de se apoiar na expectativa do público, Tomás disse que costuma seguir esse modelo “porque é uma maneira estabelecida” de passar as principais informações; no mesmo sentido, a depoente Ana disse que o utiliza porque foi o jeito que “aprendeu a fazer”.

A pressão do *deadline* também foi apontada como um fator que mina a criatividade no processo produtivo. Nesse contexto, alguns sujeitos sugeriram que se apegam a formatos já conhecidos de produção buscando economia de tempo no trabalho. Na maior parte das vezes “é aquele batidão”, definiu um deles:

¹²⁸ - É interessante notar como os agentes reproduzem discursos “da moda”, aceitos e legitimados no campo em determinado momento. Um deles é esse: de que o leitor não tem tempo para ficar lendo notícias longas; outro é o de que as notícias devem ser curtas, fragmentadas e com bastantes elementos visuais, como caixa de texto e infográfico, para “facilitar” a vida do leitor.

(...) é aqui que entra toda a questão do tempo de novo, da correria, da pressão, produção, produção, aquela coisa industrial de produzir, produzir, produzir, que não te dá muita margem para pensar num *lead* um pouquinho mais criativo (Fernando).

Para a depoente Luiza, também a falta de estímulo pessoal para o trabalho e a sobrecarga de tarefas prejudicam sua criatividade, fazendo com que adote uma postura burocrática na construção do texto. Ato contínuo, apoiou-se em imagens *tayloristas* para descrever sua produção:

Você acaba pegando um vício, vai fazendo aquilo como uma receita de bolo. Você vai fazendo porque é como se fosse uma produção em série. É uma fabriquinha, a gente é tratado como máquina, então, a gente é forçado a produzir como máquina. Ali, no mesmo padrão: tum, tum, tum, tum. Quando você tem um tempo para respirar que você fala: “Nossa, eu acho que isso daqui dá para fazer assim, tal. Dá para trabalhar melhor”. Aí você faz, mas não é sempre que dá para fazer assim (Luiza).

Dependendo da editoria em que atua, o jornalista poderá se sentir mais livre para ser criativo na produção dos textos, como é o caso dos repórteres de cadernos semanais, que têm maior tempo para produção e trabalham, em geral, com pautas não factuais. Já no jornalismo diário, muitos ressaltaram não haver espaço para inovações, por conta da correria ou por exigência dos próprios editores, que acabam cobrando um formato textual mais objetivo. “Eu não estou dizendo que eu defendo esse formato não. Você escreve diferente, o editor vai lá e muda. Eu já tentei, aí falam: “ah, é nariz de cera”. Então para não ouvir essas coisas eu já vou lá e tum, direto”, argumentou José.

Tomando como exemplo regras de campo legitimadas como o *lead* e a pirâmide invertida, em linhas gerais, é possível perceber que existe, em certos momentos, um movimento de tensionamento em relação a elas, o que não chega a representar uma postura de subversão frente a esses formatos convencionalizados de produção do texto jornalístico. Ao contrário, há certa adequação e reprodução dessas técnicas por parte dos agentes, seja porque é a forma estabelecida e o jeito que aprenderam a fazer jornalismo na prática profissional, a forma apropriada e aceita de executar suas ações; ou porque - justificam os entrevistados - pela pressão do tempo, do público e da própria empresa, devido à sobrecarga de trabalho ou falta de motivação, não se percorre outros caminhos de produção do texto.

Na prática profissional, como a observação participante apontou, além do *lead* e a pirâmide invertida, percebe-se que os agentes do campo também utilizam com regularidade outros formatos bastante aceitos como o contraste de fontes (ouvir os dois lados), o recurso das aspas, a utilização da terceira pessoa do singular, que garantem ao texto a aparência de objetividade e que omitem a presença do enunciador. O recurso a esse tipo de linguagem é reconhecido, no campo jornalístico, como o jeito correto de noticiar e faz parte das práticas dos atores e de sua cultura profissional.

Cabe ressaltar, contudo, que esses processos convencionais de produção da notícia estão muito mais apoiados em estratégias utilizadas pelos atores, que tornam o processo produtivo operacional e eficiente (sem que exista necessariamente uma intenção consciente para atingir a esse fim), do que propriamente na obediência e submissão a regras¹²⁹. Isso não quer dizer, certamente, que os indivíduos façam suas escolhas por acaso, já que estas ocorrem em função de disposições adquiridas, de seu senso prático estruturado a partir de contextos de interação social e de produção preexistentes. Pelo fato de serem preexistentes, “orientam o sentido de suas ações” (CHANLAT, 1996b, p.239). Novamente à luz do conceito de *habitus*, é possível compreender melhor as práticas dos atores no campo jornalístico:

Os agentes pendem, preferencialmente, para a prática que lhes é própria. Esta não é escolhida segundo um projeto livre nem os agentes são empurrados por uma coerção mecânica. Se as coisas são desta forma, isto acontece porque o *habitus*, sistema de disposições adquiridas na relação com determinado aspecto da vida social, torna-se eficiente, operacional, quando encontra as condições de sua eficácia, quer dizer, condições idênticas ou análogas àquelas das quais ele é o produto (BOURDIEU, apud CHANLAT, 1996b, p.239).

5.2 Sob a égide do interesse público, a dificuldade de identificação dos valores - notícia

A maior parte dos sujeitos da pesquisa apresentou respostas vagas e abertas sobre seus critérios de noticiabilidade. Em geral, aparece como valor-notícia aquilo que é de “interesse público”, de “interesse geral”, “interesse social”, que é “importante para o leitor”, “que pode ajudar alguém”, que vá “alertar” ou “interferir na vida da comunidade”.

¹²⁹ – Contudo, alguns entrevistados transferiram a responsabilidade pela utilização desses formatos exclusivamente à exigência da empresa.

Poucos conseguiram apontar outros critérios, definindo notícia como aquilo que “foge do comum”, o que é “estranho”, “curioso”, “novo”. Nesse último caso, sugeriram interesse por aquilo que é considerado excepcional, que rompe com o ordinário, como nos mostra o depoimento de uma repórter:

Notícia é uma coisa que sempre vai gerar interesse de uma grande parcela de leitores. Eu seleciono muito por isso. Às vezes, por exemplo, eu vou ao plantão pegar boletim de ocorrência. Você chega lá no plantão tem 500 boletins de ocorrência de furto. Isoladamente não é notícia. Agora se teve um número fora do comum, se teve 500 furtos num final de semana em casas, você fala “espera aí”, alguma coisa estranha aconteceu. Então isso é uma notícia, alguma coisa estranha aconteceu. Foi um furto, podia ser uma coisa como outra qualquer, mas se você juntar tudo vira uma notícia. Eu sempre avalio notícia por aí. Alguma coisa estranha, alguma coisa que chame a atenção, que seja curiosa (...) quando é muito banal, uma coisa muito banal, eu deixo passar (Ana).

O “mundo” oferecido aos leitores nas páginas do jornal passa pelo filtro de uma cultura noticiosa comum, dos critérios de noticiabilidade. Contudo, o alto procedimento seletivo operado pelo jornalista – ao definir o que deve ser notícia entre possibilidades infinitas de escolha – não encontra expressão no discurso da quase totalidade dos depoentes que, em grande medida, ancora-se nas expectativas do público para dar sentido a suas ações.

Uma das repórteres, Mariana, chegou a defender que nenhum acontecimento pode ser ignorado pelo profissional: “Eu acho que o jornalista dificilmente ignora um acontecimento. Se ele é um acontecimento, ele não pode ser ignorado”, afirmou. Francisco construiu raciocínio semelhante ao opinar: “numa cidade do porte da nossa, eu acho que... eu queria dizer que quase tudo merece ser noticiado”.

Alguns jornalistas mostraram-se inicialmente indecisos e com dificuldade em apontar, explicar seus critérios de noticiabilidade no exercício profissional. Uma das entrevistadas, Vivian, chegou a admitir que nunca havia pensado sobre isso. Ou seja, é razoável admitir que os valores-notícia estão de tal forma incorporados que na prática diária aparecem como algo óbvio, sem necessidade de cálculo ou de uma postura reflexiva por parte dos profissionais, como se a capacidade de selecionar as notícias decorresse de um saber instintivo e não de processos socializadores que o acarretam dentro da redação.

Para o neófito, o processo de identificação dos valores-notícia provoca maior insegurança. Trabalhando há pouco tempo no jornal e considerada, na linguagem da

cultura profissional, “uma foca”, Rebeca expôs sua dificuldade de saber quais acontecimentos merecem ser noticiados, demonstrando neste caso que as regras do campo, entre elas os critérios de noticiabilidade, vão sendo reforçadas com o tempo, na prática profissional. Disse que no atual estágio em que se encontra na redação, tudo é levado para avaliação do editor, o que foi comprovado durante a observação empírica¹³⁰. Com o tempo essa capacidade de reconhecer e selecionar quais acontecimentos devem ser noticiados ocorre com maior rapidez e segurança.

Na minha atual situação, eu não ignoro nada, tudo que eu vejo eu falo, porque, às vezes, pela minha falta de experiência, aquela coisa de não ver muito além... Eu não sei (se já teve) alguma coisa que eu ignorei, que eu não dei bola, não sei, acho que até teve alguma coisa assim, que depois uma pessoa mais atenta falou “isso aí pode te render isso, isso e isso” (Rebeca).

A maior parte dos sujeitos apontou que costuma ignorar acontecimentos que sejam de interesse particular, restrito ou específico. No discurso de alguns entrevistados, também aparece certa aversão ou desdém por acontecimentos como eventos sociais, fofocas sobre a vida de artistas ou celebridades, entretenimento, horóscopo ou acontecimentos que tenham caráter sensacionalista – sugerindo, com isso, certa valorização do chamado jornalismo dito “sério” em detrimento de informações tidas como de menor importância, num claro movimento de deslegitimação destas. Designar um produto, como as chamadas notícias sensacionalistas ou a imprensa marrom, como de menor importância “é impor e legitimar uma representação do jornal ideal” – o jornal sério e informativo (BARROS FILHO, 2003a, p. 24).

Nas palavras de um repórter:

Eu não concordo com o jornalismo de futilidades. Por quê? Para mim, isso não é jornalismo (...) Pode até ser de interesse público, mas o que acrescenta para a pessoa? Nada. A não ser uma conversa, alimentar uma conversa de bar, de vizinho. Ela cresceu alguma coisa com isso? Ela aprendeu alguma coisa? Não. (Augusto).

¹³⁰ - Durante o acompanhamento individualizado, essa jornalista consultou por inúmeras vezes a editora durante o processo produtivo para tirar dúvidas, pedir contatos ou ajuda para tomar decisões - de forma muito mais acentuada que os demais colaboradores.

5.3 A pressão das normas da casa e a autonomia relativa no contexto produtivo

Ao lado da corrida contra o tempo, os constrangimentos organizacionais também aparecem no discurso dos sujeitos da pesquisa como um fator de pressão ou tensão no processo produtivo. De forma geral, contudo, os entrevistados indicaram não se opor ao cumprimento das normas da organização e de sua política editorial.

As regras da casa não são ditadas claramente. Alguns sujeitos definiram a política editorial como velada, vaga, indefinida; outros afirmaram que têm uma noção, uma idéia sobre ela, e poucos afirmaram conhecê-la efetivamente. Embora não explicitados ou formalizados, é possível notar pelos discursos, que aspectos das normas da empresa são assimilados no dia-a-dia e compartilhados tacitamente. “Mas você sabe o que pode escrever, até onde pode ir, o que eles podem achar ruim, o que pode ser bloqueado ou pode ser censurado”, afirmou Pedro.

Em linhas gerais, os depoentes apontaram que esse aprendizado ocorre em diferentes frentes: testando os limites das regras; recebendo sanções ou observando colegas que as recebem; atentando para as definições de ganchos, enfoques e para os assuntos aprovados ou vetados durante a reunião de pauta. Também nas conversas de bastidores, no aprendizado com os pares (especialmente com os que têm mais experiência e tempo de casa), e a partir da observação de pessoas que o jornal trata com ressalvas ou confere maior atenção, os repórteres vão tomando consciência dos limites e percebendo “como as coisas funcionam”. Para cada determinada situação, segundo um dos repórteres, é possível conhecer um pouco do que a empresa quer. “Você vai ficando esperto, vai ouvindo, vai vendo o que mudou. Jornalista é curioso, escuta”, destacou Valdir.

Dentro desse contexto, chama atenção o depoimento de uma repórter, que relatou como tem sido seu processo de aprendizagem:

Às vezes ouvindo as pessoas contando casos de outras matérias, não porque ninguém me ensinou, não vieram falar no jornal, eu não recebi uma cartilha de como é a política da empresa, mas você vai percebendo nas reuniões de pauta como a matéria é encaminhada, como ela é dada ou não dada, ou na hora de, às vezes, ter que falar com essa ou aquela pessoa porque te falaram. Você já vai percebendo, até mesmo as pessoas que freqüentam o jornal, não o nosso caso, mas de quem entra, quem sai, quem vai tomar café. Você já vai percebendo, mas foi tudo assim: percepção. E pelo que os profissionais mais antigos iam nos orientando (Rebeca).

Através dos discursos, é possível notar também que, com o tempo, alguns repórteres se submetem a uma espécie de autocensura no dia a dia profissional. Ou seja, a partir do momento em que aspectos da política editorial vão sendo aprendidos, há uma espécie de enquadramento às regras, sem que seja necessário chamar a atenção, como demonstra uma entrevistada:

Eu tenho posições que eu considero mais liberais que as posições do jornal e aí eu acabo até exercendo uma autocrítica, uma autocensura para que eu possa me enquadrar naquela linha que o jornal se proponha. Afinal de contas, eu sou uma empregada (Carmen).

Esse tipo de autocensura é reforçado pelo depoimento de outra jornalista, que admite ser “um pouco treinada” para saber até onde pode ir, num tipo de condição que define como “liberdade vigiada”.

Acho que tenho a liberdade de conceituar a matéria, de pensar por qual caminho eu vou. Mas nem sempre você consegue. Na maioria dos casos eu até consigo, sabe? Mas acho que eu estou acostumada com a empresa, então, sou um pouco treinada para saber até onde posso ir. De repente, eu sei que queria fazer de outro jeito, mas se eu fizer não vai passar a matéria, então, eu não vou nem passar a oferecer esse gancho. Existe uma liberdade vigiada. Você consegue criar, você consegue ter independência, mas seguindo regras, sempre (Ana).

Por ter aspectos velados, a política editorial pode levar o jornalista a adotar uma censura prévia que, em algumas situações, na prática, não seria exercida pela chefia. A repórter Mariana disse à pesquisadora, por exemplo, que certa fonte sempre deveria ser consultada em determinado tipo de matéria por imposição do jornal - imposição que mais tarde provou-se equivocada quando outro jornalista testou esses limites. Essa mesma repórter que, durante a observação participante, falou sobre a necessidade de consultar determinado informante, em sua entrevista chegou a afirmar que na atual editoria em que atua sente “liberdade absurda” para trabalhar, definir fontes e ganchos, ou seja, houve neste momento clara contradição entre a imagem sustentada discursivamente sobre a profissão e as pressões vivenciadas na prática.

Em linhas gerais, os sujeitos afirmaram sentir-se tensionados pela organização quando há direcionamento nas matérias devido a interesses políticos ou comerciais, em detrimento dos interesses jornalísticos. Na avaliação de Vivian, esse tipo de interferência “fere” a conduta do profissional. Entretanto, opor-se às determinações da empresa pode

representar ameaça de desligamento. Expressões como “dependo do emprego”, “tem milhões de pessoas querendo entrar no meu lugar”, demonstram, como afirma Bourdieu (1997), que num contexto onde há excesso de mão-de-obra e precariedade de postos de trabalho, a postura de submissão torna-se mais recorrente.

A aparente postura de conformação dos repórteres, contudo, encontra brechas para resistência. Uma das estratégias notadas é não assinar o texto quando acreditam que a matéria atenda mais aos interesses comerciais ou políticos da empresa do que propriamente aos interesses jornalísticos, o que demonstra novamente que a assinatura é um bem simbólico altamente valorizado pelos jornalistas. “Normalmente, eu falo o quê? Que eu não vou assinar a matéria. Isso sempre acontece. Eu até já criei briga lá (no jornal) por causa disso. Eu gostaria de falar, de ter falado mais vezes que eu não vou fazer, entendeu? Mas, tem aquela questão de que você depende do emprego e tal”, afirmou Luiza, que disse sofrer esse tipo de tensão quando sua matéria não é orientada por interesses que ela considera “jornalisticamente mais importantes”.

Dentro das estratégias de resistência, alguns repórteres também demonstraram acreditar que o público pode perceber nas entrelinhas que determinada matéria é fruto de interesses, colocando o leitor na condição de um receptor crítico em relação a essas interferências da política editorial.

A estratégia é você saber que o leitor também enxerga que aquela matéria é uma matéria como um pedido, ou uma matéria que foi uma indicação do jornal, ou uma indicação de uma empresa amiga do jornal. O leitor enxerga isso e ele sabe que aquilo ali foi imposto. (...) Acho que a principal arma é você saber que o leitor também está enxergando aquilo (Tomás).

Ou ainda, na visão de outra entrevistada:

Claro, eu sou funcionária, sou uma trabalhadora assalariada, eu preciso do meu dinheirinho no final do mês e se a empresa me manda fazer, eu posso argumentar, mas se ela insistir, vou acabar fazendo. O meu limite é: de alguma forma eu preciso mostrar que aquilo está errado. Ou eu mostro isso simplesmente não assinando, ou eu mostro nas entrelinhas. Eu construo o texto de uma forma que uma pessoa mais perspicaz vai perceber que aquilo não está muito certo (Mariana).

Outra estratégia, que aparece no discurso de um dos jornalistas com maior tempo de profissão, é ter jogo de cintura, não “bater de frente” com a chefia, adotando, para tanto, uma postura de negociação.

Com o tempo você vai amadurecendo, você vai ganhando experiência. E você vai também encontrando meios, encontrando meios para você convencer as pessoas ou até mesmo para escrever de uma outra forma que atenda às necessidades da linha editorial do jornal e também não enverede para falta de ética (Pedro).

Há pouco tempo atuando como repórter, Rebeca disse acreditar que a experiência traga maior perspicácia para utilizar essas estratégias ou aquilo que ela define como “espaço de resistência”. Com uma “visão mais aguçada”, segundo ela, é possível saber por onde “escapar” e falar de um assunto que talvez o jornal não aprovasse, ou então incitar o leitor sobre um tema, mesmo quando não é possível dar destaque a ele. “Nunca fiz isso, mas acho que dá para fazer”, ponderou.

Apesar dos constrangimentos organizacionais, alguns jornalistas afirmaram que há espaço para diálogo dentro da redação, o que os leva, em alguns momentos, a se posicionar contrariamente e argumentar com seus editores. Isso não significa, entretanto, que, em última instância, deixem de cumprir as determinações. A maior parte demonstrou resignação em relação ao cumprimento das regras da casa, mesmo que tornem claro seu posicionamento contrário aos dirigentes. “Lógico, você podendo argumentar, mostrar que não está concordando é uma coisa, mas no fim se tiver que ser aquilo você tem que aceitar e vai ser”, informou Valdir.

No discurso de duas profissionais, Rebeca e Mariana, ganha destaque uma aparente compreensão em relação às necessidades da empresa e de sua política editorial. A primeira disse considerar “até compreensível” a política-empresa, destacando que em outros lugares encontraria condições muito parecidas “ou até piores” para trabalhar. A segunda profissional afirmou não se sentir constrangida pela organização, na maioria das vezes, apesar de usar expressões como “tenho obrigação de obedecer” e “tenho que seguir as normas”.

Eu me sinto independente. Eu tenho noção que trabalho para uma empresa, que é capitalista, eu estou num mundo capitalista, trabalho para uma empresa e tenho que seguir as normas dessa empresa. Mas, por exemplo, se me pedirem para fazer uma coisa com a qual eu não concordo, eu não ponho o meu nome naquilo. Eu vou obedecer, eu trabalho ali e tenho obrigação de obedecer, mas não assino uma coisa com a qual eu não concordo (Mariana).

A mesma depoente, que já trabalhou em outro jornal impresso diário, disse ter sentido nesse período, de forma significativamente mais intensa, o peso do direcionamento da chefia no encaminhamento das matérias. No atual emprego, afirmou que se sente “muito mais jornalista”, com mais liberdade para trabalhar, sentar com editores, discutir o que é importante na informação. Ou seja, a experiência em uma empresa onde esses constrangimentos foram mais agressivos levou a repórter a construir imagem favorável da empresa atual e experimentar com isso maior sensação de liberdade.

Hoje eu me considero absolutamente autônoma. Eu consigo escolher o que vou fazer, eu consigo definir as minhas pautas, considerando o caderno em que atuo. Eu consigo definir minhas pautas, consigo direcionar a pauta, defino com quem vou falar, então eu tenho uma liberdade absurda (Mariana).

Muitos dos depoentes disseram que seu grau de independência e liberdade no processo produtivo só é relativizado quando ocorrem interferências da empresa por questões políticas e comerciais. Diante desse contexto, alguns ressaltaram que a matéria “não traz satisfação”, é feita “por obrigação”, “para não perder o emprego”. Em linhas gerais, apontaram, no entanto, que se a matéria não tem relação direta com qualquer interesse do jornal, há bastante autonomia no contexto produtivo.

Se for uma matéria que tenha uma relação direta com o interesse do jornal (o grau de independência e liberdade) é zero. Se for uma matéria completamente irrelevante para os interesses políticos do jornal, é quase total ou total (Carmen).

Essas interferências da política editorial tendem a se manifestar de forma mais evidente e freqüente em determinadas editorias como a de política, onde os repórteres estão sujeitos a um acompanhamento mais direto da chefia na definição de ganchos, orientações e enfoque dos assuntos a serem tratados. Esses repórteres, inclusive, demonstraram, em seus discursos, terem maior conhecimento sobre aspectos da política editorial e sobre os agentes políticos com os quais o jornal tem maior afinidade ou divergência¹³¹. Nas palavras de Marcos, na maior parte das vezes, dá para ter noção de “quem é o bandido e quem é o mocinho para o jornal”.

¹³¹ - Os repórteres de política regularmente se sentam junto à chefia para discutir os enfoques das matérias que estão sendo produzidas. Algumas vezes chegam a telefonar da rua para trocar informações, quando, por exemplo, estão cobrindo a sessão legislativa.

No discurso de repórteres de outras editorias que sofrem influência mais direta do setor comercial, o tensionamento com os interesses mercadológicos ganhou maior ressonância. Augusto, por exemplo, disse ter consciência de que jamais poderá criticar determinados produtos de anunciantes e questionou, nesse momento, onde fica o interesse do leitor e a liberdade jornalística tão propalada pelas empresas. Disse que já sofreu por conta disso, mas hoje se polícia, está “acostumado”. “Já que esse é o jogo, então, vamos jogar”, sentenciou.

Esse mesmo repórter, que defendeu essa postura de resignação às regras, entretanto, mostrou tensão em relação aos imperativos comerciais em vários trechos de seu discurso. Recorrendo a Bourdieu (1997), talvez seja possível afirmar que há muitos profissionais “revoltados ou cinicamente resignados” no campo jornalístico. Durante as entrevistas, outros sujeitos também demonstraram contradição em seus discursos, ora sustentando essa postura de adequação e até de compreensão às normas; ora mostrando tensões e desejo de autonomia em relação aos imperativos comerciais. “Procuro tentar esquecer que estou ali naquele contexto horroroso de interesses políticos, comerciais, etc.”, manifestou Luiza. A depoente Ana disse que, sob as pressões da política editorial, “acaba não podendo praticar o jornalismo que acredita que é verdadeiro”. Em passagens como essas, ganha força no discurso dos agentes a distância entre as representações construídas pelos sujeitos em torno do ideal jornalístico e a realidade objetiva da prática profissional.

Ressalta-se também que, em alguns momentos, há jornalistas que supervalorizam o peso da política editorial da empresa. Assumindo a condição de vítima de maquinações dos superiores hierárquicos, um dos sujeitos¹³² ressaltou que não sente qualquer grau de independência e liberdade para tomar decisões mínimas, como decidir quais fontes entrevistar - negando com isso a margem de manobra e autonomia que os jornalistas têm no contexto produtivo para fazer suas escolhas. Também construiu raciocínio conspiratório sobre a posição da empresa no processo de indicação das fontes, como se sempre houvesse algum tipo de interesse oportunista por trás dessa escolha. Quando, na verdade, a observação participante apontou que na maior parte das matérias não há essa interferência direta da empresa, embora não seja possível ignorar a constatação de um movimento de autocensura desencadeado pelos atores para se adequar às normas da casa. Nesse processo,

¹³² - Neste trecho, decidimos omitir inclusive o nome fictício do entrevistado em questão para resguardá-lo de eventuais sanções por parte da organização. Isso porque é razoável admitir que o público interno do jornal, a partir de um olhar mais atento sobre o conjunto de falas, identifique alguns sujeitos.

o agente em questão se apoiou numa identidade de vítima, imputando ao outro, à chefia, à empresa, total responsabilidade pela sua falta de autonomia.

(...) quando você está fazendo uma matéria, a escolha, as indicações que já vêm pré-pautadas, é porque tem algum interesse por trás disso. Porque é impossível que só exista um só sociólogo, um economista, um médico para você consultar, existem milhares de possibilidades. (...) eu sei que tem repórteres, que tem um *status*, que eles mesmos auto-definem suas pautas e definem assuntos que eles vão abordar. No meu caso, dentro dessa estrutura hierárquica, eu já recebo coisas pré-estabelecidas, pré-determinadas e já vem até definido com quem eu tenho que falar.

Em algumas editorias, a pressão da política editorial é sentida de maneira mais pontual, o que de certa forma também reflete menor nível de tensionamento no discurso dos sujeitos. “Nesse aspecto, agora, mexendo com matérias mais de domingo, (meu grau de independência e liberdade) é total. Quando eu estava na política era mais difícil”, disse Pedro.

Outros entrevistados afirmaram que não há direcionamento da chefia em suas matérias, ou se ocorreu foram poucas vezes. Inclusive há quem ressaltasse que gostaria de ter acompanhamento mais próximo dos editores na produção, que houvesse um processo de edição mais criterioso, que a chefia se envolvesse mais com o trabalho realizado na redação e concedesse *feedback* sobre a qualidade do produto. Ou seja, há quem supervalorize, mas também quem minimize a influência dos constrangimentos da organização no processo produtivo, adotando um discurso voluntarista de total autonomia em suas ações.

É preciso notar que dentro do campo a posição do agente também pode determinar maior ou menor grau de autonomia. Alguns jornalistas que conseguem conquistar certo prestígio possuem mais liberdade e abertura para defender seu ponto de vista junto à chefia, maior independência diante dos constrangimentos organizacionais. Esse parece ser o caso do repórter José, que disse “brigar” pela matéria, posicionar-se diante da chefia e não ter medo disso. Destacou que, quando sugere pautas e elas são aprovadas pelos dirigentes - o que afirma ocorrer na maior parte das vezes - seu grau de independência é total.

Passou a pauta não me enche o saco, eu vou publicar o que eu pesquisei, o que eu vi, não com o sentido de arrogância. Não vem me encher o

saco, não deixo nem ler o meu texto, não vai mexer. Ou põe ou não põe. Não tem negociação. Aí eu acho que é um diferencial meu, com todo o respeito, que eu acho que os colegas deveriam exercitar na redação (José).

Diferentemente, a postura de um neófito tenderá a ser mais passiva, mais dependente e resignada em relação às orientações dos editores. “Acho que talvez essa seja a postura de um foca mesmo, de ouvir mais do que falar, de engolir algumas coisas, mesmo que você não concorde”, afirmou Rebeca.

Alguns dos entrevistados admitiram que tendem a fazer o texto se antecipando às expectativas da chefia para evitar cortes, reformulações ou a necessidade de reescrever a matéria, o que pode dificultar ou atrasar o término do trabalho. Sabem que, em geral, suas matérias têm de passar pelas “porteiças dos superiores hierárquicos”. “Eu procuro, sim, me antecipar para evitar qualquer comentário depois que a matéria já foi publicada ou quando a matéria já está praticamente pronta ter que mudar”, disse Fernando. “Eu preciso saber direitinho pelo menos o que eles esperam”, afirmou Rebeca. Esse tipo de conduta é ainda mais freqüente em algumas editorias, como demonstrou um dos entrevistados:

Durante a produção, como a política é uma editoria que tem muitos interesses, a maioria das matérias eu procuro discutir com meu chefe, e aí, às vezes, ele fala: “Não, eu acho melhor ir por aqui. Não vai por esse caminho que você está indo”. Então, às vezes, tem essa mudança, que parte da empresa. Mas é um caminho que eu procuro adotar até pra facilitar o meu próprio trabalho, porque sei que se eu escrever uma matéria do jeito que eu acho, e depois que ela estiver pronta eu for falar com o meu superior, às vezes pode não ser nada daquilo que eu estava pensando, e aí vou ter que refazer tudo. Então, procuro apurar, conversar com ele e aí escrever, justamente para facilitar também o meu trabalho (Marcos).

De maneira geral, os repórteres apontaram que se sentem incomodados no processo de edição quando seu texto é alterado, cortado, retocado ou quando tem o gancho modificado. Alguns alegaram que, como responsáveis pela apuração, sabem quais são as informações mais importantes, estão mais envolvidos com o assunto e não gostam de ver seu trabalho refeito. “(Me desagrada) quando o editor não tem primor com o texto ou quando corta alguma informação que eu acho fundamental”, disse a depoente Carmen. “O editor se acha no direito de cortar aquilo que ele acha que não é importante, mas ele não esteve lá com a pessoa, não esteve lá no local do fato. Então, eu acho que a edição de uma matéria deveria ser discutida junto com o repórter”, destacou Teresa.

Em linhas gerais, embora tenha sido possível identificar no discurso de todos os entrevistados, de maneira mais sutil ou agressiva, constrangimentos exercidos pela organização, muitos reforçaram que sentem, em grande parte, autonomia para o encaminhamento das matérias - o que pode demonstrar que o peso das regras da casa se manifesta para os repórteres em momentos pontuais e que as notícias são mais o fruto de uma série de decisões tomadas pelo repórter a partir de sua rotina de produção e do saber prático incorporado dentro do campo profissional do que propriamente de uma orientação rígida, fortemente controlada por interesses da política-empresa. “(...) às vezes eu ainda me surpreendo com a liberdade que a gente tem em alguns aspectos, de realmente ter espaço para sugerir, para fazer coisas diferentes”, destacou o repórter Tomás.

Apesar dos constrangimentos organizacionais e de outras forças que incidem sobre a produção noticiosa, é preciso considerar que no campo jornalístico, como em qualquer outro, os sujeitos possuem um grau de autonomia relativo, que lhes confere um poder negocial. À medida que se “descortina” a complexidade das relações no espaço de uma redação, percebe-se que a intervenção direta dos dirigentes nas ações práticas dos atores torna-se mais modesta e menos manipuladora (CHANLAT, 1996b).

5.4 Buscando a informação em lugares já conhecidos

Apesar de muitos sujeitos defenderem a consulta a canais de informações diversos, com base na observação-participante e a partir das entrevistas, foi possível perceber que há informantes que são procurados com maior frequência pelos jornalistas no contexto produtivo. Entre eles, estão certamente as fontes oficiais, institucionais e familiares.

De forma geral, os depoentes afirmaram que tentam reunir a maior quantidade de dados possíveis para ter subsídios na hora de escrever a matéria e desconfiar das informações fornecidas pelos informantes. Entre outros cuidados apontados durante a apuração estão: procurar fontes diversas, informantes que tenham credibilidade, checar as informações e identificar a posição do informante politicamente e socialmente, avaliando seu grau de interesse, conhecimento e comprometimento com o assunto.

Você não pode comprar e achar que aquilo é verdadeiro. Você tem sempre que desconfiar, ser curioso. Aquela coisa que sempre falam para a gente. Mas é verdade. Se você não se indignar com uma resposta, e aceitar aquilo logo de cara, não vai ser um bom repórter. Você vai estar

apenas repassando uma informação, não vai ir a fundo, buscando outros lados, outro viés da informação (Ana).

De fato, em princípio, a relação dos jornalistas com as fontes é marcada por cuidados. Contudo, caso se mostrem dignas de credibilidade, com o tempo, as fontes tendem a estabelecer uma relação de confiança com os repórteres, tornando-se informantes regulares e familiares. Além de inspirar credibilidade, as fontes familiares estão mais facilmente disponíveis e dispensam parte do trabalho de checagem e apuração do jornalista, ou seja, minimizam a necessidade de recolha em outros canais de informação, como afirmou um depoente:

(...) quando você tem uma confiança maior, um contato maior com a fonte, lógico que já é um bom caminho andado. Porque você sabe que só vai precisar confirmar aquela informação que ela te passou. É diferente de uma fonte que você não tenha tanta confiança, porque aí você vai ter que apurar mesmo aquilo que ela te passou (Marcos).

Segundo alguns depoentes, a corrida contra o tempo e a necessidade de finalizar o produto noticioso é um fator que dificulta a possibilidade dos jornalistas de ampliar o repertório de informantes, levando-os a recorrer com frequência a fontes familiares. “Você acaba batendo, às vezes, nas mesmas”, admitiu Vivian. De fato, não é possível ignorar a pressão do *deadline*, mas é razoável admitir que é também o *habitus* profissional que leva o jornalista a buscar informações ali, onde são sempre encontradas (MORETZSOHN, 2002), criando um círculo vicioso no relacionamento com as fontes. Como expôs um repórter:

O meu critério (para seleção das fontes) acaba sendo o do conhecimento pessoal. Isso faz com que, com o passar do tempo, também, uma vantagem que seria, acaba se tornando uma armadilha, de você ficar sempre com fontes muito próximas, muito parecidas e por vezes você repete fontes para assuntos diferentes, a mesma fonte. Então o meu critério é assim, de pegar quem eu já conheço e, por conta de um comodismo que surgiu há algum tempo, eu acabo não procurando outras fontes (Francisco).

As fontes familiares e regulares têm privilegiado espaço no arquivo pessoal de contatos e telefones cultivado pelos jornalistas. Pressionadas pelo *deadline*, duas repórteres admitiram que tendem a adotar o caminho mais “fácil”, ou seja, buscar

informantes já conhecidos e que demonstrem maior disponibilidade de atendimento aos repórteres.

A gente vai sempre no que é mais fácil, eu não acho isso certo, mas é o que dá para fazer. Quando você está naquele estado-limite, você vai procurar quem? Quem você já conhece, entendeu? (...) Você vai pegar quem já está na sua agenda (Luiza).

A gente sempre vai pelo que é mais fácil também. Se você tem um contato mais rápido ali, se você tem um contato com alguém que tenha um telefone em casa, vai ser mais fácil. (...) no dia-a-dia mesmo conta muito a pressa também, não dá tempo de você ouvir todo mundo (Ana).

Com o tempo, a consulta freqüente a determinada fonte pode levar o repórter a conhecer a posição do informante, o que ele vai dizer sobre determinado assunto:

Muita gente eu já conheço, já tenho contato e já sei o que a pessoa vai falar sobre aquilo. (...) Eu sei o ponto de vista de cada economista. Um vai falar isso, outro vai partir mais para o outro lado de cálculo, de número, o outro tem um conceito mais social. Então você já sabe mais ou menos, porque já está acostumada a ouvir essas pessoas (Ana).

Durante a observação participante, na reunião de pauta, a repórter Carmen ilustrou bem a situação. Ao discutir o gancho de determinada matéria, comentou com precisão como cada fonte indicada se posicionaria sobre o tema. No mesmo sentido, Tomás revelou: “Eu já procurei entrevistados para dar uma informação necessária para uma matéria e eu sabia que ele ia dar aquela informação da maneira como era necessária para a matéria”. Como lembrou Alberto, o fato de alguns assuntos serem recorrentes no jornal também faz com que as fontes assim o sejam, o que leva os repórteres a conhecerem seus posicionamentos.

Sintomático, nesse contexto, foi o posicionamento da colaboradora Mariana. Durante a realização de determinada matéria, entrou em contato com uma médica familiar que, impossibilitada na ocasião de responder às perguntas por e-mail, enviou-lhe um livro com trechos grifados de pontos que ressaltaria sobre o tema. Como a jornalista precisava de um especialista para “respaldar” o assunto, aproveitou esses trechos, com o consentimento da fonte, para discorrer sobre o tema como se tivesse realizado a entrevista com a especialista. Assim se justificou no momento em que escrevia o texto: “Ela é minha fonte há mais de seis anos (...) eu sei até o jeito que ela falaria”.

Alguns depoentes admitiram que há ocasiões em que procuram uma fonte para sustentar determinada posição, colocar “na boca” do entrevistado alguma situação que o próprio repórter, sozinho, não poderia afirmar. Nesse sentido, é possível perceber que um informante pode encontrar, em algumas situações, mais espaço na matéria quanto mais se aproximar da idéia, da pré-concepção do repórter sobre o assunto, como admitiram alguns jornalistas.

Às vezes, no desespero, eu procuro o entrevistado, faço a pergunta “você não acha que não sei o que lá, que a coisa é assim, assim”. Eu faço a pergunta, que é a minha frase da resposta dele. “Ah, eu acho”. Então eu falo: “segundo tal, ele acha”. Aí eu reproduzo a minha pergunta, é hipocrisia, mas eu faço (Francisco).

Ou ainda:

Tem casos em que você está desesperado porque tem aquela pauta, está no fim da linha, não tem mais tempo, não tem mais saída e você vai naquela pessoa que você sabe que vai falar aquilo. (...) no geral ali na redação eu diria que é freqüente. No geral, ali, eu acho que é freqüente, sim. Porque eles (chefia) exigem isso. “Ó, cria uma pauta mirabolante. Ó, você vai fazer tal pauta. Acha isso, tem que achar”. Aí, você já fica condicionada a achar tais pessoas. Não é que você está ali passeando e achou: “Olha, que interessante”. Não. Você tem que criar praticamente o negócio. Quase que inventar que tem tal tendência, ou que está na moda isso, que não sei o quê (Luiza).

Durante a pesquisa em campo, foi possível notar que há momentos em que os jornalistas, apressados em dar conta dos imperativos da produção, fazem perguntas condutoras, que praticamente direcionam as respostas dos entrevistados. Realizando matéria sobre os índices de criminalidade, a jornalista Carmen, durante entrevista por telefone com uma autoridade policial, fez questionamentos-clichê e pouco críticos em relação à ação da polícia, cujas respostas eram previsíveis “A dica, então, é não reagir (ao assalto)? (...) Vocês estão fazendo um trabalho para melhorar cada vez mais (a ação da polícia)?”. De certo, num contexto com esse, a autoridade não daria respostas negativas. Por outro lado, é preciso notar também que, sem tempo para realizar um trabalho mais investigativo e menos apoiado em declarações oficiais, torna-se difícil para o repórter polemizar determinados assuntos, como expôs um dos depoentes:

Às vezes, até pela correria das pautas (...) eu não procuro criar debate com o meu interlocutor, com o meu entrevistado. É uma coisa meio que batida. Eu faço as perguntas, se o assunto demanda outras perguntas, continuo fazendo pergunta, mas é uma coisa meio que mecânica. Eu não

procuro estender o assunto não. Até por uma questão de tempo, deixando bem claro isso (Pedro).

A maior parte dos repórteres do grupo investigado afirmou que, em algumas situações, tende a selecionar depoimentos que estejam de acordo com o seu ponto de vista; alguns afirmaram, no entanto, que a prática não é freqüente e que se esforçam para não adotá-la. “Eu dou mais prioridade ou mais espaço para esses depoimentos que vão (ao encontro) com a minha lógica”, afirmou Pedro. Outro também confirmou essa tendência, mas ressaltou que sempre utiliza o recurso de expor o “pró e o contra”, para que o público tire suas próprias conclusões:

Quando você quer provar determinado argumento que usou como gancho na matéria, é praticamente obrigatório fazer isso. Mas, como faz parte da profissão, os que não concordam você acaba utilizando também, claro. Porque serve de parâmetro para a pessoa depois tirar o seu ponto de vista e fazer o julgamento dela (Augusto).

Destaca-se o depoimento da repórter Luiza que, embora tenha afirmado que se esforce para não selecionar depoimentos que estejam de acordo com seu ponto de vista, admitiu que enfrenta dificuldades em não recorrer a esse expediente: “Eu acho que quem não vê, quem fala que não, que isso não interfere, o jornalista que fala que isso não interfere, é o jornalista que não percebe que está sendo influenciado por isso”, concluiu.

A maior parte dos entrevistados afirmou que evita ter pré-concepção da notícia antes da cobertura, o que aponta possível contradição com a afirmativa acima - quando muitos reconhecem que tendem a selecionar depoimentos que estejam de acordo com seu ponto de vista, ou quando admitem que, por vezes, um informante pode encontrar mais espaço na matéria quanto mais se aproximar da pré-concepção do repórter sobre o assunto.

Há que se considerar que na própria reunião de pauta já ocorre o direcionamento de algumas matérias, a partir da definição de ganchos e abordagens, o que de certo orienta o jornalista para aquilo que pretende encontrar. Nesse contexto, um entrevistado pode ser procurado para sustentar ou reforçar a proposta da pauta.

Por outro lado, é razoável afirmar que na cobertura de temas recorrentes, os repórteres adquirem um repertório que “molda” sua maneira de informar. É o caso, por exemplo, de matérias sobre “o que abre e fecha nos feriados”, o movimento do comércio e das estradas nas datas comemorativas, ocorrências policiais, registro da temperatura mais baixa ou mais alta do ano, entre outras. “A gente está fazendo toda semana matéria sobre a

temperatura mais baixa”, observou a editora durante a reunião de pauta. “Já fizemos umas 500 pautas sobre isso”, reclamou Carmen que, enquanto era observada pela pesquisadora, se esforçava para buscar um gancho diferenciado para uma matéria sobre um evento cultural, que todos os anos ganhava as páginas do jornal.

Muitos repórteres admitiram que tendem a procurar com maior frequência fontes oficiais e institucionais no desenvolvimento das matérias. Destaca-se, nesse sentido, o depoimento da jornalista Ana, ao revelar que na hora de selecionar uma fonte oficial para dar entrevista vai “direto em quem manda”, o que demonstra que a autoridade das fontes na estrutura social é um critério de seleção utilizado pelos jornalistas. Fontes que inspirem credibilidade, como especialistas ou pessoas ligadas a universidades e entidades de respeito também foram apontadas como recorrentes no processo de escolha. “Eu procuro fontes oficiais, acadêmicas, eu acho que credibiliza”, disse Vivian. De fato, critérios como a credibilidade, idoneidade, autoridade, confiabilidade e familiaridade aparecem no discurso dos repórteres como determinantes no processo de seleção dos informantes.

O título e o prestígio das fontes, em geral, podem aumentar o grau de confiança do repórter na informação. Nas palavras de Gans (1979, apud TRAQUINA, 2003), presume-se que essas fontes sejam mais credíveis porque não se podem permitir mentir abertamente, como confirma uma repórter:

A gente sempre ouve as pessoas que estão ligadas a uma entidade de respeito. Professores universitários são fontes normalmente. Você tem o peso da universidade ali para dar credibilidade à pessoa. Você sabe que essa pessoa, pelo menos deduz, parte do princípio, de que essa pessoa esteja fazendo um trabalho fiel à realidade porque ela ocupa um cargo público, mantido pelo seu dinheiro normalmente, no caso das universidades públicas. E as autoridades, de uma forma geral, são sempre fontes (Mariana).

Grande parte dos jornalistas disse que costuma dar maior espaço para as fontes no texto de acordo com a relevância da informação transmitida, do envolvimento e do papel do informante em determinado acontecimento, ou quando sua opinião é fundamental para o objetivo da matéria. Um deles, entretanto, revelou que o que a fonte disser pode ganhar maior destaque dependendo do espaço disponível para preencher a página:

Se eu preciso fechar duas páginas, eu vou dar um belo espaço para essa fonte. Já aconteceu isso comigo, um dia eu estava precisando de uma matéria de uma página inteira, minha fonte falou até o que não queria, e eu coloquei, ou seja, não houve critério algum. O que me preocupa é

que parece que ninguém está vendo isso. Nem os meus editores, que deveriam ver, “oh, mas está fazendo o que com essa fonte, está dando o rabo para essa fonte?”, às vezes nem leitor (Francisco).

Outro depoente, Tomás, sugeriu que uma fonte pode ganhar mais espaço na matéria tanto maior seja a sua facilidade de falar, de se expressar. “Às vezes, de repente, uma pessoa que você sabe que teria alguma coisa relevante para falar acaba não correspondendo ou não falando bem numa entrevista e aí o depoimento dela acaba saindo com um pouco menos de espaço”.

De fato, não é possível ignorar nas páginas do jornal a frequência com que aparecem os “bons faladores” - fontes que sempre dão entrevista para os jornalistas, correspondendo às suas expectativas no desenvolvimento do tema proposto pela matéria. Ao sugerir determinado promotor como fonte para uma repórter, que na ocasião estava sendo observada pela pesquisadora, uma editora assim a orientou: “Procure ele, é arroz de festa, ele adora falar”. Outra depoente revelou:

(...) depois de um certo tempo, trabalhando numa mesma editoria, você já sabe que aquela pessoa é confiável, que o que ela diz é sempre a unanimidade. E aí quando isso acontece você tem uma tendência a procurar só aquela pessoa, ou procurar aquela pessoa em primeiro lugar, porque você sabe que o que ela te disser vai ser a opinião da maioria (Mariana).

A maior parte dos sujeitos afirmou que tenta representar diferentes grupos sociais nas matérias; alguns, no entanto, admitiriam que nem sempre isso é possível. De certo, os anônimos também aparecem no conteúdo dos noticiários, mas em geral são representados como personagens secundários. Uma das repórteres ilustrou bem o fato de que, em algumas situações, a prática consiste em achar um personagem que se encaixe em determinada situação abordada pela matéria.

Ah, tem matéria que, pela correria que a gente vive, pela forma horrível como a gente trabalha, tem matéria que qualquer pessoa vira fonte. Você sai na rua, cata um pelo cabelo e: “Pelo amor de Deus, fala isso”. “Ah, falou, tá, tchau”. Nem ouve o cara e já virou fonte, já põe o nome dele lá, taca o nome dele na matéria e pronto. É terrível, mas na prática é assim (Luiza).

A orientação para “humanizar” os textos tem sido recorrente no jornal do grupo investigado. Nesse contexto, a regra é encontrar personagens que ilustrem determinado

tema abordado. Além do esforço desencadeado para localizar os “tipos ideais” para as matérias, em algumas situações, repórteres sugeriram que essa prática beira ao constrangimento. Esse foi o caso da jornalista Carmem, que estava sendo acompanhada pela pesquisadora e foi incumbida, numa pauta que tratava de estatísticas de ocorrências policiais, a encontrar um familiar de vítima de latrocínio para repercutir o aumento dessa modalidade de crime na região. “O que você vai perguntar para o parente de uma vítima recente de latrocínio? (...) Se soubesse como eu sofro por fazer isso...”, lamentou.

Devido à pressão do tempo, em alguns momentos, a dinâmica de apuração acaba se resumindo apenas em ouvir os dois lados da questão, garantir o contraponto de informações, cumprindo uma regra altamente reproduzida no campo. “A gente tem que achar alguém para falar mal”, disse Teresa, impaciente, enquanto percorria um bairro pobre e reclamava do fato de não ter encontrado nenhum entrevistado que se posicionasse contra o governo municipal.

Na redação, normalmente, os repórteres têm de se desdobrar em mais de uma pauta por dia e checar fontes diversas é tarefa que torna mais demorado o processo de produção. Como afirma uma das depoentes.

Tem matérias que quase integralmente você faz por telefone. Dependendo do assunto, você só ouve as partes envolvidas e fica por isso mesmo. Principalmente, dependendo, quando é reclamação de morador, ouve o morador, daí ouve a assessoria de imprensa da prefeitura e põe lá. Já fiz assim (Rebeca).

As assessorias de imprensa são canais consultados com frequência pelos repórteres. Como ressaltado anteriormente, nem sempre essa é uma escolha do profissional. Muitas vezes os próprios órgãos institucionais e autoridades estabelecem que a recolha de informações ocorra por meio de assessores, tornando mais burocrático o processo de apuração. A pesquisa empírica pôde apontar que não são raras as reclamações feitas pelos repórteres, por exemplo, sobre a prefeitura local, que tem centralizado suas informações no órgão de imprensa e dificultado a realização de entrevistas com autoridades, como secretários de governo.

Por outro lado, o trabalho das assessorias também acaba agilizando o dos repórteres, especialmente de algumas editorias que freqüentemente fazem uso de *releases*, seja para gerar pautas ou para aproveitar, de forma quase integral, o texto institucional divulgado por esses órgãos, como ocorre, por exemplo, nos cadernos de cultura, regional

ou de veículos. Em muitas ocasiões, são as próprias assessorias que encaminham o material para o repórter, ou seja, são esses agentes que “vendem” a pauta para o jornal. Para um dos entrevistados, essa prática de recorrer a assessorias tem tornado o jornalista um cartorário.

O jornalista seria aquele que busca a notícia. E eu não vejo mais isso, no meu restrito campinho de experiência, não vejo mais isso, e não conheço ninguém mais que faça isso. Isso me preocupa um pouco. A gente virou, pelo menos eu – e eu me incluo muito nisso, mas muito mesmo – um cartorário, quando muito de pegar a informação que me disseram que estava ali. As assessorias me dizem que a informação está ali e só repasso para o papel (Francisco).

Em vez de adotar uma postura crítica e de desconfiança em relação às informações fornecidas pelas fontes, a falta de domínio sobre determinado assunto pode também levar o jornalista a assumir uma condição submissa, de plena aceitação do que a ele está sendo relatado. Ou seja, em alguns contextos, a prática se resume a “reproduzir” o que o informante disse¹³³. Durante a abordagem etnográfica, o repórter Alberto, ao entrevistar um delegado sobre legislação de trânsito, pediu ajuda para que ele traduzisse a informação para o texto jornalístico. A autoridade praticamente ditou uma explicação e ainda conferiu o que estava sendo escrito pelo repórter.

Grande parte dos jornalistas destacou que as fontes tendem a ser vistas com maior desconfiança quando os procuram para vender uma pauta, oferecer informação, ou quando têm algum interesse na publicação da notícia e tentam “usar” o jornal para favorecer-se diretamente. “É um caso típico, é quase automático gerar desconfiança”, afirmou Fernando.

De forma geral, a regra básica é desconfiar das fontes, mas a entrevistada Luiza revelou, entretanto, que, diante das condições de produção, que definiu como sendo limitadas, acaba “fechando os olhos para essa desconfiança” em certos momentos, devido à dificuldade de checagem. Quando o assunto é sério e existe a possibilidade, tenta “segurá-lo” por mais um dia para completar a apuração. “Não dá pra colocar qualquer coisa no jornal se você não tem certeza”, ponderou.

¹³³ - De fato, alguns depoentes, em seus discursos, sugeriram essa postura. Reivindicando a condição de simples intermediária, Mariana afirmou: “você só está repetindo e traduzindo o que alguém falou”, defendendo neste momento um posicionamento pouco crítico sobre seu papel.

A relação de confiança dos jornalistas com os informantes vai sendo amadurecida com o tempo. Repórteres, especialmente da área de política, destacaram a importância de cultivar e sempre se relacionar com as fontes para, entre outros objetivos, ter notícia em primeira mão. Assim, ligam com frequência, pedem informações, “cavam” pautas. Para construir uma relação de fidelidade, a fonte precisa se sentir “desejada”, afirmou um repórter.

O ideal é você manter um contato, mesmo quando você não tem que procurar as fontes para alguma matéria. Você dá uma ligadinha para saber se tem alguma novidade. Eu acho que isso faz a pessoa se sentir “desejada” pelo veículo e faz com que ela, de repente, quando tiver um assunto interessante na mão, procure você primeiro para passar (Tomás).

Para cultivar um relacionamento de confiança com os informantes, jornalistas destacaram a necessidade de ter respeito, não distorcer informações e serem honestos, cumprindo os compromissos assumidos com os informantes e adotando uma postura profissional. Os jornalistas sabem que precisarão das fontes de informação para outras situações e, caso os informantes sintam-se desrespeitados, poderão adotar uma atitude que prejudique o repórter em coberturas futuras (DARNTON, 1990), negando-se, por exemplo, a conceder informações. “É o que eu vejo: fonte não é amigo. Fonte é um profissional que te respeita enquanto profissional”, disse Vivian. Outro destacou:

Eu não posso estar aqui e você falar: “olha, eu tenho uma informação, mas não quero que você publique por enquanto porque ainda preciso acertar algumas coisas, assim que eu tiver, eu te passo” – e amanhã, eu vou e coloco no jornal (Marcos).

Algumas fontes atuam como informantes, mas não são expostas no conteúdo do texto, são consultadas apenas para dirimir dúvidas, explicar um assunto complexo, fornecer orientações. O depoente José, por exemplo, tem fontes importantes dentro de órgãos institucionais, que se relacionam com ele há anos e cuja identidade é preservada. O repórter diz que não revela seus nomes nem sob tortura: “a informação não vaza”, garante. Esse entrevistado, aliás, aparenta ser um dos jornalistas dentro da redação que, provavelmente, tenha mais fontes que lhe forneçam informações quentes, em *off*. Chega a receber telefonemas de informantes em casa e procura ampliar seus contatos também fora do jornal, como, por exemplo, jogando bola com o promotor. Três colegas de redação

chegaram a se referir a ele com admiração por essa capacidade de cultivo das fontes, como na fala abaixo:

Lá no jornal eu vejo que algumas pessoas têm esse relacionamento com fontes, que eu acho importante. E é justamente talvez a pessoa que mais traga matérias fruto de descobertas de temas. Eu sei que esse jornalista tem relacionamento com fontes que eu nem sei quem são. Eu sei que existem as fontes, mas eu nem sei quem são justamente por isso. Ele não revela quem são as fontes, lógico. Mas eu sei que o relacionamento dele com as fontes é muito íntimo, a ponto dessas fontes, às vezes, passarem para ele informações que não poderiam passar (Francisco).

Com o tempo, os repórteres vão apresentando maior desenvoltura nesse relacionamento com informantes e entrevistados. É possível notar que a pressão das fontes diante de um repórter com menor experiência é mais evidente. Durante a observação participante, Rebeca demonstrou postura de maior submissão e tensão no trato com os entrevistados. Chegou a relatar a um deles, por telefone, o que seria colocado na matéria, no momento em que a fonte lhe pediu para ler o texto antes da publicação¹³⁴.

Alguns depoentes revelaram que, quando eram “focas”, tendiam a confiar mais nas informações fornecidas pelas fontes a ter menos perspicácia diante das estratégias desses agentes. “(...) você aprende a ficar esperto, a ter malícia. Porque quando você chega, você não tem essa malícia”, afirmou Vivian.

O relacionamento dos jornalistas com as fontes exige posicionamento estratégico e capacidade de negociação. Alguns entrevistados, por exemplo, destacaram a necessidade de representar diante dos informantes, saber negociar, “entrar no jogo” para cultivá-los e manter um bom relacionamento. Dois jornalistas, Carmen e Alberto, admitiram, no entanto, que nessa relação de dependência tendem a sentir constrangimento ou apresentar dificuldade quando, em determinadas matérias, precisam ser críticos com relação às fontes que consultam com frequência. Ou seja, com receio de “queimar” um canal de informação, os repórteres correm o risco de adotar uma postura de maior conivência para com as fontes.

Conscientes de que precisam desses agentes para reunir informações, os jornalistas desenvolvem estratégias, como revelam alguns repórteres:

¹³⁴ - Esse tipo de exigência, como lembrado no depoimento de outros entrevistados, coloca em xeque o sentido de profissionalismo do repórter e foi apontado por alguns depoentes como a pior ofensa possível a um jornalista.

(...) na verdade como eles estão jogando comigo, eu jogo com eles. Apesar de, de repente, ter sido incisiva numa matéria, eu os procuro de uma maneira humilde, dizendo que a decisão daquele gancho não foi meu e tento cultivá-los de novo. Às vezes eu acho que sou bem sucedida nisso (Carmen).

No relacionamento com as fontes, jamais, por mais que você esteja certo numa situação - a pessoa às vezes vem para cima de você com quatro pedras - sempre tem que ter uma atitude meio ponderada. Porque se é fonte, então uma hora você pode acabar precisando dela (Augusto).

Eu acho que você tem que fingir que está acreditando no que a pessoa está te falando ali. Procurar questionar, na boa, sem criar briga, sem criar intriga com ninguém. Eu nunca brigo com o entrevistado, eu sempre procuro não brigar, já briguei, mas eu procuro não brigar, discordar. Deixo ele falar e tento, de um jeito leve, arrancar alguma verdade dele (Ana).

Mas nessa relação complexa de interesses, também as fontes colocam em cena estratégias para que a cobertura seja realizada de forma favorável a elas. “Às vezes a pessoa te enrola mesmo”, admitiu Letícia. Outro descreveu:

Muitas vezes, o cara quer te vender alguma coisa, muitas vezes você quer vender uma coisa para ele também. Tem isso, é aquela história “ah, você precisa que saia da boca de alguém”, e de outro lado existe alguém que está antenado. Não é você que é o espertalhão da história, o cara também está ali, “êpa!” (Alberto).

A maior parte dos entrevistados ressaltou que não se sente pressionado pelas fontes. Mesmo que já tenham estabelecido relação de maior intimidade, destacaram que isso não interfere no desempenho profissional. Procuram manter distanciamento e independência, evitar convites para festas, eventos, churrascos. “Porque quanto mais você se enrola com essas coisas é mais complicado na hora de você se desenrolar para escrever a matéria”, afirmou Luiza. Há quem admitiu, entretanto, que nem sempre é fácil conseguir esse distanciamento.

(...) não é fácil, porque mexer com política, com os poderes, é uma coisa que, às vezes, a fonte confunde com amizade, entendeu? Eu posso dizer isso com toda firmeza porque eu convivi com isso durante muitos anos. Quando a fonte já está mesclada com o próprio repórter, ela se sente muito íntima e às vezes prejudica (Pedro).

Outros conflitos foram levantados entre os discursos, decorrentes do relacionamento com as fontes. Informantes que reclamam do pequeno espaço recebido na matéria ou que impõem condição para a realização da entrevista, como ler o texto antes da publicação, foram exemplos apontados.¹³⁵

Destaca-se, ainda, o depoimento de uma entrevistada, que disse se sentir ofendida quando é ridicularizada pela fonte em função de suas carências de repertório:

Existe um senso comum de que o jornalista sabe tudo e a gente sabe que não sabe. Pelo contrário, a formação do jornalista é super precária. Então, como você tem que lidar com vários assuntos de diversas ordens, às vezes você cai no entrevistado e o entrevistado se surpreende com a sua ignorância e às vezes expõe isso de uma maneira até agressiva, acho que isso é uma ofensa (Carmen).

Alguns repórteres também reclamaram da pressão exercida por anunciantes que, em algumas ocasiões, extrapolam os limites do departamento comercial e assumem a condição de entrevistados. “A pessoa se vê no direito de direcionar o seu trabalho: ‘ah, mas eu sou anunciante aí, eu conheço fulano do jornal, eu falo com ele sempre, outro dia eu pedi essa matéria para ele’”, expôs Rebeca.

Por fim, a dependência do retorno das fontes para a realização das matérias também apareceu como motivo de incômodo para alguns sujeitos. A indisponibilidade do pronto atendimento da fonte ou o atraso no retorno das informações pode comprometer o prazo para a finalização do produto noticioso. Isso tende a acontecer, por exemplo, na relação com as assessorias de imprensa, quando há demora na resposta das questões formuladas pelos jornalistas. Especialmente próximo ao horário de fechamento, essa tensão tende a se acentuar, como notado durante a observação participante.

Nas palavras de uma depoente:

Uma coisa que tem limitado o meu trabalho é perceber que as pessoas lá fora também estão sobrecarregadas. Eu acho até que você consegue

¹³⁵ - Uma das repórteres, Teresa, disse que sofre conflito quando o informante considera que apenas a versão dele é suficiente para a realização da matéria e que o repórter não precisa consultar outros canais para checar os dados. A jornalista relatou como uma de suas fontes reclamava desse tipo de conduta: “Ele falava, no fim da entrevista, sempre: ‘Agora, você liga para o fulano de tal e vê se é verdade isso’”. Ou seja, a fala dessa fonte familiar sugere um sentimento quase de “ciúme” pelo fato de a jornalista ter de recorrer a outro informante. Carmen também relatou situação interessante: visando manter bom relacionamento com as fontes, disse que tenta contar parágrafos e linhas para dar igual espaço a elas nas matérias. “(O objetivo) é evitar ciúmeiras entre elas próprias, de maneira que isso não me prejudique mais para frente, quando eu novamente for depender delas”, disse.

achar todos os outros fatores limitantes dentro disso. Então, como a gente já comentou, o nosso trabalho vem de fora. Se eu sou uma ponte dependendo exclusivamente do que vem de fora. E se o que vem de fora não tem tempo para me atender, vai sobrecarregar e vai comprometer todo o meu trabalho. E eu tenho notado isso no meu dia a dia. Todas as pessoas das quais eu dependo para fazer uma matéria também estão sobrecarregadas, então, elas nunca te atendem quando você precisa ser atendida, elas vão atender quando der e isso pode atrapalhar, comprometer o seu cumprimento de prazos (Mariana).

5.5 Monitorando a produção de outros veículos

Ao acompanhar a rotina de produção em uma redação, é possível observar que os jornalistas tendem a confirmar suas impressões e seus critérios noticiosos como corretos avaliando a produção de outros veículos. Monitorar o que foi dado pelos concorrentes, aliás, é uma prática dentro da redação e faz parte das exigências tácitas da profissão – prática que leva, muitas vezes, os jornalistas a pautarem uns aos outros. “(...) eu quero saber o que os outros disseram, o que os outros estão fazendo, que tipo de pauta está circulando nos outros veículos”, afirmou o depoente José. “Acaba gerando sugestões de pauta (...) você fica sabendo de determinado assunto que você não estava sabendo e que você pode ir atrás também”, observou Marcos.

Na redação onde atua o grupo investigado, no período da noite, próximo ao horário de fechamento, é possível observar alguns jornalistas se reunirem diariamente frente à televisão para observar os assuntos e os ganchos adotados pelos colegas concorrentes. As matérias de outros veículos, como a TV e o rádio, algumas vezes, também são alvo de comentários, brincadeiras e críticas que, em geral, sugerem superficialidade ou sensacionalismo no tratamento da notícia.

É possível afirmar que essa relação de concorrência só não é mais intensa entre o grupo investigado porque não havia outro veículo impresso na cidade até a finalização da pesquisa. Alguns sujeitos, inclusive, lembraram com certa nostalgia da época em que existia outro jornal local e consideraram esse tipo de concorrência saudável e estimulante para a produção.

A maior parte dos entrevistados disse acompanhar a produção de outros veículos, de abrangência local ou nacional. Aqueles que negaram essa prática, atribuíram a falta de tempo como um fator limitador. No entanto, o sentimento de desinformação, de não ter conhecimento sobre os principais temas que estão sendo discutidos pelos jornais, gera

desconforto. “Às vezes eu me sinto mal quando alguém vai conversar um assunto comigo que eu não sei o que é”, afirmou Ana.

Uma das entrevistadas, Carmen, revelou que, quando editava material de agências de notícia, costumava ver as informações e destaques dados por veículos de grande circulação e avaliar se havia agido corretamente em suas escolhas: “(...) eu chegava em casa, o meu marido é tarado por noticiário, e aí a gente ficava vendo noticiário e eu ficava encanada se tinha dado o gancho certo, se eu tinha dado aquela matéria com o destaque certo”.

No mesmo sentido, outro repórter admitiu que tende a comparar a qualidade de seus textos e abordagens com a produção da grande imprensa:

Agora é bem profissional, para ver a diferença, as palavras, o modo da matéria, o padrão, até diagramação, porque tem que saber como é, como está sendo (feito) nos grandes veículos, mas é bem profissional. Eu leio mesmo para comparar até com o meu trabalho, com o meu jeito de escrever, com o meu perfil, para ver se está próximo, o que eu preciso crescer, o que eu preciso melhorar (Valdir).

A produção da grande imprensa é vista por alguns jornalistas como referencial de qualidade. É o que demonstra o repórter Augusto, que admitiu ter “importado” algumas idéias de jornais de grande circulação para a editoria no qual atua. Também definiu a produção dos outros veículos, na sua área de atuação, como um “arquivo de pautas”, onde é possível buscar propostas para matérias. Na redação do grupo investigado, aliás, vários temas que são abordados pela grande imprensa são aproveitados para serem repercutidos localmente. Na reunião de pauta, é comum, por exemplo, observar a pauteira distribuindo algum recorte de jornal de grande circulação com a proposta de uma matéria que tenha potencial para ser trabalhada pela equipe local. Também é prática comum, no início do dia, que o olhar dos jornalistas passeiem pela bancada da redação onde ficam expostos diversos jornais de circulação no Estado.

Cabe ressaltar que, atualmente, também as assessorias de imprensa têm contribuído para a abordagem dos mesmos conteúdos, distribuindo *releases* e comunicados que pautam a produção dos veículos. Ou seja, em vários momentos, não é o repórter que “descobre” a notícia, mas a notícia que vai até o repórter por meio desses agentes de comunicação. Essa prática, de fato, reduz a possibilidade de exclusividade na abordagem do tema.

A conduta de monitoramento da produção de outros veículos tende a criar um círculo vicioso no processo de produção da notícia que acaba provocando, como afirma Bourdieu (1997), “efeitos de fechamento” sobre o que noticiar. Talvez por isso, o jornalista José, ao comparar a produção de outras publicações com a do jornal em que atua, tenha recorrido a expressões como “mesmice” e “repetição”. “Não sai nada muito novo no dia seguinte”, concluiu.

5.6 O relacionamento com os pares

A maior parte dos jornalistas disse ter bom relacionamento com os pares no ambiente de trabalho. De fato, na redação do grupo investigado, aparentemente há um clima de harmonia e de raros conflitos entre os repórteres. É possível observar, contudo, nas conversas de bastidores, alguns comparativos de produção. A pesquisadora observou e até participou, por exemplo, de conversas em que jornalistas que trabalham na produção diária comentavam a produção de colegas que atuam nos cadernos semanais, considerando o ritmo de produção deles menos intenso, “mais fácil”. Alguns chegaram a usar a palavra “privilegiado” ou “protegido” para se referir a alguns jornalistas, que supostamente seriam alvo de menor cobrança de produtividade por parte da chefia.

É razoável admitir que os jornalistas têm *status* diferenciado na redação, aos olhos da chefia e dos próprios pares. Há quem seja alvo mais recorrente de críticas dos dirigentes devido, entre outras coisas, à dinâmica mais lenta no processo de produção. Em muitos casos, os comentários são feitos de forma indireta, não na presença do sujeito que está sendo objeto das críticas.

Destaca-se, nesse sentido, o depoimento de um dos sujeitos que sustentou em vários momentos auto-imagem de baixo *status* na redação e demonstrou ressentimento pela posição ocupada no campo, como de um repórter de menor importância na visão da empresa. Considera-se um jornalista reflexivo e justificou que, por isso, seu processo produtivo é mais demorado. Reportou-se, em determinado trecho, a um período de sua vida profissional dentro da organização em que sempre era escalado para cobrir matérias de menor repercussão, “as matérias que eram restos, que eram sobras”. Definiu-se como sendo, na ocasião, “o repórter que cuidava de coisas burocráticas”, o repórter “secundário”, ou seja, destituído de importância na imagem da chefia. No garimpo das lembranças, recordou que, em determinada ocasião, fez a cobertura de uma pauta

supostamente burocrática, mas teve uma grande “sacada” e trouxe um assunto importante para o jornal. Mesmo assim, sua matéria não recebeu abertura de página – posição reservada aos temas mais importantes da cobertura do dia. “Mas não era a matéria secundária, eu que era secundário”, concluiu.

(...) eu era a sobra. O que é sobra? É aquele que vai atender sindicalista que chega, querendo dar uma informaçõzinha. São as informações de menos expressão. Enquanto os outros jornalistas da editoria faziam a cobertura dos assuntos mais prementes (Alberto).

Durante a observação participante, na checagem de uma denúncia que depois se mostrou sem sustentação, o mesmo repórter comentou: “se fosse uma matéria séria, o fulano (referindo-se a um colega de redação) é que faria”. Em tom de ressentimento, o depoente disse que há jornalistas que têm “*status*” e podem dedicar-se somente a um assunto por mais tempo ou gerar as próprias pautas.

De fato, a posição ocupada por alguns repórteres no espaço da redação pode indicar maior prestígio. Esse parece ser o caso de jornalistas escalados para atuar na área de política – uma editoria que lida mais diretamente com os interesses do jornal. Dificilmente um repórter que aos olhos da chefia não tenha bom desempenho e perspicácia trabalhará nessa editoria “nevrálgica”. Sintomaticamente, um dos jornalistas dessa área de cobertura, José, revelou acreditar que os colegas da redação o vêem como “privilegiado”, afirmando que já ouviu comentários como: “ele é protegidinho do chefe”. Isso porque passa boa parte do tempo fora da redação, tem um horário de produção mais flexível e muitas vezes não participa da reunião de pauta. Ponderou, entretanto, que o fato de permanecer fora da redação não quer dizer que não esteja investigando, já que sempre traz assuntos “quentes” para o jornal.

Além do “faro jornalístico”, dentro da redação a velocidade também é sinônimo de competência e os mais rápidos, em geral, são “bem vistos” aos olhos dos pares e da empresa, pela capacidade de finalizar sua produção em tempo hábil e demonstrar que conseguem dominar o tempo e não ser vencido por ele (TRAQUINA, 2004a). Em geral, os repórteres mais lentos tendem a ser tensionados durante o processo produtivo, não apenas pela pressão do *deadline*, mas também por causa da imagem negativa que constrói diante dos pares.

Embora a maior parte dos jornalistas tenha ressaltado que mantém bom relacionamento com os colegas da empresa, alguns afirmaram que existe competição

internamente - ainda que velada, ou menos agressiva, quando comparado ao ambiente de outras redações. Uma das depoentes sugeriu que há disputa interna de *status* intelectual entre os colegas e fez distinção, no espaço da redação, entre a “plebe” e os intelectuais, aqueles que, segundo ela, acreditam ser “os” jornalistas:

Eu sinto que existe uma competição, mas não é nem “ah, se eu produzo melhor que você”. A questão é: eu vejo que tem sempre uma turminha que é dos intelectuais, que tem uma visão crítica, os cabeças, e tem a plebe. Eu me vejo na plebe, entendeu? (...) Tem uns que se acham os jornalistas. Jornalista é egocêntrico pra caramba. Mas ninguém tem inveja de mim porque o que eu faço ninguém quer fazer. E eu também não tenho vontade de fazer nada do que os outros fazem (Vivian).

É interessante notar que essa jornalista, ao falar sobre sua posição dentro do campo, que sugere ser de menor importância, abordou o assunto entre risos¹³⁶ e assumiu uma postura de aparente indiferença. Em outro momento do discurso, contudo, afirmou, em tom de ressentimento, sentir-se “subutilizada” dentro da redação. Também o jornalista que afirmou ser um repórter “secundário”, em outro momento, adotou uma postura de indiferença em relação ao retorno dos pares sobre sua produção, afirmando que atualmente não tem se importado com isso. É possível notar nesses exemplos uma estratégica tentativa de indiferença sobre a imagem e a posição menos privilegiada ocupada no espaço da redação que, no entanto, logo se mostra frágil e duvidosa diante de manifestações de ressentimento.

O *status* dentro do campo tem que ser conquistado e reforçado freqüentemente (DARNTON, 1990). Para o neófito, talvez, essa empreitada exija maior gasto de energia. Nesse sentido, Rebeca admitiu que tem se esforçado para demonstrar sua competência especialmente diante da chefia. Revelou que evita reclamações e assume uma postura de “boa vontade”, de “fazer o melhor” nas tarefas que lhe são incumbidas. Admitiu que tem um perfil competitivo e ressaltou que, antes de conquistar efetivamente o posto de repórter, sentiu-se ameaçada por uma profissional que estava fazendo acompanhamento na redação e pleiteava o mesmo cargo. Vendo a concorrente como um alvo, afirmou para si própria, na ocasião, que a outra repórter não iria lhe “superar”. Hoje, diante dos pares, essa jornalista acredita que ainda está cativando as relações e ressaltou que “acaba ficando um

¹³⁶ - Também entre risos, Francisco disse não ter conflitos ou disputar matérias com colegas de outros veículos porque acha que isso ocorre entre “grandes repórteres”. “No meu caso, ninguém tem inveja de mim não, então ninguém vai ter conflito comigo”. Também nesse caso, o pretense tom de brincadeira não esconde marcas de ressentimento.

pouco na sua” para não ser impertinente e evitar comentários como “mal chegou já está querendo achar que é enturmada”.

No relacionamento com os companheiros de outros veículos, a maior parte dos jornalistas também afirmou não ter conflitos durante a cobertura das matérias¹³⁷. Alguns falaram em uma relação de “camaradagem”, de troca de informações e ajuda mútua, embora essa postura não desaqueça a concorrência pelo furo. “Eu acho que se o furo deixar de exercer fascínio, a profissão acabou. O profissional tem que deixar de ser jornalista. Eu acho que o objetivo de todo mundo é furar, dar em primeira mão, primeiro lugar”, disse o depoente Pedro.

No acompanhamento da cobertura de uma sessão da câmara municipal, essa situação foi bem ilustrada. Entre o repórter do grupo investigado, Marcos, e jornalistas de veículos concorrentes, de rádio e TV, foi possível notar um clima de “coleguismo”, uma postura solidária marcada por troca de comentários ao pé do ouvido e brincadeiras. O que não evitou, no entanto, que em determinado momento, o repórter do jornal se afastasse dos colegas, puxasse um vereador num canto e conseguisse informação exclusiva para seu veículo.

Outra jornalista admitiu que adota estratégia semelhante, mas minimizou sua identificação com essa postura de concorrência, ao atribuí-la a uma cobrança da empresa:

Às vezes eu acho que eu tive uma sacada que é só minha, eu tento puxar o entrevistado numa coletiva para ele falar só para mim. Ou então espero todo mundo fazer a coletiva e depois pego alguma informação particular, ou tento fazer determinadas perguntas que eu acho que a maioria não fez, de forma reservada. Mais pela cobrança que eu acho que é da empresa, de repente nem é só da empresa, mas eu atribuo hoje à empresa (Carmen).

Além de não desaquecer a concorrência pelo furo, essa postura de “camaradagem” com os colegas de outros órgãos também não impede que, no terreno da sala de redação, jornalistas comentem a produção dos concorrentes e façam comparativos ou até mesmo comentários jocosos, que recuperam a qualidade do jornal frente aos outros veículos.

¹³⁷ - Na contramão dos discursos, dois entrevistados disseram que a relação com os concorrentes nem sempre é de diplomacia. Um deles, Tomás, disse ter presenciado atitudes “mesquinhas” de companheiros de outros veículos, como não fornecer ajuda ou responder a alguma dúvida, com o objetivo de “segurar” a informação. José afirmou que na editoria de política sente uma relação de “ódio e inveja” de colegas de outros veículos em relação ao seu trabalho.

Apesar das queixas e insatisfações no ambiente de trabalho, lá fora, junto aos companheiros de outros veículos, percebe-se que, em geral, os jornalistas do grupo investigado são leais a sua empresa. Como numa relação alusiva a uma grande família, só os de dentro estão efetivamente autorizados a falar mal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrido o caminho da investigação teórica e empírica, observamos que a identidade profissional do jornalista, nas sociedades ocidentais, tem sido alimentada por representações sociais circundadas por uma esfera idealizada que, em certa medida, são tensionadas quando submetidas ao exercício da suspeição crítica e avaliadas sob a ótica do contexto objetivo de produção da notícia.

Realizar o trabalho de desmistificação necessário para compreender a lógica prática dos atores do campo, desvelando mecanismos que incidem sobre a produção noticiosa, não significa, contudo, deixar de reconhecer a importância estratégica dessas representações historicamente constituídas, por meio das quais os jornalistas conferem sentido, orientam e legitimam suas ações. Esse trabalho, portanto, desenvolveu-se a partir desse duplo esforço.

A partir do estudo de caso, realizado com 17 jornalistas de um jornal impresso do Interior do Estado de São Paulo, foi possível construir um conhecimento sobre aspectos da identidade profissional dos agentes do campo e de seu fazer prático. Ainda que essa investigação focalizada nos permita fazer generalizações a respeito do fenômeno, um caso, em última instância, é apenas um caso (BECKER, 1999). Assim, como observado na introdução, não temos a pretensão de fechar questão em torno do assunto, mas sim, a partir dessa pesquisa, contribuir para reflexões sobre o campo jornalístico no universo acadêmico e no espaço das redações.

No plano simbólico, foi possível constatar que os sujeitos da pesquisa compartilham, em nível grupal, com variações de intensidade, concepções, crenças e valores sobre a profissão constituídos socialmente, os quais foram mapeados durante a exploração teórica. Em linhas gerais, o jornalismo foi concebido como uma profissão “salvacionista”, capaz de contribuir para a correção dos problemas e desvios sociais, com potencial para fiscalizar os poderes, retratar a realidade, ajudar, conscientizar, formar e até transformar a sociedade, adquirindo em alguns momentos um contorno claramente missionário. Nesse contexto, a condição do jornalista no seu papel social foi alçada a de um comunicador desinteressado, cujo objetivo do trabalho está focado, sobretudo, na busca da verdade e no compromisso com o público. Percebe-se claramente, nesse movimento, a tentativa dos sujeitos de construir uma identidade profissional

gratificante a partir de uma aura de virtude, positiva e socialmente encorajada, colhendo os lucros de valores reconhecidos como universais (BOURDIEU, 2004).

De fato, em muitos aspectos, as falas convergiram para elementos comuns que corroboram representações e auto-representações compatíveis com as condutas e desempenhos considerados adequados no campo jornalístico, apesar de alguns repórteres terem sido personagens mais significativos dessas classificações. Sem desconsiderar a particularidade e diversidade dos sujeitos, isso nos leva a crer que há um predomínio universal nas sociedades ocidentais de uma identidade jornalística, cujos elementos, bem formulados, configurados historicamente e respaldados pela força da tradição, engendram um sentimento de identificação entre os agentes do campo.

Embora o jornalista seja tributário dessa identidade histórica, ao analisarmos a faceta particular dos sujeitos da pesquisa, encontramos instabilidade nos discursos, alimentada por conflitos, ambigüidades e contradições. Essa instabilidade já aparece no plano discursivo, mas ganha contorno especialmente quando observadas as condições de produção. Ora, nas atividades práticas do grupo investigado vemos que, em parte, representações sociais construídas em torno da profissão e de seus agentes mantêm uma relação tênue com comportamentos observados. E são essas contradições e ambigüidades que tentaremos explorar neste espaço reservado para as considerações finais sobre o fenômeno investigado.

Em alguns aspectos, pode-se argumentar que há flagrante discrepância entre as imagens construídas em torno da profissão e a realidade operacional do grupo investigado, confirmando uma das hipóteses iniciais do desenvolvimento da pesquisa. A defesa de grande parte dos sujeitos na capacidade do jornalismo de retratar a realidade encaixa-se nessa constatação. A reprodução de valores da teoria do espelho transfigura verbalmente a subjetividade que marca todo o processo jornalístico e a construção social operada pelos profissionais na produção da notícia. A defesa desses valores, de fato, implica uma visão ingênua e encobre a natureza da atividade, afastando do debate as estruturas que condicionam o fazer jornalístico, como a cultura noticiosa, que canaliza comportamentos na definição do que deve ser notícia. Em última instância, retira do debate profissional a responsabilidade que tem o jornalista ao definir e selecionar aquilo que deve ser notícia, reduzindo as discussões sobre a prática profissional a propostas de boas intenções, como não se deixar dominar pelo próprio crivo valorativo ou pelos interesses políticos e comerciais da empresa. Não queremos afirmar, com isso, que esses

sujeitos não acreditem sinceramente que essa imagem projetada discursivamente seja a “realidade verdadeira”¹³⁸ (GOFFMAN, 1975), mas sim ressaltar que, neste caso, a falta de reflexão sobre as práticas internas jornalísticas pode levar os agentes a corroborarem representações incapazes de serem experimentadas materialmente, como “retratar a realidade” no conteúdo do noticiário, ou ser mero intermediário entre o público e o real.

Significativo é notar, nessa discussão, como os sujeitos da pesquisa, de forma geral, demonstraram dificuldades em explicitar seus critérios de noticiabilidade, ocultando, discursivamente, o caráter arbitrário e subjetivo da seleção operada nas páginas do jornal, e se ancorando, em grande medida, apenas na invocação das expectativas do público para justificar suas escolhas.

As falas também refletem contradições de uma profissão que tem uma representação desburocratizada, pouco afeita a rotinas, mas que, no entanto, reproduz padrões comportamentais socialmente amoldados e estrategicamente operacionalizados no ambiente da redação. No discurso de alguns depoentes, o jornalismo apareceu como uma profissão que oferece ou exige a cada dia novas experiências e possibilidades de conduta, desconsiderando-se a influência das rotinas produtivas e do *habitus* profissional. É possível afirmar que esse movimento de transfiguração verbal ocorre quando nobres intenções declaradas pelo campo, reconhecidas socialmente como mais elevadas (aquilo que é dito), sobrepõem-se, em aparência, à lógica das atividades práticas dos atores (aquilo que não é dito) (BARROS FILHO, 2003b).

Pode-se argumentar, contudo que, entre o grupo investigado, o movimento de transfiguração verbal não ocorreu apenas numa perspectiva de defesa da nobreza das ações, como previsto inicialmente, mas também surgiu a partir da construção de representações que atribuem valor negativo ao fazer prático dos sujeitos. Esse foi o caso de um repórter que, assumindo a condição de vítima dos constrangimentos organizacionais, negou qualquer autonomia no contexto produtivo, até mesmo para tomar decisões mínimas, como decidir que fontes consultar, supervalorizando o peso da política editorial. Nesse caso, a responsabilidade pelo afastamento do desempenho ideal foi imputada ao outro, à empresa, à chefia. Em sentido oposto, um dos sujeitos transferiu para sua incapacidade pessoal a impossibilidade de vivenciar algumas representações sociais propaladas no campo, como a do jornalista cão de guarda ou do repórter

¹³⁸ - Como afirma Goffman, “um indivíduo pode ser convencido do seu ato ou ser cínico a respeito dele” (1975, p.27).

apaixonado e aventureiro. Esses dois exemplos significativos apresentam o jornalista ora como vítima, ora como culpado pelas limitações no desempenho profissional – por um lado, negando a autonomia relativa do sujeitos no contexto produtivo, por outro, ocultando as estruturas menos visíveis que incidem e condicionam o fazer prático diário dos agentes do campo.

Quando observamos as condições concretas de produção do grupo investigado, outras imagens que fazem parte do pólo simbólico historicamente constituído, e que ganharam expressão no discurso dos sujeitos, mantêm uma relação tênue com comportamentos observados. Esse nos parece ser o caso da concepção do jornalista como cão de guarda e vigilante responsável pela cobrança do bom desempenho dos órgãos e poderes instituídos. Não é possível negar que, em alguns momentos, os sujeitos, de fato, exerçam o potencial expresso por essas representações. Mas percebe-se que essa capacidade é fragilizada dentro de um contexto de produção que assume uma dinâmica burocrática e repetitiva, levando os jornalistas a procurarem a notícia ali, em lugares já conhecidos – junto a fontes institucionais, oficiais e familiares – criando um círculo vicioso no relacionamento com os informantes. Nem sempre há uma postura de desconfiança ou possibilidade de checagem em relação às informações transmitidas pelas fontes, tampouco se recorre a canais de informações diversos, apesar da defesa dessas condutas. Em muitos momentos, a dinâmica de apuração acaba se resumindo em ouvir os dois lados da questão, garantir o contraponto de informações, ou procurar a versão de agentes especializados de comunicação, como as assessorias de imprensa. Nesse contexto, a prática da reprodução do que está sendo relatado pelos informantes encontra maior apelo do que propriamente a postura crítica e investigativa presente na representação de cão de guarda.

Com o objetivo de lançar luz sobre as condições concretas de produção, importante nos parece destacar algumas particularidades do contexto de trabalho do grupo investigado que não podem ser desprezadas, quando comparado, por exemplo, aos grandes veículos da imprensa nacional. Os sujeitos da pesquisa, em geral, têm um contato e convívio mais próximo com os informantes e com a comunidade na qual o jornal está inserido – condição que, se por um lado pode facilitar o trabalho do jornalista devido à proximidade, por outro pode tornar o profissional mais exposto e pressionado, especialmente diante dos interesses dos grupos de poder local ou dos valores morais vigentes de uma sociedade interiorana, que tendem a se apoiar no conservadorismo. Além disso, os sujeitos atuam em uma

organização cujo número de jornalistas é modesto, e onde não se encontram, em linhas gerais, investimentos em grandes reportagens investigativas ou trabalhos de campo aprofundados. No contexto de trabalho, também não é sentida de forma expressiva a pressão da concorrência (que poderia levar a investimentos mais representativos em estrutura humana e operacional), já que o jornal era o único veículo impresso diário da cidade no período de realização da pesquisa de campo¹³⁹. Aqui podemos assumir uma fragilidade do estudo de caso: ao não investigar, de forma comparativa, a realidade operacional de outras redações, ficamos impossibilitados de avaliar em que medida jornalistas de outros contextos organizacionais têm encontrado (ou não) condições de exercer o potencial expresso pela concepção de cão de guarda e outras concepções¹⁴⁰, embora seja importante ressaltar que as redações de jornais impressos diários atuem com base em estruturas organizacionais semelhantes.

Nas entrevistas, também ganhou contorno entre os sujeitos a classificação do jornalista como um profissional com visão e capacidade intelectual acima da média para interpretar os acontecimentos, dono de uma postura crítica e esclarecedora, capaz de corrigir desvios do sistema, promover mudanças (inclusive na maneira de ver e pensar do público). Essas imagens, que carregam uma conotação narcisista, também são relativizadas na experiência concreta do grupo investigado, quando considerados aspectos - apontados pelas entrevistas e observação participante - como a produção de notícias em situações de insegurança e incerteza, sustentação de pautas sem embasamento, superficialidade no tratamento do produto informativo e recurso a fórmulas prontas de pensamento, que confirma lugares comuns¹⁴¹. Pode-se questionar também, em que pese a boa fé dos profissionais no contexto produtivo, se os jornalistas, na condição reivindicada de servidor do público, têm conseguido levar na maior parte das vezes informações pertinentes e relevantes para o cidadão comum exercer seus direitos democráticos, ou divulgado manifestações que merecem atingir o conjunto da sociedade, quando se percebe que para

¹³⁹ - Até o fechamento da dissertação, como ressaltado anteriormente, estavam ocorrendo preparativos para a inauguração de um novo jornal impresso diário na cidade.

¹⁴⁰ - Ressalta-se também que, independente do contexto organizacional, os sujeitos não encontram condições de vivenciar algumas concepções sustentadas no campo, como ser mero intermediário entre o público e real.

¹⁴¹ - Podemos acrescentar aqui outra particularidade do grupo investigado: muitos jornalistas não são especializados na cobertura de determinado assunto, tampouco tem tido acesso a um processo de formação e qualificação continuada em sua área de atuação, o que torna ainda mais difícil a abordagem contextualizada de um fenômeno na condição de urgência. De fato, talvez a especialização dos jornalistas em determinadas editorias permitisse que os profissionais encontrassem maior segurança e ferramentas teóricas para a abordagem de determinados temas.

um assunto encontrar espaço no noticiário deve “caber” em concepções prévias da cultura noticiosa (DARNTON, 1990); quando se constata que a superficialidade no tratamento dos fenômenos sociais e o diálogo com valores morais vigentes não são exceções na dinâmica de produção diária de um jornal impresso pautada pela urgência; ou ainda quando se observa que, em certos aspectos, a maneira como a notícia é construída e um assunto é focado “adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade” (BOURDIEU, 1997).

Com essas observações, de certo, não queremos diminuir a importância da imprensa, tampouco “menosprezar” o fazer prático dos sujeitos ou apontar culpados, mas antes compreender que há limitações que se impõem à produção noticiosa pela forma como o trabalho jornalístico está estruturado na organização, e que algumas representações construídas em torno da profissão e dos jornalistas são alvo de contradições e ambigüidades quando avaliadas sob a ótica da dinâmica produtiva.

Os sujeitos da pesquisa também exprimiram contradições quando observado apenas o nível discursivo. Alguns exemplos nos parecem significativos para ilustrar como alguns sujeitos adotaram ora uma posição, ora outra no tratamento de determinados temas, apontando para uma consciência fragilizada sobre a própria prática profissional. Há quem inicialmente se mostrou resistente aos valores de objetividade e imparcialidade, mas em seguida construiu fortes imagens atreladas à defesa da neutralidade e à postura do jornalista como simples mediador. Ou ainda quem saiu em defesa da imagem profissional desburocratizada, mas ao discorrer sobre as condições de produção, admitiu padronização em sua prática. Representativas também são as falas de sujeitos que se apoiaram em valores da teoria do espelho ao verbalizarem suas concepções sobre o fazer jornalístico, mas em seguida admitiram recorrer a expedientes questionáveis, como selecionar depoimentos que estejam de acordo com seu ponto de vista; procurar fontes apenas para sustentar determinada posição previamente pensada pelo jornalista; ou dar mais espaço a um informante tanto mais ele se aproxime da pré-concepção do repórter sobre o assunto. Destaca-se também o depoimento de sujeitos que ora sustentaram postura de adequação e até de compreensão aos interesses mercadológicos da empresa, ora mostraram tensões e desejo de autonomia em relação aos imperativos comerciais.

As observações destacadas ganham força quando analisado o conjunto de entrevistas. Não é possível ignorar, entretanto, que, em alguns aspectos, há sujeitos que construíram representações ancoradas numa postura mais crítica e coerente, considerando

as condições de produção jornalística e a experiência concreta vivenciada no contexto organizacional.

Em linhas gerais, os sujeitos da pesquisa identificaram como aspectos limitadores do fazer jornalístico a pressão do tempo, os constrangimentos organizacionais e a falta de condições apropriadas de trabalho oferecidas pela empresa. Nesse sentido, sugeriram que estaria relacionada a esses fatores a incapacidade de vivenciar em sua experiência concreta algumas das representações construídas nos discursos, entre elas, retratar o real, realizar um trabalho desburocratizado, independente, aprofundado, investigativo e apoiado na consulta de canais de informação diversos.

De fato, o exercício da reflexão, criatividade e apuração aprofundada encontra condições desfavoráveis em uma prática subordinada à velocidade. Considerando-se a quantidade de pautas a cumprir e o que alguns sujeitos definiram como sobrecarga de trabalho (diante de um quadro de redações enxutas), as dificuldades tendem a ser potencializadas, criando um nível significativo de pressão no processo produtivo. Nesse contexto, não é possível fechar os olhos para a legitimidade da defesa de melhores condições de trabalho feita pelo grupo, pois as intenções de realizar um produto de melhor qualidade se fragilizam quando não encontram a estrutura humana e operacional adequada para esse exercício.

Também não é possível ignorar a influência de constrangimentos organizacionais entre o grupo investigado, embora seja preciso notar que a produção das notícias não é pautada por uma orientação rígida, marcada fortemente pela intervenção dos dirigentes. De toda forma, especialmente em um contexto de excesso de mão-de-obra e poucas vagas de trabalho, dificilmente os sujeitos da pesquisa se opõem ao cumprimento das normas da casa - apesar de terem se apoiado discursivamente no compromisso com o público, acima da lealdade estabelecida para com a empresa.

Se essas razões apontadas pelos sujeitos influenciam, de fato, as ações na dinâmica produtiva, é preciso avançar no entendimento dos mecanismos que incidem sobre a prática jornalística num nível menos aparente. Em linhas gerais, por exemplo, os repórteres não sugeriram consciência sobre a influência da cultura profissional e dos processos de socialização no espaço da redação - lugar privilegiado para a aprendizagem do *habitus* profissional, do senso prático que orienta e limita, em certa medida, o sentido de suas ações.

A partir do discurso dos depoentes, também foi possível observar que o sistema simbólico no qual a atividade está ancorada confere sentido às ações dos sujeitos, levando-os a demonstrarem discursivamente prazer pela atividade e defenderem um grau de dedicação e envolvimento intenso para com a profissão. Nesse sentido, os profissionais construíram um cenário favorável para a exploração tácita dentro das redações. Contudo, também neste contexto percebemos ambigüidades no nível discursivo. Embora alguns sujeitos tenham defendido a necessidade de envolvimento acentuado e entrega do tempo no exercício profissional, reclamaram da dedicação exigida pela empresa e da sobrecarga de trabalho, especialmente devido à tensão provocada pelas jornadas irregulares e falta de tempo para a vida privada. Fato interessante é que alguns depoentes que demonstraram inicialmente nas entrevistas sua atração pelo potencial do jornalismo em fugir da rotina e ser uma profissão “corrida”, em seguida exprimiram tensão justamente pela dificuldade de ter horários mais regrados ou maior tranquilidade no contexto de produção. De fato, ao desarmar-se da aura de nobreza construída discursivamente, encontramos jornalistas no ambiente de trabalho adotando postura pragmática, demonstrando visível intenção de terminar a jornada, ou protagonizando manifestações de indisposição e ociosidade (mas, afinal, que atire a primeira pedra o sujeito que não é abatido por tal estado de espírito). Cabe avaliar, contudo, se em outros contextos organizacionais, onde há maior ou menor nível de satisfação profissional por parte dos sujeitos, essa postura seja adotada com frequência diferenciada.

Durante as entrevistas e a observação participante, também foi possível observar um significativo nível de tensão dos sujeitos para com a organização quando considerados outros aspectos. A maior parte dos jornalistas desenhou um quadro negativo do contexto de trabalho em relação a recompensas simbólicas e materiais por parte da empresa, exprimindo sentimento de desvalorização no ambiente profissional. Nessa perspectiva, tendo em vista a melhoria da qualidade no ambiente de trabalho, muito importante nos parece considerar a necessidade de as organizações estarem atentas para a valorização do que é da ordem do simbólico no contexto produtivo. “Ele (simbólico) informa quando os contextos de trabalho são vividos como positivos ou como negativos, denunciando pontos, na tangência do trabalhador-contexto de trabalho, a partir dos quais as mudanças podem ser impulsionadas” (SATO, 1999, p.209).

A organização no qual se inscreve o grupo pesquisado também é palco de embate para os sujeitos quando observada interferência de interesses políticos ou comerciais da

empresa nas decisões do espaço da redação, especialmente quando esses interesses sobrepõem-se a princípios jornalísticos – como o propalado compromisso com o público – impossibilitando o trabalho que se deseja fazer. Nas condições objetivas de produção, os repórteres demonstram esse e outros tensionamentos com variações de intensidade, já que as pressões objetivas sentidas no processo produtivo dependem, em certa medida, do limite subjetivo de cada profissional.

De todo modo, apesar das angústias e tensões que compõem a face negativa do trabalho na organização, grande parte dos sujeitos da pesquisa demonstrou discursivamente prazer pela atividade e sensibilidade a compensações psicológicas decorrentes desse envolvimento. Outros ganhos como o retorno do público, o prestígio profissional, o sentimento de estar informando, ajudando pessoas, prestando um serviço à sociedade aparecem no discurso como elementos compensadores no exercício profissional, o que demonstra que o pólo simbólico constituído em torno do jornalismo é importante para que os agentes confirmem significados a suas ações. Assim, o trabalho na organização apresentou ao mesmo tempo uma face positiva e negativa: é gerador de angústias e tensões, seja pela falta de valorização e condições adequadas de produção, pelo desgaste no exercício da atividade ou pelos obstáculos encontrados diante do que se deseja fazer; mas é também motivador de compensações e prazer, já que é através dele que o sujeito encontra a possibilidade de exercer seu papel de jornalista e recebe as recompensas simbólicas decorrentes dessa posição.

Em linhas gerais encontramos, a partir das representações sociais construídas pelos sujeitos da pesquisa e das condições de produção da notícia, uma profissão carregada de contradições. Não nos é estranho, portanto, que tenham surgido no nível do discurso dos repórteres, revelando o quanto a situação do grupo é mais complexa do que parecia. Percebemos que foram estabelecidos elementos universais próprios do pólo simbólico jornalístico, historicamente constituídos, e que, em parte, se contradizem quando pensados na prática. A grande questão de viver o jornalismo é conviver nesse sistema de ambigüidades. Isso cria tensionamentos, muitas vezes não revelados ou expostos publicamente, que levam os profissionais a buscarem justificativas para a impossibilidade de cumprir esses modelos ideais propostos pelo universo representacional, imputando a responsabilidade por essas limitações (expressa pela distância entre as aspirações daquilo que gostaríamos de ser e o que, na prática, somos)

aos interesses da empresa, pressão do tempo, sobrecarga de trabalho ou à própria incapacidade pessoal.

Uma consequência desse processo é que grande parte dos sujeitos da pesquisa demonstrou discursivamente tênue consciência sobre as estruturas e mecanismos de controle menos visíveis que incidem sobre a produção noticiosa, os quais influenciam suas escolhas e ações. Outra consequência, mais extrema, é que algumas representações sociais defendidas pelo grupo investigado sejam vivenciadas apenas no nível discursivo, fazendo com que, em alguns aspectos, a prática profissional torne-se descolada das imagens sustentadas dentro do campo.

O fazer jornalístico tem sido construído pela categoria sem que algumas dessas contradições sejam discutidas, quiçá, enfrentadas. Nesse sentido, ao explicitar conflitos, ambigüidades e contradições vivenciados pelos agentes do campo o percurso dessa pesquisa teve, inevitavelmente, um viés desmistificador.

De fato, além de legitimar o estudo da identidade avaliando-o na prática cotidiana dos jornalistas, essa pesquisa se propôs a lançar um olhar de reflexão sobre o campo, entendendo a necessidade de realizar um movimento de melhor compreensão das condições de produção desses agentes, para inclusive entender suas possibilidades e limites. Como afirma Bourdieu (1997), explicitar e tomar consciência dos mecanismos que condicionam a prática é um instrumento que abre a possibilidade de agir conscientemente sobre esses mecanismos e controlá-los. Nesse sentido, ressalta-se também o papel das universidades nesse processo de reflexão e formação de atores críticos. Seria, inclusive, importante observar em que medida representações e valores - mais apoiados na reprodução do senso comum do que propriamente na reflexão sobre o campo profissional - continuam ganhando ressonância nos cursos de jornalismo, sobretudo na área de ética.

A falta de transparência e reflexão sobre as práticas internas jornalísticas impede melhor compreensão do trabalho e de suas variantes e abre margem para a construção de imagens estereotipadas ou supervalorizadas sobre o papel dos jornalistas, bem como para a construção de representações negativas, apoiadas em críticas reducionistas - que desconsideram ou se distanciam de aspectos importantes das condições materiais de produção.

Contudo, se por um lado essa pesquisa questionou algumas representações presentes no campo jornalístico, com o objetivo de realizar o trabalho de suspeição crítica

necessário para avançarmos nas reflexões sobre o campo, também caminhou, por outro, na tentativa de entender a importância da construção dessas classificações, a partir das quais os jornalistas conferem significado à profissão e buscam lucros simbólicos, como o reconhecimento social e a satisfação pelo exercício da atividade. Todos os grupos constroem representações sobre o mundo que os cerca e sobre si mesmos, de acordo com o contexto histórico e cultural em que estão inseridos. Reconhecemos a importância das representações sociais, seja para dar significado ao mundo social ou, especialmente no caso das auto-representações, para elaborar uma identidade gratificante para os grupos, valorizar socialmente sua posição social e conferir significado a suas ações.

De toda forma, o movimento de reflexão defendido por essa pesquisa não impede que os agentes do campo construam novas representações que, antes de esvaziar a importância social do jornalismo, a recupera a partir de um projeto profissional mais crítico e consciente em relação aos mecanismos que incidem sobre a prática profissional; um projeto no qual os valores e imagens sustentados no campo tenham maior capacidade de serem vividos e experimentados concretamente. Tensionar os universos consensuais, as concepções estabelecidas e legitimadoras do *status quo* e do senso comum, “fazendo emergir alguns mecanismos, processos e realidades até então escondidas”, pode provocar mudanças na representação que os sujeitos fazem da realidade, abrindo espaço para novos questionamentos e transformações sociais (CHANLAT, 1996a, p.34). É a partir desse movimento de reflexão que entendemos que essa pesquisa alcança legitimidade.

Por outro lado, importante nos parece reconhecer que o caminho para um projeto profissional mais reflexivo não se encerra nesse movimento. Investimentos em recursos humanos e operacionais no espaço das redações, melhor qualidade de vida nos ambientes organizacionais e uma formação profissional mais crítica talvez criem contextos de interação favoráveis ao exercício de reflexão que aqui se defende.

De fato, muitos são os estudos que estão por ser feitos para avançarmos na análise desse campo, onde encontramos atores, embora revestidos pela aura de nobreza, desempenhando no contexto produtivo sua “toadinha de maneira muito tímida”, como expressou de forma significativa um dos sujeitos da pesquisa. A abordagem multidisciplinar, com base em contribuições teóricas da área da sociologia, antropologia, psicologia e da comunicação, ao que tudo indica, oferece-nos importantes ferramentas para o avanço das pesquisas nesta área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKTOUF, Omar. O simbolismo e a cultura de empresa: dos abusos conceituais às lições empíricas. In: CHANLAT, Jean-François (Coord.). **O Indivíduo na Organização – Dimensões Esquecidas**. Vol. II. São Paulo: Editora Atlas, 2001, p.40-79.

AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. 1. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1996.

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. O problema do conhecimento. In: _____ **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1986, p.165-184.

ARBEX JR., José. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. 3. ed. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2003a.

_____. **O Habitus na Comunicação**. São Paulo: Summus, 2003b.

BECKER, Howard S. Observação Social e Estudos de Caso Sociais. In: _____ **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999, cap. 5, p.117-133.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **Corpo, cultura e memória: depoimentos de universitários**. Bauru: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2004. Coleções FAAC – série pesquisa.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Eu caçador de mim: pensando a profissão de psicólogo. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. 2.^a reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, p.280-291.

BORZEIX ANNI, LINHART, Daniele. Identidades e práticas lingüísticas na empresa. In: CHANLAT, Jean-François (Coord.). **O Indivíduo na Organização – Dimensões Esquecidas**. Vol. III. São Paulo: Editora Atlas, 1996b, p.82-106.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas. Sobre a teoria da ação**. 5. ed. Campinas: Papyrus Editora, 2004.

_____. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BREED, Warren. Controlo social na redacção. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”**. 1.ed. Lisboa: Vegas, 1993. p.152-166.

CALDAS, Álvaro (org.). **Deu no Jornal: o jornalismo impresso na era da Internet**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

CASTRO, Ricardo Vieiralves de. Representações sociais da prostituição na cidade do Rio de Janeiro. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. 2.^a reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, p.149-187.

CHANLAT, Jean-François (Coord.). Por uma antropologia da condição humana nas organizações. In: _____ **O Indivíduo na Organização – Dimensões Esquecidas**. Vol. I. 3.ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996a, p.21-45.

CHANLAT, Jean-François (Coord.). O ser humano, um ser simbólico. In: _____ **O Indivíduo na Organização – Dimensões Esquecidas**. Vol. III. São Paulo: Editora Atlas, 1996b, p.227-251.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do Jornalismo – Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. 1. ed. São Paulo: Summus, 1994.

CLEGG, Stewart. Poder, linguagem e ação nas organizações. In: CHANLAT, Jean-François (Coord.). **O Indivíduo na Organização – Dimensões Esquecidas**. Vol. I. 3.ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996a, p.47-66.

CORNU, Daniel. **Ética da Informação**. Bauru (SP): Edusc, 1998.

COULON, Alain. Questão de método. In _____ **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1995, cap.5, p. 79-92.

_____. Os conceitos-chave da etnometodologia. In _____ **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1995, cap.3, p.29-49.

CUCHE, Denys. Cultura e Identidade. In _____. **A Noção de Cultura em Ciências Humanas**. Bauru: Edusc, 1999. cap.6. p.175-202.

DANTAS, Audálio (org). A guerra no meio do caminho. In: _____ **Repórteres**. São Paulo: Editora Senac, 1997.

DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica. In: _____ **O Beijo de Lamourette – Mídia, Cultura e Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, cap.5 p.70-97.

DIMESNTEIN, Gilberto; KOTSCHO, Ricardo. **A aventura da reportagem**. São Paulo: Summus Editorial, 1990.

DINES, Alberto. **O papel do jornal – uma releitura**. 5. ed. São Paulo: Summus, 1986.

DIZARD, Wilson Jr. **A Nova Mídia: a comunicação de massa na era da informação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

DURKHEIM, Émile. Representações Individuais e Representações Coletivas. In: _____ **Sociologia e filosofia**. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitário, p. 15-49.

ECO, Humberto. **Apocalípticos e Integrados**. 6. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

FAERMAN, Marcos. A longa aventura da reportagem. In: DANTAS, Audálio (Org.). **Repórteres**. São Paulo: Editora Senac, 1997, p.146-163.

FRIAS FILHO, Otavio. Apresentação. In: LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **Mil Dias: os bastidores da revolução em um grande jornal**. 1. ed. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.

GASPARINI, Giovanni. Tempo e trabalho no Ocidente. In: CHANLAT, Jean-François (Coord.). **O Indivíduo na Organização – Dimensões Esquecidas**. Vol. III. São Paulo: Editora Atlas, 1996b, p.112-126.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____ **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, cap.1, p.13-41.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987. Disponível em: <http://www.ademo.com.br/bibt/t196_int.htm>. Acesso em: 25 de maio de 2004. Paginação irregular.

GOFFMAN, Erving. Representações. In: **A Representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975, p.25-75.

GREENFIELD, Jeff. “Um respeito decente”. In: _____ SCHMUHL, Robert (Org.) **As responsabilidades do jornalismo – as questões da ética no país de maior liberdade de expressão**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1984, p.63-71.

HALIMI, Serge. **Os novos cães de guarda**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HOHFELDT, A.; MARTINO, L.C.; FRANÇA, V.V. (org). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

KARAM, Francisco José. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo, Ática, 1986.

KOTSCHO, Ricardo. O pipoqueiro e os filhos da pauta. In: DANTAS, Audálio (Org.) **Repórteres**. São Paulo: Editora Senac, 1997, p.183-197.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. Usos e abusos do conceito de representação social. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. 2.^a reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, p.58-71.

LASSWELL, Harold D. **Estructura y función de la comunicación en la sociedade**. Disponível em <www.nombrefalso.com.ar/materiais/apuntes/html/lasswell.html> Acesso em 19 de setembro de 2004. Publicado na coletânea: MORAGAS SPÁ, Miquel. *Sociologia de la comunicacion de massas*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1985.

LEUENROTH, Edgard. **A organização dos jornalistas brasileiros, 1908-1951**. São Paulo: Com-Arte, 1987.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **O Adiantado da Hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Summus, 1991.

_____. **Mil Dias: os bastidores da revolução em um grande jornal**. 1. ed. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.

LOSNAK, Célio José. **Polifonia Urbana: Imagens e Representações – Bauru 1950-1980**. Bauru (SP): Edusc, 2004.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da Notícia – Jornalismo como produção social de segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Jornalismo fin-de-siècle**. 1ed. São Paulo: Página Aberta, 1993.

_____. **A Saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MELO, José Marques; SILVA, Carlos Eduardo Lins (org.). **Perfis de Jornalistas**. São Paulo: Editora FTD, 1991.

MEYER, Philip. **A Ética no Jornalismo – um guia para estudantes, profissionais e leitores**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

MORAES, Denis (org.). **Por uma outra comunicação – Mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MORETZSOHN, Silvia. **Jornalismo em “tempo real” – o fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MORETZSOHN, Silvia. **Profissionalismo e objetividade: o jornalismo na contramão da política**. Biblioteca on-line, 2001. In: <<http://www.bocc.ubi.pt/listas/tematica.php3?codt=8>> Acesso em 3 de fevereiro de 2005.

NOGUEIRA, Nemércio (Org.). **Jornalismo é...** Rio de Janeiro: Xenon/ABA/ABI, [ca.1995].

PEREIRA, Fábio Henrique. **Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão**. Biblioteca on-line, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/listas/tematica.php3?codt=8>>. Acesso em: 4 de fevereiro de 2005.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação: pressupostos epistemológicos e metodológicos. In: III Colóquio Brasil-Itália de Ciências da Comunicação, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Intercom, 2003. 1 CD-ROM.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre Alerta – Condições e contradições do trabalho jornalístico**. 3. ed. São Paulo: Olho d’Água, 2001.

ROSSI, Clóvis. **O que é Jornalismo**. 1.^a reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

_____. **Vale a pena ser Jornalista?** 1. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1986.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2002.

SADER, Emir. Apresentação. In: HALIMI, Serge. **Os novos cães de guarda**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998, p.7-10.

SANTAYANA, Mauro. Momentos guardados na alma. In: DANTAS, Audálio (Org.). **Repórteres**. São Paulo: Editora Senac, 1997, p.165-181.

SATO, Leny. A representação social do trabalho penoso. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. 2.^a reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, p.188-211.

SCHULZE, Clélia Maria Nascimento. As representações sociais de pacientes portadores de câncer. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. . 2.^areimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, p.266-277.

SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação**. 2.ed. São Paulo: Senac, 2001.

_____. **Babel: A mídia antes do dilúvio e nos últimos tempos**. São Paulo: Editora Mandarin, 1997.

SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. 2.^a reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

SODRÉ, Muniz. O ethos midiaticizado. In_____ **Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002, p.11-82.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de Reportagem: notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo: Summus, 1986.

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”**. 1.ed. Lisboa: Vegas, 1993, p.91-100.

SOUZA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Chapecó:Argos: Florianópolis (SC), 2002.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. 2.^a reimpressão. São Leopoldo (RS): Editora Unisinos, 2003.

_____. **A Tribo Jornalística: uma comunidade transnacional**. Lisboa (Portugal): Editorial Notícias, 2004a.

_____. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004b. Volume 1.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. 1. ed. São Paulo: Summus, 1993.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”**. 1.ed. Lisboa: Vegas, 1993, p.74-90.

VIEIRA, Geraldinho. **Complexo de Clark Kent – São super-homens os jornalistas?** São Paulo: Summus, 1991.

VIRILIO, Paul. **A Arte do motor**. 1.^a reimpressão. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 5.^aed. São Paulo: Pioneira, 1987.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

MANUAIS DE REDAÇÃO E CÓDIGOS DE ÉTICA

CÓDIGO DE ÉTICA DO JORNALISTA BRASILEIRO (CEJB). Disponível em: <<http://www.autor.org.br/debate/eticafenaj.htm>>. Acesso em: 16 de junho de 2004.

CÓDIGO LATINOAMERICANO DE ETICA PERIODÍSTICA, 1983. Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/jornalismoambiental/universais.htm>>. Acesso em 10 de janeiro de 2004.

GARCIA, Luiz (org). **O Globo – Manual de redação e estilo**. 6 ed. São Paulo: Globo, 1992.

MANUAL DE REDAÇÃO FOLHA DE S. PAULO. 4.ed. São Paulo: Publifolha, 2001.

MARTINS, Eduardo (org). **O Estado de São Paulo – manual de redação e estilo**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1990.

PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DA ÉTICA PROFISSIONAL DOS JORNALISTAS (PIEJ), 1983. Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/jornalismoambiental/universais.htm>>. Acesso em: 20 de maio de 2004.

ARTIGOS DE REVISTAS, JORNAIS E SITES

A CÉSAR o que é de César [e à Band o que é da Band]. **Revista Imprensa**, São Paulo, p.34 e 35, outubro de 2005.

A LIÇÃO de Ibsen. **Istoé**, São Paulo, p. 19, 28-38, agosto 2004.

ACCARDO, Alain. A estranha ética dos jornalistas. **Le Monde Diplomatique**, maio de 2002, edição brasileira. Disponível em: <<http://www.diplo.com.br>>. Acesso em: junho de 2003.

CORRESPONDENTES de uma guerra urbana. **Revista Imprensa**, São Paulo, p.38- 41, outubro de 2005.

FIJ registra morte de 129 jornalistas no ano passado. **Jornal da Cidade**, Bauru, p.4, de fevereiro de 2005.

INFORMAR mata. **Revista Imprensa**, São Paulo, p.28-30, maio 2004.

MOTA, Luiz Gonzaga. **Crise nos paradigmas do jornalismo**. Observatório da Imprensa, 2002. In: <<http://www.observatorio-da-imprensa.com.br/artigos/da210820022.htm>>. Acesso em 29 de agosto de 2002.

O FANTASMA do autoritarismo. **Veja**, São Paulo, p.40-51, agosto 2004.

ANEXO

Entrevista semi-estruturada

Qual o motivo que o levou a ingressar na profissão?

Qual a imagem que você fazia do jornalismo antes de ingressar na profissão?

Essa imagem te seduziu?

E hoje essa imagem ainda te seduz?

Você já pensou em seguir outra carreira ou já imaginou, algum dia, que escolheu a carreira errada. Por quê?

Hoje, você trocaria essa profissão por outra?

Quantas horas do seu dia você dedica, em média, à profissão?

Você mantém com a atividade um vínculo simplesmente trabalhista?

Tem tempo para a família?

Há algo que deixa de fazer por causa da profissão?

Quando você chega em casa consegue desligar-se do trabalho?

Qual o seu grau de envolvimento com a profissão?

Por que você estabeleceu esse tipo de envolvimento?

Qual é o estilo de vida do jornalista?

A profissão exige sacrifícios, quais?

Acha que a categoria profissional se difere das outras. Por quê?

Qual o nível de dedicação exigido pela profissão e pela empresa?

Há pressão física ou psicológica no exercício dessa atividade? De que tipo?

Já enfrentou problemas de saúde que possam estar relacionados a isso?

Já enfrentou problemas familiares devido à profissão?

Afinal, vale a pena ser jornalista?

O que é ser jornalista?

Como você define o papel social (ou os papéis) do jornalista?

Qual a importância do seu trabalho na sociedade?

Como o jornalista deve ser e agir na profissão? Qual deve ser a conduta profissional?

O que é ser ético no campo jornalístico?

Qual é o segredo de um bom jornalista?

Pode me dar exemplo de algum jornalista que para você é referência como profissional e por quê?

Quais os valores e as regras de ouro da profissão, que você compartilha?

Quais são seus interesses como jornalista?

Outros interesses interferem no seu trabalho?

Quando você acredita que deixa de cumprir o seu papel social?

Há algum tipo de fator que limita o fazer jornalístico?

O que você acha que a sociedade espera do jornalista?

Tem algum tipo de conflito ou tensionamento com a sociedade?

O jornalismo pode ajudar a resolver problemas da sociedade? Como?

A sociedade procura o jornalista na tentativa de solucionar problemas?

Qual deve ser a postura do jornalista frente aos poderes constituídos (Legislativo, Executivo, Judiciário)?

Qual é uma das maiores ofensas possíveis a um jornalista?

Você acredita que o jornalismo é uma atividade de prestígio? Acredita que o prestígio tenha diminuído ou aumentado nos últimos tempos?

Sua lealdade no exercício profissional é para com o público ou para com a empresa?

O repórter pode retratar a realidade? Por quais caminhos?

Acredita que o trabalho jornalístico possa ser objetivo e imparcial?

Acredita que o trabalho do jornalista exige coragem? Por quê?

O jornalismo é uma profissão para que tipo de pessoas?

O jornalismo é uma profissão que se diferencia das demais?

Acredita que a profissão tenha mudado nos últimos tempos?

Vê diferença no perfil dos jornalistas de jornal impresso e de outros veículos (como rádio e televisão)?

Gosta de ser repórter ou pretende ocupar outros postos dentro da redação?

Qual é a satisfação de ser repórter, o que o diferencia dos demais jornalistas?

O caráter mercadológico da empresa jornalística te incomoda?

Acha que o jornalismo é um espaço democrático?

Acredita que o jornalista já nasce com vocação, o jornalismo é um dom ou algo que se aprende?

O trabalho jornalístico se aproxima, na sua visão, de alguma outra atividade?

Quais os valores você identifica com o profissionalismo?

O que sente que mudou em sua postura profissional de quando você era um foca até agora?

O que você considera ser o “faro jornalístico”?

O que é sinônimo de competência profissional no meio jornalístico?

Sente-se realizado com o trabalho?

Que tipos de matérias te conferem maior satisfação?

Que recompensas não financeiras você tem no exercício da profissão?

Dê um exemplo de realização que já teve no desempenho profissional?

Para você, qual é o motivo de reconhecimento para um jornalista?

Sua compensação no exercício da atividade é mais psicológica ou financeira?

Acredita que seu trabalho seja valorizado?

Recebe retorno do público referente ao seu trabalho?

Qual situação que o deixou mais decepcionado no exercício profissional?

O que você espera da profissão?

O que é notícia?

Quando um acontecimento merece ser noticiado? Quais os acontecimentos merecem ser noticiados? Que critérios você utiliza para saber se um acontecimento tem valor para ser notícia?

Que tipo de acontecimentos você costuma ignorar?

Quais as principais notícias que você gosta de cobrir? Quais as que não gosta?

Há regras para a produção jornalística?

A cada dia a dinâmica de trabalho é diferente ou parecida?

Sente-se livre para ser criativo na produção dos textos?

Qual o seu grau de independência e liberdade na produção das matérias?

Quando inicia a produção da notícia, você já sabe o que quer encontrar? Já tem uma pré-concepção da notícia?

Quando inicia a apuração de uma matéria, qual o seu critério para a seleção de fontes?

Há fontes que consulta com frequência? Quais?

Sente-se pressionado por elas? Tem alguma relação de dependência com elas?

Você costuma desconfiar das informações oferecidas pelas fontes? Em que situações?

Como você procura manter seu relacionamento com as fontes de notícia? E em relação àquelas que já estabeleceu confiança?

Que critérios você utiliza para dar espaço às fontes nas matérias?

Tem algum tipo de conflito com as fontes?

Você acredita que representa diferentes grupos sociais nas suas matérias?

Tende a selecionar depoimentos que estejam de acordo com o seu ponto-de-vista?

Como você acha que as notícias devem ser?

Há espaço para opinião do repórter na notícia?

Pensa na construção do texto, antes mesmo de cobrir o assunto?

Já procurou um entrevistado apenas para que ele sustentasse aquilo que você acredita?

O que faz quando tem de cobrir um assunto complexo, do qual você não tem muito conhecimento?

Utiliza na maior parte das vezes as técnicas do *lead* e da pirâmide invertida? Por quê?

Você tem uma postura reflexiva quando realiza uma matéria?

Já divulgou notícias sobre as quais não tinha certeza?

Quais os cuidados que toma na hora de apurar uma notícia e na hora de construí-la?

Já adotou alguma atitude que considerou antiética?

Já viu colegas adotando, em que consistia?

Você cobre mais as matérias presencialmente ou por telefone e Internet?

As novas tecnologias ajudam o trabalho do jornalista? Que tipo de impacto trouxeram?

Quantas pautas, em geral, cumpre por dia?

Você lê sempre jornais, monitora o que está sendo produzido por outros veículos? Por quê?

Descreva sucintamente as etapas do seu fazer prático diário:

Qual o horário mais tenso no contexto produtivo?

Você tem preocupação com a informação que está sendo transmitida para o leitor? Você se posiciona como emissor e receptor no momento em que está produzindo o texto?

Você tem preocupações que extrapolam a questão textual, ou seja, preocupa-se também com a imagem, infográficos, com a forma que essa informação será distribuída na página?

Depois que você termina a matéria, quantas vezes lê, revisa o texto?

Você sofre conflitos ou tensões no dia-a-dia? Quais?

Existem pressões no processo de produção da notícia?

Já foi ou é orientado a cobrir a matéria sobre determinado ângulo pela chefia?

Acredita que deva ocorrer algum tipo de mudança ou melhoria no processo produtivo? Qual?

Já chegou a se colocar em risco no exercício da profissão?

Você sente insegurança no emprego?

Como é o seu relacionamento no ambiente de trabalho?

Sua prática diária é condicionada por algum fator?

Sente algum constrangimento de seu trabalho ser analisado pela crítica interna?

Como você recebe as críticas internas e externas?

Você sabe qual a política editorial de sua empresa?

Como você a aprendeu?

Ela representa algum tipo de constrangimento?

Algo te desagrada no processo de edição?

Quando produz o texto, você procura se antecipar às expectativas dos editores?

Já teve um texto não publicado? Por quê?

Têm conflitos com a chefia? Quais?

Como é seu relacionamento com os companheiros de trabalho ou com jornalistas de outros veículos?

Acredita que em alguns contextos seja necessária a censura em relação à imprensa? Quais?

Até onde vai o limite do jornalista? Até onde está autorizado a vasculhar informações?

O que você acha de críticas feitas pelos acadêmicos à produção jornalística?

É a favor da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão. Por quê?

Qual a importância ou lacunas de sua formação universitária para a atuação como jornalista?

O que você acha das iniciativas de regulamentação externa à profissão como, por exemplo, a criação de conselhos para fiscalizar o trabalho dos jornalistas?

Acha que a Internet pode abalar o papel do jornalista?

Tem opção política? É simpatizante de causas sociais?

Qual a singularidade em atuar em um jornal de porte médio do Interior em relação às grandes cidades?

Você precisou se “recriar” quando pensou em trabalhar como jornalista, assumindo nova identidade, espírito de grupo, etc?

Você costuma refletir sobre a sua prática profissional?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)